



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: LINGUAGEM E IDENTIDADE

JAINÉ ARAÚJO DA SILVA

“AQUELA PRETA ERA EU”:
Representações sobre mulheres negras em matérias dos sites *ContilNet Notícias* e *G1 Acre*

Rio Branco — Acre

2022

JAINÉ ARAÚJO DA SILVA

**“AQUELA PRETA ERA EU”:
Representações sobre mulheres negras em matérias dos sites *ContilNet Notícias* e *GI Acre***

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade, da Universidade Federal do Acre, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Francielle Maria Modesto Mendes
Área de concentração: Linguagem e Cultura
Linha de pesquisa: Culturas, Narrativas e Identidades Amazônicas.

Rio Branco — Acre

2022

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFAC

S586a Silva, Jaine Araújo da, 1996 -
"AQUELA PRETA ERA EU": Representações sobre mulheres negras em
matérias dos sites ContilNet Notícias e G1 Acre / Jaine Araújo da Silva;
orientadora: Dr^a. Francielle Maria Modesto Mendes. - 2022.
223 f.: il.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-
Graduação do Mestrado Letras: Linguagem e Identidade, Rio Branco, 2022.
Inclui referências bibliográficas, anexos e apêndices.

1. ContilNet Notícias. 2. G1 acre. 3. Jornalismo. I. Mendes, Francielle Maria
Modesto (Orientadora). II. Título.

CDD: 418

Banca Examinadora:

Professora Doutora Francielle Maria Modesto Mendes
Presidente – Orientadora (Universidade Federal do Acre)

Professora Doutora Lucieneida Dovaio Praun
Examinadora interna (Universidade Federal do Acre)

Professora Doutora Leslie Sedrez Chaves
Examinadora externa (Universidade Federal de Santa Catarina)

Professora Doutora Maria de Jesus Morais
Suplente (Universidade Federal do Acre)

Aprovada em: 06 de maio de 2022

*Para minha tia Ivanilde Araújo,
mulher preta que me convoca à insubmissão.*

AGRADECIMENTOS

Produzir uma dissertação em meio a uma pandemia num país sob a égide de um projeto genocida é tarefa triplamente árdua.

Este texto é o registro de uma pesquisa que produziu e ao mesmo tempo é fruto de afetações e afetos experimentados assiduamente ao longo dos últimos dois anos. Sem pedir licença ao mundo acadêmico, escolho aqui me dirigir também àquelas e àqueles que não o habitam, mas sem as/os quais esta pesquisa não teria sido sequer iniciada. Agradecer é uma forma de honrar e celebrar a existência de instituições que tornaram esta investigação possível e de pessoas que fizeram a trajetória mais leve e bonita. Assim, agradeço:

À Gertrude Fatima Araújo, minha mãe, que ao longo dos últimos 20 anos garantiu as condições possíveis para que eu perseguisse sonhos inéditos em nossa família, embora não os compreendesse plenamente. São duas décadas de seu trabalho como empregada doméstica na mesma casa e duas décadas do meu acesso contínuo à educação formal. Essa conquista é nossa.

A Camila Melo, Laura Melo, Maria Alice Costa, Nara Marques, Nina Veras e Tarisson Nawa, pelo estímulo por meio da palavra, do afeto e da doação de livros, instrumentos fundamentais para a elaboração desta pesquisa. Agradeço, sobretudo, pela permanência de vocês em minha vida.

À Amanda Regina Rosa, por, além de tudo isso, ter ouvido e respondido os inúmeros e longos áudios sobre angústias, anseios e inquietações relacionados à pesquisa ora apresentada e à vida que a atravessava constantemente. Muito obrigada por me suportar, nos dois sentidos da palavra. Quem tem amigas/os tem tudo; ainda bem que tenho vocês.

À professora Francielle Modesto, pela caminhada trilhada ao meu lado desde a iniciação científica. Obrigada por me incentivar a ingressar no mestrado, compreender minhas limitações, oferecer uma orientação assídua e presente, e, sobretudo, acalmar meu espírito inquieto nos vários momentos de insegurança. Obrigada também pelas palavras assertivas e honestas — e pelo senso de humor sempre à espreita.

Ao professor Aquinei Timóteo, por ter me permitido realizar o estágio de docência na disciplina de Jornal Laboratório 2, ministrada por ele no curso de Jornalismo da Ufac, minha porta de entrada no mundo acadêmico. O ambiente vivenciado na disciplina teve fundamental importância para as reflexões que integram este trabalho e me constituem como jornalista e pesquisadora. Obrigada pela liberdade concedida para que eu abordasse os temas da minha pesquisa nas aulas e pela paciência diante dos meus tropeços.

Às professoras Maria Clara Aquino e Maria de Jesus Morais, e ao professor Francisco Bento, pelas críticas, sugestões e contribuições apontadas na banca de qualificação. O diálogo crítico iniciado com as considerações estimulou o aperfeiçoamento da pesquisa e do texto final que se apresenta.

Às professoras Leslie Chaves e Lucieneida Praun, agradeço profundamente pelo olhar generoso e sensível que lançaram ao texto e por terem tornado o ambiente da defesa pública terreno fértil em diálogo provocante, respeitoso e, principalmente, motivador.

À Winnie Bueno, por, além de ser uma intelectual que muito contribuiu para as discussões sobre as imagens que tentam limitar a nós, pessoas negras, ter criado e mantido nos últimos anos a Winnieteca, projeto de distribuição de livros para pessoas negras graças ao qual estudantes como eu tiveram seu acesso à leitura ampliado. Agradeço também à doadora e ao doador que me alcançaram.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela bolsa de estudos concedida no último ano de mestrado, que me possibilitou conferir dedicação exclusiva à pesquisa.

À Universidade Federal do Acre, pedra que transformou meu caminho de formação pessoal, acadêmica e profissional. Especificamente, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade, por ter sido o ambiente no qual pude acessar o curso de mestrado e as discussões que lapidaram esta pesquisa. Obrigada ao corpo docente que, no curso das disciplinas, me instigou a desenvolver consciência crítica na pesquisa, no jornalismo e na vida.

À Diretoria de Saúde e Qualidade de Vida, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas da Ufac, pelo acolhimento referente à saúde mental e à manutenção da vida, sem o qual eu não teria tido condições de dar prosseguimento aos meus estudos nos últimos dois conturbados anos. Desejo que estes suportes fundamentais beneficiem, como políticas públicas, cada vez mais pessoas que ingressarem na pós-graduação no Brasil; afinal, com fome e sem saúde mental não se faz pesquisa.

A todas e todos aqui mencionadas/os, abraço e agradeço profundamente.

Vozes-mulheres

A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
ecoou lamentos
de uma infância perdida.

A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela

A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade.

(Conceição Evaristo, *Poemas da recordação e outros movimentos*)

RESUMO

O presente estudo objetiva verificar como o jornalismo aborda questões de raça e gênero em textos sobre mulheres negras no Acre. Para tanto, serão analisadas matérias dos *sites ContilNet Notícias* e *GI Acre*, por meio do método de análise de conteúdo (BARDIN, 2016 [1977]). Em termos de objetivos específicos, busca-se 1) explicar de que forma o jornalismo constrói e reproduz representações articulando questões de raça e gênero que atingem mulheres negras; 2) discutir como o racismo se manifesta na vida de mulheres negras e de que maneira a dimensão estética se apresenta como campo de conflitos raciais; e 3) investigar as representações construídas sobre mulheres negras em 12 textos jornalísticos publicados nos *sites ContilNet Notícias* e *GI Acre* entre 2015 e 2018. O aporte teórico do trabalho é constituído por discussões propostas pelo feminismo negro, a partir de Carneiro (2011 [2000; 2002]; 2011, online; 2020 [1985; 2002; 2003]), Gonzalez (2020 [1979; 1982; 1983]), Bueno (2020), Collins (2019) e hooks (2019a, 2019b, 2019c). Em diálogo com as autoras, a discussão sobre representações e jornalismo é ancorada nos estudos de Hall (1997; 2016) e Borges (2012). No que se refere à discussão racial centrada no Brasil, são trabalhadas as contribuições de Nascimento (2003), Nascimento (2016 [1978]), Munanga (2009 [1988]), Daflon (2017) e Souza (2019 [1983]). Por fim, Moraes (2015) e Silva (2014) baseiam as reflexões sobre o jornalismo, suas potencialidades e limitações. Para a análise, foram elaboradas quatro categorias temáticas (questões capilares, questões corporais, insultos racistas e racismo) e dois subtópicos destinados às discussões sobre aspectos jornalísticos (“O lugar das mulheres negras nas matérias” e “A problematização nos textos jornalísticos”) a partir dos quais é possível perceber que os textos centralizam mulheres negras em seu conteúdo, no entanto, essas sujeitas ocupam quase que exclusivamente o lugar de fontes populares, isto é, não é comum nos textos jornalísticos analisados mulheres negras serem ouvidas fora do lugar de “personagens”. A análise demonstra ainda que os textos promovem pouca problematização aos assuntos representados, o que pode colaborar com a alienação do público, uma vez que o jornalismo possui caráter normatizador da vida social. A pesquisa aponta para um cenário em que o jornalismo precisa dar um passo ainda não concretizado no Brasil: admitir que o racismo influencia sua conformação e, a partir disso, construir políticas efetivas de enfrentamento ao sistema de dominação.

Palavras-chave: *ContilNet Notícias*. *GI Acre*. Jornalismo. Mulheres negras. Representações.

ABSTRACT

The study aims to verify how journalism addresses issues of race and gender in texts about black women in Acre. To do so, the websites ContilNet Notícias and G1 Acre will be studied, using the content analysis method (BARDIN, 2016 [1977]). In terms of specific objectives, it seeks to: 1) explain how journalism constructs and reproduces representations articulating issues of race and gender that affect black women; 2) discuss how racism manifests itself in the lives of black women and how the aesthetic dimension presents itself as a field of racial conflicts; and 3) investigate the representations built on black women in 12 journalistic texts published on the websites ContilNet Notícias between the years 2015 and 2018. The theoretical contribution of the work consists of discussions proposed by black feminism, from Carneiro (2011 [2000; 2002]; 2011, online; 2020 [1985; 2002; 2003]), Gonzalez (2020 [1979; 1982; 1983]), Bueno (2020), Collins (2019) e hooks (2019a, 2019b, 2019c). In dialogue with the authors, the discussion about representations and journalism is anchored in the studies of Hall (1997; 2016) and Borges (2012). Regarding the racial discussion centered on Brazil, contributions from Nascimento (2003), Nascimento (2016 [1978]), Munanga (2009 [1988]), Daflon (2017) and Souza (2019 [1983]) are studied. Finally, Moraes (2015) and Silva (2014)'s theoretical elaborations are the core to the reflections about potentialities and possibilities of journalism. For the analysis, four thematic categories were elaborated (hair issues, body issues, racist insults and racism) and two subtopics intended for discussions about journalistic aspects ("The place of black women in the articles" and "The problematization in journalistic texts") to from which it is possible to perceive that the texts centralize black women in their content, however, these subjects occupy almost exclusively the place of popular sources, that is, it is not common in the analyzed journalistic texts black women to be heard outside the place of "characters". The analysis also shows that the texts promote little problematization of the subjects represented, which can contribute to the alienation of the public, since journalism has a normative character of social life. The research points to a scenario in which journalism needs to take a step that has not yet been implemented in Brazil: admit that racism influences its conformation and, from that, build effective policies to confront the system of domination.

Keywords: Black women. ContilNet Notícias. G1 Acre. Journalism. Representations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Posts do caso Bárbara Micheline.....	132
Figura 2 — Comentários do caso Ediane Caetano.....	140
Figura 3 — Perfil do caso Gleici Damasceno.....	144

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 — Universo: resultados das buscas de textos por palavras-chave (2015-2019).....	70
Quadro 2 — Resumo de supressões.....	73
Quadro 3 — <i>Corpus</i> distribuído de acordo com subtemas.....	74
Quadro 4 — Distribuição de textos por categorias temáticas e subcategorias analíticas.....	112
Quadro 5 — Idade das fontes à época do alisamento e da transição capilar.....	115

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 — NÓS, MULHERES? REFLEXÕES SOBRE MULHERES NEGRAS, FEMINISMO E JORNALISMO NO BRASIL.....	19
1.1 “O lixo vai falar, e numa boa”: a mulher negra como sujeita política.....	20
1.2 A “Outra” da alteridade: imagens de controle sobre mulheres negras.....	29
1.2.1 Da cultura à produção de sentidos de gênero e raça pela linguagem.....	41
1.3 Jornalismo e a produção de sentidos pela representação.....	48
2 — OUVIR O OBJETO: PERCURSO METODOLÓGICO E EIXOS TEMÁTICOS.....	66
2.1 Análise de conteúdo: escolha do método e pré-análise.....	67
2.1.1 Da leitura flutuante às supressões: a construção do corpus.....	69
2.1.2 ContilNet Notícias e G1 Acre: breve contextualização dos sites estudados.....	75
2.2. Dissimulação? Temos! Democracia racial, ideologia do branqueamento e outras nuances do racismo à brasileira.....	76
2.2.1 Racismo e injúria racial à luz do Direito.....	89
2.3 Com quantos traços se faz um/a negro/a? Corpo e cabelo como arenas de disputas raciais.....	96
3 — “A SOCIEDADE MARGINALIZA, CRIMINALIZA, HIPERSEXUALIZA E TEMOS QUE RESISTIR A ISSO”: REPRESENTAÇÕES SOBRE MULHERES NEGRAS NOS <i>SITES CONTILNET NOTÍCIAS E G1 ACRE</i>.....	111
3.1 Análise de conteúdo: últimas etapas.....	111
3.2 Categoria temática 1 — Questões capilares.....	114
3.3 Categoria temática 2 — Questões corporais.....	124
3.4 Categoria temática 3 — Insultos racistas.....	131
3.4.1 Caso Bárbara Micheline.....	132
3.4.2 Caso Ediane Caetano.....	138
3.4.3 Caso Gleici Damasceno.....	143
3.5 Categoria temática 4 — Racismo.....	148
3.6 O lugar das mulheres negras nas matérias.....	163
3.7 A problematização nos textos jornalísticos.....	170
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	181
REFERÊNCIAS.....	185
APÊNDICE — LISTA DE MATÉRIAS COLETADAS INICIALMENTE.....	195
ANEXO — MATÉRIAS ANALISADAS.....	199

INTRODUÇÃO

É no campo da linguagem que significados e sentidos são construídos e fixados, segundo o sociólogo jamaicano Stuart Hall (2016). Por sua vez, as mídias, e mais especificamente o jornalismo, são exemplos de espaços simbólicos onde as representações são formuladas e disseminadas às/aos receptoras/es, sejam telespectadoras/es, ouvintes, leitoras/es. Os significados (re)construídos pelos produtos midiáticos e espalhados por meio deles têm influência sobre a vida social e, ao mesmo tempo, são influenciados pelas/os sujeitas/os¹ que a compõem, embora seja difícil mensurar até que ponto tal influência é autônoma ou utilizada a favor de outros poderes instituídos, conforme explica Eduardo Meditsch (1997).

Para Hall, “o principal ponto é que o sentido não é inerente às coisas, ao mundo. Ele é construído, produzido. É o resultado de uma prática significativa – uma prática que produz sentido, que faz os objetos significarem” (2016, p. 46). Partindo de uma visão construtivista do modo como a representação do sentido pela linguagem opera, o autor compreende que os sentidos são construídos por sujeitas/os que fazem uso de sistemas representacionais (conceitos e signos). A representação, nesse sentido, implica prática.

Com base no exposto, este trabalho aborda o jornalismo como um instrumento com relativo poder de construir, fortalecer e desconstruir, em suas práticas, representações sobre as/os sujeitas/os e realidades por ele narradas/os. Neste sentido, o presente estudo está ligado à linha de pesquisa Culturas, Narrativas e Identidades Amazônicas do Programa de Pós Graduação em Letras: Linguagem e Identidade (PPGLI) à medida que busca compreender como mulheres negras são representadas em veículos rio-branquenses de jornalismo.

Assim, o problema da pesquisa é: como mulheres negras são representadas em matérias publicadas nos *sites ContilNet Notícias* e *GI Acre* entre os anos 2015 e 2018? Além do problema, outras questões nortearão o estudo. São elas: como as mulheres negras são descritas e que lugar elas ocupam nos textos? Quais temáticas se sobressaem nas matérias coletadas? Em que medida as matérias jornalísticas constroem problematizações acerca dos temas discutidos lançando um olhar crítico sobre eles?

¹ Grada Kilomba (2019) negrita que as relações de poder e violência são expressadas inclusive por meio da língua. Nesse sentido, opto por escrever a palavra “sujeita”, flexionada ao gênero feminino, ao me referir às mulheres, mesmo sabendo que na Língua Portuguesa os sentidos atribuídos ao termo estão relacionados normalmente a sujeição e dependência.

Tendo em vista as perguntas de investigação apresentadas anteriormente, o objetivo geral da pesquisa é verificar como o jornalismo aborda questões de raça e gênero em textos sobre mulheres negras no Acre. Já os objetivos específicos são: 1) explicar de que forma o jornalismo constrói e reproduz representações articulando questões de raça e gênero que atingem mulheres negras; 2) discutir como o racismo se manifesta na vida de mulheres negras e de que maneira a dimensão estética se apresenta como campo de conflitos raciais; e 3) investigar as representações construídas sobre mulheres negras em 12 textos jornalísticos publicados nos sites *ContilNet Notícias* e *G1 Acre* entre 2015 e 2018.

A escolha dos veículos cujos textos serão analisados se deu a partir de uma pesquisa exploratória em alguns sites da capital acreana. A princípio, consultei os sites de cinco veículos — *Ac24Horas*, *ContilNet Notícias*, *Folha do Acre*, *G1 Acre* e *Notícias do Acre* —, a fim de coletar textos que contivessem as palavras-chaves “mulher negra” e “mulheres negras” e perceber nuances e tendências nas temáticas. Porém, feita a coleta com as palavras-chave no marco temporal 2015-2019, a partir de uma leitura flutuante (BARDIN, 2016 [1977]), diagnostiquei uma aparição nula de textos centrados no universo acreano que versassem sobre mulheres negras nos sites *Ac24Horas* e *Folha do Acre*. Assim, apenas matérias dos sites *ContilNet Notícias*, *G1 Acre* e *Notícias do Acre* foram coletadas.

Entretanto, como explico detalhadamente no segundo capítulo do presente texto, posteriormente, o último site também foi suprimido pela decisão metodológica de focar em veículos que produzem jornalismo e não fazem assessoria de comunicação. Já o marco temporal correspondia inicialmente ao intervalo 2015-2019, mas o último ano foi desconsiderado em razão das supressões também explicadas no segundo capítulo deste texto.

A escolha desse recorte temporal considera a popularização que as discussões sobre as temáticas relacionadas a gênero e raça vêm ganhando nos últimos anos. Assim, o marco temporal de cinco anos anteriores ao meu ingresso no curso de mestrado foi o período escolhido para a coleta do material a ser analisado, pois pressuponho que o estudo de textos publicados nesse período pode ofertar um modesto panorama do estágio atual das discussões promovidas ou não por veículos rio-branquenses de jornalismo.

No Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade já foram desenvolvidas pesquisas que discutem temáticas relativas às relações raciais e, especificamente, relacionadas às negritudes presentes no Acre, sob diferentes perspectivas: religião (SILVA, 2009), literatura (COLOMBO, 2009), historiografia (ROCHA, 2011),

processos migratórios (SANTOS, 2014) — somente para citar algumas. Nesse sentido, a relevância da presente dissertação ancora-se na continuidade do desenvolvimento de estudos que discutam as relações raciais relativas às negritudes acreanas, tendo em vista a amplidão de possibilidades que se apresenta quanto a essas discussões tanto em termos de objetos quanto em relação aos temas em si. Assim, a pesquisa aqui introduzida desenvolve uma proposta semelhante à adotada por Lisânia Ghisi Gomes (2020) na dissertação “*Representações no Jornal Página 20: um estudo sobre mulheres negras na coluna Cultura 20*”, também desenvolvida no PPGLI.

A escrita tem potencial para ser um ato de descolonização por meio do qual quem escreve assume o *status* de escritora ou escritor e nomeia uma realidade outrora definida erroneamente ou ignorada, conforme explica a pensadora portuguesa Grada Kilomba (2019). Neste sentido, busco assumir tal compromisso nesta produção acadêmica. Duplamente envolvida com este trabalho, escolho redigi-lo em primeira pessoa² — tarefa um tanto quanto difícil. A escolha parte de dois principais motivos: primeiro porque sou jornalista por formação e esta pesquisa se propõe a analisar notícias e reportagens, principais produtos do trabalho jornalístico. Segundo porque sou uma mulher negra acreana, rio-branquense, e o presente estudo é provocado pela necessidade de problematizar representações construídas, também pelo jornalismo acreano, sobre nós, mulheres negras.

Contudo, o lugar no qual existo e de onde falo se tornou evidente para mim há pouco tempo, uma vez que sou negra há cerca de 6 anos; antes era morena. Somente durante a caminhada no curso de graduação em Jornalismo nas Universidades Federais do Acre e de Santa Catarina, vivenciei os processos de me descobrir (SANTANA, 2015) e de me tornar (SOUZA, 2019 [1983]) negra, semelhantemente ao que ocorre com muitas pessoas negras de pele clara³ no contexto brasileiro. Tais processos foram construídos pouco a pouco e materializados em diversos produtos desenvolvidos por mim, a exemplo de reportagens sobre o processo de transição capilar e aceitação do cabelo cacheado ou crespo vivenciado por

2 Escrever um texto acadêmico em primeira pessoa é, antes de tudo, um desafio. Desafio do qual eu, como mulher negra que busca se autorizar a ocupar o lugar de sujeita na Academia, não abro mão. Nesse sentido, o título da presente dissertação sintetiza a ideia de que existe significativa identificação entre as vivências de mulheres negras representadas nas matérias analisadas e as minhas. O título é um trecho de uma fala da fonte Elza Lopes, no texto “*No Acre, onde mais de 70% da população é negra, reconhecer – e abraçar – a própria negritude tornou-se ato de resistência*”, que integra o *corpus* da presente pesquisa. Na passagem, a fonte refere-se a seu processo de autoidentificação racial, após dialogar com pessoas então mais familiarizadas com as discussões raciais no contexto brasileiro: “Antes desse encontro, eu não acreditava que o racismo existia, e tudo que eu aprendi ali mudou a minha visão. Voltei para Rio Branco com outro entendimento do que era ser negro. Quando me olhei no espelho, percebi que aquela preta era eu. Era a Elza depois de ter absorvido a importância de lutar contra esse problema” (CARNEIRO, PARFAN, 2018, online).

peessoas negras (ARAÚJO, LEBRE, 2016; SILVA, ROSA, VERAS, 2017), a implementação da política de cotas raciais na UFSC (FARIAS, ARAÚJO, 2017), as múltiplas negritudes acreanas (SILVA, DANTAS, VERAS, 2019). A despeito da limitada maturidade intelectual na qual se ancoram, os trabalhos citados pavimentaram o caminho da presente pesquisa tanto quanto minha pesquisa de conclusão de curso de graduação, intitulada “*Pretinho básico: uma análise de textos dos veículos Estadão, Folha de São Paulo, Elle e Vogue sobre o negro na marca LAB no SPFW*” (SILVA, 2019), na qual também tomei como objeto textos jornalísticos para investigar representações sobre pessoas negras.

Assim, o processo da escrita constitui o anseio de me tornar sujeita — embora haja limitações quanto à proposta do trabalho pela sua proposição de investigar representações sobre mulheres negras, deixando de lado a possibilidade de buscar ouvir suas vozes de forma mais direta. Na tentativa de evitar a lógica eurocêntrica de produção, valorização e circulação de conhecimento, trago ao centro das discussões as elaborações teóricas de intelectuais negras e negros, boa parte brasileiras e brasileiros, assumindo o risco e as implicações de falar em nosso nome. Provoco com Lélia Gonzalez: “o lixo vai falar, e numa boa⁴” (GONZALEZ, 2020 [1983], p. 78).

Por meio da escrita, busco entender os ecos coloniais que seguem tentando nos fixar como objetos a partir da mobilização de diferentes mecanismos reprodutores da lógica racista. Procuo violar a máscara que por séculos serviu como ferramenta de silenciamento forçado de

3 Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019 mostram que 56,2% da população brasileira é negra. Essa porcentagem diz respeito à soma de pessoas autodeclaradas pretas (9,4%) e pardas (46,8%). Historicamente, o termo “pardo” vem sendo problematizado, especialmente em razão das ambiguidades que rondam seus sentidos, mas, ao mesmo tempo, ele é importante por revelar que a população brasileira se vê como fruto da miscigenação e, embora tente fugir da negritude ao se autodeclarar parda, confirma por meio das estatísticas que a população brasileira é majoritariamente negra. Nesse sentido, a jornalista e doutora em ciência da informação Bianca Santana enfatiza a não negociação de nossa negritude de pele clara. Levantando uma série de dados referentes a indicadores de saúde, violência policial, acesso a trabalho e condições salariais, a autora explicita que o abismo no Brasil separa brancas/os de não brancas/os. Ou seja, embora existam diferenças no modo como se dão as discriminações contra pessoas de acordo com as características fenotípicas delas, sobretudo com base na cor da pele, as desigualdades estruturais atingem a pretas/os e pardas/os de maneira bem semelhante. Nesse sentido, Santana assevera: “Qualquer tentativa de embaralhar a noção de negros como a soma de pretos e pardos — reconhecendo a negritude dos variados tons de pele — presta um desserviço à formulação de políticas públicas que beneficiam toda a população, na busca pela igualdade definida em nossa Constituição. Além de ser um estrondoso equívoco analítico” (SANTANA, 2020, online). Vale ressaltar, ainda, que o Acre é o segundo estado mais pardo do Brasil, conforme dados coletados pela PNAD Contínua feita pelo IBGE em 2019, o que torna imprescindível que pesquisas sobre negritudes considerem a categoria para compreender as nuances que se apresentam.

4 Frase retirada do ensaio *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, publicado pela primeira vez em 1983. A partir de diálogos com Sigmund Freud e Jacques Lacan, a intelectual Lélia Gonzalez compreende as/os negras/os como sujeitas/os que estão na lata de lixo da sociedade brasileira, mas que assumem a responsabilidade e os riscos de falar em nome de si mesmas/os, deixando de lado a condição de *infans*, aquelas/es que não têm fala própria.

peças escravizadas, máscara que “controla a possibilidade de que colonizadas/os possam um dia ser ouvidas/os e, conseqüentemente, possam pertencer” (KILOMBA, 2019, p. 43). Adotar essa postura não significa que me compreendo como uma voz que fala em nome de outras pessoas, mas como uma voz que se une em diálogo com as vozes de outras pessoas que também foram silenciadas. Assim, a construção textual em primeira pessoa não denota o apagamento de todas essas outras sujeitas que, inclusive, pavimentaram o caminho para que eu pudesse ocupar esse lugar hoje.

Dessa forma, a escrita desta dissertação constitui também a ocupação de um espaço de fala na Academia, lugar que, semelhantemente ao jornalismo, se pretende neutro, objetivo, apartado de subjetividades. Seguindo os esforços de tantas/os intelectuais, reivindico um espaço de fala para sujeitas/os tornadas/os subalternas/os, produzidas/os como “Outras/os” por incessantes discursos teóricos, imagéticos, jornalísticos etc ancorados no racismo e no colonialismo.

A Academia, assim como o jornalismo, é espaço de disputas no qual sujeitas/os marginalizadas/os são violentadas/os. Como negrita⁵ Grada Kilomba, “Nesse espaço temos sido descritas/os, classificadas/os, desumanizadas/os, primitivizadas/os, brutalizadas/os, mortas/os. Esse não é um espaço neutro” (KILOMBA, 2019, p. 51). Assim, tendo conseguido transpor barreiras para chegar a esse lugar, desejo que minha presença atuante nele faça valer tal oportunidade, dando prosseguimento aos esforços daquelas/es que abriram os caminhos para que isso fosse possível, ao menos provocando tensionamentos e problematizações de seus modos de organização e abordagens temáticas.

Como toda pesquisa, este trabalho tem um formato próprio no que tange à delimitação de tema, enfoque, *corpus*, escolha de metodologias de estudo e análises. Renúncias fazem parte de sua construção. Vale ressaltar, a partir disso, que este é um estudo centrado em seu tempo, o presente. Digo isso porque o enfoque em estudar representações sobre essas pessoas pode parecer ultrapassado, já que, graças ao ingresso expressivo⁶ de pessoas negras no ensino superior vivenciado nos últimos anos e ao conseqüente protagonismo delas no desenvolvimento de pesquisas, há maior incidência e valorização de estudos que adotam peças negras como sujeitas/os e não objetos. Entretanto, negrito que pertencem à minha época

5 O verbo negritar é utilizado politicamente neste texto como sinônimo de ressaltar, frisar, reiterar.

6 Em 2018, seis anos após a aprovação da Lei de Cotas (Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012), pessoas negras foram maioria nas universidades públicas brasileiras pela primeira vez, conforme o estudo *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*, feito pelo IBGE. Apesar do avanço, o grupo permanecia sub-representado, tendo em vista que representava 55,8% da população brasileira e apenas 50,3% dos estudantes de ensino superior na rede pública.

e que o que produzo deve ser superado no futuro. Essa é uma das razões de ser da ciência. Minha pesquisa sobre representações pode (e deve), assim, futuramente, servir como base para outras investigações que deem conta de abordar mulheres negras no jornalismo acreano como sujeitas de modo mais efetivo.

Ainda em termos de justificativa, a presente investigação está assentada na necessidade de pensar como mulheres negras são representadas em veículos de jornalismo, partindo do princípio de que, proporcionalmente, mulheres negras representam boa parte da população acreana. Conforme dados do último censo demográfico, realizado em 2010, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Acre tinha 733.559 habitantes. Destes, 365.235 (49,79%) eram mulheres.

Em se tratando da autodeclaração racial, os dados revelam que 18.280 mulheres que residiam no Acre se autodeclararam pretas, elas eram 2,49% da população do estado. Já as 241.081 mulheres autodeclaradas pardas equivaliam a 32,86% da população acreana. Somando os pontos percentuais, conclui-se que o Acre tinha, até a realização do estudo, pouco mais de um terço de sua população formada por mulheres negras (35,35%).

Os dados da capital acreana revelam maioria feminina: as 172.446 mulheres habitantes representavam 51,32% do total populacional de 336.038 pessoas. Em se tratando da autodeclaração racial, as mulheres autodeclaradas pardas eram 33,73% (113.338 pessoas) da população rio-branquense, enquanto as pretas, 2,42% (8.132 pessoas). Portanto, também em Rio Branco mulheres negras têm expressividade no que diz respeito à composição populacional, representando 36,15% da população da cidade.

Considero, a partir deste levantamento quantitativo, que a interseção entre gênero e raça constitui uma possibilidade de aprofundamento sobre a situação das mulheres negras que vivem no Acre. Sendo assim, esta pesquisa constitui espaço de reflexão e estudo sobre essas sujeitas, na maioria das vezes, ignoradas ativamente. Trazer discussões sobre as mulheres negras para a universidade significa, também, negritar a sua importância, legitimidade e contribuição na constituição de toda a sociedade. Ao mesmo tempo, é uma oportunidade para entender o lugar do jornalismo na manutenção de estruturas de poder que definem e fixam lugares sociais.

As discussões teóricas do estudo serão desenvolvidas a partir de pesquisa bibliográfica (SILVEIRA, CÓRDOVA, 2009), enquanto as matérias jornalísticas serão pormenorizadas por meio de Análise de Conteúdo, partindo da perspectiva de Laurence Bardin (2016 [1977]).

Desta forma, ressalto a necessidade de estudar a temática racial e de gênero tendo como foco a realidade do estado do Acre, aprofundando a condição de alguns veículos que transformam informações em conteúdos jornalísticos e pautam (ou não) assuntos relacionados às mulheres negras, partindo do entendimento de que aquilo que é dito é tão importante quanto o que não o é.

Quanto à distribuição do conteúdo, a pesquisa está dividida em três seções organizadas de acordo com os objetivos estabelecidos. O capítulo *Nós, mulheres? Reflexões sobre mulheres negras, feminismo e jornalismo no Brasil* ancora-se nas elaborações teóricas do feminismo negro brasileiro (CARNEIRO, 2011 [2000; 2002]; 2011, online; 2020 [1985; 2002; 2003]; GONZALEZ, 2020 [1979; 1982; 1983]; BUENO, 2020) e estadunidense (hooks, 2019a, 2019b; COLLINS, 2019) para compreender as dinâmicas dos sistemas de dominação que recaem sobre mulheres negras. Em diálogo com essas autoras, o capítulo apresenta um percurso teórico relacionado às representações (HALL, 1997, 2016; BORGES, 2012) e ao jornalismo enquanto espaço no qual tais construções circulam e são amplificadas (SILVA, 2014; MORAES, 2015).

O segundo capítulo, intitulado *Ouvir o objeto: percurso metodológico e eixos temáticos*, está focado na explicação dos aspectos metodológicos da análise de conteúdo (BARDIN, 2016 [1977]; HERSCOVITZ, 2007; FONSECA JÚNIOR, 2005), relacionando-a com investigações que tenham como objeto produtos jornalísticos. Além disso, a seção detalha a definição do *corpus* e contextualiza os veículos *ContilNet Notícias* e *GI Acre*. Por fim, apresenta discussões teóricas sobre os temas que se sobressaem no *corpus*: corpo e cabelo (GOMES, 2020 [2006]; hooks, 1989; KILOMBA, 2019; MUNANGA, 2009 [1988]); e racismo e injúria racial (SOUZA, 2019 [1983]; NASCIMENTO, 2016 [1978]; MACHADO, LIMA, NERIS, 2016; MOREIRA, 2019).

Finalmente, o capítulo *“A sociedade marginaliza, criminaliza, hipersexualiza e temos que resistir a isso”*: representações sobre mulheres negras nos sites *ContilNet Notícias* e *GI Acre* congrega a explicação metodológica das etapas finais da análise de conteúdo, apresenta e desenvolve as categorias temáticas elaboradas para o estudo dos 12 textos jornalísticos que compõem o *corpus* da pesquisa – de modo que as reflexões são guiadas pelas discussões teóricas alinhavadas nos primeiros capítulos da dissertação – e discute os aspectos jornalísticos, mais precisamente o lugar das mulheres negras e as problematizações presentes nos textos jornalísticos analisados.

1 — NÓS, MULHERES? REFLEXÕES SOBRE MULHERES NEGRAS, FEMINISMO E JORNALISMO NO BRASIL

O primeiro capítulo desta dissertação está dividido em três blocos que se inter-relacionam. Centradas no pensamento de intelectuais negras, as reflexões desenvolvidas no primeiro bloco temático, intitulado “*O lixo vai falar, e numa boa*”: *a mulher negra como sujeita política*, introduzem a discussão sobre democracia racial, focando no modo como as mulheres negras são situadas no discurso central para a compreensão dos conflitos raciais no Brasil. Para tanto, me ancoro nos pensamentos de Lélia Gonzalez (2020 [1979; 1982; 1983]) e Sueli Carneiro (2011 [2000; 2002]; 2011, online; 2020 [1985; 2002; 2003]), duas intelectuais que produzem conhecimento e luta política dentro e fora da Academia.

O segundo bloco temático, *A “Outra” da alteridade: imagens de controle sobre mulheres negras*, destina-se a discutir a categoria imagens de controle — elaborada pela socióloga estadunidense Patricia Hill Collins (2019) e interpretada no contexto brasileiro pela pesquisadora Winnie Bueno (2020) — e as reflexões propostas por bell hooks (2019a; 2019b) quanto às dinâmicas representacionais atreladas às mulheres negras. No subtópico *Da cultura à produção de sentidos de gênero e raça pela linguagem* as categorias representação, estereotipagem e fetichismo são exploradas a fim de compreender seu funcionamento dentro da linguagem na produção de sentidos partilhados socialmente a partir da cultura, com base nas elaborações teóricas de Stuart Hall (1996; 2016) e Homi Bhabha (1998). Apoiada nessas categorias, explico como são tecidas histórias únicas, considerando sobretudo o sexismo e o racismo, tomando como base a noção teórica elaborada por Chimamanda Adichie (2019).

Finalmente, no bloco temático *Jornalismo e a produção de sentidos pela representação*, com base nas contribuições teóricas de Marcia Veiga da Silva (2014), discuto como o jornalismo constitui uma instância pedagógica cultural que exerce influência sobre a vida partilhada socialmente, o que significa dizer que ele é um dos principais espaços midiáticos em que são construídas e partilhadas representações sobre mulheres negras, por exemplo. Além disso, tecendo diálogos entre Marcia Veiga da Silva (2014) e Fabiana Moraes (2015; 2018; 2020), entre outras/os, discorro sobre características que limitam e potencializam o jornalismo, tomando como base o conceito de “jornalismo de subjetividade”. Relacionando as elaborações teóricas sobre imagens de controle, práticas representacionais e jornalismo enquanto instância pedagógica cultural é possível compreender a função do jornalismo como

mediador dos debates públicos e construtor de sentidos que influencia o modo como determinados grupos sociais, em especial as mulheres negras, veem a si mesmos, são vistos e tratados por outros sujeitas/os e instituições.

1.1 “O lixo vai falar, e numa boa”: a mulher negra como sujeita política

A democracia racial é assunto presente nas elaborações teóricas, que atravessam décadas, de duas importantes intelectuais brasileiras: Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro. Para Carneiro (2011 [2002]), em termos de miscigenação, o discurso que reina no Brasil tanto entre intelectuais quanto no senso comum é o de que, devido a tal processo, as pessoas nascidas no país têm dificuldades ou são impossibilitadas de definir sua identidade racial, de modo que nossa identidade se definiria, segundo esse discurso, pela impossibilidade de definição.

Ressaltando que a identidade étnico-racial é construída ou destruída socialmente, a autora explica que o desejo de embranquecimento foi plantado no seio brasileiro no contexto colonial, momento histórico em que foram reforçadas ideias negativas acerca da negritude e o oposto em relação à branquitude. Não menos importante nesse processo é a visão de outras pessoas acerca da/o sujeita/o racializada/o.

A violação colonial imposta por homens brancos a mulheres negras e indígenas e a miscigenação dela resultante não ficaram no passado, influenciaram a origem da identidade nacional e estruturam o mito da democracia racial vigorante na América Latina, como defendem Elisa Nascimento (2003) e Abdias Nascimento (2016 [1978]). No pensar de Carneiro, a “violência sexual colonial é o ‘cimento’ de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades” (CARNEIRO, 2011, online).

Dito de outro modo, olhar para as relações de gênero hoje ignorando a história brasileira, sobretudo no que diz respeito aos primeiros anos após a invasão europeia, é um equívoco, porque os arranjos elaborados naquele período permanecem presentes no imaginário e nas estruturas sociais, embora reelaborados à medida que se faz necessário. A filósofa argumenta também que essas dinâmicas recebem novos contornos e, embora estejam incluídas em uma ordem pretensamente democrática, não alteram as relações de gênero afetadas pela raça que vigoraram no período escravocrata.

Ainda na década de 1970, Lélia Gonzalez apontava os efeitos danosos da ideologia do

branqueamento⁷, pano de fundo da democracia racial, e de sua expressão última: a miscigenação. Conforme a autora, a articulação entre ideologia do branqueamento e mito da democracia racial resultou em comportamentos concretos adotados por pessoas negras: “se por em seu lugar” e tornar-se um/a “negro/a de alma branca” (GONZALEZ, 2020 [1979]). A eficácia do discurso ideológico pode ser medida pela internalização feita por beneficiárias/os e vítimas da opressão racial, de acordo com a autora. Ou seja, se pessoas negras e brancas internalizam a ideologia⁸ racista, ela será reproduzida em comportamentos e na consciência, o que, por óbvio, terá implicações práticas nos modos de pensar e agir dessas/es sujeitas/os nas mais variadas situações.

A esse respeito, no caso das mulheres, “É comum as negras bonitas serem ‘promovidas’ a mulatas ou morenas por um galanteador. Essa promoção, usada como forma de elogio, exige, em contrapartida, um sorriso envaidecido” (CARNEIRO, 2011 [2002], p. 53). Espera-se que mulheres negras reconhecidas por outras pessoas como “mulatas”⁹ ou morenas sejam gratas por essa espécie de título que lhes confere não apenas o reconhecimento de beleza física, mas também sugere reconhecê-las como sujeitas um pouco mais próximas à brancura — embora na prática nada mude estruturalmente, sendo este o mesmo processo a que pessoas de tons de pele mais claros eram submetidas no Brasil colônia (DAFLON, 2017).

Pensando a questão do elogio à perseguição da brancura, Lélia Gonzalez interpreta:

7 É importante frisar que a mestiçagem/miscigenação foi adotada como caminho para o embranquecimento, o que não ficou restrito ao plano discursivo, mas serviu como guia para políticas públicas executadas pelo Estado, como os incentivos de migrações de europeus a partir de 1870 e projetos de lei que impediam a entrada de imigrantes vindos dos continentes asiático e africano (DAFLON, 2017), medidas apontadas também por Abdias Nascimento (2016 [1978]) e Elisa Nascimento (2003).

8 O presente texto leva em conta a noção de ideologia que entende o racismo como fenômeno institucional e estrutural. Conforme explica Silvio Almeida (2018), sob essa perspectiva, o racismo é compreendido como sistema que molda não só a consciência, mas também o inconsciente, de modo que padrões de clivagem racial orientam a vida cultural e política na qual sujeitas/os se reconhecem como autoconscientes. Assim, afetos e práticas cotidianas são perpassados pelo racismo, independentemente de intenção consciente para existir. Já Patricia Hill Collins (2019) argumenta que a dimensão ideológica compõe o racismo, garantindo a elaboração de justificativas para as iniquidades sociorraciais impostas sistematicamente a pessoas negras.

9 Adoto a problematização proposta por Grada Kilomba (2019), que busca subverter a linguagem de termos problemáticos cujo uso foi inaugurado durante os projetos de colonização europeia. Segundo essa interpretação, palavras como “mestiça/o”, “mulata/o” e “negra/o” são formas de romantizar as relações perpetradas no contexto colonial. Os dois primeiros termos aludem à proibição de “cruzamento” entre pessoas de diferentes raças. De modo que as/os sujeitas/os resultantes dessas relações inter-raciais experimentariam novas identidades vinculadas à animalidade e, embora constituam diferentes posições na hierarquia colonial, sempre são inferiores ao ideal da brancura, a plenitude humana. Tendo em vista a subversão problematizadora proposta por Kilomba, os termos “mulata/o” e “mestiça/o” serão escritos neste texto sempre entre aspas, exceto quando aparecerem em citações diretas. Já as palavras “negra/o” e suas variações não serão colocadas entre aspas, pois, no Brasil, o termo e seus derivados foram reivindicados pelos movimentos negros visando construir uma identidade racial positiva que agregasse pretas/os e pardas/os.

É por aí que a gente entende por que dizem certas coisas, pensando que estão xingando a gente. Tem uma música antiga chamada “Nega do cabelo duro” que mostra direitinho por que eles querem que o cabelo da gente fique bom, liso e mole, né? É por isso que dizem que a gente tem beiços em vez de lábios, fornalha em vez de nariz e cabelo ruim (porque é duro). E quando querem elogiar dizem que a gente tem feições finas (e fino se opõe a grosso, né?). E tem gente que acredita tanto nisso que acaba usando creme pra clarear, esticando os cabelos, virando leidi e ficando com vergonha de ser preta. Pura besteira. (GONZALEZ, 2020 [1983], p. 86)

Portanto, a ideologia do branqueamento, combinada ao mito da democracia racial, torna incessantes as investidas lançadas sobre pessoas negras, no geral, e mulheres negras, em particular. Ademais, os termos “mulata” e morena são constantemente mobilizados por mulheres que não reconhecem sua negritude, mas, ao mesmo tempo, revelam, pela escolha dos referidos termos, ter ciência de que não pertencem ao grupo racial branco. A adoção dos termos pode, então, ser compreendida como uma tentativa de reparar, mesmo que apenas pela palavra, a humanidade negada às pessoas negras. Do mesmo modo, a tentativa de fabricar determinadas características físicas, como o cabelo liso e a pele mais clara citados por Gonzalez, também pode ser motivada pela busca de alcançar tal reconhecimento de humanidade.

No pensar de Sueli Carneiro (2011 [2000]), a miscigenação suporta o mito da democracia racial. Primeiro porque quando se defende a existência de uma sociedade harmônica quanto às relações raciais no Brasil um dos principais argumentos usados é a existência de intercuro sexual entre indígenas, brancas/os e negras/os, ignorando propositalmente todo o saldo de estupros realizados contra mulheres racializadas, tanto negras quanto indígenas, no contexto colonial (NASCIMENTO, 2003; NASCIMENTO, 2016 [1978]). Depois, porque a miscigenação resulta no embranquecimento que parte da instauração de uma “hierarquia cromática e de fenótipos que tem na base o negro retinto e no topo o ‘branco da terra’, oferecendo aos intermediários o benefício simbólico de estar mais próximos do ideal humano, o branco” (CARNEIRO, 2011 [2000], p. 55). Nessa construção racista, estar mais próximo do ideal não significa sê-lo, tampouco implica em transformações sistêmicas, como nos lembra Bianca Santana (2020, online).

Nesta direção, Lélia Gonzalez compreende o mito da democracia racial como uma forma de discurso/representação que esconde a realidade problemática vivida por negras/os no Brasil. O mito funciona como instrumento para garantir a continuação de privilégios de umas/uns construídos sobre a opressão de outras/os. Ele permite que o grupo racial dominante

justifique sua indiferença em relação às pessoas negras, pois, se no Brasil vigora uma democracia racial, a/o negra/o é a/o única/o responsável pelo seu próprio fracasso em termos políticos, econômicos, culturais etc. O mito da democracia racial constrói, ainda, a naturalização da ocupação de espaços subalternos por essas/es sujeitas/os (GONZALEZ, 2020 [1979]). No caso das mulheres negras, a articulação do racismo e do sexismo garante a naturalização da divisão sexual e racial do trabalho. Para a autora, até mesmo as correntes autointituladas progressistas incorrem neste tipo de naturalização.

Nesse diapasão, em se tratando de organizações que se consideram progressistas, é interessante pensar no movimento feminista — compreendido de forma ampla e genérica como aquele que visa lutar contra as opressões que atingem mulheres, sobretudo a opressão de gênero — e em sua relação com as demandas provenientes das diversas experiências de opressão vividas por grupos de mulheres plurais entre si. Sueli Carneiro (2020 [1985]) aponta que o movimento feminista desenvolvido no Brasil no século XX, por partir de uma noção eurocêntrica e universalizante da categoria “mulher”, se negava a admitir que a opressão racial provocava desigualdades intra-gênero.

A admissão implicaria reconhecer que, embora sofressem opressão de gênero, mulheres brancas estariam em situação de privilégio em relação às negras e indígenas. Como o movimento feminista hegemônico não tinha interesse em fazê-lo, a experiência histórica vivenciada por mulheres negras não era admitida pelo discurso clássico sobre a opressão da mulher, tampouco seus efeitos sobre a identidade de mulheres negras eram levados em conta (CARNEIRO, 2011, online).

Em razão dessa ignorância ativa, dentro do movimento feminista as pautas das mulheres negras eram constantemente colocadas em segundo plano ante uma ideia de universalização do gênero. Conforme explica a filósofa (2020 [2002]), a partir da compreensão das assimetrias intra-gênero e de seu lugar específico, mulheres negras começaram a se organizar politicamente de forma mais acentuada, em meados da década de

1980¹⁰, em enfrentamento às problemáticas que as alcançavam. Lélia Gonzalez relata um episódio de sua atuação em busca dos direitos das mulheres negras que é bastante ilustrativo da exclusão do grupo pelo movimento feminista. A situação foi vivenciada por ela no Encontro Nacional da Mulher, realizado no Rio de Janeiro em 1979:

[...] nossa participação causou reações contraditórias. Até aquele momento, tínhamos observado uma sucessão de falas acentuadamente de esquerda, que colocavam uma série de exigências quanto à luta contra a exploração da mulher, do operariado etc. etc. A unanimidade das participantes quanto a essas denúncias era absoluta. Mas no momento em que começamos a falar do racismo e suas práticas em termos de mulher negra, já não houve mais unanimidade. Nossa fala foi acusada de emocional por umas e até mesmo de revanchista por outras; todavia, as representantes de regiões mais pobres nos entenderam perfeitamente (eram mestiças em sua maioria). Toda a celeuma causada por nosso posicionamento significou, para nós, a caracterização de um duplo sintoma: de um lado, o atraso político (principalmente dos grupos que se consideravam mais progressistas), e do outro a grande necessidade de denegar o racismo para ocultar uma outra questão: a exploração da mulher negra pela mulher branca. (GONZALEZ, 2020 [1982], p. 61)

A fala da intelectual e militante realça a resistência apresentada pelos movimentos sociais, mesmo aqueles que se viam/veem como progressistas, quando o assunto era/é a dominação racial. Nota-se o silenciamento imposto às discussões que envolvem os conflitos raciais brasileiros. A pesquisadora Winnie Bueno (2020) alerta que o feminismo negro não é resposta nem desdobramento do feminismo branco. A invisibilização e o silenciamento provocados sobre a questão evidenciam a eficácia do racismo.

Para embasar sua fala, a autora lembra Esperança Garcia, mulher negra considerada postumamente a primeira advogada do Brasil por ter, no contexto da escravidão, utilizado sua capacidade de escrita para reivindicar condições de vida melhores para si e para os seus. A pesquisadora argumenta que inúmeras outras mulheres negras escravizadas resistiram e criaram estratégias para comprar liberdade para si e para outras pessoas, por exemplo. Portanto, o movimento feminista contemporâneo é uma continuação dessa tradição de lutas

10 A década de 1980 foi muito importante para a organização das mulheres negras brasileiras em movimentos sociais. Tomou corpo naquela época uma luta organizada que, em síntese, reivindicava a efetiva cidadania de mulheres negras, possível apenas com a superação dos diferentes tipos de discriminação que alcançavam/alcançam o grupo. Sueli Carneiro foi pioneira nesse processo. Em 1983, ao lado de Dulce Pereira, Tereza Santos, Vera Sampaio, entre outras, ela fundou o Coletivo Estadual de Mulheres Negras em São Paulo. A ação era uma resposta à movimentação que reinava na década, momento em que direitos eram evocados em razão do entendimento de que os direitos universais não eram suficientes para incluir as reivindicações que surgiam. Naquele ano havia sido criado em São Paulo o Conselho Estadual da Condição Feminina, no governo de Franco Montoro. Embora fosse uma importante conquista alcançada pelo movimento feminista, não tinha em seu quadro nenhuma conselheira negra. Assim, o Coletivo Estadual de Mulheres Negras “tinha a missão de constituir uma instância política de mulheres negras, com a tarefa de questionar um órgão recém-criado. [...] Não era por acaso que o recorte racial deixara de integrar os horizontes do Conselho” (BORGES, 2009, posição 600-607).

iniciada há séculos e com protagonismo bastante acentuado de mulheres negras, a despeito de sua invisibilização.

Ainda nos anos 1980, a luta das mulheres negras era contrária aos estereótipos que as estigmatizavam; às desigualdades em relação às mulheres brancas; e à “cidadania de terceira categoria” (CARNEIRO, 2020 [2002], p. 167) a que estavam relegadas em razão da discriminação que aglutina raça, classe e gênero. Com isso, Sueli Carneiro argumenta que a atuação das mulheres negras gera mudanças tanto na ação política feminista quanto na agenda antirracista. As reivindicações feitas por aquelas que têm a identidade política decorrente da experiência de ser mulher e negra enriquecem as duas lutas simultaneamente. Apesar disso, é importante negritar que tal identidade não é natural, mulheres negras não necessariamente têm consciência política somente por ocuparem determinado lugar na sociedade.

Por sua vez, Lélia Gonzalez (2020 [1982]) argumenta que a presença da mulher negra no Movimento Negro Unificado é importante, pois ao priorizar o racismo em seus combates, ela não recorrerá a um feminismo que a aparte dos companheiros homens negros. A esse respeito, Sueli Carneiro (2011, online) defende que o eixo articulador do feminismo negro construído em sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas como as latino-americanas é o racismo e seus impactos sobre as relações de gênero.

Gonzalez compreende como central o papel desempenhado pela “mulher negra anônima sustentáculo econômico, afetivo e moral de sua família” (2020 [1982], p. 64), pois, a despeito da pobreza e da solidão na vida afetiva, é essa mulher que tem “a chama da libertação”, por não ter nada a perder. É nessa mulher negra que há força e capacidade de busca por sobrevivência que estimula Lélia Gonzalez e as “irmãs mais afortunadas” a lutarem pelo seu povo. Portanto, para a intelectual, tanto quanto adversidades, há potência no lugar ocupado por mulheres negras.

Quando Sueli Carneiro escreveu o texto *Mulher negra*, em 1985, a população classificada como negra não chegava a 50% do total populacional brasileiro, mas a intelectual já chamava atenção para o fato de que as mulheres negras tinham grande expressividade em termos proporcionais. Segundo dados do censo demográfico realizado em 2010, as mulheres autodeclaradas pardas são 21,71% da população brasileira e as pretas, 3,67%. Ou seja, um quarto da população brasileira (25,38%) é formado por mulheres negras. Por isso, “enegrecer o feminismo” torna-se ainda mais indispensável.

A expressão foi elaborada por Sueli Carneiro para negritar a importância da atuação de mulheres negras e das mudanças provocadas por elas no movimento feminista brasileiro. Com o enegrecimento do feminismo, as desigualdades intra-gênero e as limitações do movimento foram apontadas; mulheres negras tomaram lugar como sujeitas políticas que olham o mundo desde onde estão localizadas, com suas lentes, matizes e especificidades; novas reivindicações puderam ser levadas em conta a partir de uma noção não essencialista do que é ser mulher. Desse modo, o enegrecimento do feminismo possibilitou a elaboração de uma agenda que atravessa politicamente diferentes áreas da vida social, entre as quais estão a saúde, a segurança pública e o mercado de trabalho (CARNEIRO, 2011, online).

Em suma, o enegrecimento do feminismo problematiza um movimento de mulheres que só consegue conceber um tipo de mulher: a com características eurocêntricas e universalizantes. Com suas óticas particulares, mulheres negras e indígenas fomentam a ampliação das concepções e do alcance do feminismo (CARNEIRO, 2020 [2003]). Sueli Carneiro (2020 [1985]) argumenta que tanto quanto o racismo, o sexismo tem efeito perverso sobre a vida de mulheres negras. A sobreposição do sexismo ao racismo provoca também diferenças entre homens negros e mulheres negras. O círculo vicioso de opressões que envolve o último grupo produz subalternização das mulheres negras, atingindo, portanto, todos os aspectos de sua vida social. Em razão dessa identidade produzida a partir de, pelo menos, duas opressões, as mulheres negras ocupam um lugar específico de luta: precisam atuar conjuntamente aos homens negros nas ações de enfrentamento ao racismo ao mesmo tempo em que devem se juntar às mulheres brancas nas batalhas contra o sexismo.

Entretanto, o processo de organização coletiva não é pacífico, tampouco simples. Não se trata de uma soma de forças e interesses comuns. Referindo-se às experiências construídas até a década de 1980 pelo movimento feminista nacional, Sueli Carneiro afirma que a luta se dava “contra as diferentes formas de discriminação sexual que atingem as mulheres em geral. E é precisamente nesse *geral* que residem as dificuldades” (CARNEIRO, 2020 [1985], p. 47, grifo da autora). A compreensão das mulheres como um grupo homogêneo, vítima das mesmas opressões e demandante das mesmas reivindicações limita o feminismo em termos de alcance de outras mulheres que não se enquadram na ideia padrão de mulher — aquela que se comporta de determinada forma, em que se sobressaem características como a fragilidade, a emotividade etc.

Do discurso feminista que achata as diferenças em nome de uma identidade feminina uníssona, resulta, tanto para Sueli Carneiro quanto para Lélia Gonzalez, um processo de colonização, pois as mulheres que não se enquadram nessas características tendem a buscar caber nessa identidade feminina construída e, conseqüentemente, intentam adequar as problemáticas vivenciadas por elas a esse modelo explicativo, ignorando suas complexidades e contradições. Uma das soluções adotadas pelo movimento feminista para lidar com essa tentativa de ajuste é a transformação desses grupos (mulheres negras, indígenas, lésbicas etc) em subtemas das questões centrais do movimento.

Sueli Carneiro critica a estratégia, pois pessoas negras compõem mais da metade da população brasileira, o que torna inconcebível tomar as problemáticas que decorrem do racismo — e que, conseqüentemente, atingem as mulheres negras — como subtemas nas discussões do movimento feminista brasileiro. Em um país de maioria populacional negra, “o problema do racismo adquire um caráter estrutural para qualquer análise das desigualdades existentes em nossa sociedade. Um desafio para a prática e o discurso feminista no Brasil” (CARNEIRO, 2020 [2002], p. 167).

Ademais, apesar de, em certa medida, denunciarem os estereótipos que aprisionam mulheres negras socialmente, as críticas tecidas por feministas brancas não foram direcionadas aos aspectos que garantem a elas privilégios raciais — o relato de Lélia Gonzalez em sua participação no Encontro Nacional da Mulher ilustra as reações de movimentos progressistas ante o apontamento do racismo. Como exemplo referente ao mercado de trabalho, Sueli Carneiro (2020 [1985]) e Lélia Gonzalez (2020 [1982]) apontam o critério de “boa aparência” — eufemismo adotado para dizer que só brancas poderiam concorrer a determinada vaga — exposto em anúncios de empregos destinados a mulheres. Ao não criticarem o arcabouço ideológico racista e machista que as construiu como o padrão estético ideal, mulheres brancas fomentam a opressão lançada sobre mulheres não brancas (CARNEIRO, 2020 [1985]), o que influencia de forma intensa o modo como mulheres negras se percebem e são percebidas.

No texto *Gênero e raça na sociedade brasileira* (2020 [2002]), Sueli Carneiro afirma que a definição de gênero/raça construída no Brasil é notadamente patriarcal e colonial, pois hierarquiza mulheres partindo de um ponto de vista patriarcal do que é ser mulher, plantando contradições no grupo feminino. Uma síntese desse processo pode ser percebida no ditado popular “Preta pra trabalhar, branca para casar e mulata pra fornicar”, citado tanto por Sueli

Carneiro quanto por Lélia Gonzalez em diferentes textos. Ao silenciar sobre a problemática racial e reverberar a hierarquização de mulheres e das demandas por elas apresentadas em razão do marcador racial, o movimento feminista reproduz as mesmas lógicas gestadas em contexto colonial e perpetuadas ao longo dos séculos em todos os níveis da vida na sociedade brasileira. Assim, a mulher negra não é apenas racializada, mas também oprimida em razão do gênero.

Em decorrência de tal fenômeno, a unidade de mulheres na construção de um movimento mais centralizado é dificultada, de modo que o movimento feminista desenvolvido posteriormente configura um espaço de disputas nas quais está impressa uma série de ressentimentos seculares e legítimos resultantes de opressões e privilégios guiados por estereótipos de gênero e raça (CARNEIRO, 2020 [2002]). Os ressentimentos geram confrontos que, conforme a intelectual, só começaram a ser diluídos depois da compreensão das diferenças e, a partir disso, do desenvolvimento da capacidade de diálogo. Quanto a esse debate, Winnie Bueno entende que dialogar sobre os pontos divergentes é fundamental para a criação de laços a partir do que nomeia como “solidariedade flexível”:

Compreendo que em alguns momentos não haverá uma política comum devido aos contextos que particularizaram nossas vivências, mas, em tantos outros, a partir de uma escuta engajada e comprometida, é possível criar agendas políticas comuns, que construam as pontes necessárias para o estabelecimento de sociedades equânimes e socialmente justas. (BUENO, 2020, p. 149)

As contradições fazem do movimento feminista um espaço de amplo e intenso embate quando se trata das diferenças entre mulheres brancas e negras, pois, como explica a filósofa Sueli Carneiro, até quando o mesmo problema é observado pelos dois grupos, há visões diferentes, em razão de fatores históricos, ideológicos e políticos. Diante da coexistência de opressão de raça, classe e gênero, é exigida das mulheres negras uma “tríplice militância” (CARNEIRO, 2020 [1985], p. 55) porque a solução efetiva dos problemas que atingem o referido grupo não pode estar alienada de nenhum desses fatores. Tendo isso em vista, é imprescindível que a variável racial esteja sempre articulada à de gênero e vice-versa, visto que a abordagem combinada dos dois marcadores permite a compreensão de diferentes fenômenos sociais, culturais e econômicos que violam direitos dessas parcelas da sociedade brasileira.

Para Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez, mulheres negras têm potencial político expressivo em razão do lugar social em que estão situadas. As autoras concordam que

organização e solidariedade são fundamentais para o alcance dos objetivos pretendidos pelas mulheres negras. As elaborações teóricas de ambas as intelectuais evidenciam que o movimento feminista deve buscar emancipar as mulheres de todas as formas de opressão. Para tanto, é primordial que a perspectiva do movimento seja ampliada, conseguindo vislumbrar outras vivências, saberes e possibilidades. Neste sentido, as mulheres negras têm desempenhado importante papel.

1.2 A “Outra” da alteridade: imagens de controle sobre mulheres negras

A socióloga estadunidense Patricia Hill Collins explica que há imagens de controle para todos os grupos sociais e elas não necessariamente têm um conteúdo negativo. Homens brancos, por exemplo, informados por imagens de controle, podem comumente acreditar que são mais inteligentes ou capazes do que os integrantes de outros grupos (TV BOITEMPO, 2019, online). Mas as imagens de controle construídas sobre mulheres negras são majoritariamente negativas, o que as torna um problema ainda maior, visto que muitas vezes elas são internalizadas pelo grupo, que é constantemente desafiado a não se deixar levar e definir por elas.

No caso específico das mulheres negras, as imagens de controle garantem ideologicamente a justificativa para que elas sejam mantidas em situação de injustiça social. Por exemplo, quando um jornal constrói em suas matérias representações sobre mulheres negras repletas de estereótipos e fetiches, essa ação não é isenta, muito menos livre de conteúdo ideológico — a despeito dos almejados ideais de “imparcialidade”, “neutralidade”, “objetividade”, “isenção” que rondam o jornalismo. Pelo contrário, está se servindo a uma lógica secular de desumanização e de (re)produção de imagens de mulheres negras como sujeitas que merecem viver sob condições precárias pelas quais são responsabilizadas.

A pesquisadora brasileira Winnie Bueno, que estudou o pensamento de Collins e o sistematizou tendo o conceito de imagens de controle como centro, explica que essas imagens integram “uma ideologia generalizada de dominação que opera a partir de uma lógica autoritária de poder, a qual nomeia, caracteriza e manipula significados sobre as vidas de mulheres negras que são dissonantes daquilo que elas enunciam sobre si mesmas” (BUENO, 2020, p. 79). As imagens de controle reproduzem discursos não apenas problemáticos pelo conteúdo que carregam, mas também falsos e, que, de tanto serem repetidos, ganham *status*

de verdade e geram consequências materiais e subjetivas não somente sobre as vidas de mulheres negras como também das comunidades negras como um todo.

As imagens de controle lançadas sobre mulheres negras discutidas por Patricia Hill Collins no livro *Pensamento feminista negro* são: 1) *mammy* — “a serviçal fiel e obediente” (COLLINS, 2019, p. 140); 2) matriarca — a mulher negra forte, não feminina, castradora e mãe ruim; 3) *welfare mother* ou mãe dependente do Estado — “acomodada, satisfeita com os auxílios concedidos pelo governo, [...] fuge do trabalho e transmite valores negativos para os descendentes” (COLLINS, 2019, p. 152); 4) *welfare queen* ou rainha dependente da assistência social — “contando com os subsídios públicos, as rainhas negras do bem-estar aceitam dinheiro suado de cidadãos que pagam impostos e são casadas com o Estado” (COLLINS, 2019, p. 153); 5) dama negra — pertencente à classe média, “*mammy* moderna [...], profissional negra diligente, que trabalha duas vezes mais que os outros” (COLLINS, 2019, p. 154), carrega, ainda, traços da matriarca, uma vez que não tem tempo para homens ou é assertiva demais a ponto de não conseguir se relacionar com eles; e 6) jezebel ou *hoochie* — “símbolo racializado e generificado da sexualidade feminina desviante” (COLLINS, 2019, p. 157).

Embora a sistematização apresentada no parágrafo anterior não dê, em hipótese alguma, conta de expor a complexidade da teorização elaborada pela socióloga Patricia Hill Collins, me interessa pensar como há dimensões de controle comuns a todas elas. A autora explica que tais imagens de controle demonstram como uma elite branca e masculina deseja definir sexualidade e fecundidade de mulheres negras. Ou seja, as imagens de controle fazem parte de uma rede reproduzida socialmente não por acaso, mas visando concretizar interesses relacionados à justificação de opressões de raça, classe, sexualidade e gênero por meio da reprodução e disseminação de representações dessas/es sujeita/os como inadequadas/os, desviantes.

As imagens de controle têm como função organizar “ideologicamente a forma com que as opressões se cruzam, independentemente da maneira com que intersecções específicas podem ou não estar contidas em cada imagem de controle” (BUENO, 2020, p. 87). Elas têm ligação direta com a matriz de dominação, conceito que não se refere ao acúmulo de opressões de raça, classe, gênero e sexualidade etc manifestas nas vidas de pessoas, mas compreende essas instâncias como sistemas de dominação social articulados entre si. A

escritora e feminista negra estadunidense bell hooks¹¹ (2019a) vai na mesma direção, ao defender que mais interessante do que pensar em sobreposição de sistemas de dominação é considerar sua interconectividade, uma vez que essa forma de articular o discurso não nos permite esquecer que é impossível resolver um aspecto se alienando dos demais.

Nesse processo, as instituições decidem como as opressões serão organizadas a fim de conter os grupos subordinados de acordo com as necessidades demandadas pelos grupos hegemônicos em cada contexto histórico. Winnie Bueno cita como exemplo a não extinção da dominação racial quando o sistema escravocrata foi abolido, isto é, a abolição “significou apenas que um sistema de dominação foi substituído por outro, exigindo, portanto, uma mudança nos padrões de opressão para que a subordinação dos negros permanecesse, mas agora sob outra forma” (2020, p. 34).

Em outras palavras, as instituições informadas pelas imagens de controle dão prosseguimento às lógicas coloniais reproduzidas socialmente. O intuito final das imagens de controle impostas às mulheres negras é garantir que as desigualdades sociorraciais pareçam inevitáveis e naturais. A partir delas, constrói-se a perpetuação da opressão das pertencentes ao grupo e de suas comunidades:

As imagens de controle são a justificativa ideológica que sustenta a continuidade dos sistemas de dominação racistas e sexistas que buscam manter as mulheres negras em situação de injustiça social. São uma forma potente de atacar a assertividade e a resistência de mulheres negras à sua objetificação enquanto o outro da sociedade. Ao retratar as mulheres negras através de estereótipos que as desumanizam, os grupos dominantes estabelecem uma miríade de justificativas que buscam perpetuar as iniquidades sociais e violências que eles impõem às mulheres negras em todo o globo. (BUENO, 2020, p. 79)

Por isso, mesmo quando as imagens de controle engendradas a respeito de mulheres negras são aparentemente positivas, elas trazem consigo uma série de problemas para o grupo,

¹¹ Nomeada como Gloria Jean Watkins, a autora adotou o pseudônimo bell hooks, sempre em letras minúsculas, em sua escrita e depois passou a se nomear assim em palestras, para evitar confusões. O nome é referência a sua bisavó materna, Bell Hooks: “Durante minha infância, este nome era usado para falar da memória de uma mulher forte, uma mulher que falava o que vinha à cabeça. No então mundo segregado da nossa comunidade negra, uma mulher forte era alguém capaz de fazer o seu próprio caminho neste mundo, uma mulher com características geralmente associadas a homens — ela mataria pela família e pela honra, faria o que fosse necessário para sobreviver, ela honrava a sua palavra. Reivindicar este nome era uma maneira de vincular minha voz a um legado ancestral da fala das mulheres — do poder da mulher.” (HOOKS, 2019a, p. 326). A adoção do pseudônimo encarnava também a tentativa de demarcar que as ideias da autora eram expressões suas, mas não sua imagem completa. Com o uso desse nome, bell hooks pretendia separar ideias e identidade/personalidade, para que críticas pudessem ser feitas de forma mais livre ao seu pensamento, sem serem confundidas com a autora, evitando, também, o culto às personalidades, visto pela autora como um empecilho ao movimento feminista.

pois são definições externas, segundo Collins (2019). A autora diferencia imagens de controle de estereótipos. Por estarem vinculadas a relações de poder, as imagens de controle impactam o modo como as pessoas e instituições em geral veem e tratam mulheres negras, como as próprias mulheres negras enxergam a si mesmas e afetam o modo como essas mulheres precisam resistir a esse mecanismo: sempre há alguém supostamente mais qualificado para falar sobre as mulheres negras do que elas mesmas.

Por isso, Collins explica que há muitas pessoas que acham que conhecem mulheres negras, entendidas como um grupo homogêneo, por terem consumido conteúdos midiáticos que as retratam de determinadas formas: representações que as retratam como sujeitas serviçais (*mammies*), ameaçadoras (matriarcas), sexualmente incontroláveis (*jezebel*) e assim por diante. Desse modo, a autodefinição adquire importância central no que tange à capacidade de mulheres negras em recuperarem a si mesmas e a nomearem a própria existência (COLLINS, 2019; BUENO, 2020).

As autoras explicam que o pensamento binário é uma das bases para a definição das imagens de controle, pois, além de ter sustentado a dominação escravista de negras e negros, bem como as políticas neocoloniais, a partir de seu uso, as mulheres negras são construídas como o “Outro” da sociedade. Assim, seu comportamento e sexualidade são usados como justificativa para a opressão, pelo fato de serem marcados como desviantes em relação ao que é construído socialmente como normal, civilizado e humano.

O pensamento binário sustenta, portanto, a construção da diferença e a consequente objetificação desse grupo, de modo semelhante ao que acontece com pessoas negras no geral, mas com o agravante da questão de gênero, já que a mulher negra não é apenas “Outro” em relação a sua condição racial, mas também à de gênero. Há outros marcadores como os de sexualidade e classe que também colaboram com essa objetificação provocada pelo pensamento binário organizador do mundo em sentidos localizados em polos opostos, um mundo sem nuances. Nessa direção, a artista e psicóloga portuguesa Grada Kilomba (2019) argumenta que as mulheres negras são construídas como a “Outra” de outras/os ou a “Outra” da alteridade, pois, diferentemente de mulheres brancas e homens negros, não têm *status* oscilante, uma vez que não são homens, tampouco brancas.

É importante negritar que a objetificação de mulheres negras em razão das imagens de controle não é feita apenas por pessoas brancas. Pessoas negras também podem internalizar as imagens de controle, do mesmo modo como introjetam a lógica do racismo, como demonstra

o trabalho da psicóloga Neusa Souza (2019 [1983]), que será discutido no próximo capítulo deste trabalho. A diferença é que quando homens negros tratam mulheres negras a partir das imagens de controle, eles automaticamente objetificam a si mesmos (BUENO, 2020). Isso ocorre porque, como argumentam Collins (2019) e Bueno (2020), as imagens de controle lançadas sobre mulheres negras produzem interdições não somente a elas, mas a toda a comunidade negra.

Por tudo isso, as imagens de controle têm efeitos materiais nas vidas de mulheres negras, pois servem como fundamento para formulação de políticas institucionais que impõem limites estruturais, sedimentando as condições de precariedade que alcançam esse grupo — e não apenas ele, visto que as desigualdades que recaem sobre pessoas negras são justificadas por meio das imagens de controle que definem mulheres negras como culpadas pela situação de privação socioeconômica de toda a sua comunidade familiar, por exemplo. Ao mesmo tempo, carregam pressupostos que visam o silenciamento e a imobilização de lutas e estratégias elaboradas por mulheres negras em busca de sobrevivência ante o cenário de injustiça social que vivenciam (COLLINS, 2019; BUENO, 2020).

A fim de explorar o funcionamento da dimensão ideológica do racismo e do sexismo, Patricia Hill Collins toma como exemplo o modo como o padrão branco e hegemônico de beleza deprecia as vidas de mulheres negras. Para serem consideradas bonitas, mulheres brancas são colocadas em oposição às negras, por sua vez, consideradas a representação da feiura, da inadequação. Nesse sentido, a valoração da beleza é atravessada por raça, gênero e sexualidade, uma vez que

A negritude dos homens negros os penaliza. No entanto, por não serem mulheres, valorações de sua autoestima não dependem tanto de quão atraentes são no aspecto físico. Em contraste, parte da objetificação de toda mulher está ligada à valoração de sua aparência. No pensamento binário, mulheres brancas e negras, como coletividades, representam polos opostos, enquanto latinas, asiático-americanas e indígenas disputam as posições intermediárias. (COLLINS, 2019, p. 167)

Nessa dinâmica, explica a socióloga, mulheres brancas, quando julgadas por sua aparência física e atratividade são objetificadas. Concomitantemente, porém, essas mesmas mulheres são beneficiadas por encarnarem determinadas características fenotípicas, especialmente a cor da pele e a lisura dos cabelos, devido à atribuição racista de sentidos lançada aos corpos de acordo com a aproximação/lonjura de características raciais desejadas/indesejadas. Por outro lado, mulheres negras lidam com o fato de nunca

conseguirem se encaixar plenamente nos padrões de beleza brancos. Ainda assim, tentam, de diversas formas, fabricar características fenotípicas que possam aproximá-las do ideal valorizado socialmente.

Embora Collins (2019) se refira à realidade vivida por afro-americanas, é possível estabelecer um paralelo com a vivência de pessoas negras brasileiras. No Brasil, como se sabe, circulam de forma muito intensa as ideias de miscigenação e democracia racial, o que colabora com a defesa da tese de que não há racismo no país. Entretanto, lançando seu olhar para a relação de negras/os com o corpo e o cabelo, pesquisadoras/es brasileiras/os, como a antropóloga Nilma Lino Gomes (2020 [2006]), têm desenvolvido estudos que evidenciam o quanto a dimensão estética é arena de disputas raciais — como veremos detalhadamente no próximo capítulo deste texto.

Winnie Bueno (2020) chama atenção para a importância de compreender como as imagens de controle foram estruturadas e reestruturadas historicamente, pois, a partir disso, é possível entender de forma mais ampla e complexa os arranjos opressores desenhados ao longo do tempo e a depender da matriz de dominação onde tais imagens de controle são reformuladas. Quando os processos de subjetivação e o consequente empoderamento político e de autonomia de mulheres negras são interditados em razão do uso de imagens de controle, consegue-se impedir que os sistemas de poder centralizados nas perspectivas ideológicas da masculinidade branca hegemônica sejam ameaçados, garantindo, portanto, a manutenção dos lugares sociais, as interdições impostas a determinados grupos e os privilégios de outros em relação ao alcance de subjetivação e direitos.

A matriz de dominação brasileira constitui-se também pela exaltação da miscigenação como característica louvável e pela exploração de estereótipos sexuais mobilizados para justificar a exploração de negras/os, negando a subjetividade dessas pessoas e lançando-as a um vazio de sentidos de ser a partir de sua objetificação sexual, argumenta Winnie Bueno (2020). A autora explica que no Brasil imagens de controle semelhantes às da *jezebel* e da *mammy* têm forte relação com o mito da democracia racial:

No contexto brasileiro, as teorias sociológicas clássicas a respeito de raça se sustentaram a partir de imagens de controle que apresentam contornos muito semelhantes às figuras descritas por Patricia Hill Collins. A narrativa de uma escravização à brasileira, cordial e menos segregatória do que a experiência da escravidão no sul dos Estados Unidos, foi alicerçada em estereótipos a respeito do comportamento de mulheres negras que foram mobilizados academicamente como forma de justificar o cenário social consequente da escravização. Teóricos como Gilberto Freyre tiveram papel central na construção do mito da democracia racial,

que coloca mulheres negras como centrais na conciliação dos conflitos raciais, como se elas não oferecessem resistência às violências às quais eram submetidas. (BUENO, 2020, p. 90)

Graças ao referido mito, a violência sexual a que mulheres negras e indígenas foram submetidas ganhou ares de romance. A “mulata”, equivalente brasileira à estadunidense *jezebel*, figura que representa a suposta sexualidade insaciável de mulheres negras foi utilizada como justificativa para as atrocidades impostas sobre mulheres negras no contexto da escravidão: por um lado, construía a sexualidade de mulheres negras como uma aberração; por outro, absolvía os homens brancos que cometiam violência sexual contra essas mulheres. Já a imagem de controle da *mammy* justificava/justifica que mulheres negras fossem/sejam vistas como passivas, submissas e disponíveis para servir às/aos brancas/os; além de permitir a disseminação de representações de pessoas negras como acomodadas diante de situações de injustiça social (BUENO, 2020).

No Brasil, a exploração da mulher negra como mucama¹² deu origem a três figuras: a mãe preta, a doméstica e a mulata. A primeira é construída na ideologia oficial como prova de integração e harmonia racial, representando a acomodação, aquela que aceitou a escravidão de forma passiva. Porém, no pensar de Gonzalez (2020 [1982]) a mãe preta desempenhou, na verdade, um papel estratégico de resistência passiva, por meio do qual influenciou os valores e crenças da cultura brasileira, uma vez que ocupou o papel de mãe. Dialogando com o pensamento laciano, que compreende a linguagem como fator de ingresso na dimensão da cultura, Lélia Gonzalez (2020 [1983]) afirma que a cultura brasileira é expressivamente negra — a despeito do racismo e de todas as violências lançadas à população negra devido a ele —, graças à mãe preta, que africanizou o português falado no Brasil (o pretuguês) e a própria cultura brasileira.

Já a doméstica e a “mulata” são duas faces da mesma moeda, encarnando, inclusive, as lógicas de funcionamento do mito da democracia racial, pois todo o suposto encantamento e o louvor direcionados às mulheres negras no carnaval caem por terra no dia a dia, quando

12 O termo mucama remonta ao período do Brasil colônia e se refere às mulheres negras escravizadas que trabalhavam no acompanhamento de pessoas da família a que pertenciam (como objeto e não por parentesco) e que também podiam desempenhar a função de ama de leite. Além disso, a mucama tinha as tarefas de “manter, em todos os níveis, o bom andamento da casa-grande: lavar, passar, cozinhar, fiar, tecer, costurar e amamentar as crianças nascidas do ventre ‘livre’ das sinhazinhas. E isso sem contar com as investidas sexuais do senhor branco que, muitas vezes, convidava parentes mais jovens para se iniciarem sexualmente com as mucamas mais atraentes. Desnecessário dizer o quanto eram objeto do ciúme rancoroso da senhora. Após o trabalho pesado na casa-grande, cabia-lhes também o cuidado dos próprios filhos, além da assistência aos companheiros chegados das plantações, engenhos etc. quase mortos de fome e de cansaço.” (GONZALEZ, 2020 [1982], p. 53).

ocupam o lugar de empregadas domésticas¹³ (GONZALEZ, 2020 [1983]). Portanto, as formas de integração e rejeição de seus papéis são muito bem definidas: mulheres negras são “exaltadas” quando entendidas como um corpo à disposição, no sentido sexual, mas quando vistas no desempenho das funções às quais são estruturalmente destinadas, em razão das opressões de gênero, raça e classe, sofrem desumanização por parte daquelas mesmas pessoas que as louvavam. O emprego de uma categoria ou de outra depende da situação, embora ambos os significantes tenham a mesma origem (GONZALEZ, 2020 [1983]). Assim, essas figuras reforçam os mitos que constroem mulheres negras como excessivamente sensuais ou naturalmente servis.

O conteúdo ideológico que forma as imagens de controle é expresso e difundido a partir de estratégias representacionais, a exemplo da estereotipagem e do fetichismo. Os resultados dessas práticas representacionais, por sua vez, não podem ser lidos como naturais ou como mero acaso, visto que desempenham o papel de justificar as violências às quais mulheres negras são submetidas constantemente nas diversas dimensões de suas vidas. Nessa dinâmica, a mídia é central, pois é um dos principais canais de difusão de representações assentadas em imagens de controle.

Assim, dá prosseguimento à dinâmica de construção e difusão de justificativas para a manutenção das estruturas que garantem as iniquidades raciais: “As imagens de controle contêm a substância das ideologias racistas na conformação de novas formas de racismo. A mídia reproduz e circula essas imagens que, ao mesmo tempo em que são assimiladas, são resistidas, inclusive dentro da própria mídia” (BUENO, 2020, p. 117-118). Quando, por exemplo, a mídia constrói conteúdos que retratam mulheres beneficiárias de programas de redistribuição de renda, a exemplo do Bolsa Família, como pessoas que não se esforçam o suficiente para não precisar do auxílio financeiro ou mesmo dando a entender que esse tipo de política pública é gasto excessivo ou desnecessário que prejudica a economia do país, se está reproduzindo a imagem de controle da *welfare mother*, alimentando, nesse sentido, uma forma específica de racismo, uma vez que parte significativa das famílias que recebe esses auxílios é negra¹⁴.

Combinado ao racismo está o sexismo, visto que essa imagem tem seu controle direcionado para a sexualidade e a fertilidade de mulheres negras ao sugerir que elas têm

13 Lélia Gonzalez (2020 [1982]) não fala apenas das empregadas domésticas que trabalham como faxineiras em moradias, mas também daquelas que prestam serviços de baixa remuneração em escolas, hospitais, supermercados etc.

muitas/os filhas/os com o intuito de serem beneficiárias do referido programa de redistribuição de renda. Entretanto, por mais perversos que sejam os efeitos das imagens de controle, elas não são recebidas de modo passivo. Há formas de resistência sendo mobilizadas em contraponto, assim como no período histórico em que a escravidão vigorava.

O modo como o ocidente branco enxerga mulheres negras, sobretudo, as africanas, segue sendo alimentado pelas imagens de controle inauguradas no século XIX. A homogeneização das imagens de mulheres negras e de papéis a elas atribuídos no cinema ou nas telenovelas, por exemplo, colabora com a consolidação de estereótipos no imaginário partilhado socialmente — estereótipos geralmente relacionados à submissão, à disponibilidade sexual, ao serviço doméstico, reforçando novamente o cerne de imagens de controle. A mídia ecoa, de diferentes formas, a ideia de que mulheres negras são a “Outra” da sociedade (COLLINS, 2019; BUENO, 2020).

Embora haja diferenças entre as matrizes de dominação que operam em cada contexto, as imagens de controle em todos os lugares aprisionam mulheres negras a uma série de representações estereotipadas e/ou fetichizadas. Disso resulta a interdição do acesso das integrantes desse grupo a direitos básicos, à cidadania plena. Sobre a função desempenhada pelos diversos produtos midiáticos, Bueno (2020) argumenta que filmes, telenovelas e programas jornalísticos têm dado vazão a imagens de controle que utilizam as definições construídas externamente sobre mulheres negras como justificativa para o tratamento desumano imposto ao grupo. Assim, serve como plataforma útil àqueles que buscam controlar

14 Bolsa Família foi um programa de transferência de renda implantado pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) por meio da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 e revogado pela Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021 no governo de Jair Bolsonaro (à época, sem partido). O programa beneficiava 13,7 milhões de famílias em 2013 e dava preferência às mulheres como titulares dos cartões de saque do benefício. Em março daquele ano, 49.637.552 pessoas eram beneficiadas pelo Programa Bolsa Família (PBF), o que equivalia a 26% da população brasileira à época (CAMARGO *et al.*, 2013). Ainda segundo o estudo, que reúne dados do órgão responsável pelo programa, a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), “No que tange a distribuição por sexo, entre os beneficiários do PBF, predomina o sexo feminino, com 55,5%. Esta proporção é muito semelhante em todas as regiões. Comparando-se com os dados do censo 2010, segundo o qual 51,0% da população são mulheres, verifica-se um perfil mais feminino nas famílias em situação de pobreza e extrema pobreza do que na população em geral.” (CAMARGO *et al.*, 2013, p. 171). Sobre a distribuição do benefício por cor/raça, os dados revelam que pardas/os eram maioria entre beneficiárias/os do PBF, representando 66,7% do total; em seguida, estavam as/os brancas/os, 24,8%; e pretas/os, 7%. Ou seja, pessoas pertencentes à população negra representavam à época 73,7% do universo beneficiado pelo Bolsa Família. Com o intuito de colocar o Programa em xeque, mitos foram construídos sobre ele, entre os quais a difusão da ideia de que pessoas pobres beneficiadas não saberiam administrar o recurso financeiro, a noção de que as mulheres beneficiárias teriam mais filhos para receber mais dinheiro e o argumento de que a oferta do aporte monetário acomodaria as famílias beneficiárias que se tornariam dependentes dos recursos do Estado (CAMPELLO, 2013).

corpos, comportamentos, fertilidade, maternidade e acesso a condições melhores no que se refere à educação, trabalho, saúde, assistência social etc por parte da população negra.

Em razão disso, é fundamental que jornalistas tenham em mente a dimensão ideológica e as consequências de seu trabalho. A reflexão não pode estar apartada do dia a dia profissional da categoria. A esse respeito, Winnie Bueno questiona:

A qual imagem de controle a mídia brasileira está recorrendo quando mais uma vez reproduz uma representação estereotipada de uma mulher negra em suas novelas e filmes? Qual imagem de controle está sendo mobilizada quando é noticiado no jornal uma situação de violência vivenciada por uma mulher negra? Que imagem de controle o judiciário está utilizando para impedir uma mulher negra de acessar a justiça de maneira plena? O principal questionamento, entretanto, que emerge em minha mente a cada momento em que observo o racismo e o sexismo após me engajar na obra de Patricia Hill Collins é: como iremos articular uma nova resistência à violência inculcada no controle exercido por esses estereótipos? (BUENO, 2020, p. 150)

Questionamentos como os primeiros apresentados pela pesquisadora devem permear o trabalho jornalístico em todas as suas etapas de produção. Já a última pergunta aponta para um aspecto fundamental: mulheres negras não estão passivas ante as imagens de controle, a despeito de sua circulação expressiva. A principal forma de resistir às imagens de controle é a autodefinição, ou seja, não se deixar ser aprisionada por essas imagens, mas construir narrativas sobre si mesma a partir de um ponto de vista autodefinido, segundo Collins (2019). A autora explica que há espaços seguros — entre os quais estão, no contexto estadunidense, as relações das mulheres negras umas com as outras; a tradição do *blues*; e as vozes das escritoras negras — nos quais as mulheres negras se empoderam por meio da autodefinição, de modo que conseguem articular resistência à ideologia hegemônica que circula tanto na esfera da sociedade civil quanto na das instituições afro-americanas.

O lugar ocupado por mulheres negras, nesse sentido, se constitui como potência. Diante de todas as dinâmicas de dominação enfrentadas, mulheres negras criam estratégias de resistência que visam à justiça social e produzem conhecimento que é uma alternativa para uma leitura das opressões vividas por pessoas submetidas a outras formas de dominação. Ao mesmo tempo, o conhecimento produzido por mulheres negras não se restringe àquele validado pelas Academias. Winnie Bueno (2020) aponta as contribuições elaboradas por trabalhadoras domésticas e mulheres líderes de terreiros de religiões de matriz africana como exemplos da produção de conhecimento que parte de um ponto de vista autodefinido.

Referindo-se ao seu país de nascimento, a escritora estadunidense bell hooks (2019b) observa que as imagens de pessoas negras no cinema, na TV, em fotografias etc pouco mudaram ao longo do tempo, de modo que o domínio das representações continua estimulando e retratando a supremacia branca¹⁵ — a ideologia racista e o colonialismo. Essas imagens não são construídas apenas por pessoas brancas, mas também por “pessoas não brancas ou negras que vejam o mundo pelas lentes da supremacia branca — o racismo internalizado” (HOOKS, 2019b, p. 32). Quando o fazem, pessoas negras colaboram com a manutenção dos sistemas de dominação que as oprimem, muitas vezes sem sequer tomar consciência disso, porque as formas de saber dominantes informam suas percepções da realidade. Isso nos lembra também que ser negra/o tanto não é uma condição dada a priori quanto não garante que essas pessoas consigam naturalmente enxergar outras perspectivas. Nas palavras da autora, “A habilidade crítica da espectadora negra surge de um lugar de resistência apenas quando as mulheres negras individualmente resistem de modo ativo à imposição de formas dominantes de ver e de saber.” (HOOKS, 2019b, p. 236).

Conforme a pensadora, mesmo mulheres negras conscientes da existência do racismo não necessariamente são politizadas a ponto de construir um olhar opositor. Pensando sobre o Brasil, de saída, sabemos que a consciência do racismo ainda não é realidade, uma vez que as ideias circulantes quanto às relações raciais se ancoram no mito da democracia racial. Assim, a expressividade proporcional de população negra do país (56,2% do total, sendo 46,8% parda e 9,4% preta, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019) não garante que o racismo não esteja presente em falas, ditos populares e nos produtos culturais e midiáticos em geral.

O controle das imagens veiculadas, sobretudo, nas mídias de massa é, então, uma ferramenta imprescindível para a manutenção do sistema de dominação racial (HOOKS, 2019b), determinando como todas/os enxergam essas/es sujeitas/os cujas imagens são controladas, inclusive como eles veem a si mesmos. Neste sentido, é importante haver, por parte dos que vivem em sociedade, o exercício de questionamentos, reflexões e criticidade constantes quanto às diversas representações produzidas, reproduzidas e consumidas diariamente. Afinal, é a partir delas que são formuladas as significações, os sentidos

15 Conforme nota de Stephanie Borges, tradutora de *Olhares negros: raça e representação*, as expressões “supremacia branca” e “cultura supremacista branca”, presentes no livro de bell hooks, dizem respeito à ideologia racista e ao colonialismo que, nas diversas áreas do conhecimento e das artes, privilegiam a perspectiva de homens brancos, sobretudo europeus, em detrimento das de integrantes de outros grupos, a exemplo de negros e indígenas, classificados pela perspectiva racista/colonial como inferiores.

atribuídos a determinados grupos. Vale ressaltar ainda que os sentidos não apenas existem no plano simbólico, têm influência nos cotidianos dessas/es sujeitas/os marcadas/os, neste caso, racialmente (WOODWARD, 2012), de modo que, no caso do Brasil, a manifestação do racismo é bastante demonstrada pelo insulto racista em si, como nos casos de injúria racial abordados teoricamente no capítulo seguinte deste texto. No caso de injúria racial contra mulheres negras, os contornos de gênero dão outras nuances ao crime.

Além disso, para hooks (2019b), é fundamental que pessoas negras consigam desenvolver a capacidade de olhar de outras formas para a negritude, não apenas questionando as representações apresentadas nos produtos culturais com base na classificação binária bom/mau, mas buscando compreender como os entrelaçamentos entre raça e gênero são construídos. Daí a importância do olhar opositor, ato de rebeldia, que parte do desenvolvimento de uma consciência crítica quanto às políticas de raça e racismo. Tal modo de olhar, portanto, não é passivo, não diz respeito apenas ao ato de enxergar ou mesmo constatar o modo como as representações são construídas e partilhadas socialmente, trata-se de conhecer o presente de forma crítica e inventar possibilidades para o futuro que não estejam sujeitas à perspectiva colonizadora. hooks questiona:

A partir de qual perspectiva política nós sonhamos, olhamos, criamos e agimos? Para aqueles que ousam desejar de modo diferente, que procuram desviar o olhar das formas convencionais de ver a negritude e nossas identidades, a questão da raça e da representação não se restringe apenas a criticar o status quo. É também uma questão de transformar as imagens, criar alternativas, questionar quais tipos de imagens subverter, apresentar alternativas críticas e transformar nossas visões de mundo e nos afastar de pensamentos dualistas acerca do bom e do mau. Abrir espaço para imagens transgressoras, para a visão rebelde fora da lei, é essencial em qualquer esforço para criar um contexto para a transformação. E, se houve pouco progresso, é porque nós transformamos as imagens sem alterar os paradigmas, sem mudar perspectivas e modos de ver. (HOOKS, 2019b, p. 36-37)

É fundamental que todas/os estejam engajadas/os política e eticamente na luta antirracista, não apenas as vítimas deste sistema de dominação. Cada ator social tendo ciência do *locus* a partir de onde enxerga o mundo, o concebe e é por ele concebido. A socialização promovida pela mídia de massas e pelos sistemas educacionais faz com que pessoas negras e brancas internalizem valores da supremacia branca, apesar de que ninguém é totalmente passivo ante os processos de socialização. Assim, a resistência ininterrupta e movimentos progressistas que visem a libertação das pessoas negras a partir da autodefinição precisa estar combinada a rituais de afirmação dessas/es sujeitas/os e também a uma luta antirracista ativa

que objetive transformar a sociedade (HOOKS, 2019b). Como problemas complexos, racismo e sexismo exigem soluções que também o sejam.

No mesmo sentido, o advogado brasileiro Silvio Almeida (2018) atribui ao sistema educacional, aos meios de comunicação de massa e à indústria cultural a responsabilidade pelo constante reforço ao imaginário social que o racismo constitui. Citando o exemplo de telenovelas que, exaustivamente, atribuem às atrizes negras papéis de empregadas domésticas, o autor diz que uma pessoa que consome esse tipo de produto por muito tempo vai se acostumar com essa representação a ponto de considerá-la natural. Em última análise, naturalizar determinadas representações significa perpetuar situações retratadas nelas, já que tais situações não são problematizadas, na maioria das vezes, caindo em um lugar de invisibilidade, apesar de tanto estarem diante de nossos olhos.

Por ser um sistema de dominação e, portanto, demandar poder, o racismo faz com que a estrutura social esteja organizada de modo a favorecer e a colocar em posições de destaque positivo pessoas brancas, enquanto às negras o tratamento reservado é oposto. Estas estão sob uma sociabilidade moldada pela ideologia racista que a todo momento e de todas as formas nega-lhes direitos. Neste sentido, as representações, circulantes na cultura, são o espaço onde o desenho dessa negação se dá, o local de preparo, de naturalização dessa sociabilidade racista.

1.2.1 Da cultura à produção de sentidos de gênero e raça pela linguagem

Produtoras de sentidos por meio da linguagem¹⁶, as representações são modos de construir leituras sobre o que chamamos de realidade. Elas são responsáveis por ligar sentido e linguagem à cultura, conforme explicação do crítico cultural e sociólogo jamaicano Stuart Hall (2016). A conexão entre conceitos mentais e linguagem em suas diferentes formas permite a referência ao “mundo real” ou fictício de sujeitos, objetos e acontecimentos. As diferentes formas de organizar, agrupar e classificar os conceitos e estabelecer entre eles relações complexas são nomeadas por Hall (2016) como “sistemas de representação”. A articulação de dois sistemas de representação é necessária para que a produção de sentidos se efetive, são eles: 1) o que interliga o conjunto de conceitos ou representações mentais aos objetos, sujeitas/os ou acontecimentos a que os conceitos se referem; 2) uma linguagem

¹⁶ Embora no entendimento adotado nesta dissertação a linguagem seja explorada mais a partir de sua dimensão expressa por meio da palavra escrita, Stuart Hall (2016) compreende a linguagem como um conjunto muito mais amplo de elementos que podem ser utilizados para produzir sentidos, a exemplo de músicas e fotografias.

comum para que seja possível correlacionar os conceitos e ideias com signos, ou seja, com palavras, sons ou imagens atribuídas de sentidos (HALL, 2016).

As linguagens são a dimensão onde os signos estão organizados. Por meio delas é possível traduzir pensamentos em signos e depois usá-los para formular sentidos e expressá-los a outras pessoas. Portanto, de acordo com o pensamento de Hall (2016), a significação na cultura depende dos sistemas representacionais supracitados que, respectivamente, têm a função de estabelecer correspondências entre as “coisas” — ideias abstratas, objetos, pessoas, acontecimentos etc — e os mapas conceituais/mentais; e interligar os mapas conceituais/mentais aos signos que representam esses conceitos e estão organizados em linguagens. O processo que liga signos, conceitos e “coisas” é a representação.

Diante do exposto, fica evidente que o sentido não é dado ou inerente às coisas, mas fruto de uma produção executada por aqueles que partilham determinada cultura, por meio dos sistemas representacionais (conceitos e signos). Partindo da compreensão de que, apesar da existência do mundo material, ele por si só não é capaz de produzir sentidos, a abordagem construtivista do sentido, apresentada por Hall (2016), admite o caráter público e social da linguagem entendendo também que os indivíduos não são capazes de fixar absolutamente os significados desenvolvidos na linguagem. Apesar disso, diversas estratégias representacionais, a exemplo da estereotipagem e do fetichismo, são constantemente mobilizadas quando se trata de construir sentidos sobre determinados grupos.

Os sentidos circulantes no âmbito cultural não ficam restritos às nossas mentes. Ao contrário, organizam e regulam práticas sociais, influenciam condutas e resultam em desdobramentos que extrapolam a dimensão simbólica, adquirindo poder de influência no estabelecimento de convenções e normas sociais. A produção de sentidos é complexa, alinhavada em diferentes áreas e perpassada por variados processos e práticas, sendo afetada pelas interações pessoais e sociais que estabelecemos. Ela está vinculada ao modo como construímos nossas identidades, além de relacionar-se a questões sobre como a cultura é mobilizada para interditar ou manter a identidade dentro de grupos e sobre a diferença entre os grupos, observa Hall (2016).

A cultura é campo de produção e circulação de sentidos constantemente expostos a negociações e balizados por diferentes jogos de linguagem. Uma das formas utilizadas para atribuir sentidos é representar. No pensar de Stuart Hall, “as palavras que usamos para nos referir a elas, as histórias que narramos a seu respeito, as imagens que delas criamos, as

emoções que associamos a elas, as maneiras como as classificamos e conceituamos, enfim, os valores que nelas embutimos” (HALL, 2016, p. 21) são elementos que informam o modo como enxergamos determinada/o sujeita/o, coisa, objeto, sentimento etc.

Logo, a partir de conjuntos de imagens, conceitos e ideias compartilhadas, os membros de uma mesma cultura sentem, refletem e interpretam o mundo de forma parecida, pois compartilham os mesmos códigos culturais (HALL, 2016). Nas palavras do autor, “pensar e sentir são em si mesmos ‘sistemas de representação’, nos quais nossos conceitos, imagens e emoções ‘dão sentido a’ ou representam — em nossa vida mental — objetos que estão ou podem estar ‘lá fora’ no mundo” (HALL, 2016, p. 22). Constrói-se, portanto, uma correspondência arbitrária entre o mundo “lá fora” e os sistemas de representação que atuam em cada indivíduo informado pelos processos representacionais circulantes na cultura.

A importância de pensar nos elementos utilizados para fazer esse intercâmbio por meio da cultura reside, na visão de Hall (2016), em analisar a sua função. Tomando como ponto de partida a palavra escrita, constituinte do *corpus* desta pesquisa, é crucial pensar nos efeitos dessas palavras enquanto elementos mobilizados para construir representações e em possíveis efeitos de sentido por elas gerados quando se analisam diversos textos jornalísticos sobre mulheres negras.

Stuart Hall argumenta que “todo regime de representação é um regime de poder formado” (1996, p. 70). O autor observa que as práticas de representação implicam posições de enunciação e os locais de onde se fala e escreve. Para Hall (1996), a identidade cultural, compreendida como resultado de constantes processos de tentativas de recuperação do passado somados a diferenças das quais as/os sujeitas/os são resultados, é o caminho para se compreender o peso traumático da experiência colonial para as/os negras/os: “As maneiras pelas quais os negros, as experiências negras, foram posicionados e sujeitados nos regimes dominantes de representação surgiram como efeitos de um exercício crítico de poder cultural e normalização” (HALL, 1996, p. 69).

O autor explora a situação histórica do Caribe, mas as observações feitas podem ser aplicadas a uma compreensão da situação da/o negra/o em diáspora em vários outros locais que também passaram por processos de colonização, a exemplo do Brasil. Entre essas observações, Hall apresenta um paradoxo que consiste no fato de os povos africanos escravizados terem tido como ponto que unia sua “nova” identidade o “desenraizamento da escravidão e do tráfico e a inserção na grande lavoura (bem como na economia simbólica) do

mundo ocidental” (1996, p. 70) ao mesmo tempo em que as diferenças que esses povos apresentavam entre si foram atravessadas pela identidade construída para ser comum “no mesmo momento em que eles eram privados do acesso direto a seu passado” (1996, p. 70).

As pessoas negras escravizadas foram levadas para outro continente onde tiveram suas vidas estruturadas sob um domínio que não dizia respeito a elas, às suas culturas. Nesses locais, foram recriadas por meio das práticas representacionais vinculadas ao sistema dominante, confirmando a visão de Hall (1996). Práticas representacionais estas que não se contentavam em marcar pessoas negras como diferentes, mas buscavam inscrevê-las como inferiores, sub-humanas e, portanto, passíveis de tratamento que fizesse jus a essas representações.

Há duas estratégias representacionais que atingem profundamente a população negra e as mulheres negras em particular: a estereotipagem e o fetichismo. Como visto, a função das práticas representacionais é produzir sentidos. A estereotipagem é um conjunto de práticas representacionais, ou seja, conjunto de práticas de produção de sentidos, que resulta em essencialização, reducionismo e naturalização referentes a determinadas condições de sujeitas/os. Por meio da estereotipagem, determinados tipos de pessoas são representadas como se algumas características suas, simples e essenciais, fossem naturalmente fixas (HALL, 2016).

Por suas características, a estereotipagem é importante para a representação da diferença racial, conforme o autor. Essa prática representacional é marcada por produzir fechamento e exclusão, a partir dos limites que ela mesma fixa: primeiro ela “reduz, essencializa, naturaliza e fixa a diferença” (HALL, 2016, p. 191); depois, estabelece uma cisão que separa o normal/aceitável do anormal/inaceitável e exclui tudo o que classificado como diferente. Ao mesmo tempo que fortalece os laços de uma comunidade imaginária, a estereotipagem lança ao exílio simbólico todas/os as/os “Outras/os”. Essa prática representacional ocorre, sobretudo, quando há desigualdades de poder acentuadas, pois o grupo hegemônico tende a impor sua visão de mundo aos grupos subordinados, de acordo com Hall (2016).

Na mesma direção, o crítico indo-britânico Homi Bhabha (1998) entende o estereótipo não apenas como uma simplificação, mas como uma falsa representação “que, ao negar o jogo da diferença (que a negação através do Outro permite), constitui um problema para a *representação* do sujeito em significações de relações psíquicas e sociais” (BHABHA, 1998,

p. 117, grifo do autor). Para o autor, o estereótipo é a principal estratégia discursiva do colonialismo, sendo marcado por complexidade, ambivalência e contraditoriedade. Em suas palavras, “é uma forma de conhecimento e identificação que vacila entre o que está sempre ‘no lugar’, já conhecido, e algo que deve ser ansiosamente repetido” (BHABHA, 1998, p. 105). Desse modo, o estereótipo garante que pessoas negras sejam repetidas vezes representadas de determinadas formas a fim de alcançar a produção de sentidos pretendida que também varia, uma vez que

O ato de estereotipar não é o estabelecimento de uma falsa imagem que se torna o bode expiatório de práticas discriminatórias. É um texto muito mais ambivalente de projeção e introjeção, estratégias metafóricas e metonímicas, deslocamento, sobredeterminação, culpa, agressividade, o mascaramento e cisão de saberes “oficiais” e fantasmáticos para construir as posicionalidades e oposicionalidades do discurso racista. (BHABHA, 1998, p. 125)

A ambivalência negritada pelo autor nos leva de volta às dinâmicas das imagens de controle estudadas por Collins (2019) e Bueno (2020), já que, como explicado anteriormente, essas construções são carregadas de mutabilidade, sendo modificadas à medida que se faz necessário em termos de interesses dos grupos hegemônicos.

A estereotipagem carrega em si uma dimensão sexual alicerçada em fantasia e projeção, o que pode ser facilmente perceptível quando pensamos nas formas de representação atreladas aos homens negros e às mulheres negras, especialmente às consideradas “mulatas”. Essa característica da estereotipagem aponta para outra prática representacional: o fetichismo. A partir do exemplo da Vênus Hotentote¹⁷, Hall (2016) ressalta: 1) a evidenciação da diferença — Saartje Baartman não se encaixava nos padrões europeus do ser mulher, logo, foi marcada como “Outro”; 2) a redução à natureza — o significante analisado era seu corpo, a prova de sua total alteridade; 3) a representação e observação feitas a partir de oposições binárias que a lançavam ao domínio do primitivo e do incivilizado; 4) o reducionismo extremo — seu corpo foi separado e transformado em um conjunto de partes sexuais. A substituição de um/a sujeito/a por uma coisa, do todo pela parte, é o efeito do fetichismo. Stuart Hall argumenta que “O fetichismo nos leva para o reino onde

¹⁷ Saartje Baartman, mulher africana conhecida como Vênus Hotentote, foi levada para a Inglaterra por um agricultor e um médico da região do Cabo, em 1810. No novo país, a mulher era exibida dentro de uma jaula, caminhando de um lado para o outro quando recebia ordem para fazê-lo. Batizada em Manchester, Baartman casou-se com um africano, teve dois filhos e morreu em 1815, em Paris, depois de contrair varíola. Tanto em Paris quanto em Londres, a mulher teve fama nos círculos sociais de público em geral e entre etnólogos e naturalistas, de modo que seu corpo foi exaustivamente analisado tanto quando ela estava viva quanto depois de morta (HALL, 2016).

a fantasia intervém na representação; para o nível no qual aquilo que é mostrado ou visto na representação só pode ser entendido em relação ao que não pode ser visto, ao que não pode ser mostrado.” (HALL, 2016, p. 206).

Em relação aos estudos de representação, o fetichismo carrega em si o deslocamento, pois o objeto do olhar dos espectadores é deslocado da genitália. No caso da Vênus Hotentote, o olhar fora deslocado para as nádegas, já que sua genitália era o objeto desejado e ao mesmo tempo proibido. Assim, outra característica do fetichismo é a rejeição, “estratégia por meio da qual um poderoso fascínio, ou o desejo, é *satisfeito* e, ao mesmo tempo, *negado*. No entanto, é também a forma pela qual aquilo é considerado tabu consegue encontrar uma forma deslocada de representação” (HALL, 2016, p. 207, grifos do autor). O fetichismo faz tudo ao mesmo tempo: “tanto para representar quanto para não representar o objeto de prazer e desejo que é considerado tabu, perigoso ou proibido” (HALL, 2016, p. 209). Por fim, a prática representacional dá lugar ao voyeurismo.

Já Bhabha (1998) aponta que o estereótipo pode ser lido em termos de fetichismo, pois funciona ativando fantasias em busca de defesa àqueles marcados por meio do próprio estereótipo como diferentes/ameaçadores. Nesse sentido, o estereótipo encarna tanto fobia quanto fetiche; tanto reconhece a diferença quanto a recusa. Nas palavras do autor:

Este conflito entre prazer/desprazer, dominação/defesa, conhecimento/recusa, ausência/presença, tem uma significação fundamental para o discurso colonial. Isto porque a cena do fetichismo é também a cena da reativação e repetição da fantasia primária — o desejo do sujeito por uma origem pura que é sempre ameaçada por sua divisão [...] (BHABHA, 1998, p. 116-117).

Assim, o estereótipo produz subjetificações no discurso colonial¹⁸, expressando o desejo de uma suposta originalidade ameaçada pela diferença. Diante do exposto, fica evidente que as várias representações construídas sobre pessoas negras atuam conjuntamente como fundamento para a existência de narrativas únicas atreladas a essas pessoas.

A escritora nigeriana Chimamanda Adichie (2019) apreendeu o significado da noção de “história única” ainda na infância, quando, ao consumir literatura britânica e

¹⁸ Homi Bhabha define o discurso colonial como “aparato que se apoia no reconhecimento e repúdio de diferenças raciais/culturais/históricas. Sua função estratégica predominante é a criação de um espaço para ‘povos sujeitos’ através da produção de conhecimentos em termos dos quais se exerce vigilância e se estimula uma forma complexa de prazer/desprazer. Ele busca a legitimação para suas estratégias através da produção de conhecimentos do colonizador e do colonizado que são estereotipados, mas avaliados antiteticamente. O objetivo do discurso colonial é apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução.” (BHABHA, 1998, p. 111).

estadunidense, deu-se conta de que a existência de pessoas negras nas histórias era nula. Isso só mudou quando ela começou a ler textos de autoria africana, momento em que percebeu que “meninas com pele cor de chocolate, cujo cabelo não formava um rabo de cavalo, também podiam existir na literatura” (ADICHIE, 2019, posição 28).

As histórias únicas são resultado da junção de representações feitas com relação à determinada/o sujeita/o e/ou grupo. Essas representações, por sua vez, repetidas incessantemente e em todos os meios possíveis sedimentam estereótipos, que entre seus efeitos ressaltam características representadas como naturalmente fixas (HALL, 2016). Adichie (2019) destaca que não apenas foi vítima de histórias únicas, também ocupou o lugar de quem as alimenta e nelas acredita quando reduziu pessoas mexicanas a imigrantes com base na cobertura feita pela mídia estadunidense. Os exemplos expostos pela autora evidenciam a facilidade existente para fixar uma história única sobre alguém: “mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna” (ADICHIE, 2019, posição 82).

É possível relacionar o conceito de história única com o de representação e, ainda mais especificamente, com o conjunto de práticas representacionais chamado de estereotipagem. A história única alimenta e é alimentada por estereótipos, fragmentos que se tornam a verdade única sobre determinadas/os sujeitas/os, grupos, culturas, regiões etc. As histórias únicas também estão ligadas a relações de poder, uma vez que dizem respeito a quem pode não apenas nomear a existência de outro alguém, mas de atribuir a essa/e sujeita/o, grupo, lugar etc uma narrativa definitiva.

Além das reflexões sobre quais os sentidos veiculados por cada uma das histórias únicas, é importante entender como, quem e quando elas são contadas, além da frequência de suas repetições (ADICHIE, 2019). Pensando na questão da raça, é fundamental compreender que as representações dominantes são vinculadas à supremacia branca, ou melhor, partem dela — o que, como já explicado, não significa que apenas pessoas brancas produzam/reproduzam, façam uso dessas práticas representacionais. Imbricadas à questão racial, estão as dinâmicas de gênero e classe, pois, como observa Lélia Gonzalez (2020 [1979]), o contexto brasileiro é marcado por um racismo cultural que condiciona tanto algozes quanto vítimas a uma lógica em que representações sociais mentais se articulam às discriminações propriamente ditas, naturalizando e, conseqüentemente, perpetuando a ocupação de lugares subordinados por mulheres negras.

Na mesma direção, a doutora em psicologia Elisa Nascimento (2003) compreende que o racismo produz desigualdades sociais e tem ainda função de dominação como ideologia hegemônica ocidental. A dimensão ideológica do racismo é modificada historicamente tendo sua atuação possibilitada pelas representações sociais produzidas no subconsciente e no imaginário social.

Diante do exposto, fica evidente que a mídia, em geral, e o jornalismo, em específico, são instrumentos centrais nos processos de naturalização de determinadas condições e lugares (simbólicos e/ou físicos) para sujeitas/os em razão da construção, reprodução e difusão de representações operadas por tais instrumentos. Essa instância de construção e repercussão ideológica faz uso de diferentes tipos de linguagem — a palavra escrita e falada, a fotografia, o vídeo etc — para comunicar e produzir sentidos. Em contrapartida, deixa de lado uma série de outros debates e assuntos que interessam a determinados grupos sociais. Por meio do jornalismo, representações sobre determinados grupos ou sujeitas/os podem ser cristalizadas ou questionadas. Em sua arena, portanto, acontecem disputas de construção representacional e, conseqüentemente, de produção de sentidos que podem fortalecer o *status quo* ou fissura-lo em alguma medida.

1.3 Jornalismo e a produção de sentidos pela representação

Partindo das teorias construcionistas e baseada em Nelson Traquina (2001, 2004), a pesquisadora Marcia Veiga da Silva (2014) compreende a notícia como uma construção social da realidade materializada em narrativas influenciadas pela cultura dos membros da tribo jornalística e pela cultura da sociedade na qual a tribo está inserida. Essa abordagem entende profissionais do jornalismo como sujeitas/os centrais no processo de produção de notícias. Seus valores pessoais não são vistos como mero detalhe, mas como elementos que incidem sobre a representação de realidades sociais.

A legitimação de questões ideológicas, econômicas, de consumo e de poder é dependente da elaboração de significados; por isso, a mídia ganha tanta relevância. Ela está no centro das relações que envolvem valores sociais e culturais, instâncias de poder e a sociedade em geral, “participando ativamente e se retroalimentando do que é produzido nestas esferas e (re)produzindo uma instância igualmente de poder” (SILVA, 2014, p. 47). Nesse sentido, a mídia em geral e o jornalismo em particular são ferramentas estratégicas para a

reprodução de sentidos que circulam socialmente, fazendo parte de uma espécie de jogo entre diferentes dimensões: ideologia, economia, consumo, poder etc.

De acordo com Silva (2014), em diálogo com Miquel Alsina (2009), os meios de comunicação são uma instância pedagógica cultural com forte influência simbólica atuante na produção de saberes cotidianos. A partir dos diferentes produtos que circulam nos meios de comunicação, originam-se discursos que incidem sobre a vida social, de modo que o que não está na mídia parece não existir, ter pouca relevância ou ser mentira.

A pesquisadora argumenta que na construção de narrativas, mídia e sujeitas/os afetam-se mutuamente. A/O sujeita/o compreende a si e as suas posições sociais a partir de uma dinâmica interativa que baseia a constituição de identidades. A relação sujeita/o-mídia, portanto, extrapola os limites do simbólico, uma vez que diariamente ela nos mostra as “verdades sobre como devemos nos portar, as ‘dicas’ para viver melhor, os perfis comportamentais mais ‘adequados’, os modos legítimos de viver nossa sexualidade, adornar nossos corpos, enfim, como comportarmo-nos e sujeitarmo-nos como ‘normais’ e ‘aceitos’” (SILVA, 2014, p. 51).

A pedagogia exercida pela mídia se torna mais atrativa porque os conhecimentos compartilhados midiaticamente são elaborados e apresentados de formas diversas, podendo recorrer a uma linguagem mais lúdica, didática ou, ainda, conter apelo emocional. Tudo isso buscando levar a produção de determinados sentidos ao maior número possível de pessoas (SILVA, 2014). No pensar da autora, o jornalismo é um dos principais articuladores da produção de saberes cotidianos que orientam a cultura e, simultaneamente, são por ela orientados. Em seus termos,

A função pedagógica do jornalismo pode ser percebida na reprodução e circulação do acervo dos conhecimentos socialmente construídos e culturalmente legitimados que ajudam a informar os sujeitos na contemporaneidade. Sua função “educativa” se traduz, sobretudo, pela necessidade de “explicar” o mundo sempre baseado na “verdade” e fazendo uso de recursos técnicos e humanos capazes de ilustrarem esses saberes gerando significados. O jornalismo é, na perspectiva desta pesquisa, um conhecimento social e cultural que ensina. (SILVA, 2014, p. 56)

Na pesquisa de mestrado aqui delineada, o jornalismo é adotado a partir da mesma perspectiva. Isso significa dizer que o olhar lançado sobre o objeto a ser estudado estará atento a que tipo de conhecimento, quais “verdades” o jornalismo dos veículos *ContilNet Notícias* e *G1 Acre* constrói em textos sobre mulheres negras. As leituras sobre gênero e raça que sustentam as discussões teóricas propostas ao longo do texto ofertam ao meu olhar de

pesquisadora uma lente que me possibilita entender em que medida as representações construídas nos textos jornalísticos analisados carregam ou não conhecimentos/“verdades” que reiteram ou problematizam as dinâmicas de gênero e raça hegemônicas no contexto brasileiro e, mais especificamente, no estado do Acre.

Pensando o jornalismo como forma de conhecimento, em diálogos com Robert Park (2008), Adelmo Genro Filho (1987) e Eduardo Meditsch (1992), Marcia Veiga da Silva (2014) conclui que o jornalismo é um dos meios de construir uma natureza consensual da sociedade, ajudando a promover unidade social e cultural por meio dos processos de significação formulados nas notícias, o que não ocorre sem conflitos. O jornalismo media a circulação de diversos saberes de outras áreas do conhecimento ao mesmo tempo em que os traduz para uma linguagem comum capaz de gerar sentidos para uma grande e heterogênea audiência. Também se coloca como um espaço de poder-saber contemporâneo, principalmente com relação às formas legítimas e ilegítimas de ser sujeita/o (SILVA, 2014).

Na mesma direção, Stuart Hall *et al.* (2016) explicam que a produção social de notícias compreende a organização burocrática dos veículos, a categorização dos acontecimentos e a construção da própria notícia, que exige que os acontecimentos sejam identificados “(isto é, designados, definidos, relacionados com outros acontecimentos do conhecimento público)” (HALL *et al.*, 2016, p. 311) e inseridos em um contexto social “(isto é, colocados num quadro de significados familiares ao público)” (HALL *et al.*, 2016, p. 311). Isso significa dizer que, por meio de notícias e reportagens, o jornalismo constrói sentidos sobre os acontecimentos, e, ao mesmo tempo, implica admitir que as ocorrências só podem fazer sentido quando inseridas e processadas na malha cultural e social partilhada por determinadas/os sujeitas/os. Tomando como exemplo a discussão racial, em diferentes países ela terá diferentes atribuições de sentidos; mesmo no Brasil, variações entre os estados são perceptíveis, em razão das características étnico-raciais da população serem bastante heterogêneas, influenciando o modo como se dão as relações raciais.

Compreendendo a cultura como um conjunto de normas, costumes e valores historicamente construídos e partilhados socialmente, Silva (2014) localiza o jornalismo como elemento central para o seu entendimento, devido à função do jornalismo de produzir normatização social. Assim, é possível aproximar as reflexões da autora das elaborações teóricas de Stuart Hall (2016), uma vez que o autor enfatiza que os sentidos que circulam na cultura organizam e regulam práticas sociais, além de influenciar condutas que têm

desdobramentos que extrapolam a dimensão simbólica e, inclusive, fomentar o estabelecimento de convenções e normas sociais. Nesse sentido, os produtos jornalísticos colaboram com a construção de realidades, influenciando concepções de gênero, masculinidades, feminilidades e sexualidades como legítimas ou ilegítimas (SILVA, 2014).

Em razão de sua capacidade de produzir normatização social, o jornalismo pode, por exemplo, provocar discussões sobre relações raciais ou, com ou sem intenção, fortalecer noções racistas que impactem de forma significativa os modos como pessoas negras e brancas se percebem e são vistas e tratadas socialmente. Se o jornalismo brasileiro adota o discurso da democracia racial como verdadeiro, não há nada de neutro nisso, ao contrário, a ação contribui para um projeto de nação cujos resultados nocivos seguem retroalimentando o racismo cínico vigente no país. O mesmo pode ocorrer com as relações de gênero: as representações construídas pelo jornalismo podem tanto reforçar sentidos sexistas que já circulam socialmente quanto problematizá-los em alguma medida, expandindo as concepções relativas a gênero e sexualidade para além das noções concebidas hegemonicamente.

Para Rosane Borges (2012), é incontestável que os sistemas midiáticos se tornaram um dos principais vetores das sociedades ocidentais desde o início do século XX. Como consequência disso, ressalta a autora, a cultura das mídias tem instaurado novas formas de sociabilidade e fornecido boa parte do repertório de assuntos que circulam socialmente. Nesse sentido, considerando que o sistema de representação midiático lançado sobre pessoas negras geralmente está atrelado a discursos fundadores relacionados a referenciais mais ou menos estáveis — apesar de algumas mudanças gradativas na publicidade e na dramaturgia com relação à presença de negras/os —, torna-se fundamental repensar os modos como essas/es sujeitas/os são representados e que tipo de arranjos sociais tais representações têm fortalecido ou questionado.

No pensar de Marcia Veiga da Silva (2014), a cultura é o denominador comum que une sociedade e jornalismo em um jogo ininterrupto dialógico de (re)produção, (re)significação e circulação, de modo que as visões de mundo de um influenciam as do outro. O problema é que, conforme a autora, a troca dá muito mais vazão às visões de mundo hegemônicas legitimadas nas instâncias de poder, o que as torna parâmetro cultural e social. Isso significa que as representações que ganham força no jornalismo hegemônico são extremamente marcadas pelas concepções de mundo que na maioria das vezes são conflitantes em relação aos interesses das minorias sociais, suas culturas, territórios que

habitam e tudo o que a elas está ligado. Desse modo, o jornalismo reitera os modelos já valorizados socialmente em detrimento de outras possibilidades de existência.

Nesse diapasão, reconhecendo a autonomia mínima de jornalistas, Hall *et al.* (2016) negritam que ideias dominantes e ideologias e práticas dos veículos de jornalismo convergem em razão do modo como se estruturam as rotinas de produção de notícias. Para os autores, os jornalistas são informados/agendados pelos definidores primários: fontes institucionais, credíveis e regulares. Os assuntos noticiosos fornecidos por essas fontes pautam boa parte das notícias e reportagens. Isso tem a ver com as pressões internas para a produção jornalística e com as buscas por “imparcialidade”, “objetividade” e “equilíbrio”. Assim, o olhar dessas fontes não só influencia diretamente o que é ou não transformado em notícia e reportagem como também define o viés de entendimento do fenômeno social abordado no conteúdo jornalístico. Nos termos dos autores,

Os *media* então não se limitam a “criar” as notícias; nem se limitam a transmitir a ideologia da “classe dirigente” num figurino conspiratório. Na verdade, sugerimos que, num sentido crítico, os *media* não são frequentemente os *primary definers* de acontecimentos noticiosos, mas a sua relação estruturada com o poder tem o efeito de fazê-los representar não um papel crucial, mas secundário, ao reproduzir as definições daqueles que têm acesso privilegiado, como de direito, aos *media* como “fontes acreditadas”. (HALL *et al.*, 2016 p. 317)

Dialogando com os autores, entendo que se faz necessário reconhecer os impactos que essas relações de poder têm nas rotinas de produção jornalística, sobretudo nos produtos que chegam ao público, e criar mecanismos, também estruturais/rotineiros, para, ao menos, minimizá-los. Retomando o exemplo do mito da democracia racial, é muito provável que, em pautas sobre os conflitos raciais, não havendo pensamento crítico que desemboque em modificações nas rotinas de produção, o jornalismo brasileiro ainda se irmane a tais ideias, visto que o mito faz parte da construção da matriz de dominação que opera no Brasil e ao mesmo tempo tem mantido as iniquidades sociorraciais praticamente intactas, o que é de interesse das classes dominantes.

Concordar em absoluto com os autores no que diz respeito ao argumento de que “a razão desta *tendência* [a reprodução das definições dos poderosos] se inscrever nas estruturas e processos do próprio ato de elaboração das notícias, e não poder ser atribuído à fraqueza dos jornalistas ou à prepotência dos seus patrões” (HALL *et al.*, 2016, p. 326, acréscimo meu, grifo dos autores), em minha visão, seria assumir que só há uma possibilidade para o

jornalismo: fortalecer o *status quo*, o que não compreendo como verdade absoluta, uma vez que tanto há veículos quanto profissionais que têm êxito na construção de jornalismo que buscam mais confrontar tais definições do que fortalecê-las. Como exemplo, cito os trabalhos desenvolvidos pela agência Alma Preta, especializada nas temáticas raciais; pela Gênero e Número, empresa que faz jornalismo orientado por dados e análises sobre questões de gênero; e pela Énois, laboratório que intenta fomentar diversidade, representatividade e inclusão no jornalismo brasileiro.

Se, como dito por Lélia Gonzalez (2020 [1983]), o racismo é a sintomática da neurose da cultura brasileira, o jornalismo está embebido por uma cultura que é, em seu cerne, racista. Esse sistema de dominação, por seu turno, dá a tônica das relações de gênero (CARNEIRO, 2011, online). Então, para não ser sexista nem racista, é exigido do jornalismo um esforço efetivo no sentido de desnaturalizar as lógicas desses sistemas de dominação, compreendendo-os como interligados. Nesse sentido, dialogando com Hall *et al.* (2016), entendo ser necessário que o jornalismo se posicione ativamente no sentido de se propor a ouvir outras vozes que não a “dos poderosos”.

Em diálogo com Meditsch e Genro Filho, a jornalista e pesquisadora Fabiana Moraes (2015) concorda com o argumento de que a novidade calcada no fato, o rigor, a espetacularização e a velocidade são características do jornalismo. Entretanto, entende que essa estrutura não dá conta de explicá-lo como campo complexo de natureza mutante: tanto em reportagens quanto em notícias, é possível ir além do factual, dialogando com outras áreas do conhecimento, a exemplo da filosofia, antropologia e sociologia, sem que isso comprometa o potencial informativo, analítico e gerador de reflexões do jornalismo sobre os fenômenos sociais.

Para difundir concepções de mundo, o jornalismo como conhecimento social executa sua função pedagógica cultural explicando as formas aceitáveis, corretas e desejáveis de ser e estar no mundo. O didatismo faz com que os saberes legitimados sejam de fato partilhados socialmente por meio do jornalismo (SILVA, 2014). Por sua capacidade de comunicar a um número expressivo de pessoas pertencentes a diferentes classes, grupos étnico-raciais, condição de gênero e sexualidade etc, o jornalismo pode construir conhecimentos de forma estratégica.

Isso porque o trabalho jornalístico é constituído a partir de escolhas: pautar isto ou aquilo, adotar critérios de noticiabilidade¹⁹, selecionar fontes, imagens e palavras, determinar enquadramentos etc. Nenhuma dessas etapas é inocente, livre de concepções das/os próprias/os profissionais e, claro, da linha editorial do veículo que a/o emprega. A partir de escolhas e renúncias, o jornalismo constrói um conhecimento próprio que traduz o que é dito pelas fontes em linguagem acessível a um público amplo. Para isso, lança mão de técnicas e recursos didáticos que visam tornar o conteúdo o mais compreensível possível. Marcia Veiga da Silva cita “os usos cada vez mais frequentes de cases, os personagens ‘reais’ cujos dramas pessoais são utilizados como forma de ilustrar os acontecimentos noticiosos de modo a conferir existência real aos fatos” (2014, p. 66) como exemplo desses recursos.

Há, portanto, uma ampla rede técnica por trás da produção das notícias e reportagens. Interesses profissionais, mercadológicos e sociais afetam significativamente a produção de sentidos executada por meio do jornalismo. Não se trata apenas de negritar a responsabilidade das/os profissionais que estão na ponta, as/os que assinam as matérias, mas de compreender o trabalho jornalístico como um complexo processo de produção de sentidos em que cada etapa é influenciada por diferentes²⁰ olhares, valores e interesses. Apesar de tudo isso, é a/o jornalista a/o protagonista, uma espécie de negociante que, a despeito de não deter todo o poder de decisão — visto que é um/a trabalhador/a assalariado/a —, está localizado/a no centro, entre seus valores e subjetividade informados socialmente e o modo de funcionamento da profissão, como explicitado por Silva (2014) e Moraes (2015).

Marcia Veiga da Silva (2014) explica que o diálogo ininterrupto da/o jornalista com a sociedade na qual está inserida/o alimenta o estabelecimento de padrões de normalidade e anormalidade, do que é ou não correto ou aceitável. Assim, a autora ressalta a importância do exercício da alteridade por parte de jornalistas, tendo em vista que a seleção, hierarquização e transformação de acontecimentos em notícias é feita justamente a partir do olhar da/o profissional. Cabe a ela/ele compreender a pluralidade de grupos sociais existentes e buscar a

¹⁹ Para Mauro Wolf, a noticiabilidade dos fatos é provocada por dois fatores: a cultura profissional jornalística e as restrições inerentes ao modo como esse trabalho se organiza. A noticiabilidade dos fatos diz respeito ao conjunto de elementos que possibilitam a seleção das informações que serão de fato transformadas em notícias. Já os valores-notícia compõem a noticiabilidade, sendo utilizados para tornar a escolha mais fácil a partir da simplificação dos fatos feita com base em algumas características deles. Os valores-notícia podem ser utilizados tanto como “critérios de seleção dos elementos dignos de serem incluídos no produto final, desde o material disponível até a redação” (WOLF, 1999, p. 85) quanto como “linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado, o que deve ser omitido, o que deve ser prioritário na preparação das notícias a apresentar ao público” (WOLF, 1999, p. 85).

melhor forma de construir sentidos sobre suas histórias, o que merece cautela ainda maior quando se trata de grupos distintos daqueles aos quais a/o jornalista pertence.

Nesse sentido, as representações construídas e veiculadas pelo jornalismo não são, em hipótese alguma, apenas um retrato da realidade. Primeiro, porque as realidades são múltiplas e complexas e, como tal, não poderiam ser capturadas de forma absoluta e fiel; segundo, porque o jornalismo sempre está posicionado, queiram as/os profissionais admitir isso ou não, de modo que, ao se tentar elaborar um conteúdo “neutro”, “objetivo”, “imparcial”, as chances de construir representações que fortaleçam a ordem social, “as definições dos poderosos” (HALL *et al.*, 2016, p. 326), como elas se apresentam, sem nenhum tipo de questionamento, são expressivas. Como construtoras/es de representações com amplo alcance social, jornalistas devem compreender seu papel no fomento de debates, desacostumando-se a enxergar as realidades sociais como algo pronto, estanque e neutro.

Para informar e, simultaneamente, contribuir com o combate a preconceitos, a/o jornalista precisa “desmontar o acontecimento, promover a desnaturalização do fato”, de acordo com Fabiana Moraes (2015, p. 114). Entretanto, as rotinas de produção não são exatamente propícias para isso, de modo que “o profissional vê ‘as coisas como elas são’ e especializa-se, antes de tudo, na *superfície*” (MORAES, 2015, p. 114, grifo da autora). Talvez seja possível substituir a compreensão das coisas como elas são por um questionamento apresentado por Moraes (2015) e mobilizado por ela em seus trabalhos como repórter: “por que as coisas são como elas são?”. Trazendo novamente os sistemas de dominação para o

20 Aqui cabe uma ressalva: o perfil de jornalistas brasileiras/os não é proporcional à amplitude da presença negra no país. A pesquisa *Negros nos jornais brasileiros*, feita em 2019, demonstrou que 68% dos colunistas dos três maiores jornais do país são homens brancos; 28% mulheres brancas; 2% homens negros; e 2% mulheres negras. Como colunistas, pessoas negras são apenas 2% no *Estadão*, 4% na *Folha de São Paulo* e 10% no *Globo* (CÂNDIDO, VIEIRA, 2019, online). O estudo *Raça e liderança na mídia*, desenvolvido pelo Instituto Reuters para estudos do Jornalismo, na Universidade de Oxford, e divulgado em março de 2021, revelou que não havia pessoas não brancas nos cargos de chefia principal nas redações jornalísticas brasileiras (GURGEL, 2021, online). Já o sumário do Perfil do Jornalista Brasileiro, também feito em 2021, mostrou que 57,8% dos jornalistas brasileiros são mulheres e 41,9%, homens. Quanto à raça, 67,8% são pessoas brancas; 9,3% pretas; 20,6%, pardas; 1,3 amarelas; 0,4 indígenas. O documento observa que a presença negra na profissão cresceu de forma notória, superando os 30%, provavelmente devido às políticas de ações afirmativas para o ensino superior. Entretanto, a porcentagem ainda é baixa, se comparada às características étnico-raciais da população brasileira. A ausência de pessoas não brancas em cargos de poder nas redações demonstra o racismo como mecanismo que estrutura as redações jornalísticas Brasil afora. Além disso, a falta de diversidade, principalmente no que diz respeito aos cargos com poder de decisão, influencia diretamente quais temáticas devem ser abordadas e o modo como o serão. Sem diversidade que ao menos se aproxime proporcionalmente das características populacionais, as chances de temas que interessam às populações negra, indígena, LGBTQIA+ e às pessoas com deficiência, por exemplo, serem abordados de forma mais recorrente e plural são menores, uma vez que o ponto de vista dos jornais fica limitado ao escopo de vivências e interesses apresentado pelas/os integrantes de suas equipes. Ao mesmo tempo que é fundamental incluir de fato esses grupos marginalizados às equipes jornalísticas, é imprescindível que a responsabilidade pelo exercício de um jornalismo mais diverso seja partilhada por todos, inclusive por aquelas/es que não pertencem a essas minorias.

debate, é necessário considerar os marcadores de raça, gênero, sexualidade, classe etc nos mais diversos tipos de pautas, em vez de relegar a abordagem desses temas a meses específicos ou a acontecimentos pontuais a eles relacionados. Em resumo, entendendo o lugar estratégico da mídia no que diz respeito à retroalimentação e legitimação das lógicas de poder e dominação que vigoram socialmente, jornalistas precisam apurar seu senso crítico, fazendo uso dele desde a execução de pautas factuais até as frias (aquelas que podem ser publicadas qualquer dia, sem que a relevância seja comprometida).

Em diálogo com Sylvia Moretzsohn (2007), Fabiana Moraes (2015) argumenta que mesmo diante das imposições do capitalismo sobre a vida social e individual é preciso aproveitar as brechas e, por meio delas, produzir discursos críticos capazes de alargá-las. Se no jornalismo há a possibilidade de fomentar e cristalizar preconceitos e violências, também é possível ajudar a desmontá-los ou pelo menos trincá-los. Nessa guinada, a simplificação tão abraçada pelo jornalismo em nome da objetividade perde espaço. A autora não ignora o contexto de precarização que recai sobre o ofício. Todavia, chama atenção para a necessidade de que as/os jornalistas devem lembrar que o *modus operandi* das redações não pode subjugar sua humanidade, uma vez que quando há desleixo quanto ao tratamento da informação os danos não incorrem apenas sobre a/o profissional ou sua fonte, mas sobre a sociedade em geral.

A abordagem apressada e instrumental é tão danosa e problemática quanto a decisão de não abordar determinadas temáticas como o racismo, a homofobia, o classismo e o sexismo, pois ao agir apressadamente a/o profissional está sujeita/o a intensificar distorções e preconceitos quanto aos temas. Quando a/o jornalista não se responsabiliza sobre o que está fazendo, quando não tem em mente que notícias e reportagens devem estimular a construção de decisões e tomadas de ações causadas pelo riso ou pela indignação, a/o profissional está minando o próprio campo de atuação, deixando de lado a chance de potencializar suas possibilidades e romper com os aspectos limitantes de sua atuação (MORAES, 2015).

Como já discutido, racismo, sexismo e classismo são sistemas de classificação, hierarquização e dominação social que fundamentam uma gama expressiva de acontecimentos sociais que, se não colocadas sob problematização inclusive pelo jornalismo, tendem a ser ainda mais naturalizados e, conseqüentemente, perpetuados. Portanto, ser “neutra/o” diante de uma sociedade marcadamente racista, sexista e classista é ser conivente com tais sistemas de dominação. Nesse sentido, Fabiana Moraes e Marcia Veiga da Silva (2019) apontam como

inevitável uma mudança no paradigma adotado pelo jornalismo em sua produção de conhecimento social, tendo em vista seu papel enquanto um campo de poder e de saber. As autoras negritam que o jornalismo não pode ser compreendido como apartado dos sistemas de poder e de saber que dão os contornos de políticas econômicas e culturais da sociedade, muito menos como desvinculado das racionalidades que o constituem.

Herdeiro do cientificismo, o jornalismo tem como principais valores epistemológicos e paradigmáticos a “objetividade, a “neutralidade” e a “universalidade”, no pensar de Moraes e Silva (2021). Conforme as autoras, Silva (2015) concluiu em sua pesquisa de doutorado que parte significativa das estruturas curriculares, métodos e técnicas adotados em cursos de jornalismo obedecem a um paradigma moderno-positivista-masculinista-racista-heterossexista, o que, conseqüentemente, colabora com o enviesamento do olhar de futuras/os profissionais do jornalismo e das/os próprias/os pesquisadoras/es do campo. Desse modo, Moraes e Silva (2021) entendem que é urgente rever as correntes de pensamento hegemônicas no campo da Comunicação, pois é através dele que o jornalismo é majoritariamente estudado. Segundo as autoras, a problematização das noções de objetividade e neutralidade é imprescindível para o rompimento do racismo e do sexismo epistêmicos presentes no jornalismo.

Como crítica ao funcionamento do jornalismo hegemônico, Fabiana Moraes desenvolve desde 2015 o conceito de jornalismo de subjetividade. A autora negrita que discussões sobre objetividade e a dimensão entendida como sua antagonista, a subjetividade, não são novas no jornalismo e parecem mostrar que a existência de um/a profissional que relate os fatos de modo neutro, asséptico, sem atravessamentos de si é impossível. O “diabo da provocação” (MORAES, 2018, p. 02) presente no nome quer lançar luz a outra dimensão tão importante quanto a objetividade. A autora se propõe a “repensar epistemologicamente os modos padronizados de narrar o mundo empregados pelo jornalismo” (MORAES, 2018, p. 02).

As reflexões que deram origem ao desenvolvimento do conceito derivam da própria experiência profissional vivida por Fabiana Moraes ao longo de duas décadas de trabalho como repórter no *Jornal do Commercio*, em Recife. Em suas palavras,

A naturalização com a qual violências de diversos níveis surgia no discurso jornalístico do qual eu fazia (e faço) parte causava espanto: pessoas assassinadas sentenciadas como culpadas por terem “provável ligação com drogas”; mulheres vítimas de machismo mortas “por ciúme”; travestis que surgiam apenas nas páginas

policiais ou se prostituindo; a questão racial sendo reduzida a efemérides; o sertão como o lugar dos famintos à espera de um milagre; a pobreza enquadrada como vítima, violenta ou “a que supera adversidades”.

A subjetividade como elemento para tratar destes temas tão recorrentes no âmbito do jornalismo passou a ser uma ferramenta importante na busca pela produção de representações mais integrais sobre pessoas e grupos. (MORAES, 2018, p. 03)

Os exemplos rotineiros listados pela autora nos remetem a representações que circulam amplamente tanto em veículos nacionais, especialmente os policiaiscos, quanto em veículos locais, sejam *sites*, sejam telejornais. Na contramão dessa tendência, o jornalismo de subjetividade incorpora a tentativa de desnaturalizar os fatos, problematizar os acontecimentos sociais, modificar as narrativas jornalísticas que, como já visto, participam intensamente dos intercâmbios de normatização social. Nessa direção, a construção do conceito de jornalismo de subjetividade não intenciona negar a dimensão objetiva; antes, visa realçar a importância do termo “subjetividade” tantas vezes rechaçado em relação à produção jornalística como um todo. Moraes (2018) ressalta, ainda, que a negação da subjetividade tem a ver não apenas com o jornalismo: é elemento importante para a racionalidade que guia ciência, conhecimento e relações sociais, de modo mais amplo. O jornalismo, portanto, não inventou a dicotomia objetividade/subjetividade, mas a reproduziu amplamente colaborando para sua manutenção.

A adoção da subjetividade no jornalismo não se limita à emoção, embora esta seja importante para o trabalho. Explica a autora:

A subjetividade sobre a qual nos referimos neste jornalismo que busca ser mais integral se situa em critérios também objetivos: na necessidade de observarmos posições de classe, gênero, geográficas, raciais, grupais; na obrigatoriedade de levar em conta a estrutura social circundante (em nosso caso, a brasileira, fraturada pelo classismo e pelo racismo); na necessidade de olhar miúdo para entender como essas questões se traduzem nas pessoas, em como são devolvidas ao mundo; na procura de fissurar representações previamente dadas (ou fatos previamente dados); finalmente, em uma autocrítica do próprio campo assentado em bases positivistas e também que privilegia narrar a partir de um enquadramento espetacular. (MORAES, 2018, p. 06)

Embora Hall *et al.* (2016) compreendam as estruturas e os processos de produção noticiosa como causa da reprodução das definições da ideologia dominante, é possível aproximar suas ideias das de Fabiana Moraes (2018), uma vez que a proposta da autora inclui mecanismos que devem ser incorporados às práticas estruturais/rotineiras dos processos de produção noticiosa. A assunção da subjetividade no jornalismo não deixa de lado os critérios objetivos adotados na profissão, mas sugere que tais critérios sejam reelaborados, a partir de

um olhar centrado no contexto analisado, em suas especificidades, contradições. A proposta diz respeito também a um jornalismo capaz de ser crítico a si próprio.

A subjetividade não diz respeito a uma dimensão estritamente pessoal. Ao contrário, está vinculada ao contexto sócio-histórico vivenciado pelas/os sujeitas/os. Fabiana Moraes (2018) entende que a desvalorização da subjetividade em detrimento da objetividade jornalística gerou consequências não só em termos teóricos e práticos da profissão em si, mas, sobretudo, nas vidas das pessoas (negras, indígenas, mulheres, LGBTQIA+ etc) narradas por esse jornalismo que se pretende unicamente objetivo, uma vez que as representações construídas sobre essas/es sujeitas/os eram/são carregadas de estereótipos que sedimentavam/sedimentam para elas/es histórias únicas, nos termos de Adichie (2019).

Na dinâmica da produção rápida que impera nas redações jornalísticas, determinados grupos, parcelas enormes da sociedade brasileira têm espaço extremamente reduzido e previamente definido em termos da natureza do conteúdo. Em se tratando de matérias menos factuais e mais aprofundadas, a exemplo de reportagens, Moraes (2020) relata que muitos deles, em sua experiência profissional, dependiam de datas específicas, períodos em que determinados grupos — indígenas, quilombolas, pessoas negras, mulheres etc — estavam autorizados a aparecer de formas mais positivas que o habitual. Diante disso, a autora faz um diagnóstico sobre a dimensão prática do jornalismo:

De maneira geral, acontecia ali o que é comum nas redações ao redor do planeta: correndo contra o relógio, estava o/a jornalista que “não tem tempo para pensar” (Moretzsohn, 2007) sobre o mundo, embora esteja autorizado a falar sobre o mesmo. Estávamos também cientes e orgulhosos de nossa missão guiada pelo equilíbrio e precisão dos fatos. Tecnicamente, nossa função era apenas reportar “o outro” de maneira neutra, batermos o ponto e irmos para nossas casas cobertos pelo manto da imparcialidade. O que nos escapava, porém, é que a objetividade jornalística tem, por exemplo, raça e tem gênero (Moraes e Veiga, 2019). (MORAES, 2020, p. 66)

Nesse sentido, a objetividade não é entendida apenas como aquilo que garante a técnica empreendida no trabalho jornalístico, tem a ver com uma ideologia que historicamente produziu narrativas que rejeitavam mundos diferentes daqueles da perspectiva hegemônica. Embora questionada na Academia, a objetividade ainda é valorizada nas redações jornalísticas (MORAES, 2020). Com o jornalismo de subjetividade, é possível subverter os modos de objetivação jornalística e implodir racismo e sexismo epistêmicos que os fundamentam. Subjetividade e objetividade, nesse sentido, se complementam em vez de se excluírem mutuamente (MORAES, SILVA, 2019).

O jornalismo de subjetividade questiona enquadramentos pautados em visões exotificantes, que se interessam somente pelo extraordinário, colaborando ativamente com a “espetacularização do outro” discutida por Stuart Hall (2016). Para Moraes (2018), ao enquadrar a/o “Outra/o” como espetacular, o jornalismo a/o transforma em agente passiva/o enquanto lança sobre ela/e seu olhar pretensamente não-contaminado, dominante, objetivo. O jornalismo de subjetividade também problematiza os valores-notícia que guiam o jornalismo.

Essa abordagem preza mais pelas semelhanças do que pelas diferenças, pois busca representar e explorar as realidades contidas também no banal, no evidente, naquilo que por vezes está tão visível que se torna naturalizado, a exemplo dos já citados casos em que as representações jornalísticas dão conta de mulheres vítimas de feminicídio “por ciúmes”, de pessoas mortas por suposta ligação com o tráfico de drogas, de travestis associadas exclusivamente à prostituição, e assim por diante. Esse jornalismo das semelhanças pressupõe pensar não apenas na visibilidade de determinadas/os sujeitas/os e grupos no conteúdo jornalístico, uma vez que inserir pessoas que fazem parte das chamadas minorias não garante que o enfoque lançado sobre elas seja suficiente para complexificá-las. Muitas vezes o que ocorre, “é uma visibilidade distorcida, que perpetua estas pessoas e grupos em lugares de violência não só simbólica.” (MORAES, GOUVEIA, 2018, p. 107).

Aumentar a frequência da exibição de narrativas sobre pessoas negras em conteúdos jornalísticos pouco nos interessa se esse aumento não for acompanhado por qualidade em termos de abordagens e temas diversos, complexos e comuns, já que, é importante lembrar, pessoas negras não são sinônimo de precariedade e a discussão de qualquer assunto em um país majoritariamente negro como Brasil deve considerar o racismo como sistema de poder e dominação influente nas dinâmicas sociais.

O segundo movimento feito pelo jornalismo de subjetividade é a desestabilização de representações entendidas pela autora como pouco íntegras e integrais de determinadas/os sujeitas/os e lugares. Moraes (2018) negrita que, mesmo sem pretensão, o jornalismo colabora com a manutenção de muitos níveis de violência, por meio da construção de representações. O jornalismo de subjetividade propõe o exercício de criar representações que não sejam pautadas por noções hegemônicas, ou seja, essa abordagem fomenta que jornalistas abordem em seus produtos outras possibilidades de existência. Essas possibilidades já existem mundo afora, o desafio para jornalistas é conseguir enxergá-las a partir da lógica das semelhanças apontada anteriormente. De certa forma, o jornalismo de subjetividade pode ser compreendido

como o exercício do “olhar opositor”, nos termos de hooks (2019b), uma vez que implica deslocar, a partir de dentro, os modos de pensar as representações e de construir narrativas que deem a ver e inventem novos modos de conceber o futuro.

A reportagem *O nascimento de Joicy*²¹, escrita por Fabiana Moraes, é um exemplo nesse sentido. Ao pretender escrever um texto sobre uma pessoa que passaria pelo processo de redesignação sexual, a repórter escolheu contar a história de alguém que não performava a noção de mulher que vigora hegemonicamente:

Joicy, apesar de não se enquadrar em um perfil de mulher transexual que está previamente estabelecido em nosso imaginário — adornos como brincos e batom, trajes como vestidos e saias — passou a ser a personagem de uma investigação que durou meses e resultou na série publicada durante três dias. Essa decisão rendeu, mais tarde, ruídos no ambiente da redação, quando um editor escreveu na capa de jornal na qual Joicy surgia em sua casa como uma Vênus de Botticelli: “você escolheu uma bicha pobre, feia e ignorante”. A violenta frase — e uma série de cartas contrárias à presença de Joicy no jornal — demonstrava que, se a repórter tivesse conformado a personagem no corpo da mulher que leitores e chefes tinham previamente na cabeça (aquela vista nos jornais, nas redes sociais, nas piadas, no cinema etc.), o assombro teria sido menor ou mesmo não existiria. A imagem da mulher construída socialmente, culturalmente, foi maculada, trazendo uma nova perspectiva sobre as construções do feminino. Era fissura, e não repetição de modelos, algo que, entendemos, é também obrigação do jornalismo. (MORAES, GOUVEIA, 2018, p. 109-110)

O relato negrita que classismo e transfobia davam a tônica de como aquela imagem, aquela personagem, representada não de forma rasa ou pitoresca, mas, dentro das limitações da autora do texto e do jornal que a empregava, como uma pessoa complexa que não recobria a imagem da mulher compartilhada e aceita culturalmente era recebida não somente pelo funcionário do jornal, mas também pelo público. A presença de Joicy, a representação de uma mulher trans pobre no jornal, como um ser humano com nuances, fora entendida como uma afronta. Compreendo ser esse o sentido da fissura proposta pelos autores, da representação que tem potencial para desafiar modelos aceitos pela malha social que, como já visto, normaliza diversos tipos de sistemas de dominação.

Pensando as representações sobre pessoas negras, Rosane Borges observa que há um horizonte de repetição:

²¹ O livro é resultado de uma grande reportagem vencedora do Prêmio Esso. A série foi publicada durante três dias, no *Jornal do Commercio* (impresso), de Pernambuco, em abril de 2011. *O nascimento de Joicy: transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem* é o quarto livro de Fabiana Moraes, também autora de *Os sertões* (2010), *Nabuco em pretos e brancos* (2012) e *No país do racismo institucional* (2013). Em todas as obras, Fabiana Moraes afirma ter buscado “superar o discurso geral empreendido pelo jornalismo, no qual o senso comum é uma forte realidade” (MORAES, 2015, p. 174).

Olhando de soslaio para a paisagem midiática brasileira podemos observar um trajeto, pontilhado por estigmas e estereótipos, que parece se repetir indefinidamente. As malhas verbovisuais que compõem a cena intersemiótica (imagens, textos escritos, som, projeções gráficas e diagramáticas) posicionam sujeitos e temas nos espaços de representação de modo a fixá-los em categorias predeterminadas. Partimos do entendimento, como já dissemos, que a despeito de algumas mudanças a respeito da imagem do negro, existe uma matriz que se replica, um padrão que define o lugar do negro no sistema de representação. Partimos do entendimento de que os estigmas se repetem, não em termos de conteúdos, mas de articulação. Embora não sejam invariáveis (enquanto formas constituídas da sociedade), os estigmas são invariantes (enquanto estruturas constituintes da sociedade). (BORGES, 2012, p. 188)

Disso compreendo que, embora haja variabilidade no conteúdo das representações feitas sobre pessoas negras ao longo das décadas recentes, elas ainda são articuladas a partir das estruturas sociais, o que implica dizer que numa sociedade racista, tais representações trarão essas dinâmicas raciais à tona. Além disso, fazendo coro com bell hooks (2019b), a argumentação da autora nos lembra de que não basta classificar as representações em boas ou ruins, uma vez que mesmo que o conteúdo seja modificado, o regime de representações ainda permanecerá inscrito em uma lógica de dominação racista. A saída apontada pela autora é “intervir no já-dado e no já-dito e edificar, de forma multiperspectívica, outras representações desse grupo racial, liberando-o de suas prisões imagéticas.” (BORGES, 2012, p. 200).

Nesse diapasão, Fabiana Moraes e Diego Gouveia (2018) defendem ser necessário pôr fim às narrativas jornalísticas que são praticamente idênticas entre si. Informar não é suficiente; é preciso humanizar as histórias, representar sentimentos e emoções, e, principalmente, construir conteúdos que as apresentem como vinculadas às dinâmicas sociais. É necessário, enfim, apresentar leituras plurais e complexas sobre as realidades sociais. Desse modo, a ida a campo, a realização da apuração em si, do contato com a/o “Outra/o” adquire muita importância, pois é nesse encontro que a/o jornalista se abre às possibilidades, deixando de lado as amarras ao pré-dado.

Em síntese, os seguintes aspectos constituem uma metodologia do jornalismo de subjetividade:

- Investimento na visibilidade de pessoas e grupos sociais cujas representações são diversas vezes realizadas com lentes opacas em enquadramentos repletos de reduções;
- Busca pelas semelhanças e não diferenças;
- Recusa a modelos de existência previamente estabelecidos;
- Não espetacularização, recusa da exotificação;
- Apuração e checagem intensas;

- Observação densa e participante (inclusive com registros imagéticos);
 - Acatar a presença da repórter;
 - Ter um tempo estendido para realização da reportagem;
 - Trazer opinião e informação;
 - Ser necessariamente polifônica;
 - Convivência maior com as fontes – inclusive secundárias.
- (MORAES, GOUVEIA, 2018, p. 110)

A sistematização apresentada negrita, portanto, que o jornalismo de subjetividade não despreza a objetividade, pois os procedimentos de apuração e checagem bem como a convivência considerável com as fontes e a busca por construção de textos polifônicos, entre outros recursos, continuam sendo vitais para a sua execução. Ao mesmo tempo, fica evidente que a proposta do jornalismo de subjetividade vai na contramão da lógica industrial e capitalista adotada para a produção de notícias desde o século XX, pois, na proposta aqui discutida, há crítica aos valores-notícia, além do que a busca pelo extraordinário é questionada tendo em vista que, no jornalismo de subjetividade, o interesse está voltado para um jornalismo das semelhanças e não das diferenças que são traduzidas em desigualdades por meio das representações construídas sobre determinadas/os sujeitas/os que têm raça, gênero, territórios muito bem delimitados e lidos por meio de estratégias representacionais que estereotipam e fetichizam.

O terceiro movimento apresentado por Fabiana Moraes (2018) é o de assumir o ativismo. A jornalista e pesquisadora explica que a cisão construída entre o jornalismo que se pretende isento e aquele que se reconhece engajado hierarquiza esses dois tipos de jornalismo, de modo que o último é visto negativamente e desqualificado em razão do entendimento de que seria executado por pessoas muito apaixonadas por causas, suposto problema para o desenvolvimento de um jornalismo de qualidade.

Sob essa perspectiva, o jornalismo engajado adquire *status* de prática contaminada. Mas a pesquisadora provoca: “um jornalismo que reúne informação, boa apuração, enquadramentos não viciados e temas sociais urgentes é algo para ser evitado ou buscado?” (MORAES, 2018, p. 12). A jornalista ressalta que a junção de reflexões críticas quanto à sua prática profissional e estratégias básicas do jornalismo foram a fórmula para a execução de seu trabalho, ainda que dentro dos limites de uma grande empresa. Assim, produções que tinham como tema racismo, transfobia, classismo, sexismo etc podiam ser desenvolvidas partindo de uma ótica ativista capaz e disposta de repensar o próprio jornalismo.

Nessa direção, é oportuno lembrarmos o que diz o *Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros*:

Art. 6º É dever do jornalista:

XI — defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, dos adolescentes, das mulheres, dos idosos, dos negros e das minorias;

[...]

XIV — combater a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, econômicos, políticos, religiosos, de gênero, raciais, de orientação sexual, condição física ou mental, ou de qualquer outra natureza. (FENAJ, 2007, online).

Desenvolver trabalhos que colaborem com a defesa de direitos de grupos minoritários é, portanto, atribuição de jornalistas. Quando fazem isso, essas/es profissionais não estão sendo menos comprometidos com o ofício, pelo contrário. O excerto acima aponta para o entendimento de que fazer jornalismo demanda compromisso ético e político com a discussão qualificada sobre os problemas sociais brasileiros.

Em suma, a perspectiva de subjetividade mantém a busca pela construção de narrativas ancoradas nas múltiplas realidades sociais vividas, mas sem entender tais realidades como dados naturais, pré-dados, fixos; pelo contrário, lançando sobre tais realidades um olhar empenhado em enxergá-las como complexas, dispendo-se a reconhecer o próprio olhar da/o profissional como limitado, localizado e, sobretudo, orientador do modo como tal desenho narrativo será feito por meio da representação.

O jornalismo de subjetividade descortina o espaço onde estão as visões de mundo, valores e ideologias adotados pelas/os sujeitas/os que interagem nos processos cognitivos de interpretação do real permitindo que ideologias como o racismo e o sexismo sigam sendo reproduzidas sem sequer serem identificadas, apontadas ou questionadas. Igualmente, permite que a noção de objetividade informada por noções hegemônicas de poder, a exemplo do racismo e do sexismo, seja problematizada e repensada (MORAES, SILVA, 2019). Portanto, conceder à subjetividade o mesmo grau de importância e valorização despendido à objetividade pode ser uma forma de construir um jornalismo menos excludente e menos reproduzidor do *status quo*.

As balizas que relacionam teoria e prática apresentadas nesse tópico serão úteis para o trabalho analítico e reflexivo que será feito quanto ao objeto de estudo da presente pesquisa, pois, o pensamento feminista negro e a discussão teórica sobre representações, partindo de um ponto de interconectividade entre gênero e raça, me ajudarão a compreender a relação das representações jornalísticas dos veículos *ContilNet Notícias* e *GI Acre* com as dinâmicas raciais e de gênero vivenciadas no Brasil.

Ademais, por ser uma proposta que problematiza tanto a instância teórica quanto a prática do ofício, o jornalismo de subjetividade será útil no sentido de guiar o desenvolvimento de uma reflexão crítica que vá além da análise classificatória das representações engendradas nas matérias estudadas, permitindo que sejam desenvolvidas inferências sobre os lugares ocupados pelas mulheres negras nos textos, as temáticas que se destacam e, principalmente, a medida que as matérias desenvolvem algum tipo de problematização dos acontecimentos representados.

2 — OUVIR O OBJETO: PERCURSO METODOLÓGICO E EIXOS TEMÁTICOS

Por toda a explanação desenvolvida no capítulo anterior no que tange ao jornalismo enquanto instância pedagógica e cultural (SILVA, 2014), espaço de reprodução de representações (HALL, 1996; 2016) e imagens de controle (BUENO, 2020), compreendo o jornalismo como um campo de pesquisa que oferta a possibilidade de estudos diversos sobre a realidade no qual ele está inserido, de modo que os produtos jornalísticos também são uma construção da realidade, representam-na em alguma medida. Embora tenha consciência de que o jornalismo não é o único responsável pela difusão de estereótipos, preconceitos e ideologias (MEDITSCH, 1997), adotarei textos jornalísticos como objeto de estudo, entendendo que eles podem, em certa medida, possibilitar reflexões sobre a realidade local na qual eles foram produzidos.

Assim, o presente capítulo detalha o percurso metodológico adotado na pesquisa. O primeiro tópico, *Análise de conteúdo: escolha do método e pré-análise*, justifica e apresenta a escolha do método de análise de conteúdo e seu uso em pesquisas que têm como objeto produtos jornalísticos, a partir de Heloiza Herscovitz (2007), Wilson Corrêa da Fonseca Júnior (2005) e Laurence Bardin (2016 [1977]). No tópico posterior, intitulado *Da leitura flutuante às supressões: a construção do corpus*, explico o percurso de definição dos textos que serão estudados. Posteriormente, contextualizo os veículos nos quais os textos foram publicados, no subitem *ContilNet Notícias e G1 Acre: breve contextualização dos sites estudados*.

Por fim, no tópico *Dissimulação? Temos! Democracia racial, ideologia do branqueamento e outras nuances do racismo à brasileira* e nos subtópicos *Racismo e injúria racial à luz do Direito* e *Com quantos traços se faz um/a negro/o? Corpo e cabelo como arenas de disputas raciais* desenvolvo discussões teóricas sobre conceitos que aparecem de forma central nas matérias jornalísticas que compõem o *corpus*, com base em obras de Abdias Nascimento (2016 [1978]), Nilma Lino Gomes (2020 [2006]), Neusa Souza (2019 [1983]), Grada Kilomba (2019), bell hooks (1989) e Kabengele Munanga (2009 [1988]), entre outras/os.

2.1 Análise de conteúdo: escolha do método e pré-análise

Apesar do viés positivista a partir do qual foi criada, a análise de conteúdo (AC) é um método que permite que se estabeleçam categorias de análise com base nas quais o *corpus* é investigado com a finalidade de extrair dele uma compreensão mais complexa do que é dito. Wilson Corrêa da Fonseca Júnior (2005) observa que o cunho positivista do método é amenizado pela inferência, uma das principais funções da AC. A inferência é uma dedução lógica que pode ser utilizada para, por exemplo, identificar as intenções por trás de discursos de propaganda ou, ainda, para evidenciar as opiniões e posições conscientes ou inconscientes de um indivíduo com base em seus enunciados (BARDIN, 2016 [1977]).

Laurence Bardin (2016 [1977]) explica que pesquisadoras/es que adotam o método trabalham com vestígios: documentos analisados graças aos quais pode-se perceber a manifestação de dados, estados e fenômenos. Desse modo, a/o analista toma o objeto como parte de algo maior, ou melhor, como resultado e indício de fenômenos sociais partilhados culturalmente. A análise de conteúdo visa apreender conhecimentos e informações que estão por trás das mensagens analisadas por meio da inferência. A autora define a AC como:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visam a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção dessas mensagens (BARDIN, 2016 [1977], p. 48).

No que se refere à capacidade de sistematização e objetividade, compreendo que as escolhas que faço enquanto pesquisadora também carregam aspectos subjetivos, de modo que, por exemplo, a escolha do tema, as palavras-chave usadas nas buscas de textos jornalísticos que compõem o *corpus* e as etapas de supressões de material explicadas posteriormente são clivadas pela minha formação que, por sua vez, direciona o meu olhar para o objeto. Ao mesmo tempo, destaco que o fato de assumir os atravessamentos da minha subjetividade no trabalho não compromete sua qualidade, uma vez que os passos dados e decisões teórico-metodológicas tomadas estão devidamente descritos e justificados perante o/a leitor/a.

Em se tratando da presente pesquisa, o estudo centra-se nas mensagens em si, tendo em vista que a análise estará voltada exclusivamente a textos jornalísticos. Parto do princípio de que as produções jornalísticas não são óbvias, tampouco construídas por acaso. No que diz respeito às funções da análise de conteúdo, há duas possibilidades que podem estar

dissociadas ou não: a primeira é heurística, propensa à descoberta, “É a análise de conteúdo ‘para ver o que dá’” (BARDIN, 2016 [1977], p. 35); já a segunda diz respeito ao fato deste método poder ser utilizado para testar hipóteses, “É a análise de conteúdo ‘para servir de prova’” (BARDIN, 2016 [1977], p. 36). A presente pesquisa filia-se à primeira função da AC, pois seu objetivo geral é, como já visto, verificar como o jornalismo aborda questões de raça e gênero em textos sobre mulheres negras no Acre, não tendo pretensão de comprovar hipóteses.

Conforme Heloiza Herscovitz (2007), recuperando Jim Macnamara (2003), ainda na década de 1950, o método era adotado para investigar temas como racismo, discriminação contra as mulheres e violência, tomando como objeto produtos da televisão e do cinema. No pensar da autora, o caráter híbrido da AC a fortalece, pois integra as visões quantitativa e qualitativa de modo que o conteúdo manifesto e o latente seja considerado em um mesmo estudo, permitindo que tanto o significado aparente quanto o implícito de determinado texto sejam compreendidos. No caso da pesquisa aqui apresentada, a abordagem tende a ser qualitativa, tendo em vista o tamanho do *corpus* selecionado (que representa apenas 20,63% do universo²² coletado inicialmente nos *sites*) e os objetivos da investigação (mais interessados no estudo do conteúdo latente do que nas tendências gerais propriamente ditas). Contudo, isso não impossibilita que sejam feitas considerações gerais/panorâmicas acerca do *corpus*.

A análise de conteúdo divide-se em três polos cronológicos: a pré-análise; a exploração do material; e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. As etapas da análise de conteúdo estão localizadas dentro desses polos cronológicos. São elas: 1) organização da análise; 2) codificação; 3) categorização; 4) inferência; e 5) tratamento informático (BARDIN, 2016 [1977]). No presente capítulo, já faço a pré-análise (e, conseqüentemente, a organização da análise), a fim de introduzir o *corpus* da pesquisa na dissertação e construir elaborações teóricas com base em suas demandas.

Na AC, a pré-análise é o estágio em que o material a ser estudado é lido pela primeira vez, superficialmente. A partir dessa “leitura flutuante” (BARDIN, 2016 [1977], p. 126), os documentos que compõem o *corpus* são selecionados seguindo as regras de exaustividade,

²² A lista com informações sobre os 63 textos coletados inicialmente nos *sites ContilNet Notícias, G1 Acre e Notícias do Acre* está disponível no Apêndice.

representatividade, homogeneidade e pertinência²³. A terceira tarefa a ser desenvolvida na pré-análise é a elaboração de hipóteses e objetivos que nortearão a pesquisa. Porém, os objetivos do estudo já foram apresentados na introdução deste texto e, como dito anteriormente, não trabalharei com base em hipóteses.

No tópico a seguir, explico detalhada e cronologicamente a construção do *corpus*.

2.1.1 Da leitura flutuante às supressões: a construção do *corpus*

Como mencionado na introdução desta pesquisa, inicialmente, fiz buscas pelas palavras-chave “mulher negra” e “mulheres negras” nos sites *AC24Horas*, *ContilNet Notícias*, *Folha do Acre*, *GI Acre* e *Notícias do Acre*. Porém, as buscas com o termo “mulher negra” não foram produtivas no site *Folha do Acre*, resultando em apenas uma matéria que, apesar de ter relação com a realidade de Rio Branco, não falava especificamente sobre mulheres negras. Ao utilizar o termo “mulheres negras”, não foi encontrada nenhuma matéria local.

Os resultados obtidos em buscas no site *Ac24Horas* foram bem semelhantes, com a diferença de que nele identifiquei matérias oriundas de veículos de outros estados, sem nenhum tipo de apuração e vinculação à realidade acreana. Esta prática invalida a análise destes textos no presente estudo, tendo em vista os objetivos de compreender as representações sobre mulheres negras construídas em relação a acontecimentos, eventos e dados relacionados ao estado do Acre.

Diante disso, o foco da pesquisa deteve-se aos veículos *ContilNet Notícias*, *GI Acre*, e à agência de notícias do governo do estado, o site *Notícias do Acre*, nos quais coletei 63 matérias (Quadro 1). As buscas foram feitas com base no marco temporal de 2015 a 2019. A princípio vinculei a coleta de textos à Quinzena da mulher negra – quando, em alusão ao dia da Mulher Negra Latinoamericana e Caribenha (25 de julho), as últimas duas semanas do mês de julho são destinadas à realização de eventos, geralmente promovidos pelo governo do estado em parceria com prefeituras, com o objetivo de discutir a situação da mulher negra²⁴. Porém, os textos publicados próximos a esse marco temporal referiam-se apenas aos eventos

23 Exaustividade: todos os documentos referentes ao campo do *corpus* – marco temporal, veículo(s) escolhido(s), tema a que se refere à pesquisa etc – devem ser incluídos no *corpus*; 2) Representatividade: caso a amostra analisada seja uma parte representativa do universo de textos coletado inicialmente, os resultados da análise poderão ser generalizados para o todo; 3) Homogeneidade: os documentos selecionados devem atender a critérios iguais que justifiquem suas escolhas, não apresentando singularidades fora dos critérios; e 4) Pertinência: os documentos selecionados devem ser adequados ao objetivo que deu origem à análise (BARDIN, 2016 [1977]).

da Quinzena, tendo características de *releases*²⁵. Assim, o marco temporal foi ampliado, permitindo que matérias publicadas ao longo dos 5 anos inteiros fossem coletadas.

Inicialmente, as buscas pelas palavras-chave “mulher negra” e “mulheres negras” foram feitas utilizando a caixa de pesquisa dos próprios *sites*. Já num segundo momento, usei a ferramenta de buscas com intervalo personalizado e definição de *sites* do *Google*²⁶. Esta segunda ferramenta possibilita fazer buscas direcionadas exclusivamente ao *site* e ao marco temporal pretendidos. Assim, por meio das duas estratégias, coletei textos publicados entre 01 de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2019. As etapas de busca e seus resultados podem ser visualizados detalhada e cronologicamente no Quadro 1:

Quadro 1 – Universo: resultados das buscas de textos por palavras-chave (2015-2019)

Veículos	Resultados de buscas com as ferramentas dos sites	Resultados de buscas com a ferramenta do Google	Quantidade de textos selecionados da busca no Google	Quantidade de textos coletados após leitura flutuante
<i>ContilNet Notícias</i>	10	158	3	13
<i>GI Acre</i>	11	130	12	23
<i>Notícias do Acre</i>	27	18	0	27
Total de textos coletados				63

Fonte: Elaborado pela autora

24 Instituir o Dia da Mulher Negra Latina e Caribenha (25 de julho) foi um passo importante no que diz respeito à abertura de espaço para discussão de questões vinculadas especificamente a mulheres negras. A data foi reconhecida em 1992 pela Organização das Nações Unidas (ONU). No Brasil, desde 2014, faz referência a Tereza de Benguela, líder quilombola que viveu no século XVIII e foi morta em uma emboscada (D'ANGELO, 2017). Ressalta-se: a data não tem o objetivo de festejo, “a ideia é fortalecer as organizações voltadas às mulheres negras e reforçar seus laços, trazendo maior visibilidade para sua luta e pressionando o poder público” (D'ANGELO, 2017, online).

25 Textos produzidos por assessorias de comunicação com a finalidade de “vender” a pauta para as/os jornalistas que trabalham em veículos de notícias diárias. Estas/es por sua vez, devem apurar o conteúdo e fazer a cobertura se acharem válido.

26 Para utilizar esta ferramenta basta digitar a palavra-chave que se pretende buscar, seguida por dois pontos e pelo endereço do *site* solicitado (Exemplo: mulheres negras site: agencia.ac.gov.br/), e buscar. Depois, utilizando o botão “ferramentas”, deve-se clicar em “em qualquer data” e inserir o intervalo temporal desejado em “intervalo personalizado”.

As buscas foram organizadas em diferentes etapas para garantir que todas as matérias coletadas estivessem sujeitas aos mesmos mecanismos de pesquisa. Neste sentido, não foi possível separar matérias de acordo com os grupos de palavras-chave “mulher negra” e “mulheres negras”, pois, na maioria das vezes, matérias se repetiam nas buscas pelas duas palavras-chave. Depois da coleta dos 63 textos, fiz uma nova leitura buscando perceber temáticas recorrentes.

A partir desta leitura, foram identificados os seguintes eixos temáticos: 1) violência/cárcere – textos que falam sobre dados acerca da violência no Acre e que têm foco central ou secundário (caso de sub-retrancas²⁷) nos dados referentes aos homicídios que vitimam mulheres negras bem como matérias que versam sobre o sistema carcerário do estado, tratando sobre a presença majoritária de mulheres negras em situação de privação de liberdade; 2) corpo/estética/fenótipo – textos que discorrem sobre ensaios fotográficos que têm mulheres negras como protagonistas, matérias que expõem situações de racismo com xingamentos à aparência física e condição racial dessas pessoas e textos que tratam do processo de transição capilar vivido por mulheres; 3) luta organizada/institucionalizada por direitos – textos sobre atos de mulheres negras em busca de mudanças sociais; este eixo temático também inclui matérias que falam da atuação e dos posicionamentos das instituições governamentais quanto a essas reivindicações, portanto, aglutina uma grande quantidade de matérias que versam sobre a Quinzena da Mulher Negra.

Estas temáticas se destacaram em razão de sua repetição e predominância no universo do material coletado. Desse modo, ainda em fase de reformulação do projeto de pesquisa, suprimi 9 textos (3 do *site ContilNet Notícias*, 3 do *GI Acre* e 3 do *Notícias do Acre*) em razão de seu afastamento dos eixos temáticos supracitados (1ª supressão²⁸). Posteriormente, já em 2021, publiquei o artigo *Um estudo sobre a cobertura da Quinzena da Mulher Negra no site Notícias do Acre*²⁹ no qual analisei o conteúdo de 10 matérias que faziam parte do universo coletado (2ª supressão). Dessa forma, permaneci com um montante de 44 textos passíveis de análise.

27 Sub-retrancas são matérias que complementam um texto principal, trazendo algum tipo de contextualização ou especificando ainda mais o tema. Nos *sites* jornalísticos, são publicadas logo abaixo do texto principal, sob outro título.

28 As etapas de supressão podem ser visualizadas de forma resumida no Quadro 2.

29 Publicado no livro *Pesquisa em comunicação: jornalismo, raça e gênero*, o texto foi orientado pela professora Francielle Maria Modesto Mendes, orientadora da presente dissertação de mestrado. O livro, organizado pela professora Francielle Maria Modesto Mendes e pelos professores Francisco Aquinei Timóteo Queirós e Wagner da Costa Silva, pode ser acessado pelo link: <http://shorturl.at/rKUW8>. Acesso em: 04 ago. 2021.

Com os 44 textos em mãos, fiz uma leitura mais atenta buscando perceber em quais deles mulheres negras eram fonte ou assunto central e quais tangenciavam temáticas relativas às relações raciais. Nessa etapa, suprimi 14 textos que não atendiam a este critério: 4 da *ContilNet Notícias*, 5 do *GI Acre* e 5 do *site Notícias do Acre* (3ª supressão). Portanto, permaneci com 30 textos (6 da *ContilNet Notícias*, 15 do *GI Acre* e 9 do *site Notícias do Acre*).

Após os apontamentos feitos pela banca do exame de qualificação, momento em que ficou explícita a necessidade de focar em uma quantidade mais delimitada de textos para desenvolver uma análise melhor estruturada e com mais aprofundamento, decidi abrir mão das 9 matérias restantes relativas ao *site Notícias do Acre* (4ª supressão). Por ser um veículo de assessoria de comunicação do governo do estado, o *site*, em tese, se afasta do tipo de conteúdo produzido pela *ContilNet Notícias* e pelo *GI Acre* em razão de sua natureza. Essa característica justifica sua supressão, tendo em vista a decisão metodológica de delimitar melhor o *corpus* estudado na presente pesquisa. Após a supressão do veículo, permaneci com 21 textos, sendo 6 da *ContilNet Notícias* e 15 do *GI Acre*.

Os textos relativos ao eixo temático número 3 “luta organizada/institucionalizada por direitos” também foram excluídos, tanto porque a maior parte deles estava publicada no *site Notícias do Acre* quanto pela necessidade de afunilar ainda mais o *corpus* da pesquisa. Assim, os textos relativos a esse eixo temático presentes nos *sites ContilNet Notícias* (1 matéria) e *GI Acre* (3 matérias) foram excluídos do *corpus* (5ª supressão), que permaneceu com 17 textos (5 da *ContilNet Notícias* e 12 do *GI Acre*).

Por fim, o *corpus* foi submetido à última supressão, na qual foram excluídos 5 textos (2 da *ContilNet* e 3 do *GI Acre*) pertencentes ao eixo temático 1 “violência/cárcere” (6ª supressão). Optei por suprimi-los também em razão da necessidade de delimitar melhor o *corpus*, tendo em vista que cada eixo temático traz consigo conceitos que demandam discussões teóricas qualificadas a seu respeito para embasar a análise feita posteriormente. Assim, decidi permanecer somente com textos do eixo temático 2 “corpo/estética/fenótipo”. Ressalto que as supressões são resultados de decisões metodológicas e não trazem prejuízo às análises, pois os dois veículos que permanecem como objeto empírico (*ContilNet Notícias* e *GI Acre*) apresentam material satisfatório em termos de possibilidade analítica, mesmo que relativo a uma quantidade bem delimitada de temáticas.

As etapas de supressão podem ser melhor visualizadas no Quadro 2:

Quadro 2 — Resumo de supressões

Veículos	Início	Textos restantes por etapas de supressão					
		1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	5 ^a	6 ^a
<i>ContilNet Notícias</i>	13	10	10	06	06	05	03
<i>GI Acre</i>	23	20	20	15	15	12	9
<i>Notícias do Acre</i>	27	24	14	09	00	00	00
Total de matérias	63	54	44	30	21	17	12

Fonte: Elaborado pela autora

Retomando a pergunta norteadora “Quais temáticas se sobressaem nas matérias coletadas?”, considerando os 30 textos dos veículos de fato estudados (10 da *ContilNet Notícias* e 20 do *GI Acre*) presentes na primeira etapa de supressões, constata-se que os eixos temáticos representam os seguintes valores: 1) violência/cárcere — 33,33% dos textos (10 matérias); 2) corpo/estética/fenótipo — 43,33% (13 matérias); e 3) luta organizada/institucionalizada por direitos — 23,33% (07 textos).

Assim, o *corpus* selecionado findou formado por 12 textos vinculados ao eixo temático 2 “corpo/estética/fenótipo”, que tinha maior expressividade em termos de quantidade de matérias em relação ao universo coletado inicialmente. Ao reler os textos mais uma vez, percebi a necessidade de dividir o eixo temático em dois, separando os textos que falam sobre processos estéticos como dimensão para o empoderamento de mulheres negras das matérias que apresentam relatos e denúncias de racismo e injúria racial. Embora divididos, ambos os subtemas relacionam-se com a dimensão do corpo de mulheres negras. Assim, o conteúdo ficou distribuído da seguinte forma: o subtema 1 “Corpo e cabelo” agrupa 4 textos do *GI Acre*; e o subtema 2 “Racismo e injúria racial” apresenta 8 textos (3 da *ContilNet Notícias* e 5 do *GI Acre*). A divisão pode ser melhor visualizada no Quadro 3:

Quadro 3 — Corpus distribuído de acordo com subtemas

Subtema 1: Corpo e cabelo		
Título	Autoria e veículo	Publicação
Preconceito levou mulheres a alisarem cabelo ainda crianças: ‘ouviam apelidos’	Quésia Melo (G1 Acre)	13/11/15
No AC, cacheadas criam grupo para enfrentar preconceito e amar cachos	Quésia Melo (G1 Acre)	20/11/15
Manicure diz que já perdeu vaga de emprego por ter cabelo cacheado	Anny Barbosa (G1 Acre)	22/11/16
No AC, ensaio fotográfico valoriza empoderamento da mulher negra e aceitação do próprio corpo	Quésia Melo (G1 Acre)	20/11/18
Subtema 2: Racismo e injúria racial		
Membro do CFA faz post racista com goleira da seleção e gera polêmica	Iryá Rodrigues (G1 Acre)	13/08/16
‘Tolerância zero’, diz CFA sobre post racista de um de seus membros	G1 Acre	15/08/16
Após comentário racista, membro do CFA se retrata com goleira da seleção	Aline Nascimento (G1 Acre)	19/08/16
Após divulgação de ensaio fotográfico nu, miss sofre ataques racistas e presta queixa no Acre: ‘cabelos de bucha’	Luan Cesar (G1 Acre)	18/09/17
“Cabelo de bucha”: acreana faz ensaio sensual e sofre ataques racistas	Ton Lindoso (ContilNet)	19/09/17
Após ataque, ativistas vão ao MPF e pedem punição a comentários racistas contra Gleici	Astorige Carneiro (ContilNet)	20/02/18
Comissão pede que MPF-AC apure injúria racial contra Gleici, do BBB 18, após sister ser chamada de ‘macaca’	Quésia Melo (G1 Acre)	21/02/18
No Acre, onde mais de 70% da população é negra, reconhecer – e abraçar – a própria negritude tornou-se ato de resistência	Astorige Carneiro e Márcia Parfan (ContilNet)	27/11/18

Fonte: Elaborado pela autora

De início, como mencionado na introdução da dissertação, nota-se que não restaram textos do ano de 2019, apesar das buscas iniciais terem sido feitas tendo como marco temporal o intervalo 2015-2019.

A seguir, faço uma breve apresentação dos dois veículos que compõem o objeto empírico da pesquisa.

2.1.2 ContilNet Notícias e GI Acre: breve contextualização dos sites estudados

Como já observado, o objeto empírico da presente pesquisa é composto por dois veículos, os sites *ContilNet Notícias* e *GI Acre*. Integrante do grupo Rede Amazônica, afiliada da *Rede Globo*, o portal *GI Acre* foi lançado em 2013, com a página do *Globo Esporte Acre*, site exclusivamente destinado à produção de matérias esportivas. Três anos depois, foi lançada a página do *GI “Cruzeiro do Sul e Região”* no qual são publicados conteúdos acerca dos municípios do Vale do Juruá (Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Cruzeiro do Sul, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo). O veículo segue a mesma linha editorial do *GI* nacional, com sede em São Paulo (SP). Porém, uma das diretrizes é a produção de material regionalizado com intuito de valorizar costumes e particularidades da região.

Como os dados referentes a acessos e usuários únicos não são disponibilizados, lanço mão dos quantitativos de curtidas e de seguidoras/es nas páginas³⁰ dos sites *ContilNet Notícias* e *GI Acre* na rede social digital *Facebook*, a fim de dimensionar a popularidade dos veículos e corroborar ainda mais a justificativa da escolha de analisar seus textos neste estudo. O *GI Acre* não possui uma página exclusiva na rede social, mas seu conteúdo é compartilhado na página “*Bom dia Amazônia, Jornal do AC e GI AC*”, que reúne materiais dos três veículos de jornalismo da Rede Amazônica no Acre. Criada em 20 de janeiro de 2012, a página no *Facebook* tem 16.653 curtidas e 17.724 seguidoras/es, de acordo com levantamento feito dia 08 de março de 2022.

O site *ContilNet Notícias*, por sua vez, foi criado em 2009, conforme as informações que constavam no rodapé do endereço eletrônico em 2019. A página do jornal no *Facebook* foi criada em 22 de outubro de 2010 e tem as seguintes métricas: 52.290 curtidas e 61.118 seguidoras/es. Assim, tanto a construção do *corpus* — feita gradativamente a partir de pesquisa exploratória, leituras e apontamentos feitos pela banca do exame de qualificação —

³⁰ Informações referentes ao dia 08 de março de 2022. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/contilnet/> e <https://www.facebook.com/jornalismoredeamazonicaAC>.

quanto as métricas das páginas da *ContilNet Notícias* e do *GI Acre* no *Facebook* explicam a adoção dos *sites* como objeto empírico da pesquisa. Além disso, analisar matérias de dois *sites* possibilita a realização de comparações e identificação de nuances e tendências presentes em textos dos dois veículos quanto à abordagem de temas relativos às mulheres negras.

A seguir, discuto conceitos centrais aos conflitos raciais brasileiros, além de abordar teoricamente os subtemas “corpo e cabelo”, “racismo e injúria racial” a fim de fundamentar a análise de conteúdo dos textos jornalísticos que será feita no último capítulo da dissertação.

2.2. Dissimulação? Temos! Democracia racial, ideologia do branqueamento e outras nuances do racismo à brasileira

A ideia de democracia racial é central no que se refere às relações raciais brasileiras. A noção postula “que pretos e brancos convivem harmoniosamente, desfrutando iguais oportunidades de existência, sem nenhuma interferência, nesse jogo de paridade social, das respectivas origens raciais ou étnicas” (NASCIMENTO, 2016 [1978], posição 438-441). Ou seja, no Brasil impera a ideia de que os conflitos e desigualdades raciais inexistem, o que, consequentemente, implica dizer que se pessoas negras (pretas e pardas) encontram-se apartadas de direitos e de condições socioeconômicas favoráveis enquanto as brancas estão em situação oposta, a responsabilidade é exclusivamente de seu fracasso e sucesso pessoais, respectivamente.

Ao mesmo tempo, discutir criticamente a ideia de democracia racial é tarefa quase impossível, visto que há um tabu em torno do assunto que produz interdição de quem tenta abordá-lo. Com o silenciamento garantido, não há questionamento a respeito da operação concreta do mito da democracia racial sobre as estruturas e relações sociais, o que, consequentemente, inviabiliza a busca por mudanças. A partir da inércia produzida pela eficaz defesa do mito da democracia racial, o poder de decisão e de acessos permanece concentrado nas mãos de suas/seus beneficiárias/os.

Para o economista, político e militante Abdias Nascimento (2016 [1978]), as relações raciais brasileiras são marcadas por uma lógica em que um único elemento, o branco, detém todo o poder nos níveis político, econômico e social. Isso significa dizer que os meios pelos quais as informações são construídas, a educação e a definição de valores, por exemplo, estão

sob a égide do grupo racial dominante e que, portanto, a ideia de democracia racial é uma falácia.

A aplicação do conceito de democracia às relações raciais brasileiras apresenta marcas coloniais profundas. Em primeiro lugar porque o país foi fundado sobre o sangue de pessoas negras e indígenas que não receberam tratamento humano em nenhum aspecto, escravizadas ou libertas. Depois, porque as/os descendentes dessas pessoas, embora não sem resistência, vivem sob os novos arranjos coloniais impostos. Desde a colonização, não houve, portanto, nenhum momento histórico em que nesse território prevaleceram ou ao menos foram tangenciadas relações de igualdade e harmonia racial. Pelo contrário.

Nesse sentido, a noção de democracia racial informa duas características apontadas pela doutora em psicologia Elisa Larkin Nascimento (2003) como singulares ao racismo brasileiro: a primeira é a alegação que define o perigo constante da explosão de um racismo às avessas³¹, o que fortalece o silenciamento da discussão racial no país, pois sempre que alguém tenta apontar o problema é acusada/o de praticar o racismo reverso — o que é bem curioso, visto que, aparentemente, é possível advogar a existência desse fenômeno quando mudam as posições dos atores envolvidos. Por isso, via de regra, não se percebe a existência do racismo (contra negras/os), mas do dito racismo às avessas (contra brancas/os), sim.

A esse respeito, Abdias Nascimento (2016 [1978]) observa que qualquer movimento mínimo de conscientização das pessoas negras é lido pelas camadas dominantes como agressão retaliatória ou ameaça ou, ainda, como uma investida de imposição de superioridade racial. Na mesma direção, observa o autor, as forças que estão no poder interpretam tais

³¹ A título de demonstração da atualidade da discussão, recupero o artigo *Racismo de negros contra brancos ganha força com identitarismo*, de autoria do antropólogo branco Antonio Risério, publicado dia 15 de janeiro de 2022 na *Folha de S. Paulo*. A publicação repercutiu negativamente nas redes sociais digitais, em outros veículos de jornalismo e na própria *Folha*, com respostas críticas de outras/os colunistas. No dia 19 de janeiro de 2022, 186 jornalistas do veículo endereçaram uma carta aberta à Secretaria de Redação e do Conselho Editorial da *Folha de S. Paulo*, na qual apontaram as contradições do jornal que constantemente tem dado espaço a publicações racistas ao mesmo tempo em que promove um treinamento exclusivo para profissionais negros e se diz a serviço da democracia. Questionaram as/os jornalistas: “A Folha não costuma publicar conteúdos que relativizam o Holocausto, nem dá voz a apologistas da ditadura, terraplanistas e representantes do movimento antivacina. Por que, então, a prática seria outra quando o tema é o racismo no Brasil?” (BONIN, 2022, online). Como estamos falando de Brasil, o paraíso da democracia racial, é óbvio que Risério foi prontamente defendido, recebendo apoio de 878 pessoas em outra carta aberta (XIBOLETE, 2022, online). Além disso, Sérgio Dávila, diretor de redação da *Folha de S. Paulo*, criticou a carta assinada pelas/os 186 jornalistas do veículo contra a recorrente publicação de textos racistas. Dávila escreveu: “O preocupante é o teor do texto, que vai contra um dos pontos basilares e inegociáveis do Projeto Folha: a pluralidade e a defesa intransigente da liberdade de expressão. Além disso, o texto erra, é parcial e faz acusações sem fundamento, três características indesejáveis em se tratando de profissionais do jornalismo. Erra ao sugerir que a Folha publicou artigos que relativizam ou fazem apologia do racismo, o que não aconteceu, até porque racismo é crime.” (SCARDOELLI, 2022, online). A um só tempo, o diretor de redação da *Folha* critica o posicionamento das/os funcionárias/os do jornal e nega que a publicação de autoria de Antonio Risério tenha teor racista.

movimentos como ameaças à segurança nacional, além de uma tentativa de desintegrar a unidade nacional.

Assim, os esforços empreendidos para o questionamento das hierarquizações produzidas a partir da raça são minados por aquelas/es que se beneficiam da organização social do modo como está. O silenciamento também se mostra eficaz quando o legado de agência histórica é negado às/aos negras/os que também construíram e seguem edificando o Brasil, defende Elisa Nascimento (2003). Abdias Nascimento (2016 [1978]), por sua vez, observa que a essas/es sujeitas/os é negado, portanto, o direito à autodefinição.

Além disso, também vigora no país o discurso de união nacional, de modo que as discussões pautadas nas questões raciais mais uma vez são preteridas. Curioso é que, apesar da condição racial e da cor do negro serem justamente o alvo da discriminação sofrida socialmente, “negam a ele, com fundamentos na lei, o direito legal da autodefesa. A constituição do país não reconhece entidades raciais; todo mundo é simplesmente brasileiro” (NASCIMENTO, 2016 [1978], posição 1033-1039). Essa é mais uma contradição constitutiva do mito da democracia racial: por um lado, a adoção da raça como um marcador social de diferença (WOODWARD, 2012); por outro, a impossibilidade de reivindicar melhores condições de existência com base no mesmo marcador.

A segunda característica do racismo brasileiro influenciada pela democracia racial é a defesa de que a/o afrodescendente³² brasileira/o vive uma situação completamente diferente e amena em relação à de outros países, como África do Sul e Estados Unidos da América (NASCIMENTO, 2003). Essa ideia fundamenta discursos como o tecido pelo vice-presidente da República, Hamilton Mourão, em entrevista concedida no dia 20 de novembro de 2020, dia nacional da consciência negra. Recuperar esse episódio é útil em termos da constatação de que a defesa do mito da democracia racial permanece sendo feita.

Ao ser questionado por jornalistas se considerava que o assassinato de João Alberto Silveira Freitas³³, teria sido provocado devido ao racismo, respondeu: “Não. Para mim, no Brasil não existe racismo. Isso é uma coisa que querem importar aqui pro Brasil, isso não

32 Elisa Larkin Nascimento (2003) e Abdias Nascimento (2016 [1978]) adotam a palavra “afrodescendente”, para se referir aos descendentes de africanas/os em todo o mundo, e “afro-brasileira/o”, para denominar as pessoas brasileiras com ascendência africana, em lugar de “negra/o” porque entendem que o último termo refere-se apenas à cor da pele e a esvazia das heranças históricas e culturais de origem africana. Em sua visão, o termo “afrodescendente” preserva a referência histórica e cultural, além de apontar a ligação identitária existente entre as/os descendentes de africanas/os ao redor do mundo. Kabengele Munanga (2009 [1988]), por sua vez, aponta que, ao se considerar a África como berço da humanidade, admite-se, conseqüentemente, que todas/os as/os humanas/os são afrodescendentes.

existe aqui” (CNN, 2020, online). Questionado novamente sobre a inexistência de racismo no país, Mourão sustentou sua tese: “Não. Eu digo para você com toda a tranquilidade. Não tem racismo aqui. Eu digo isso para vocês porque eu morei nos Estados Unidos, racismo tem lá (CNN, 2020, online)”.

Após essa fala — por si só muito autoexplicativa de como a defesa da democracia racial persiste em existir quase intocável, blindada por discursos dessa natureza — Hamilton Mourão dá um exemplo concreto supostamente presenciado por ele, na década de 1960. Ao que parece, o vice-presidente acredita ser esse exemplo prova cabal da inexistência de racismo no Brasil: “Eu morei dois anos nos Estados Unidos. Na minha escola, o pessoal de cor andava separado. Eu nunca tinha visto isso aqui no Brasil [...]. O pessoal de cor sentava atrás do ônibus, não sentava na frente. Então, isso é racismo” (CNN Brasil, 2020, online).

A fala reiterada do atual vice-presidente do Brasil evidencia os contornos do dissimulado racismo brasileiro: fenômeno não legalizado como o *apartheid* que vigorou na África do Sul, nem assumido como o vivido nos Estados Unidos da América, porém “[...] institucionalizado de forma eficaz nos níveis oficiais de governo, assim como difuso e profundamente penetrante no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país” (NASCIMENTO, 2016 [1978], posição 1240-1243). Em outros termos, o racismo à brasileira apresenta um *modus operandi* que de fato se diferencia na forma como se apresenta, embora tenha impactos tão negativos e violentos quanto o *apartheid* que vigorou na África do Sul e a segregação vivenciada nos Estados Unidos da América.

A existência de leis expressamente segregacionistas, por exemplo, fez com que os racismos vigentes nos dois países comparados ao Brasil em outros momentos históricos fossem mais facilmente percebidos. O que diferencia o racismo brasileiro é justamente o fato dele ser, em tese, menos detectável. Isso faz com que ele esteja em todas as esferas sociais sendo pouco confrontado e mesmo percebido pela maior parte da população. Além disso, como já dito, a ideia de democracia racial garante o fortalecimento do discurso de que não há racismo no Brasil.

Na interpretação de Abdias Nascimento (2016 [1978]), a democracia racial encobre preconceito de cor, discriminação racial e ideologia racista. O autor argumenta ainda que,

33 João Alberto Silveira Freitas, homem negro de 40 anos de idade, foi assassinado por seguranças da rede de supermercados Carrefour, em Porto Alegre (RS), dia 19 de novembro de 2020, véspera do dia da consciência negra no Brasil (LIMA, 2020, online). O assassinato ocorreu seis meses após o policial Derek Chauvin executar George Floyd, homem negro de 46 anos, em Minneapolis (Minnesota, Estados Unidos da América), motivando protestos antirracistas em vários países, inclusive no Brasil.

além de interditar a reivindicação pautada na questão racial das/os afrodescendentes e aliviar a consciência da sociedade brasileira, a democracia racial visava garantir a fama de paraíso racial do Brasil no exterior, de modo que os outros países jamais soubessem do genocídio imposto às/aos negras/os desde a invasão europeia. Mais de quatro décadas após a escrita do livro *O genocídio do negro brasileiro*, a democracia racial segue sendo um importante instrumento para a manutenção das hierarquizações raciais vigentes no país, embora atualmente os conflitos raciais estejam em maior evidência em termos de discussão.

No posfácio da obra, Elisa Nascimento ressalta que enquanto em países como África do Sul e Estados Unidos da América foram desmontados sistemas jurídicos de segregação racial, em outros, formas de racismo informais, ou, pelo menos, não declaradas abertamente, permanecem existindo e tendo importância fundamental para as instituições sociais. Justamente essa capacidade de camuflagem fez com que esse tipo de racismo fosse reconhecido tardiamente como tal, atraindo atenção de entidades mundiais que trabalham em prol de direitos humanos e no combate ao racismo. Compreendo que o modo como o racismo opera no Brasil promove a perpetuação dos arranjos coloniais, visto que o país, de modo geral, não se enxerga como racista e, portanto, não tem vontade política para mudar a atual situação.

Continuando a entrevista, o vice-presidente da República, Hamilton Mourão, afirmou:

Aqui não existe racismo. Aqui, o que você pode dizer é o seguinte: existe desigualdade, isso é uma coisa que existe no nosso país. Nós temos uma brutal desigualdade aqui, fruto de uma série de problemas e grande parte das pessoas, vamos colocar assim, de nível mais pobre, que tem menos acesso aos bens e às necessidades da sociedade moderna são gente de cor, apesar de nós sermos uma sociedade misturada, é só tu olhar a minha lata aqui ³⁴. (CNN, 2020, online)

Neste trecho, percebe-se uma recusa à relação existente entre raça e classe, visto que Mourão defende existir no Brasil “uma brutal desigualdade” logo após negar a existência do racismo. Entretanto, a continuação da fala deixa evidente sua contradição e expõe a fragilidade de seu argumento, pois o vice-presidente afirma: “grande parte das pessoas, vamos colocar assim, de nível mais pobre, que tem menos acesso aos bens e às necessidades da sociedade moderna são gente de cor”. Dito de outro modo, apesar da tentativa de argumentar a inexistência do racismo e o vigor da democracia racial no Brasil, o vice-presidente da República acaba por confirmar a falácia de seu raciocínio justamente no momento em que

³⁴ CNN Brasil. Mourão: “No Brasil não existe racismo”. *Visão CNN*, 20 nov. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0bDE6OEB8cQ>. Acesso em: 14 jan. 2021.

tenta explicar a suposta inexistência de relação entre raça e classe. Mais uma vez, os escritos de Abdias Nascimento apresentam argumentos que poderiam ser resposta direta a Mourão:

Se os negros vivem nas favelas porque não possuem meios para alugar ou comprar residência nas áreas habitáveis, por sua vez a falta de dinheiro resulta da discriminação no emprego. Se a falta de emprego é por causa de carência de preparo técnico e de instrução adequada, a falta desta aptidão se deve à ausência de recurso financeiro. Nesta teia, o afro-brasileiro se vê tolhido de todos os lados, prisioneiro de um círculo vicioso de discriminação – no emprego, na escola – e trancadas as oportunidades que lhe permitiriam melhorar suas condições de vida, sua moradia, inclusive. Alegações de que esta estratificação é “não racial” ou “puramente social e econômica” são chavões que se repetem e racionalizações basicamente racistas: pois o fator racial determina a posição social e econômica na sociedade brasileira. (NASCIMENTO, 2016 [1978], posição 1119-1125)

A resposta reiterada de Hamilton Mourão não se deve ao acaso. Decorre de décadas de constituição de teorias baseadas no supremacismo branco. Em sua exposição histórica acerca das relações raciais brasileiras, Elisa Larkin Nascimento (2003) evidencia a construção e a mobilização de teorias científicas³⁵ pautadas na raça, ainda na perspectiva biológica, de acordo com os interesses das classes dominantes e do Estado brasileiro em uma dinâmica que estreou no período colonial e segue vigente, atualizando-se.

O medo da iminente abolição da escravatura contribuiu para que estudiosos da estirpe de Raymundo Nina Rodrigues³⁶, expoente do determinismo social e da degenerescência, construíssem teoricamente a naturalização da inferioridade das/os negras/os, apontando sua existência e a mistura racial como fatores impeditivos do avanço do Brasil. A importação do padrão europeu no que diz respeito a ideias, julgamento estético e atividades científicas foi crucial para os primeiros trabalhos que tratavam das questões raciais no Brasil, de acordo com

35 A autora menciona em outra passagem o racismo “pseudocientífico” (NASCIMENTO, 2003, p. 127) como importante instrumento para a fixação da/o afrodescendente como estranha/o ao contexto nacional brasileiro. Eu opto por me referir à “ciência” e ao racismo “científico” nesses termos, pois considero fundamental compreendermos que essas ideologias e discursos eram construídos e qualificados inclusive por sujeitos que carregavam o título de cientistas e que, portanto, tinham suas ideias validadas, embora hoje elas pareçam absurdas e completamente não-científicas. Sustento a importância de nomear as ações, suas/seus sujeitas/os e o contexto em que foram concebidas, por mais estranho que possa soar, com vistas à demonstração de que os espaços de saber também podem ser mobilizados em nome de projetos que fortalecem e legitimam sistemas de opressão.

36 Psiquiatra, médico-legista e criminologista maranhense considerado o pioneiro dos estudos da/o negra/o no Brasil. Foi expoente da teoria da degenerescência que, de modo resumido, defendia que as/os negras/os eram naturalmente degradadas/os. Segundo Elisa Nascimento, essa teoria argumentava que os negros “ocupavam as categorias mais baixas da escala degenerativa, próximas à animalidade ou a estágios muito atrasados de civilização; portanto, eram mais propensos à criminalidade” (2003, p. 171). A autora afirma, com base em Hédio Silva Júnior (1999), que além de trazer ao Brasil as ideias de Cesare Lombroso, Nina Rodrigues “introduziu ao rol brasileiro de técnicas de identificação dos ‘tipos criminosos’ degenerados um novo e audacioso padrão. À mensuração do crânio, do comprimento do dedo médio e dos antebraços, Nina Rodrigues agregou a mensuração da largura das narinas do suspeito” (NASCIMENTO, 2003, p. 149).

Abdias Nascimento (2016 [1978]). O intelectual observa que a independência alçada em 1822 limitou-se ao âmbito formal, pois em termos de mentalidade, economia e cultura o Brasil permaneceu dependente e colonizado.

Diante disso, a criação de uma teoria distinta que louvasse a mistura racial foi a saída proposta. O incentivo à miscigenação e à migração massiva de europeus cumpria, assim, o objetivo de “diluir a base inferior do estoque racial brasileiro, de origem africana, simultaneamente fortalecendo e fazendo prevalecer o elemento superior, branco” (NASCIMENTO, 2003, p. 126). Portanto, a miscigenação, processo e característica tão louvados ainda hoje, inclusive pelas/os representantes políticas/os, não representa a superação das ideias racistas. Ao contrário, é um projeto construído com o objetivo de fabricar um tipo ideal nacional, com base na ideia racista de inferioridade de africanas/os e suas/seus descendentes.

Os critérios biológicos, segundo Elisa Nascimento, estão recalcados coletivamente por essa sociedade que, por medo da maioria negra, investiu no branqueamento apostando na miscigenação racial louvada na fala de Hamilton Mourão. O medo cede lugar à fúria levantada quando essa mesma sociedade é posta sob suspeita de racismo. Em resposta, evoca a miscigenação como prova de seu antirracismo.

A pesquisadora ressalta a fala de João Batista de Lacerda, delegado brasileiro participante do Congresso Universal das Raças, em Londres, em 1911, que defendia bastar um século para a completa extinção de pessoas negras no Brasil como decorrência do processo de miscigenação, por ele visto como algo positivo por resultar no branqueamento populacional. A teoria do branqueamento foi fortalecida em países das Américas Central do Sul e no Caribe sob a falácia de que a colonização imposta por países ibéricos se deu com base em relações raciais mais harmoniosas e cordiais baseadas na miscigenação (NASCIMENTO, 2003).

A autora observa que, se vista como o processo violento que foi, assentado no abuso sexual de mulheres negras e indígenas, a miscigenação revela o controle exercido sobre esses corpos. Abdias Nascimento (2016 [1978]), por seu turno, lembra que o estupro de mulheres negras por homens brancos de classes dominantes foi justamente um dos principais mecanismos adotados para acabar com o chamado problema da mancha negra, e permaneceu acontecendo como prática normalizada nas gerações seguintes.

Por meio da ideia de democracia racial, a miscigenação, fruto da violência imposta a mulheres negras e indígenas — ou seja, não-brancas — é apresentada como benesse, como

prova de que o Brasil vive relações raciais harmoniosas, livres de hierarquizações, de produção de diferenças pautadas na construção racial. Logo, se o processo não é entendido como violento, não há responsáveis por ele, tampouco motivo para questionar o modo como as relações raciais se dão e informam as instituições sociais e vice-versa. Essa discussão evidencia o quanto as relações de gênero e raça, alcançadas por processos de violência e relações de poder, são parte constitutiva da formação do que hoje chamamos de Brasil.

Abdias Nascimento (2016 [1978]) entende a miscigenação como uma estratégia genocida articulada com vistas ao objetivo final de embranquecer a população. As políticas migratórias vigentes no Brasil nos séculos XIX e XX tinham como objetivo fazer desaparecer a/o negra/o a partir do preavalecimento do sangue e das características europeias. Neste sentido, volto à discussão da democracia racial, discurso auto-congratatório que intenta reduzir a culpa daquelas/es que se beneficiam até hoje com a operação de arranjos coloniais pautados na hierarquização racial.

As explicações da existência do mito da democracia racial são diversas. Em 1530, o sequestro de escravizados já fincava raízes no espaço que séculos depois viria a ser chamado Brasil, o que mostra a presença de africanas/os neste lugar desde os primeiros anos após a invasão colonial. Apesar disso, mentira e dissimulação foram articuladas para estruturar um discurso colonialista que apresentava o processo de escravização imposto por Portugal ao Brasil e a alguns países africanos como instituição benevolente e humana. O artifício determinante para o sucesso da imposição da violência a estes países, por meio de saques e repressão de culturas, era a força militar imperialista (NASCIMENTO, 2016 [1978]).

Para corroborar a falácia, os argumentos eram: a escravização imposta a povos africanos fora benevolente, amena; registro constitucional de igualdade e inexistência de leis que determinasse claramente a segregação racial garantia a inexistência do racismo nos países da América Latina. A invasão desses territórios desencadeou um genocídio de grandes proporções tanto de negras/os quanto de indígenas (NASCIMENTO, 2003). Fica evidente, portanto, que a ideia de democracia racial é uma ferramenta utilizada a partir de interesses bem definidos e articulados a fim de manter as relações e estruturas sociais do modo como elas estão, hierarquizadas de acordo com a categoria raça, ao mesmo tempo em que serve ao objetivo de neutralizar quaisquer possibilidades de questionamentos às desigualdades e violências geradas por esse sistema.

O psiquiatra martinicano Frantz Fanon (2008 [1952]) entende a assunção de que uma sociedade é ou não racista como primordial. No Brasil, como já visto, o mito da democracia racial garante que o país não se admita racista. O autor parte de uma compreensão do racismo enquanto fenômeno que estrutura a vida social, possuindo, assim, importância fundamental para o funcionamento das sociedades nas quais opera. A raça, portanto, é uma das principais categorias que informa a organização das sociedades que têm o racismo como um de seus principais elementos estruturantes.

Na mesma direção, Grada Kilomba (2019) compreende o racismo como um problema institucional e estrutural experienciado por negras/os. Logo, não está restrito a manifestações de ódio, individuais ou coletivas, baseadas na diferença racial, mas fundamenta a organização das sociedades onde atua, informando seus ideais, modos de organização, definição de lugares simbólicos e físicos de seus habitantes que, por sua vez, são marcados categoricamente. Isso significa dizer que o racismo que alimenta as estruturas, relações e instituições sociais não apenas interdita as experiências de pessoas negras — seja na dimensão de valorização estética, seja no acesso ao trabalho e a direitos, por exemplo — como também garante privilégios às pessoas brancas, pertencentes ao grupo racial dominante.

Portanto, pessoas brancas são beneficiadas em detrimento das pertencentes a outros grupos raciais que, na hierarquia estabelecida pelo racismo, ocupam lugares inferiores estando sujeitas a opressões em razão de sua condição racial. Deste modo, negras/os são expelidas/os das estruturas dominantes e têm o acesso a direitos fundamentais interditados. Para percebermos isso, basta nos questionarmos: “Quem pode ver seus interesses políticos representados nas agendas nacionais? Quem pode ver suas realidades retratadas na mídia? Quem pode ver sua história incluída em programas educacionais? Quem possui o quê? Quem vive onde? Quem é protegida/o e quem não é?” (KILOMBA, 2019, p. 76).

A intelectual portuguesa defende que o racismo foi uma ferramenta fundamental para a Europa desde os projetos de escravização e colonização e atualmente continua sendo basilar para a solidificação da “Fortaleza Europa” (KILOMBA, 2019, p. 71), embora seja tratado como um fenômeno periférico, desimportante, superado e externo. No pensar da autora, o “racismo cotidiano” reatualiza o trauma do colonialismo vivenciado por negras/os que vivem no continente africano e em diáspora tanto no plano individual quanto no coletivo:

O racismo cotidiano não é um evento violento na biografia individual, como se acredita — algo que “poderia ter acontecido uma ou duas vezes” —, mas sim o

acúmulo de eventos violentos que, ao mesmo tempo, revelam um padrão histórico de abuso racial que envolve não apenas os horrores da violência racista, mas também as memórias coletivas do trauma colonial. (KILOMBA, 2019, p. 215)

Kilomba (2019) apresenta três aspectos que caracterizam o racismo enquanto trauma clássico para as pessoas negras: 1) Sensação de choque e imprevisibilidade, porque embora seja esperado, quem é vítima, na maioria das vezes, não consegue assimilá-lo devido à intensidade e à violência impressas no ato racista. Desse modo, a única resposta imediata que a vítima é capaz de organizar é o choque; 2) Sentimento de ruptura, corte e perda, pois o choque inesperado e quase sempre paralisante rompe as conexões da vítima com a sociedade; e 3) Atemporalidade: mistura de passado e presente, já que o racismo (elemento do presente) coincide com o colonialismo (elemento do passado). A última característica se concretiza devido ao fato do racismo operar de modo semelhante ao colonialismo, já que a pessoa negra é posta sob um olhar alheio, tem a palavra dirigida a ela, é agredida, ferida e presa em fantasias brancas que definem o que ela deveria ser. “Para traduzir esses cinco momentos em linguagem colonialista militarista: a pessoa é descoberta, invadida, atacada, subjugada e ocupada” (KILOMBA, 2019, p. 224).

Nessa perspectiva, é possível estabelecer diálogo com o estudo elaborado pela psicanalista Neusa Souza (2019 [1983]), pois a autora problematiza as consequências geradas no emocional de pessoas negras que vivem no Brasil a partir de sua ascensão social calcada na negação do próprio corpo e da cultura negra³⁷. Para a autora, a organização socioeconômica criada na sociedade escravista teve importância fundamental nas definições de lugar da/o negra/o, nos padrões de interação entre brancas/os e negras/os e na relação de naturalidade constituída entre a/o negra/o e a subalternidade.

A instrumentalização do racismo enquanto elemento que informa e estrutura a organização do Brasil é secular. Não custa lembrar que há apenas 133 anos a escravidão foi oficialmente findada. E por “oficialmente” assumo aqui a ideia de que a abolição não foi efetiva, pois o Estado brasileiro decidiu não construir mecanismos para garantir a liberdade e o bem-viver de ex-escravizadas/os.

³⁷ Publicada pela primeira vez na década de 1980, a pesquisa materializa os esforços empreendidos por Neusa Souza para construir um discurso da/o negra/o sobre a/o negra/o, pois, para a autora, possuir um discurso sobre si é uma forma de exercer autonomia. A psicanalista estudou a vida emocional de dez pessoas negras, residentes no Rio de Janeiro, que vivenciavam algum grau de ascensão social. O objetivo do estudo era compreender os impactos emocionais vivenciados em detrimento da ascensão.

Na compreensão de Neusa Souza (2019 [1983]), a categoria raça é definida no país com base em atributos compartilhados por grupos sociais que gozam do mesmo prestígio e do mesmo repertório de valores culturais. Raça informa a conformação de classes sociais, que, por sua vez, não dizem respeito apenas à questão econômica. Portanto, o significado de ascensão social, nesta perspectiva, não se restringe à mudança de uma classe à outra, antes, constitui, para pessoas negras, um projeto de busca por humanidade, uma espécie de redenção econômica, mas também social e política, por meio da qual seria possível alcançar respeito e dignidade reconhecidos pelas/os outras/os sujeitas/os.

Assim, as/os negras/os que vivem no Brasil enxergam na ascensão social uma possibilidade de libertação da sub-humanidade à qual foram relegadas/os historicamente. A psicóloga explica que, vivendo a ascensão social nestes termos, as pessoas negras condenam-se a uma dupla negação: rejeitam tanto a si mesmas quanto ao estoque racial do qual fazem parte, em nome da afirmação social. Nesse sentido, em casos de realização de ascensão social há, para pessoas negras, o fortalecimento da negação de sua identidade racial.

Indicadores podem nos ajudar a compreender porque isto ocorre. No Brasil, a concentração de renda por classes é inversamente proporcional à presença de pessoas negras — pretas e pardas. A publicação *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*, divulgada em 2019, reúne dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre os anos 2012 e 2018. Em 2018, 16,4% da população branca estava entre os 10% que detinha os maiores rendimentos domiciliares *per capita* do país, enquanto apenas 5% da população negra ocupava a mesma classe de rendimentos.

Por outro lado, os dados mostram que 13,5% da população negra estava entre os 10% com menores rendimentos, em contraponto a apenas 5,5% de população branca. “Em um cenário de perfeita igualdade racial haveria 10% das pessoas de cada grupo de cor ou raça distribuídas uniformemente pelas dez classes de rendimento”, observa a publicação (IBGE, 2019, p. 55). Também em 2018, o rendimento médio domiciliar *per capita* de brancas/os era de R\$ 1.846 contra os R\$ 934 — quase metade — recebidos por pessoas negras.

Os dados mostram que a ascensão social de pessoas negras resulta em um isolamento ainda maior, visto que, quando alcançam melhores condições socioeconômicas, sua comunidade não as acompanha. A ascensão social configura, assim, um processo solitário, na maioria das vezes. Além da solidão, pode-se inferir que há o agravamento das situações de

racismo, pois, a partir da ascensão social, negras/os estão mais expostas/os a ambientes majoritariamente brancos em razão da proporcionalidade que relaciona classe e raça no Brasil. Assim, mesmo em caso de ascendência social, a raça continua ocupando lugar central nas vidas de pessoas negras.

Nessa direção, Neusa Souza (2019 [1983]) explica que, para pessoas negras que vivem no Brasil, há dificuldades na conquista de uma identidade negra que as integre aos seus grupos de origem e lhes forneça subsídios para ascender socialmente, de modo que, mesmo que consigam romper as barreiras do racismo estrutural e conquistar algum nível de ascensão social, há um preço a se pagar e esse preço diz respeito aos impactos gerados pela dupla negação a que são submetidas.

Para a autora, quando pessoas negras ascendem socialmente ou pretendem conseguir, elas lançam mão de uma identidade apoiada em emblemas brancos — o que Frantz Fanon (2008 [1952]) chamaria de “máscaras brancas” — para superar as adversidades impostas socialmente ao/a sujeito/a negro/a. Entretanto, como explica a autora, esse é um processo conflituoso, pois a identidade assumida exige a negação das tradições e culturas negras e da existência de discriminação pautada na raça.

Diante das diversas investidas produzidas em uma sociedade ideologicamente branca, as pessoas negras são sujeitadas ao “mito negro” (SOUZA, 2019 [1983], p. 33). A partir da destruição da identificação, o mito negro está pautado na construção da diferença que, em convergência com o exposto por Kilomba (2019), “não abriga qualquer vestígio de neutralidade e se define em relação a um outro, o branco, proprietário exclusivo do lugar de referência, a partir do qual o negro será definido e se autodefinirá” (SOUZA, 2019 [1983], p. 33). À/Ao negra/o, neste sentido, não é permitido simplesmente ser. Ela/e é sempre uma resposta à norma branca, tanto se afirmando quanto se negando, pois, quando guiado pelo “mito negro”, a/o sujeita/o negra/o se vê pela falta, enxerga em si o oposto daquele que ocupa o lugar de referência.

As principais figuras que representam o mito negro são a irracionalidade, a ruindade, a sujeira, a sensibilidade, a superpotência, o exotismo e a feiúra (SOUZA, 2019 [1983]). Essas figuras são reafirmadas por meio de discursos e representações, falas características repletas de apelos ideológicos no intuito de fixar a linearidade de uma suposta natureza negra. Diante da aplicação de tantos recursos, pessoas negras são submetidas a uma socialização notadamente racista que não apenas as classifica como inferiores em relação às pessoas

brancas como também, é importante negritar novamente, produz valorização e estima do segundo grupo.

Assim, a introjeção do “mito negro” influencia diretamente a organização psíquica das pessoas negras, pois constitui uma dinâmica que incentiva a destruição de toda e qualquer “mancha negra” (SOUZA, 2019 [1983], p. 42), por um lado, e valoriza a busca por um modelo ideal branco, por outro. A autora explica que nessa dinâmica, entre o ideal e o possível, uma zona de autodesvalorização, retraimento, timidez e ansiedade fóbica é experimentada pelas pessoas negras.

Desse modo, a violência racista lançada sobre negras/os que insistem em ascender socialmente, a despeito de todas as investidas contrárias em uma “sociedade multirracial, racista e de hegemonia branca” (SOUZA, 2019 [1983], p. 46) como a brasileira, é tamanha que saber-se negra/o não é questão óbvia, muito menos pacífica: resulta das vivências de quem experimenta massacre identitário, confusão de perspectivas, subordinação a exigências e expectativas alienadas. “Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades” (SOUZA, 2019 [1983], p. 25).

A autora defende que “ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro” (SOUZA, 2019 [1983], p. 88), pois somente os traços negróides e a pele negra, bem como partilhar das histórias de desenraizamento, escravização e discriminação racial não são suficientes para organizar uma identidade negra no Brasil. Em sua visão,

Ser negro é, além disto, tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse desta consciência e criar uma nova consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração. (SOUZA, 2019 [1983], p. 88)

Ser negra/o é autodefinir-se, neste sentido. Não se trata de tomar a construção da categoria raça e suas classificações como algo dado a priori, como uma marcação inquestionável ou insuperável; antes, tem a ver com o entendimento dos processos que engendram a racialização historicamente, o que não ignora o modo como esses processos se articulam com outros marcadores de diferença construídos a partir de sistemas de dominação, a exemplo do sexismo, do classismo e do heterossexismo. Construir uma identidade negra é uma ação política consciente que exige a contestação do modelo que nos foi ensinado: o de ser uma caricatura da/o branca/o, segundo Souza (2019 [1983]). Superado este modelo, nós,

peessoas negras, conseguiremos construir os nossos modelos, de forma própria e independente, sem vínculo, mesmo que contraposto, a noções pré-estabelecidas que nos desqualificam.

2.2.1 Racismo e injúria racial à luz do Direito

Considerando que tanto racismo quanto injúria racial são mencionados em matérias jornalísticas que compõem o *corpus* da presente pesquisa, os conceitos precisam ser abordados teoricamente sob o viés jurídico — embora esse tipo de enfrentamento não seja suficiente. Conforme explicam Marta Machado, Márcia Lima e Natália Neris (2016), a Lei Afonso Arinos (Lei nº 1.390 de 03 de julho de 1951), primeira contra atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor do Brasil, foi amplamente criticada pelos movimentos negros por considerar as condutas discriminatórias como contravenções penais, infrações penais de menor gravidade que resultam em punições menos rígidas por não serem classificadas como crimes.

Somente 37 anos depois, com a Constituição Federal de 1988, a prática do racismo passou a constituir “crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei” (BRASIL, 1988). A definição constitucional do racismo como um dos crimes mais graves do ordenamento jurídico foi considerada uma vitória expressiva pelos movimentos negros, pois “Simbolizava o reconhecimento simultâneo de que o racismo existe na sociedade brasileira, de que a questão racial é relevante e de que discursos racistas não devem ser tolerados” (MACHADO, LIMA, NERIS, 2016, p. 25).

No ano seguinte, a Lei Caó (Lei nº 7.716 de 05 de janeiro de 1989) definiu como crimes resultantes de preconceito de raça/cor diversas ações de impedimento, proibição e negação baseadas nas características fenotípicas das pessoas, a exemplo de “Impedir ou obstar o acesso de alguém, devidamente habilitado, a qualquer cargo da Administração Direta ou Indireta, bem como das concessionárias de serviços públicos”; “Negar ou obstar emprego em empresa privada”; “Recusar ou impedir acesso a estabelecimento comercial, negando-se a servir, atender ou receber cliente ou comprador”; “Impedir o acesso ou recusar hospedagem em hotel, pensão, estalagem, ou qualquer estabelecimento similar” (BRASIL, 1989). A pena pode chegar a até 5 anos de reclusão.

A Lei Caó passou por várias mudanças desde então, dentre as quais Machado, Lima e Neris (2016) destacam as promovidas pela Lei nº 9.459 de 13 de maio de 1997. A primeira mudança diz respeito à alteração do art. 1º da Lei Caó. A alteração fez com que os crimes de

discriminação e preconceito incluíssem, além dos casos relacionados a raça e cor, delitos que fazem referência a aspectos de etnia, religião e procedência nacional. Segundo o art. 20 da Lei nº 9.459/97, quem praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional pode ser submetido à pena de reclusão de um a três anos. A segunda mudança significativa apontada pelas autoras foi a inclusão do §3º no art. 140 no Código Penal, criando a injúria qualificada, a qual se baseia na “utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião ou origem³⁸”, e definindo para crimes dessa natureza punição de reclusão de um a três anos e multa — aqui se inclui a injúria racial.

Em termos de diferenciação, racismo e injúria racial são classificados a partir do bem jurídico em questão: o primeiro está relacionado à igualdade das/os sujeitas/os, sendo considerados crimes dessa natureza aqueles entendidos como destinados a uma coletividade; já a injúria racial diz respeito a ofensas relacionadas à honra, à subjetividade de uma pessoa ofendida. Conforme essa leitura, o crime de racismo ocorre quando uma ação de impedimento é dirigida ao grupo inteiro de pessoas negras (por exemplo, quando uma pessoa é impedida de entrar em determinado estabelecimento comercial por ser negra, entende-se que qualquer pessoa negra que tentasse entrar ali seria impedida), enquanto a injúria racial diz respeito a um insulto racista destinado a um único indivíduo negro (uma pessoa negra é ofendida com termos que a desqualificam tomando como ponto de referência elementos relacionados à sua raça, a exemplo da cor da pele e da textura do cabelo).

O advogado Adilson Moreira (2019) critica esse entendimento presente na operação do Direito no Brasil, uma vez que ofensas raciais têm dimensão coletiva, já que incidem sobre determinada identidade racial. É justamente o pertencimento das pessoas a esses grupos que as tornam alvos da injúria. Assim, o autor defende que não há sentido na diferenciação feita entre racismo e injúria racial apresentada anteriormente, uma vez que “O sentimento de honra tem uma dimensão coletiva, porque estigmas raciais afetam a reputação social de todas as pessoas negras” (MOREIRA, 2019, posição 206).

Além disso, essa separação parece apontar para o entendimento de que seria possível injuriar alguém tomando a raça como elemento central e mesmo assim não ser racista. O racismo estaria apenas em atos de cunho segregacionista (o que nos leva de volta à lógica de negação do racismo no Brasil), de modo que o uso de expressões ofensivas com base na raça

38 Posteriormente, com a sanção da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, o §3º do art. 140 do Código Penal passou a ter a seguinte redação: “Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência” (BRASIL, 2003, grifo meu).

das vítimas não devesse ser compreendido como reprodutor de representações negativas sobre as pessoas negras ao mesmo tempo em que fortalece a cisão entre essas/es sujeitas/os e as/os brancas/os, plenamente humanas/os, capazes.

No que diz respeito aos trâmites legais, conforme a doutora em sociologia Denise Rodrigues (2018), crimes tipificados como injúria racial (art. 20, § 3º do Código Penal) são de ação penal pública condicionada³⁹ à representação. Isso quer dizer que a/o denunciante deve demonstrar interesse na instauração do inquérito policial para que a investigação seja iniciada⁴⁰. Assim, o fluxo de boletins de ocorrência de injúria racial segue a seguinte ordem: 1) denúncia de injúria racial; 2) representação; 3) despacho da/o delegada/o recomendando a instauração do inquérito policial; 4) Ministério Público; 5) Juiz/a. Em 28 de outubro de 2021, o crime de injúria racial passou a ser entendido como uma espécie de racismo, após decisão⁴¹ do Supremo Tribunal Federal (STF). Em entrevista ao podcast *Café da Manhã* (2021, online), da *Folha de São Paulo*, Samuel Vida, professor de direito e coordenador do programa Direito e Relações Raciais da Universidade Federal da Bahia, explica que a decisão confere à injúria racial os mesmos elementos de rigor indicados ao racismo na Constituição Federal de 1988, tornando crimes dessa natureza imprescritíveis, inafiançáveis e livres do prazo decadencial — limite de seis meses para que as vítimas denunciem.

Já os crimes de preconceito e discriminação (art. 20 da Lei nº 7.716/89), que incluem os casos de racismo, são ação penal pública e incondicionada, o que significa que a tomada de medidas cabíveis por parte do Ministério Público não depende da vontade das vítimas. Os

39 A ação penal em razão de injúria que se utiliza de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência foi tornada pública e condicionada somente em 29 de setembro de 2009, após a sanção da Lei nº 12.033.

40 Até outubro de 2021, a representação só podia ser solicitada em até seis meses (RODRIGUES, 2018).

41 Negrito que a decisão foi tomada somente 24 anos após a alteração do § 3º do art. 20 do Código Penal, que tipificou o crime de injúria racial. Antes da decisão, o crime de injúria racial podia prescrever após 8 anos a partir da data do fato, o que fazia com que muitos crimes não fossem punidos em razão da lentidão dos trâmites jurídicos. No julgamento do *habeas corpus* 154.248 (instrumento processual usado para garantir a liberdade de alguém preso ilegalmente ou cuja liberdade esteja ameaçada em razão de abuso de poder ou ato ilegal), iniciado em dezembro de 2020, o único voto contrário foi do ministro Kassio Nunes Marques, indicado por Jair Bolsonaro para o cargo. O caso julgado diz respeito à condenação de Luiza Maria da Silva pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), em 2013 (D'AGOSTINO, 2021, online), em razão da prática de injúria racial contra uma frentista de um posto de combustíveis referindo-se a ela como “negrinha nojenta, ignorante e atrevida”. A defesa da ré recorreu ao Superior Tribunal de Justiça e, durante a tramitação do recurso especial, pediu que a punibilidade fosse extinta, pois Luiza da Silva tinha mais de 70 anos de idade à época da sentença, o que, conforme o art. 115 do Código Penal, reduz o prazo de prescrição à metade. Diante da negação do recurso pelo STJ, a defesa apresentou o mesmo recurso ao Supremo Tribunal Federal, em 2018, resultando na decisão aqui descrita (MAIA, 2021, online). O caso só entrou na pauta do STF em 2020, após o já citado assassinato de João Alberto Silveira Freitas, homem negro espancado até a morte por seguranças em uma loja da rede de supermercados Carrefour, na capital gaúcha, na véspera do dia da consciência negra (D'AGOSTINO, 2021, online).

casos de crime de preconceito e discriminação seguem a seguinte ordem: 1) denúncia; 2) despacho da/o delegada/o recomendando a instauração do inquérito policial; 3) Ministério Público; 4) Juiz/a (RODRIGUES, 2018). Como já apontado, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, o crime de racismo é inafiançável e imprescritível.

Machado, Lima e Neris (2016) ressaltam que a definição da injúria racial feita somente em 1997, quase uma década após o reconhecimento do racismo como crime inafiançável e imprescritível, demonstra uma característica importante da legislação brasileira no que diz respeito às demandas antirracistas: retardamento na compreensão do insulto racial como elemento central dos modos de discriminação vigentes no país. Ou seja, mesmo quando abordava o tema do racismo, a legislação do Brasil estava muito mais pautada no entendimento do racismo como uma política segregacionista — vide o fato de que as ações consideradas racistas pela Lei Caó são guiadas por três principais verbos: impedir, negar e proibir —, o que impossibilitava ou, na melhor das hipóteses, dificultava o reconhecimento de outras formas de discriminação com base na raça, a exemplo de insultos raciais.

Em uma pesquisa documental⁴² que tomou como objeto acórdãos acerca de discriminação racial de pessoas negras em 9 estados brasileiros, Marta Machado, Márcia Lima e Natália Neris (2016) perceberam que o insulto racial proferido por meio de ofensas verbais tem maior incidência nos casos que chegam ao Judiciário: dos 200 casos analisados, apenas 6 não diziam respeito a ocorrências dessa natureza. Com base no relatório das decisões, as autoras levantaram as transcrições (quando disponíveis) das ofensas trocadas entre agressor/a e vítima e constataram que

A associação de negro a “macaco” é a ofensa mais presente. Em segundo lugar, encontramos “negro(a) sujo(a)”, “negro(a) fedido(a)” ou “porco(a)”, seguido de “negro(a) vagabundo(a)” (ou “preguiçoso(a)”). Outra afronta encontrada com frequência é “negro(a) safado(a)”. Mulheres negras também são associadas a “cadela” e têm sua sexualidade denunciada como “biscates” ou “piranhas”. Atributos estéticos também são usados como agressões: “nega do cabelo duro”, “nega do cabelo encaracolado”, “negra cabeluda”. Encontram-se em falas comuns utilizadas para ofender as expressões “serviço de preto” e “negro ladrão”, “drogado(a)”. Em alguns casos, o xingamento limita-se apenas à menção à própria raça ou cor, pressupondo que somente sua evocação já carregue seu conteúdo negativo: “seu preto”, “só podia ser preto”, “negrinha”. (MACHADO, LIMA, NERIS, 2016, p. 16)

A partir do panorama construído pelas autoras, que evidencia a alta incidência do insulto racial no material analisado, é possível notar que o insulto racial não é elemento

⁴² A pesquisa foi feita nos *sites* dos tribunais de justiça dos seguintes estados: Acre, Bahia, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia e São Paulo.

periférico ou desimportante no modo como o racismo se manifesta no contexto brasileiro. Isso demonstra que, em termos jurídicos, a criação de um tipo penal para casos que não apenas impedissem o ir e vir de sujeitas/os em razão de suas características fenotípicas, por exemplo, era imprescindível caso se pretendesse usar o Direito como uma ferramenta de combate ao racismo. Entretanto, o levantamento feito pelas autoras mostrou que a criação do tipo penal referente aos casos de injúria racial não foi suficiente.

Há alguns aspectos recorrentes no modo como os processos são entendidos por juízas/es. O primeiro aspecto citado é uma tentativa de descaracterizar a dimensão racial da ofensa. Ou seja, a marcação racial presente na fala do/a agressor/a é desconsiderada, e a injúria, classificada como simples e não qualificada em muitas decisões, o que, consequentemente, desracializa a ofensa e torna mais branda a punição a ela imputada.

A segunda exigência, também apontada e criticada por Adilson Moreira (2019), é a de que haja provas que evidenciem a intenção de discriminar ou ofender com base na raça ou na etnia, ou seja, provar que ofensas de cunho racista foram proferidas não é suficiente. Tendo em vista a impossibilidade de provar intenção (algo que ainda está, em tese, na mente do/a agressor/a), Machado, Lima e Neris observam que “A ideia de que se pode provar a intenção é uma ficção no direito penal” (2016, p. 16). As decisões analisadas não permitiram às pesquisadoras perceber o que o Judiciário reclamava para configurar a intenção racista, o que as leva a concluir que, a despeito das mudanças na lei, há resistência ao reconhecimento do insulto racista como forma de racismo.

A terceira característica apontada pelas autoras, e que em muitos casos analisados resultou em absolvição, é a alegação de que as ofensas teriam sido proferidas em um momento de discussão acalorada, o que retiraria a intenção de injuriar a vítima. A quarta é o fato de que o insulto teria sido reportado a uma pessoa individualmente, sem intenção racista — retornamos à contradição da injúria racial que não é racista. A quinta são as brincadeiras que, ainda que de mau gosto, revelam a não intencionalidade de praticar o crime de racismo — o “racismo recreativo”, somente visto como danoso por aquelas/es que desejam insuflar conflitos raciais no paraíso da democracia racial (MOREIRA, 2019).

Diante de tais características, fica evidente uma lógica perversa de ignorância ativa ao insulto racial como forma de manifestação do racismo que vai na mesma direção da dinâmica alimentada pelo mito da democracia racial. Uma vez que os casos estudados mostram que menções à raça/cor das vítimas dão a tônica dos insultos raciais e, ao mesmo tempo, tais

menções são ativamente desconsideradas pelas/os sujeitas/os que têm poder institucional para tomar providências cabíveis, no caso, a punição penal, materializa-se a manutenção das hierarquizações sociais baseadas em raça ao passo que a centralidade da categoria, marcador social de diferença (WOODWARD, 2012) para o qual a ofensa é dirigida, é negada quando os pertencentes às chamadas minorias buscam se organizar politicamente ou se defender das violências promovidas cotidianamente, usando os instrumentos do Direito Penal.

O insulto racial está intimamente relacionado aos estereótipos lançados sobre pessoas negras, ele “performa uma função nas relações raciais” (MACHADO, LIMA, NERIS, 2016, p. 23). As autoras explicam que tanto o conflito quanto a brincadeira são situações em que os estereótipos vêm à tona de forma intensa, deixando à mostra as representações partilhadas culturalmente. Uma “brincadeira” racista, portanto, não tem nada de inocente. Ela carrega uma rede de representações que só fazem sentido para as pessoas que partilham dos mesmos significados culturalmente, significados estes constituídos também pelo racismo.

Machado, Lima e Neris (2016) observam que, em casos de “brincadeiras” ou “piadas” racistas, a referência à estética, à animalização da pessoa negra, à posição social ou a um comportamento entendido como não civilizado dão a tônica da ofensa racial; enquanto no caso de conflitos, as injúrias estão mais atreladas à animalização, numa tentativa de desqualificar as pessoas negras. Nem sempre há uma cisão tão demarcada entre as duas situações. No caso do *corpus* analisado nesta pesquisa, esses arranjos da ofensa racista ficam bem evidentes quando, por exemplo, a ex-bbb acreana Gleici Damasceno é chamada de macaca em uma conta criada na rede social digital *Twitter* (MELO, 2018, online; CARNEIRO, 2018, online) e quando um usuário da rede social digital *Facebook* refere-se ao cabelo da estudante e miss Beleza Negra 2016 (no Acre), Ediane Caetano, como “cabelo de bucha” (CESAR, 2017, online; LINDOSO, 2017, online).

Como evidenciado na citação direta de Machado, Lima e Neris (2016) transcrita na página anterior, as injúrias raciais imputadas a mulheres negras em alguns casos se diferenciam das lançadas sobre homens negros. Isso demonstra que não apenas a raça importa como o gênero também adquire centralidade no modo como as mulheres negras são lidas socialmente. Assim, a sexualidade dessas mulheres é levada à baila, sendo uma dimensão amplamente alcançada e alvejada pela injúria racial. Mulheres negras são construídas nessas falas racistas como seres cuja subjetividade gira em torno do sexo, sujeitas que vivenciam uma sexualidade corrompida provocadora de degradação moral, completa Moreira (2019).

Esse modo de lê-las e retratá-las gera consequências em suas vidas, de forma que, no geral, elas não são bem-vindas em determinados ambientes de trabalho (porque lidas como incapazes), nem consideradas parceiras desejáveis e objeto de afeto em relacionamentos afetivo-sexuais (a não ser em casos de busca exclusiva por satisfação sexual) e muito menos julgadas como pessoas bonitas (pois, como veremos no próximo tópico, o padrão de beleza vigente em países como o Brasil não oferta a elas essa possibilidade).

Na mesma direção, Adilson Moreira (2019) explica acertadamente que os estereótipos raciais utilizados em brincadeiras e piadas são os mesmos adotados quando da ocorrência de práticas discriminatórias contra as minorias raciais. Logo, é no mínimo incoerente defender que esses elementos quando apresentados em situação humorística não afetam as vidas das pessoas negras no geral. Para o autor, quando o humor é usado dessa forma, trata-se de um instrumento de um projeto de dominação, o racismo recreativo. O que diferencia esse tipo de racismo é o uso do humor para disseminar imagens que ridicularizam pessoas pertencentes a grupos racializados negativamente — caso de negras/os, indígenas, asiáticas/os etc —, provocando sua desqualificação, o que, em última instância, significa forjar a ideia de que somente pessoas brancas merecem ocupar espaços de poder e ter condições de vida dignas, por exemplo.

A dinâmica posta em prática quando da repetição dos insultos raciais se aproxima muito do que Grada Kilomba (2019) chama de “racismo cotidiano”. A reiteração dos insultos legitima a discriminação e a subalternização de pessoas negras. Trata-se, portanto, de um processo de reforço e lembrança constante de qual é o lugar da/o negra/o — e, conseqüentemente, de qual é o lugar da/o branca/o. Ou seja, o insulto racial não apenas comunica, externaliza uma ideia ofensiva e racista, como também demarca e reafirma posições sociais hierarquizadas (MACHADO, LIMA, NERIS, 2016).

Embora as autoras notem essa dinâmica nos casos estudados, concluem que a análise de juízas/es não vai na mesma direção, limitando-se ao conteúdo da ofensa ou à intenção da/o agente. Nota-se, nesse sentido, um descolamento da ofensa racista do contexto sócio-histórico no qual ela está inserida e a partir do qual é significada, de modo que a injúria racial proferida é lida por quem opera a lei como uma ofensa pertencente a um vácuo no espaço-tempo, impermeável à história, às organizações e ideologias sociais. Segundo essa leitura notadamente problemática, a palavra/expressão que carrega a injúria é apenas uma palavra/expressão solta e, portanto, livre do cunho racista.

Nessa direção, Machado, Lima e Neris (2016) consideram que há um descompasso entre a forma da lei e a interpretação feita a seu respeito pelas/os juízas/es. Para as autoras, existe um pacto, no qual práticas sociais sutis de racismo são atenuadas por práticas judiciais que referendam e invisibilizam a naturalização das hierarquias raciais vivenciadas socialmente. Desse modo, tanto as implicações das injúrias raciais impostas às vítimas quanto a mobilização dos insultos raciais como elemento de manutenção das hierarquias raciais são absolutamente ignoradas.

Esse fenômeno pode ser relacionado à operação da ideia de democracia racial vigente no país, pois, apesar da existência de mecanismos legais para a punição dos casos de racismo e injúria racial, os responsáveis por interpretar os casos e aplicar as leis parecem concordar que só há racismo quando existe um evidente marco segregacionista ou tratamento explicitamente discriminatório (e, como visto, em alguns casos, nem isso é suficiente, já que é necessário provar a existência de intenção racista), deixando de lado as manifestações ditas sutis, protegidas pelo mito da democracia racial.

Faço coro com Adilson Moreira (2019) quando o autor diz que, ao permitir a circulação de discursos definidores de grupos como sub-humanos, a sociedade chancela processos de discriminação, segregação e extermínio, pois referenda a ideia de que essas pessoas não são dignas de empatia. Por isso, repensar as representações reproduzidas pelo jornalismo sobre os mais diferentes grupos marginalizados é tarefa urgente. Aqui, pretendo contribuir com os estudos referentes às representações sobre mulheres negras.

2.3 Com quantos traços se faz um/a negro/a? Corpo e cabelo como arenas de disputas raciais

Tomando por base a discussão apresentada nos tópicos anteriores, fica evidente que o corpo é dimensão central quando se pretende pensar o que é ser negro/a. Isso não significa tomar a negritude como um pré-dado — pois, conforme visto a partir de Souza (2019 [1983]), num país que tem na branquidão o único modelo de humanidade plena, é necessário o árduo exercício de tornar-se negro/a —, antes, tem a ver com a compreensão do corpo como instância alvejada pelo racismo e pela própria constituição da categoria raça.

Conforme explica o antropólogo brasileiro-congolês Kabengele Munanga (2009 [1988]), o tráfico de negras/os africanas/os foi construído como uma necessidade econômica

no século XV com a invasão da América, pois para explorar esses territórios precisava-se ter mão de obra barata com o mínimo de riscos. Ao desembarcar nos territórios do continente africano, os europeus ficaram impressionados com algumas características que muitos dos povos que ali viviam tinham em comum, como: cor da pele, cabelo, forma de lábios, nariz e cabeça. Com base nesses aspectos, montou-se a/o chamada/o negra/o. Por mais que a perspectiva biológica já tenha sido em tese superada, o corpo negro permanece sendo depósito das fantasias e alvo de violências promovidas nas sociedades racistas, o que o torna um importante ponto de referência neste trabalho.

Para Munanga (2009 [1988]), a busca por uma identidade negra não constitui divisão de luta das/os oprimidas/os. Antes, tem a ver com o fato de pessoas negras terem problemas específicos que somente elas podem resolver, o que não descarta a contribuição de aliadas/os brancas/os. O antropólogo aponta a alienação do corpo, da cor, da cultura e da história e a consequente inferiorização e baixa autoestima, bem como a falta de consciência histórica e política como alguns desses problemas. Somente após o despojo do complexo de inferioridade, a/o negra/o conseguiria se colocar em pé de igualdade com outras/os oprimidas/os.

A recuperação da identidade negra demanda, em primeiro lugar, a aceitação de características físicas, “[...] pois o corpo constitui a sede material de todos os aspectos da identidade” (MUNANGA, 2009 [1988], p. 19), mas também reclama estima aos atributos mentais, intelectuais, culturais e psicológicos. Apesar da ênfase na dimensão fenotípica, sobretudo na cor da pele, reafirmo, a negritude não é, em essência, biológica. Ou seja, a identidade negra não nasce da simples percepção da diferença das cores das peles ou demais traços visíveis:

A negritude e/ou a identidade negra se referem à história comum que liga de uma maneira ou de outra todos os grupos humanos que o olhar do mundo ocidental “branco” reuniu sob o nome de negros. A negritude não se refere somente à cultura dos povos portadores da pele negra que de fato são todos culturalmente diferentes. Na realidade, o que esses grupos humanos têm fundamentalmente em comum não é, como parece indicar o termo Negritude, a cor da pele, mas sim o fato de terem sido na história vítimas das piores tentativas de desumanização e de terem sido suas culturas não apenas objeto de políticas sistemáticas de destruição, mas, mais do que isso, de ter sido simplesmente negada a existência dessas culturas. (MUNANGA, 2009 [1988], p. 20)

A negritude, portanto, refere-se a uma tomada de consciência da condição histórica e de seus efeitos sobre a vida de pessoas negras e, de igual modo, à afirmação e construção

solidária entre as vítimas dos processos coloniais (MUNANGA, 2009 [1988]; SOUZA, 2019 [1983]). É tomar uma identidade imposta pelo colonizador e rearticulá-la de modo positivo, visando recuperar os valores de culturas e civilizações anuladas. Neste sentido, a negritude é uma arma que visa garantir respeito e dignidade a todas as pessoas e culturas e deve permanecer sendo usada enquanto houver gente sendo caracterizada e discriminada com base na cor de sua pele, sendo subjugada a um olhar globalizante que desumaniza e desvaloriza (MUNANGA, 2009 [1988]).

O modo como lidamos com a estética pode resgatar ou não de forma positiva referências africanas recriadas no Brasil, conforme aponta a antropóloga Nilma Lino Gomes (2020 [2006]). Autora da primeira tese de doutorado desenvolvida no país sobre as significações do corpo negro na sociedade brasileira, a intelectual buscou entender o papel desempenhado pelo cabelo crespo na construção identitária das pessoas negras no país que, segundo ela, sofre de um racismo ambíguo⁴³, estreitamente relacionado ao mito da democracia racial.

A antropóloga explica que, assim como na classificação raça/cor brasileira, popularmente, há inúmeras formas de referir-se às diferentes texturas de cabelo. Entretanto, também seguindo a lógica da classificação racial, os diferentes nomes relacionados aos tipos de cabelos distribuem-se numa escala hierárquica entre o “liso” e o “crespo”. As/Os cabeleireiras/os entrevistadas/os pela autora muitas vezes aglutinavam todos os tipos de cabelos que não são lisos na categoria “crespos”. Mas ela critica essa forma de classificar, pois “[...] no complexo contexto das relações raciais desenvolvidas no Brasil, ao apelar para os dois extremos, corre-se o risco de reforçar a visão estereotipada ‘cabelo bom’, ‘cabelo ruim’, da qual os negros e mestiços tentam escapar” (GOMES (2020 [2006], p. 234).

Em sua pesquisa, a autora coletou 51 termos referentes à nomeação de diferentes texturas capilares:

[...] liso, semiliso, bom, quase bom, macio, fino, anelado, volumoso, amassado, aneladinho, enrolado, enroladinho, cacheado, cacheadinho, ondulado, encaracolado, rebelde, retorcido, enroscado, enroscadinho, pimenta-do-reino, pimentinha, sarará, vassoura, juba, juba de leão, sasá, seco, ressecado, pixaim, pixaim-esquindô, ninho de guacho, teia-de-aranha, ingrequexé, tião-medonho, picumã, tuim, tuim-tuim, bucha, encarapinhado, carapinha, sem balanço, bombрил, duro, ruim, pouco crespo, meio crespo, semicrespo, supercrespo, crespinho, crespo, entre outros. (GOMES 2020 [2006], p. 230)

43 Conforme Nilma Lino Gomes (2020 [2006]), no Brasil não há a simples rejeição do corpo negro, mas uma tensão em que corpo, cabelo e cultura negra são, ao mesmo tempo, rejeitados e aceitos. A rejeição e a aceitação do ser negra/o não são apenas racionais, mas também corporais e subjetivas.

A multiplicidade de gradações evidencia, tanto quanto a referente à classificação da cor da pele, a complexidade da discussão racial no Brasil. Nada é preto no branco. Gomes lê essas dezenas de palavras como indício do ideal de branqueamento, do mito da democracia racial e da ambiguidade encarnada pela/o “mestiça/o”. As palavras demonstram diferentes níveis entre dois polos contrários (liso e crespo), por sua vez, relacionados às identidades raciais (branco e preto), uma desejada e a outra negada.

A esse respeito, a autora observou que o componente de mobilidade socioeconômica de homens e mulheres parecia interferir na decisão de quais procedimentos eram feitos em seus cabelos e no modo como essas/es sujeitas/os classificavam seus cabelos. Nesse jogo de aproximações, o termo “anelado” referia-se a todas as variações do cabelo crespo, aproximando das lógicas de uso e da ambiguidade da palavra “moreno”; enquanto o cabelo mais distante do tipo liso era classificado como “carapinha”, sendo aproximado aos sentidos da cor/raça preta, a mais distante da branca. Se para mulheres negras o cabelo mais distante do crespo a aproxima da brancura ou pelo menos da ideia da “mulata” ou da morena, para brancas ou “mestiças” o cabelo crespo tem o efeito contrário: pode levá-las ao temido polo negro.

Embora não seja característica exclusiva dos povos africanos, o cabelo crespo passou a ser atribuído a eles por conta do racismo, sendo construído como marca da inferioridade. No cenário brasileiro, Gomes (2020 [2006]) situa o cabelo crespo como ícone mobilizado na construção identitária das pessoas negras, processo marcado pelo conflito inerente à relação de afirmação entre um “eu” e um “Outro”. Na dinâmica, o corpo e a expressão da estética negra atuam como mediadores construídos culturalmente, não operando apenas como dados biológicos.

Isso significa dizer que corpo e cabelo, por exemplo, não têm os mesmos significados, ora podem ser mobilizados como elementos de afirmação e construção de uma identidade desejada; ora, como instrumentos de negação dessa mesma identidade socialmente desqualificada e construída como oposta ao desejável. O cabelo localiza-se, então, no cerne da tensão inerente às relações raciais brasileiras. Dessa zona de tensão emerge o padrão de beleza vigente no país: “No Brasil, esse padrão ideal é branco, mas o real é negro e mestiço” (GOMES, 2020 [2006], p. 29). Diante dessa questão, intervenções no cabelo podem significar, para pessoas negras, uma forma de lidar com a identidade, corporificando-a ou negando-a.

Combinados, branquitude e racismo contaminam o modo como pessoas negras, especialmente mulheres e crianças, veem a si mesmas diante do espelho (GOMES, 2020 [2006]). Enxerga-se uma imagem contrária ao que é construído socialmente como belo. Assim, é comum que crianças negras sejam ensinadas a buscar um padrão estético branco ou o mais distante possível do negro. Procedimentos químicos de alisamento e relaxamento capilar são comuns e aparecem, por exemplo, em relatos de mulheres fontes das matérias que serão analisadas no próximo capítulo da dissertação, a exemplo da experiência da funcionária pública Juliana Bernardino e da estudante Laila Oliveira Assad, que iniciaram os alisamentos capilares aos nove anos de idade; de Elimara dos Santos, que começou a alisar os cabelos aos dezesseis (MELO, 2015a, online); da cabeleireira Quele Cristina Oliveira que alisou pela primeira vez aos 14 anos (BARBOSA, 2016, online); da servidora pública Tallita Craveiro que iniciou o alisamento aos cinco (MELO, 2015b, online); e de Camila Oliveira, que começou a alisar os cabelos porque “queria ser bonita” (MELO, 2015b, online).

Já no caso dos meninos, observa Nilma Lino Gomes (2020 [2006]), a alternativa encontrada para amenizar a visibilidade do cabelo crespo é o corte rente à raiz. Para a autora, na sociedade brasileira, o cabelo crespo é uma linguagem que comunica sobre as relações raciais. Além disso, pode ser entendido como signo, uma vez que referencia algo fora de si mesmo. Por isso, é importante frisar que o cabelo não é capaz de dizer tudo sozinho: como produto cultural, suas significações dependem do modo como se dão as relações sociais e raciais.

No âmbito do racismo brasileiro, ancorado em aspectos de costumes, tradições e história de determinados grupos, as marcas inscritas nos corpos de pessoas negras (sinais diacríticos, no dizer de Gomes) são vistas como indícios de inferioridade que, em uma leitura pautada no ideal de branqueamento, são rejeitados e, num viés de louvor ao mito da democracia racial, tratados de maneira eufemística. Para a autora, ambas as abordagens evidenciam o racismo que constitui uma racionalidade ideológica que constrói e defende a existência de distância social, cultural e biológica entre negras/os e brancas/os. Para tanto, se apodera de símbolos distintivos partilhados socialmente — tais como as diferenças culturais, mas também físicas e estéticas, a exemplo de crenças, corpo, cor da pele, textura capilar, artes — que, atribuídos de sentidos negativos, cristalizam e legitimam a distância entre os grupos (GOMES, 2020 [2006]).

Assim, pessoas negras que internalizam essa distância naturalizada marcada também pela estética passam a buscar formas de se aproximar da posição socialmente almejada. O corpo e o cabelo são elementos centrais nesse processo, pois, em razão da atribuição de sentidos que recebem, podem tanto afastar quanto aproximar as/os sujeitas/os de determinados lugares sociais. Daí a necessidade de entender como pessoas negras desenvolvem estratégias individuais para construir seu próprio processo identitário. Para Gomes (2020 [2006]), isso é tão importante quanto fazer análises sociológicas sobre a construção da identidade negra.

No Brasil, a identidade negra é construída num devir que relaciona rejeição/aceitação, negação/afirmação do corpo, conforme a autora. Não se trata, portanto, de um processo linear com começo, meio e fim. Antes, diz respeito a movimentos que podem ser vividos de modo mais ou menos intenso a depender de fatores familiares, comunitários-geográficos e midiáticos, por exemplo. Pessoas que convivem em ambientes brancos são lembradas o tempo inteiro de sua negritude; já as cercadas por pessoas negras podem ter vivências diferentes, uma vez que não são tão expostas à diferença racial.

A relação com os cabelos é iniciada ainda na infância, no seio familiar. No caso dos meninos, a relação é materializada no corte do cabelo rente à raiz; no caso das meninas, as estratégias envolvem, por exemplo, a feitura de tranças, observa Gomes (2020 [2006]). Por vezes, ainda na primeira infância, crianças negras são expostas a representações negativas sobre seu corpo. Tais representações se intensificam no ambiente escolar, espaço em que as exigências para cuidar dos cabelos têm sentidos diferentes dos construídos na família. É também na escola que sujeitas/os com cabelos crespos e cacheados são constantemente lembradas/os de sua inadequação:

Alguns se referem ao cabelo: “Ninho de guacho”, “cabelo de bombril”, “nega do cabelo duro”, cabelo, “cabelo de picumã”! Apelidos que expressam que o tipo de cabelo do negro é visto como símbolo de inferioridade, sempre associado à artificialidade (esponja de bombril) ou com elementos da natureza (ninho de passarinhos, teia de aranha enegrecida pela fuligem). (GOMES, 2020 [2006], p. 204)

Assim, para crianças negras nascidas em famílias que valorizam a negritude e afirmam os traços fenotípicos negróides, entre os quais está o cabelo crespo, o ingresso na escola pode ser traumático, pois materializa um dos primeiros contatos com o social embebido de racismo. A adolescência é outra etapa da vida significativa nesse processo. Nela, pessoas negras podem experimentar sensações de desajuste e inadequação com relação ao seu corpo e ao seu cabelo

e, dependendo dos instrumentos dos quais disponham, conseguem lidar de forma mais ou menos conflituosa com tais questões.

Vale ressaltar que o uso do cabelo de determinada forma não implica necessariamente consciência ou denúncia do racismo por parte daquela/e que o adota nem mesmo aponta para uma intervenção estética relacionada a um grupo que atua em prol da negritude. O racismo vivido por pessoas negras desde a infância pode lhes impulsionar a aprender a afirmar sua pertença racial, mas essa não é uma questão óbvia. A mesma vivência pode levar pessoas negras a tentarem se afastar da negritude até as últimas consequências, travando uma luta intimamente ligada ao próprio corpo. Diante disso, Nilma Lino Gomes diferencia os processos de rejeição/aceitação e negação do ser negra/o:

Afirmo que o processo de *rejeição/aceitação* é sutilmente diferente da *negação* do “ser negro”, pois negar-se a si mesmo e ser totalmente ignorado pelo outro representa um processo mais complexo. Já que o reconhecimento do nosso ser e a confirmação de nosso valor podem ser considerados o oxigênio da nossa existência, viver um processo de *negação* provoca um resultado muito mais danoso à nossa subjetividade e à nossa identidade. (GOMES, 2020 [2006], p. 144, grifos da autora)

A relação conflituosa de devir entre rejeição/aceitação apontada pela autora lança luz ao fato de que, além das implicações sociais, políticas e econômicas, o racismo produz efeitos psíquicos nas vidas de pessoas negras, mas também nas vidas de brancas/os. Pois, como já vimos, o racismo não apenas oprime pessoas negras como também beneficia as brancas, inclusive no âmbito da estética. Enquanto pessoas negras são marcadas como inferiores, feias e incompetentes, por exemplo, brancas são construídas como representantes únicas de atributos do polo oposto.

Assim como as muitas possibilidades de manipulação capilar, o padrão de beleza seguido hoje no Brasil é uma construção tecida no plano da cultura. No século XV, a proporcionalidade e a beleza da Europa colonial começaram a ser erigidas como padrão hegemônico. É, portanto, uma invenção elaborada socialmente em dado momento histórico, político e cultural e, o mais importante, pode ser resignificada pelas/os sujeitas/os sociais (GOMES, 2020 [2006]), embora tal processo exija muitos esforços em razão da dominação presente no referido padrão.

Tal *modus operandi* foi formulado no contexto da escravização de pessoas negras, momento histórico em que representações negativas sobre elas foram amplamente construídas e disseminadas, como posto no primeiro capítulo desta dissertação a partir de Winnie Bueno

(2020). Conforme negrita Gomes (2020 [2006]), a confirmação da existência e da necessidade do cativo foi alimentada pelo imaginário construído sobre pessoas negras, eivado de estereótipos e valores que serviam aos interesses de dar prosseguimento ao regime escravista. Embora sempre tenha havido resistência, as representações sobre pessoas negras não foram extintas com o fim de tal regime, seguiram sendo atualizadas: “de incapacidade moral à incapacidade física e intelectual; de sexualidade exacerbada ao mito da ‘mulata’ sensual” (GOMES, 2020 [2006], p. 151).

Assim como Gomes (2020 [2006]), Grada Kilomba (2019) entende que, historicamente, o cabelo de pessoas negras foi marcado como o símbolo mais visível da negritude⁴⁴, sendo tomado como marca justificadora da subordinação de africanas/os durante o período de escravização. A autora explica que o cabelo de escravizadas/os foi transformado em símbolo de primitividade, inferioridade, incivilidade e desordem. Em suma, classificado como “cabelo ruim”.

Mesmo na atualidade, determinados tipos de comentários e perguntas sobre os cabelos de pessoas negras reconstróem fantasias relacionadas à domesticação colonial e à sujeira. “Você penteia o cabelo? Como?” e “Como você lava o cabelo?” são exemplos de perguntas ouvidas por Alicia, nome fictício de uma das informantes da pesquisa de Kilomba (2019). Ambas as perguntas associam a negritude ao que é repugnante, revelam que mulheres negras são fantasiadas como selvagens e sujas no imaginário branco.

Fica evidente que a relativa facilidade de manipulação do cabelo favoreceu a adoção dessa parte do corpo de negras/os diaspóricas/os como alvo das investidas contra as características físicas comuns a essas pessoas. Tais características passaram, então, a ser desqualificadas e construídas em oposição ao padrão branco, sendo submetidas a formas de controle e apagamento das possíveis relações que tenham com a negritude (KILOMBA, 2019).

Imerso nessa lógica, diante de um espelho que historicamente tem refletido-o como inadequado, o sujeito negro brasileiro encontra-se no centro de um conflito: de um lado, o reforço constante de uma imagem negativa a seu respeito; de outro, a tentativa de construir uma identidade positiva para si mesmo, explica Gomes (2020 [2006]). A autora afirma que uma das estratégias adotadas por parcelas da população negra tem sido a feitura de uma autoimagem pautada em leitura abraileirada das referências identitárias africanas. Porém,

44 Grada Kilomba se apoia em estudos de outras/os autoras/es, a exemplo de Banks (2000), Byrd e Tharps (2001) e Mercer (1994).

alerta para o fato de que a civilização africana surge nesse processo como mito no qual se busca recuperar valores e expressões artísticas, estéticas e culturais e reconstruir a/o negra/o brasileira/o como ser humano, rejeitando a condição de coisificação à qual foi submetida/o durante o regime de escravidão.

Em diálogo com Jurandir Freire Costa (1990), Nilma Lino Gomes reafirma a ideia de que o processo de construção identitária de pessoas negras é fortemente marcado pela violência: “Ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e os ideais de ego do sujeito branco e de recusar, negar e anular a presença do corpo negro” (GOMES, 2020 [2006], p. 164). Foi por meio da violência que Isna Fernanda, fonte do texto “*No Acre, onde mais de 70% da população é negra, reconhecer — e abraçar — a própria negritude tornou-se ato de resistência*”, que integra o *corpus* da presente pesquisa, se entendeu como negra. No texto, ela relata: “Disseram que iam queimar meu cabelo na escola. Foi a partir dali, com aquela violência, que eu entendi: sou negra. Sou uma mulher negra” (CARNEIRO, PARFAN, 2018, online). Diante desse tipo de relato, é possível intuir que a vivência e a identificação do racismo operam como precedentes exigidos a quem pretende reclamar a negritude para si.

Nesse sentido, construir uma identidade negra é tarefa quase impossível que acompanha pardas/os, já que, segundo pesquisas⁴⁵ analisadas por Verônica Daflon (2017), elas/es sequer conseguem nomear o racismo que as/os alcança cotidianamente, atribuindo as situações vivenciadas ao preconceito de classe. Atrelado a isso está o modo como pessoas pardas⁴⁶ se veem no mundo, carregando “[...] no corpo e na aparência a confluência e o confronto de duas raças que se construíram historicamente de maneira antagônica” (GOMES, 2020 [2006], p. 177). Assim, pardas/os vivenciam um conflito identitário particularizado em relação ao vivido por pessoas pretas, ocupam um não-lugar ou um duplo-lugar marcado por ambiguidades e não pertencimento, embora em termos estruturais não haja dúvida alguma quanto à sua classificação racial.

Ao mesmo tempo, é fundamental ressaltar que pessoas negras, a despeito de toda a violência incessante a que são submetidas, elaboram formas de resistência e de autoafirmação

45 Estudando as pesquisas *Racismo cordial* (feita em 2008 pelo Instituto Datafolha) e *Ocorrências policiais de insultos raciais* (elaborada por Antônio Sérgio Guimarães, em 1999, a partir de dados coletados na cidade de São Paulo entre 1997 e 1998), Verônica Daflon (2017) concluiu que a percepção geral brasileira praticamente entende que apenas pretas/os sofrem discriminação racial.

46 Nilma Lino Gomes (2020 [2006]) se refere a “mestiços”. Contudo, observando o contexto em que o termo aparece no texto, compreendo não haver prejuízo de compreensão do sentido da palavra ao substituí-la pelo termo “pardas/os”.

identitária da negritude, dentre as quais está o modo de lidar com os cabelos. Esse tratamento, porém, é atravessado por sentidos construídos historicamente sobre a/o negra/o. O corpo tem centralidade nos processos vivenciados por esses sujeitos, mas tais processos não estão livres de contradições.

Kilomba entende que “o cabelo tornou-se o instrumento mais importante da consciência política entre africanas/os e africanas/os da diáspora” (KILOMBA, 2019, p. 127). De modo que a assunção da textura crespa e de penteados como os dreadlocks e rasta têm potencial de transmitir mensagem política de fortalecimento racial e enfrentamento à opressão dessa natureza. O modo como lidamos com os cabelos revela, nesse diapasão, as negociações entre políticas identitárias e racismo que tecemos no dia-a-dia, observa a autora.

Por seu turno, Gomes (2020 [2006]) negrita que não podemos perder de vista que técnicas e estilos aplicados aos cabelos crespos (alisamentos, relaxamentos, texturizações, alongamentos etc) são desenvolvidos por pessoas negras diaspóricas em situação de dominação branca. Isso reforça o entendimento de que os processos de construção identitária são sempre contaminados e contraditórios, não apenas atravessados por outras demandas, mas por elas constituídos.

Por conta disso, a ambiguidade tornou-se categoria central na análise da autora quanto à relação entre pessoas negras e seus cabelos, uma vez que tal relação reflete o modo conflituoso como se dá a construção identitária das/os negras/os no país do racismo ambíguo, da democracia racial e do ideal do branqueamento. As relações entre pessoas negras e brancas são atravessadas por uma dimensão simbólica da qual o trato com o cabelo de pessoas negras faz parte, sendo atribuído de sentidos em pelo menos dois níveis, nem sempre conscientes. O primeiro é coletivo e está relacionado a ações que “[...] expressam a construção de um comportamento social e demonstram um processo de criação e recriação do uso do corpo e do cabelo pelo negro ao longo dos anos” (GOMES, 2020 [2006], p. 195); já o segundo nível é individual e “[...] pode incluir sentimentos conflituosos e ambíguos de aceitação, rejeição, negação e ressignificação do corpo negro e do cabelo crespo” (GOMES, 2020 [2006], p. 195).

O modo de lidar com os cabelos no contexto de segregação racial vivenciado pela feminista negra bell hooks nos Estados Unidos da América apresenta algumas aproximações à realidade brasileira estudada por Gomes (2020 [2006]). Para bell hooks (1989) o ato de alisar os cabelos (adotado por sua mãe e aplicado na futura escritora e em suas cinco irmãs) era

apenas um rito de passagem que marcava a transição de meninas (de tranças) para quase mulheres (com os cabelos alisados).

Embora notasse que mulheres negras com cabelo liso eram consideradas mais bonitas do que as com cabelo encaracolado ou crespo, ela só conseguiu perceber a relação entre a supremacia branca vivida no país e a obsessão que as mulheres de sua família nutriam quanto ao trato dos cabelos posteriormente, entendendo que o alisamento dos cabelos poderia aproximar mulheres negras desse lugar de beleza e atratividade.

Partindo de uma perspectiva radical, a autora entende que o fato de negras/os começarem a ter o costume de alisar os cabelos no contexto social e político do patriarcado capitalista de supremacia branca indica a existência de racismo internalizado por negras/os, resultando na imitação da aparência do grupo dominante. Sob essa perspectiva, alisar os cabelos é ser cúmplice de uma política de dominação que fere pessoas negras. Por outro lado, renunciar a essa escolha individual significa, no pensar de hooks (1989), resistir ao racismo e ao sexismo disseminados pelos meios de comunicação, desenvolvendo, em cada ato da autorrepresentação de pessoas negras, celebração radical da negritude e do auto-respeito. Nas palavras da autora,

Em uma cultura de dominação, aquela que é essencialmente anti-intimidade, devemos lutar diariamente por permanecer em contato com nós mesmos e com os nossos corpos, uns com os outros. Especialmente as mulheres negras e os homens negros, já que são nossos corpos os que frequentemente são muitas vezes desvalorizados, sobrecarregados, feridos em trabalho alienado. Celebrando os nossos corpos, participamos de uma luta libertadora que liberta mente e coração. (hooks, 1989, p. 05, tradução minha)

Em sentido oposto, Nilma Lino Gomes (2020 [2006]) advoga ser necessário tomar cuidado com o discurso que restringe a beleza negra à naturalidade dos cabelos crespos⁴⁷, pois, a despeito da importância de libertar as pessoas negras dos padrões brancos e racistas, tal discurso pode se tornar um tipo de julgamento que fixa um suposto jeito certo de ser negro. Essa fixação é racista, uma vez que impõe às/aos negras/os a obrigação de se expressarem esteticamente de determinada forma em razão de suas características fenotípicas.

As argumentações de ambas as autoras negritam questões importantes: se por um lado há a importância de não tratar pessoas negras como obrigadas a tomar determinadas atitudes em razão de seu pertencimento racial, por outro, é inegável que o modo como lidamos com nossos corpos e cabelos é extremamente influenciado pelo racismo, seja num sentido de enfrentamento a tal sistema de dominação, seja sucumbindo a ele. Penso que é nesse sentido que se apresenta o desafio proposto por Neusa Souza (2019 [1983]) quando a autora diz que devemos construir nossos próprios modelos, abrindo mão do ideal branco.

Além dos atravessamentos individuais e coletivos nem sempre conscientes, as escolhas estéticas de negras/os são pautadas com base na sobrevivência. Condicionamento atestado pelos casos em que mulheres optam por alisar o cabelo e homens decidem raspá-lo em razão das exigências relativas ao mercado de trabalho. Como visto no primeiro capítulo desta dissertação, conforme Lélia Gonzalez (2020 [1982]) e Sueli Carneiro (2020 [1985]), anúncios de vagas de emprego que exigiam “boa aparência” eram comuns no decorrer do século XX e, mesmo que sua ocorrência tenha diminuído, isso não comprova a extinção do

47 A partir de Nelson Silva (2001), Nilma Lino Gomes (2020 [2006]) afirma que o cabelo crespo foi adotado como elemento de afirmação política em movimentos de internacionais e nacionais. O uso dos penteados afro e *black power*, na década de 1960, por exemplo, encarnavam a reivindicação da retirada de negras/os do lugar de inferioridade construído pelo racismo feita pelas/os ativistas negras/os estadunidenses Panteras Negras. A valorização da estética negra também foi adotada no Movimento de Consciência Negra na África do Sul, nas décadas de 1960 e 1970. bell hooks (1989) também aponta a década de 1960 como o momento histórico em que negras/os atuaram criticamente desafiando e enfrentando o racismo branco tomando a obsessão de negras/os com o cabelo liso como sinal de mentalidade colonizada. Nesse cenário os penteados afro e a adoção dos cabelos naturais se popularizaram e tornaram-se símbolo de resistência no plano da cultura, além de celebração da negritude. No Brasil, os salões só passaram a se autodenominar e ser vistos como étnicos ou afro a partir da década de 1970 com a efervescência dos movimentos sociais, a exemplo do movimento negro. A naturalidade do cabelo crespo — materializada em penteados como o afro, o *black power* e os dreadlocks — e da estética negra foram construções políticas e discursivas necessárias, uma vez que era urgente a libertação de negras/os oprimidas dos valores racistas que se apresentam inclusive nessa dimensão de sua existência, mas esses penteados são expressões culturais negras vigentes no contexto diaspórico. “Sendo assim, mesmo que alguns negros e negras norte-americanos e brasileiros adotem tais estilos de cabelo com o intuito de ‘retorno à mãe África’, não há como negar que eles o fazem valendo-se de uma orientação moderna e contemporânea e da representação de uma África mítica criada por sujeitos que vivem nas metrópoles e nos centros urbanos ocidentais de onde retiram a sua imagem da negritude” (GOMES, 2020 [2006], p. 217).

racismo no mercado de trabalho. Mais uma vez, nem sempre a pessoa negra tem consciência das motivações implícitas nessa exigência.

bell hooks (1989) observa que após a dessegregação promovida nos Estados Unidos da América a preocupação de alisar os cabelos ganhou força. Para a autora, esse processo tem a ver com a necessidade de ser o mais parecido possível com as/os brancas/os, uma vez que agora os dois grupos disputam espaços. Trata-se de fabricar características que aumentem as possibilidades de pessoas negras triunfarem no mundo branco. “Antes da integração, os negros podiam se preocupar menos sobre o que os brancos pensavam sobre o seu cabelo” (HOOKS, 1989, p. 02, tradução minha).

Além da questão da sobrevivência no mundo do trabalho, há também o medo de perder o afeto, a consideração e o apreço de outras pessoas, pois, como enfatizam hooks (1989) e Gomes (2020 [2006]), não é raro que crianças negras aprendam em casa a atribuir sentidos negativos aos seus cabelos. Segundo a lógica racista que hierarquiza corpos, quanto mais próximo à lisura do cabelo, maiores as chances da mulher com essas características ser considerada bela, desejável e amada. bell hooks (1989) chama atenção, ainda, para o fato de que são poucas as mulheres que recebem apoio de suas/seus familiares, amigas/os e parceiros/os quando decidem não mais submeter seus cabelos a tratamentos alisantes. Em compensação, sempre há estranhas/os que se sentem no direito de informar a mulheres negras o quão mais belas elas se tornariam caso alisassem os cabelos.

Vê-se, portanto, que a construção da identidade de mulheres negras em uma sociedade sexista e racista é processo influenciado por diferentes atores, em que pese o fato de aqui estarem sendo estudadas perspectivas de três autoras de países distintos (Brasil, Estados Unidos da América e Alemanha) nos quais as experiências estudadas guardam semelhanças. Se por um lado pessoas envolvidas em determinados movimentos políticos ou que, mesmo não envolvidas com esses movimentos, tenham desenvolvido uma consciência racial mais crítica e radical incentivam a adoção dos cabelos crespos e cacheados em sua forma livre de químicas, existem, por outro lado, inúmeras interpelações que definem essa atitude como negativa e autodepreciativa, pois o padrão hegemônico de beleza é branco e não está atrelado simplesmente à dimensão de autoestima (o que já é muita coisa), mas também tem implicações no modo como mulheres negras são lidas socialmente, tendo consequências nas oportunidades de trabalho, relacionamentos familiares e afetivo-sexuais etc.

Como resposta à ressignificação positiva do cabelo crespo feita por pessoas negras, outras/os sujeitas/os podem demonstrar incômodo. Afinal, para quem tem como padrão único de beleza o branco, é inconcebível que alguém assuma seus traços negróides e, mais do que isso, veja beleza neles. Para Kilomba, trata-se, ainda, de um alerta: “as ofensas alertam Alicia de que ela está se tornando *muito negra* ao mostrar *muitos* sinais de *negritude*” (KILOMBA, 2019, p. 127, grifos da autora). Por fim, a assunção dos cabelos crespos pode ser lida como sinal de “independência e descolonização em relação às normas *brancas*, um fato perturbador para o público *branco*” (KILOMBA, 2019, p. 127-128, grifos da autora).

Acrescento, porém, que tais valores e modos de entender a adoção de cabelos crespos como ameaça, problema e feiura não são exclusividades de pessoas brancas. Quando pessoas negras, de pele clara ou escura, internalizam o racismo, elas também reproduzem essas violências sobre si e sobre as outras. Ou seja, não conseguem se ver de forma positiva porque lançam sobre seus corpos um olhar mediado pelas lentes racistas, o que também as faz não compreender ou mesmo admitir que outras pessoas negras lidem de forma afirmativa com seus corpos e, principalmente, com o cabelo. Há, portanto, uma espécie de condicionamento do olhar e das práticas que passam a ser guiados pela lógica racista que violenta a/o própria/o sujeita/o que os executa. É nesse sentido, envolta em todas essas contradições, que a assunção dos cabelos crespos e cacheados por pessoas negras se torna política.

Para hooks (1989), existe ligação direta entre o grau de opressão e exploração racista e sexista sofrida e o grau em que nos sentimos capazes de nos amar e afirmar uma presença autônoma aceitável e agradável para nós mesmas. Assim, independentemente do modo como mulheres negras decidem usar o cabelo, a realidade de obsessão com o alisamento demonstra o impacto da colonização racista. Há um conjunto de tecnologias, entre as quais a mídia, que diariamente reforça a ideia de que mulheres negras não serão atraentes e bonitas enquanto não mudarem a si mesmas e, principalmente, os seus cabelos. A resistência a essa socialização depende do reconhecimento do fato de que os esforços de mulheres negras para construir o “eu” e a identidade são informados pela supremacia branca (HOOKS, 1989).

Em direção semelhante, Grada Kilomba (2019) defende que consciência racial e descolonização do corpo caminham juntas, assim como as ofensas racistas estão relacionadas ao controle do corpo negro. Desse modo, muitas mulheres negras tendem a buscar desracializar o cabelo, sinal mais significativo da racialização para a autora. É uma forma de

tentar afastar-se das atribuições de sentidos negativos lançadas sobre quem tem essas características físicas.

Diante desse cenário, hooks (1989) advoga que mulheres negras adquiram consciência crítica para serem capazes de examinar questões de raça e beleza e pautar suas escolhas pessoais partindo de um ponto de vista político. Isso porque a autora enfatiza que o cabelo alisado vincula-se historicamente ao sistema de dominação racial ainda em vigor, responsável por levar pessoas negras, especialmente mulheres, a acreditarem que não são aceitas por não serem belas. A autora vê como necessidade que pessoas negras criem seus próprios modelos partindo de um ponto de vista autodefinido, ou seja, não se deixando levar pelas interpelações produzidas pelos padrões impostos pela normativa branca.

Na mesma direção, Nilma Lino Gomes (2020 [2006]) explica que quando vista como sujeita de beleza, a pessoa negra é aproximada dos direitos de humanidade concedidos às brancas. A valorização da beleza negra pelas comunidades negras, nesse sentido, adquire finalidade política e ideológica, uma vez que não se limita à vaidade, ao trato individual corpóreo puramente, mas diz respeito também à tentativa de devolver às pessoas negras o *status* de humanidade comprometido no processo de escravização. Assim, manipular o cabelo pode ser uma forma de afirmar a condição humana. Isso pode se dar, no caso de pessoas negras, tanto visando a negação de um pertencimento racial negro quanto a uma afirmação dele.

Para que essa última possibilidade se torne mais viável, Gomes (2020 [2006]) advoga ser necessário que as experiências relativas ao cabelo e ao corpo negro sejam socializadas, visibilizadas por meio de imagens positivas capazes de paulatinamente criar um contradiscurso estético em combate ao imaginário social racista em vigor. É nesse sentido que a mídia, em geral, e o jornalismo, em particular, podem contribuir, construindo representações amplificadoras de vozes que valorizam as pessoas negras e, mais do que isso, forjando espaços para que novas narrativas circulem socialmente por meio deles.

3 — “A SOCIEDADE MARGINALIZA, CRIMINALIZA, HIPERSEXUALIZA E TEMOS QUE RESISTIR A ISSO”: REPRESENTAÇÕES SOBRE MULHERES NEGRAS NOS *SITES CONTILNET NOTÍCIAS E GI ACRE*

Tendo em vista que o capítulo anterior apresentou o detalhamento do percurso metodológico adotado para construir o *corpus*, isto é, a organização da análise, o terceiro e último capítulo da dissertação contém, de modo diluído, as seguintes etapas da análise de conteúdo: codificação, categorização e inferência. Em razão da pequena quantidade de textos estudados, o uso de tratamento informático, quinta etapa da análise de conteúdo (BARDIN, 2016 [1977]), pôde ser descartado.

Na inferência, retomo duas das perguntas norteadoras da pesquisa — “Como as mulheres negras são descritas e que lugar elas ocupam nos textos?” e “Em que medida as matérias jornalísticas constroem problematizações acerca dos temas discutidos lançando um olhar crítico sobre eles?” — com base nas elaborações teóricas discutidas nos primeiros capítulos da dissertação, conjugando as discussões embasadas pelo feminismo negro e pelos estudos raciais aos estudos relativos ao jornalismo e às representações.

3.1 Análise de conteúdo: últimas etapas

Definidas na codificação, as unidades de registro são a base para a categorização em análise de conteúdo. Podem ser palavras, objetos, acontecimentos, documentos, temas ou personagens e estão inseridas em unidades de contexto, isto é, em partes maiores do texto que ajudam a situar os sentidos atribuídos naquele contexto à unidade de registro. O parágrafo pode ser a unidade de contexto para o tema, enquanto a frase pode cumprir essa função em relação a uma unidade de registro formada por uma única palavra (BARDIN, 2016 [1977]).

O material analisado na presente pesquisa está organizado a partir de unidades de registro referentes aos temas. Nestes casos, “recorta-se o texto em função desses temas-eixo, agrupando à sua volta tudo o que o locutor exprime a seu respeito” (BARDIN, 2016 [1977], p. 136). Portanto, a categorização também é guiada pelos temas discutidos nas doze matérias jornalísticas que compõem o *corpus*. Conforme Bardin, a análise temática é eficaz para estudar significações manifestas e simples: “Fazer uma análise temática consiste em descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de

aparência, podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (2016 [1977], p. 135). Por conta dessas características, as comunicações de massa são frequentemente estudadas tendo por base o tema tratado nos produtos analisados.

O racismo, enquanto sistema de dominação, atravessa de forma mais ou menos explícita todos os fenômenos narrados nas matérias que compõem o *corpus*. Entretanto, considerando que a análise de conteúdo determina que um documento não deve constar em duas ou mais categorias ao mesmo tempo, devido ao critério de exclusão mútua⁴⁸, apenas um texto foi alocado na categoria racismo, por tratar do sistema de dominação de forma mais abrangente, conjugando tanto seus efeitos sistemáticos quanto os relativos às vivências pessoais das fontes.

Optei por criar categorias temáticas para agrupamento dos textos com assuntos semelhantes e subcategorias analíticas para guiar a análise de cada uma das categorias. Desse modo, cada categoria tem subcategorias próprias, relacionadas aos temas discutidos nos textos alocados categoricamente. A distribuição de categorias e subcategorias pode ser visualizada no quadro a seguir:

Quadro 4 — Distribuição de textos por categorias temáticas e subcategorias analíticas

Categorias temáticas	Subcategorias analíticas	Textos, autorias e veículos	Publicação
1) Questões capilares	1) Motivações para o alisamento	Preconceito levou mulheres a alisarem cabelo ainda crianças: ‘ouvia apelidos’ Quésia Melo (G1 Acre)	13/11/15
	2) Motivações e sentidos da transição capilar	No AC, cacheadas criam grupo para enfrentar preconceito e amar cachos Quésia Melo (G1 Acre)	20/11/15
	3) Grupos de apoio durante a transição capilar	Manicure diz que já perdeu vaga de emprego por ter cabelo cacheado Anny Barbosa (G1 Acre)	22/11/16

⁴⁸ Em análise de conteúdo, a categorização deve ser feita de acordo com as regras de exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade, fidelidade e produtividade (BARDIN (2016 [1977])).

2) Questões corporais	1) Estética como dimensão para o empoderamento 2) O empoderamento para além da estética	No AC, ensaio fotográfico valoriza empoderamento da mulher negra e aceitação do próprio corpo Quésia Melo (G1 Acre)	20/11/18
3) Insultos racistas	1) Alvo do insulto racista 2) Reação ao insulto racista	Membro do CFA faz post racista com goleira da seleção e gera polêmica Iryá Rodrigues (G1 Acre)	13/08/16
		'Tolerância zero', diz CFA sobre post racista de um de seus membros (G1 Acre)	15/08/16
		Após comentário racista, membro do CFA se retrata com goleira da seleção Aline Nascimento (G1 Acre)	19/08/16
		Após divulgação de ensaio fotográfico nu, miss sofre ataques racistas e presta queixa no Acre: 'cabelos de bucha' Luan Cesar (G1 Acre)	18/09/17
		"Cabelo de bucha": acreana faz ensaio sensual e sofre ataques racistas Ton Lindoso (ContilNet)	19/09/17
1) Alvo do insulto racista 2) Reação ao insulto racista	Após ataque, ativistas vão ao MPF e pedem punição a comentários racistas contra Gleici Astorige Carneiro (ContilNet)	20/02/18	

	3) Definição de injúria racial	Comissão pede que MPF-AC apure injúria racial contra Gleici, do BBB 18, após suster ser chamada de 'macaca' Quésia Melo (G1 Acre)	21/02/18
4) Racismo	1) Lugar de fala 2) Racismo estrutural e institucional 3) Negritudes acreanas e a categoria parda 4) Vivências pessoais	No Acre, onde mais de 70% da população é negra, reconhecer – e abraçar – a própria negritude tornou-se ato de resistência Astorige Carneiro e Márcia Parfan (ContilNet)	27/11/18

Fonte: Elaborado pela autora

De saída, nota-se, que, em termos de incidência temática, considerando como universo somente as 12 matérias que compõem o *corpus* analisado nesta pesquisa, cada categoria agrupa a seguinte porcentagem dos textos: Questões capilares — 25% (3 matérias); Corpo — 8,33% (1 matéria); Insultos racistas — 58,33% (7 matérias); Racismo — 8,33% (1 matéria). Para melhor compreensão das representações jornalísticas estudadas, na medida do possível, a análise dentro de cada categoria será organizada respeitando a ordem de publicação dos textos. Além das categorias temáticas e das subcategorias analíticas, que variam de acordo com os assuntos tratados nas matérias, há dois subtópicos destinados à discussão das questões norteadoras da pesquisa, são eles: *O lugar das mulheres negras nas matérias* e *A problematização nos textos jornalísticos*.

3.2 Categoria temática 1 — Questões capilares

As três matérias que compõem esta categoria analítica são “*Preconceito levou mulheres a alisarem cabelo ainda crianças: ‘ouvia apelidos’*” e “*No AC, cacheadas criam grupo para enfrentar preconceito e amar cachos*”, ambas assinadas por Quésia Melo e publicadas nos dias 13 e 20 de novembro de 2015, respectivamente; e “*Manicure diz que já perdeu vaga de emprego por ter cabelo cacheado*”, de autoria de Anny Barbosa, publicada em 22 de novembro de 2016. De saída, observo que as matérias foram publicadas no *site G1*

Acre, no mês da consciência negra, o que pode indicar a tentativa de pautar temas relacionados à discussão racial em razão do 20 de novembro. Como veremos adiante, apenas o terceiro texto foi escrito por motivação factual: a realização de um evento na cidade de Cruzeiro do Sul – Acre.

Os textos evidenciam que os processos de alisamento capilar foram iniciados na infância e na adolescência das fontes, o que significa muito, uma vez que essas são fases iniciais da vida, nas quais a pessoa está em processo iminente de formação e inserção social. Além do que o ambiente escolar é um dos primeiros em que crianças são submetidas aos efeitos do racismo. O quadro a seguir revela as idades em que as fontes iniciaram os processos de alisamento e transição capilar:

Quadro 5 — Idade das fontes à época do alisamento e da transição capilar

Matéria, autoria e data de publicação	Fonte	Idade à época do alisamento	Idade à época da transição capilar
Preconceito levou mulheres a alisarem cabelo ainda crianças: ‘ouviam apelidos’ Quésia Melo, 13/11/15a	Juliana Bernardino	9 anos	27 anos
	Laila Assad	9 anos	22 anos (estimativa) ⁴⁹
	Ana Luiza	12 anos	18 anos
	Elimara Santos	16 anos	19 anos
No AC, cacheadas criam grupo para enfrentar preconceito e amar cachos Quésia Melo, 20/11/15b	Camila Oliveira	9 anos	23 anos
	Tallita Craveiro	5 anos	21 anos (estimativa) ⁵⁰
	Elimara Santos	16 anos	19 anos
Manicure diz que já perdeu vaga de emprego por ter cabelo cacheado Anny Barbosa, 22/11/16	Jaqueline Silva	Não consta no texto	Não consta no texto
	Quele Oliveira	14 anos	38 anos

Fonte: Elaborado pela autora.

Considerando a primeira subcategoria analítica, “Motivações para o alisamento capilar”, é possível classificar os relatos em dois grupos. O primeiro reúne falas que dão conta de decisões impulsionadas pelo sofrimento de violências pautadas na textura capilar das

⁴⁹ Idade da fonte à época da escrita do texto. A matéria não explicita se foi exatamente nesse ano que o processo de transição capilar foi iniciado ou se já estava em curso havia tempos.

⁵⁰ Idade da fonte à época da escrita do texto. A matéria não explicita se foi exatamente nesse ano que o processo de transição capilar foi iniciado ou se já estava em curso havia tempos.

vítimas: “Eu alisava porque meus amigos não gostavam de mim. Eu ouvia apelidos ruins por causa do meu cabelo e da minha cor” (MELO, 2015a, online) — fonte Juliana Bernardino; “As ‘brincadeiras’ feitas pelos coleguinhas da escola fizeram com que ela tivesse o cabelo alisado também aos 9 anos. ‘Todos ficavam falando, tirando o sarro’” (MELO, 2015a, online) — fonte Laila Assad; “Quando eu era criança sofria muito preconceito das meninas de cabelos lisos e não fazia parte do padrão do grupo. Uma vez, uma colega chegou a amarrar meu cabelo em uma cadeira e tiveram que cortar. Foi o fim para mim” (BARBOSA, 2016, online) — fonte Jaqueline Silva; “iniciou o processo de alisamento nos cabelos também como uma forma de ser aceita no ciclo de amizades” (BARBOSA, 2016, online) — vivência da fonte Quele Oliveira narrada pela autora da matéria jornalística.

O segundo grupo reúne excertos que denotam os sentidos de desprestígio associados socialmente aos cabelos crespos e cacheados, enquanto os sentidos de beleza e prestígio são direcionados exclusivamente aos cabelos lisos: “Me sentia feia. Achava que o bonito era o liso e grande. Queria ser bonita” (MELO, 2015b, online) — fonte Camila Oliveira; “Ninguém nunca me falou nada, mas eu me sentia diferente. Minha mãe não queria deixar, eu via todo mundo com o cabelo liso e solto, tinha vergonha do meu volume” (MELO, 2015a, online) — fonte Elimara Santos; “Achava meu cabelo feio e difícil de cuidar” (MELO, 2015a, online) — fonte Ana Luiza.

As falas das fontes apontam para aspectos que negritam o quanto a decisão de alisar os cabelos em uma sociedade racista como a brasileira não é simplesmente pessoal, mas informada por aspectos culturais e sociais, na medida em que os cabelos crespos e cacheados são atribuídos de sentidos partilhados nessas instâncias. Em uma sociedade racista como a brasileira, como nos alertou Neusa Souza (2019 [1983]), pessoas negras têm dificuldades de construir uma identidade racial positiva. Nesse contexto, crianças negras, conforme Nilma Lino Gomes (2020 [2006]), conhecem a si mesmas primeiro por um viés de negação.

Isso fica evidente em ambos os agrupamentos de relatos, uma vez que os depoimentos representados nas três matérias jornalísticas ora estudados recuperam vivências de negação (interna e externa) ao corpo das fontes, à época dos acontecimentos narrados, crianças e adolescentes. Tal negação se dá tanto no plano simbólico, quando sentidos de desprestígio são lançados aos cabelos crespos e cacheados, quanto no plano material, nos momentos em que as então crianças e adolescentes foram submetidas a situações de violência física que tomava como alvo os seus cabelos.

É possível perceber que os textos jornalísticos, ao tomarem as falas das fontes como guia da construção da representação elaborada, evidenciam a lógica binária que organiza os sentidos atribuídos aos cabelos crespos e cacheados como oposição aos cabelos lisos, especialmente os longos. Para Patricia Hill Collins (2019) e Winnie Bueno (2020), o pensamento binário sustenta a dimensão ideológica do racismo e do sexismo, garantindo que pessoas negras sejam construídas como oposto de tudo o que é visto como positivo e, neste caso, belo. Assim, também normaliza as violências lançadas sobre os “Outros”. Por isso, Collins (2019) ressalta a centralidade da resistência das mulheres negras no que tange à internalização de ideologias dominantes.

A possibilidade de manipulação dos cabelos no sentido de alterar a textura, seja por meio de processos físicos, seja por meio de processos químicos, faz com que essa dimensão do corpo seja a mais modificada momentânea ou permanentemente. O alisamento dos cabelos não diz respeito unicamente ao desejo de alterar uma característica estética. As falas das fontes evidenciam isso, pois denunciam as implicações emocionais e físicas de um padrão estético que somente valoriza características construídas socialmente como vinculadas à branquitude.

Além disso, a representação produzida nos textos me permite inferir que os sentidos atribuídos aos cabelos crespos e cacheados chegaram até as fontes por meio de suas próprias famílias: “Eu achava a franja bem ressecada, e minha mãe não sabia mexer com meu cabelo. Resolveu alisar para ver como ficaria, foi assim que começou” (MELO, 2015a, online), conta a fonte Laila Assad. A afirmação de que a mãe da fonte “não sabia mexer com seus cabelos” dá a entender que cuidar dos cabelos crespos e cacheados exige um conhecimento específico que nem todas as pessoas têm. Em última análise, significa que o cabelo de Laila Assad era um problema que nem todo mundo tinha a habilidade para solucionar.

No pensar de Gomes (2020 [2006]), isso ocorre em razão do fato de o cabelo crespo ser interpretado no contexto brasileiro como um dos sinais diferenciadores mais estritamente relacionados à referência africana e negra. Embora a foto disponibilizada na matéria jornalística⁵¹ que apresenta o relato me permita classificar o cabelo de Assad como cacheado, os cuidados com ele ainda eram considerados pela mãe da fonte como desafiadores. Diante da dificuldade de lidar com a textura do cabelo da então criança, o alisamento se mostrou como uma alternativa-teste que perdurou por cerca de uma década.

51 As 12 matérias analisadas estão integralmente disponíveis no Anexo.

Já considerando a subcategoria analítica “Motivações e sentidos da transição capilar”, é perceptível que, em alguns casos representados nas matérias, acontecimentos externos às vontades das fontes foram o estopim para o início do processo: “Após um corte químico, ela [fonte Juliana Bernardino] ficou com poucos centímetros de cabelo e decidiu valorizar os cachos. Porém mesmo após cinco anos sem química, ela ainda lembra do trauma vivido” (MELO, 2015a, online); “A decisão de parar com as químicas veio três anos depois, após ela [fonte Elimara Santos] encontrar uma amiga cacheada. ‘Ela me deu várias dicas, aí parei. Comecei a fazer natação e uma coisa sacrificava a outra. Foi um sofrimento’” (MELO, 2015a, online); “Passei dois anos planejando tirar o liso. Em 2014 fiz um alisamento, mas não pegou direito e gastei R\$ 300. Vi como era loucura ficar alisando o cabelo. Comecei a pesquisar na internet, foi o que me deu ânimo” (MELO, 2015a, online) — fonte Ana Luiza.

Os três depoimentos demonstram que a transição capilar foi iniciada por razões que não a própria vontade das fontes. Corte químico, prática de natação e custo elevado do alisamento foram os motivos apontados pelas fontes como impulsionamento à transição. Na citação do parágrafo anterior, Santos refere-se à relação natação-alisamento como sacrificante e diz que “foi um sofrimento”. Antes de sofrer o corte químico, Juliana Bernardino tinha uma rotina de manipulação dos cabelos: “Fazia primeiro escova e depois chapinha sempre duas vezes na semana. Quando não estava com ele liso eu fazia coque” (MELO, 2015a, online). Após a danificação do cabelo, a fonte relatou à jornalista Quésia Melo que chegou a ficar dois meses sem trabalhar “por sentir vergonha” (MELO, 2015a, online). O cabelo determinava o modo como Bernardino se percebia no mundo: se alisado, bela; se curto e sem a possibilidade de alisamento, feia. Além disso, o relato demonstra a única maneira como ela mesma aceitava ser vista pelas outras pessoas. É como se a existência da jovem fosse condicionada aos cabelos alisados.

Semelhantemente à Juliana Bernardino, a fonte Elimara Santos associa o cabelo curto ao sentimento de vergonha. Em ambos os casos, fica perceptível que a relação com os cabelos gera, inclusive, consequências emocionais. Isso porque tanto Bernardino quanto Santos relacionam o sentimento de vergonha aos cabelos curtos. Segundo Gomes (2020 [2006]), a ideia de sensualidade feminina partilhada socialmente está atrelada a ter “cabelão”. Assim, mulheres que têm os cabelos crespos e curtos têm chances ainda menores de serem consideradas belas ou atraentes e de verem a si mesmas de forma positiva, caso internalizem essa lógica.

Quando decidiu passar pela transição capilar, a fonte Elimara Santos foi questionada por outras pessoas acerca da decisão: “Chegaram a me perguntar se eu estava sem dinheiro para fazer a raiz, levei na esportiva” (MELO, 2015a, online). O questionamento revela o seguinte raciocínio de quem o faz: o único motivo para uma mulher deixar a raiz do cabelo crespo ou cacheado crescer sem submetê-la ao alisamento costumeiro é a limitação econômica. Em outras palavras, deixar o cabelo crespo ou cacheado crescer porque decidiu aceitá-lo e, sobretudo, aprendeu a gostar do próprio cabelo não é uma possibilidade aceitável. Segundo esse raciocínio, para pessoas com cabelos crespos e cacheados há possibilidade apenas de auto-ódio expresso na fabricação de características fenotípicas que a aproximem do ideal de brancura ou, ao menos, a distanciem tanto quanto possível do fenótipo atribuído socialmente a pessoas negras.

Os processos descritos nos textos ora analisados representam o devir entre rejeição/aceitação e negação/afirmação do corpo negro (GOMES, 2020 [2006]). Nos relatos apresentados nas matérias jornalísticas estudadas, o alisamento é opção posta em prática nas primeiras décadas de vida da maioria das fontes, ora em busca de sentirem-se belas, ora em nome do desejo de serem dignas de afeto e tratamento humanizado. A fabricação de traços mais aceitos socialmente porque associados ao que é branco e, portanto, construído como plenamente humano, é, nesse sentido, uma estratégia de sobrevivência adotada por quem internaliza os valores racistas que circulam socialmente.

Já o processo de transição capilar é definido no texto *“Preconceito levou mulheres a alisarem cabelo ainda crianças: ‘ouvia apelidos’*” como “Processo longo, que exige paciência e força de vontade. Nesse processo, deixa-se a raiz crescer natural e os fios que passaram por química vão sendo cortados aos poucos. Outras, mais radicais, se submetem ao ‘big chop’, ou grande corte, quando se retira toda a química do cabelo de uma só vez para assumir os fios curtos” (MELO, 2015a, online). A definição construída na matéria jornalística negrita as dificuldades que mulheres que decidem deixar de alisar os cabelos enfrentam. No pensar de Gomes (2020 [2006]), frases como “‘Antes eu não gostava de mim. Não gostava do meu cabelo.’ ‘Demorei muito a ter coragem de mudar o meu visual.’ ‘Eu aprendi a lidar com o meu cabelo.’ ‘Hoje eu lido melhor com o meu cabelo.’” (2020 [2006], p. 239) dão a ver

um desejo de mudança. Referem-se não só a um sentimento de inquietude diante de imagens padronizadas, mas à insatisfação com um determinado padrão estético e

racial. Reportam ao desejo de alteração de uma aparência que desagrada. Falam do lugar do mal-estar. Há aqui duas dificuldades: assumir publicamente o descontentamento com a aparência e ter coragem de intervir para alterá-la. Essa mudança só pode ser conseguida através da *lida*, ou seja, da fadiga, da batalha. (GOMES (2020 [2006], p. 239, grifo da autora)

Após o processo de transição capilar, as fontes referem-se aos cabelos da seguinte forma: “Amo meus cachos, me amo por me assumir negra, cacheada, pixaim ou sarará”; “Sou muito camaleoa, e o cabelo natural dá essa liberdade” (MELO, 2015a, online) — fonte Juliana Bernardino; “Sou apaixonada pelo meu cabelo, me senti livre quando tirei o liso” — fonte Elimara Santos; “Assumir o cabelo natural não é moda. Como falam. É revolução, autonomia e resistência. Manter os cachos em uma sociedade que prega que mesmo o cacheado mais bonito deveria ser alisado não é fácil” (MELO, 2015a, online) — fonte Ana Luiza.

Nesse sentido, é possível notar uma clivagem no modo como as três fontes passaram a se relacionar com seus cabelos após a transição, atribuindo à textura capilar crespa e cacheada sentidos positivos, ligados à liberdade e à quebra de padrões. É interessante observar o arco da narrativa apresentada pela fonte Juliana Bernardino, pois, segundo a representação jornalística de seu relato, o motivo que a levou a alisar os cabelos aos nove anos de idade foi ouvir apelidos racistas que tinham como alvos a cor de sua pele e a textura de seus cabelos e o motivo que ela cita como causa de sua alegria após a passagem pela transição capilar é justamente poder se assumir como mulher negra.

A representação jornalística construída com base na fala da fonte explicita que a associação da cor da pele e da textura capilar em ambos os momentos da vida estava ligada a uma leitura racializada do corpo da fonte, e que ela só conseguiu entender tais processos sociais depois de cerca de duas décadas, se apropriando dessa característica fenotípica de maneira autodefinida, isto é, em seus próprios termos (COLLINS, 2019) e resistindo à sua objetificação como o “Outro”.

A fala de Ana Luiza, por outro lado, aponta para três movimentos: o primeiro diz respeito a negar que a assunção de cabelos naturais crespos e cacheados seja apenas a expressão de uma tendência passageira; o segundo frisa o sentido político dessa ação, quando a fonte faz uso das palavras “revolução”, “autonomia” e “resistência”; e o terceiro, por fim, negrita o quanto é difícil escolher “manter os cachos” em um contexto social no qual qualquer cabelo que não seja liso, ainda que seja “o cabelo cacheado mais bonito”, é considerado inadequado e, portanto, deve ser alisado. Assim, os três movimentos podem ser relacionados, respectivamente, às dimensões pessoal, política e social do trato com os cabelos, o que

evidencia que tais dimensões estão profundamente imbricadas, como percebemos nos relatos das fontes.

Ao dizer “Mantenho sempre o corte em camadas para dar mais volume” (MELO, 2015a, online), Juliana Bernardino aponta para um aspecto discutido por Gomes (2020 [2006]): mesmo quando o cabelo está “natural”, isto é, sem efeito de procedimentos físicos ou químicos, ele não é um dado estritamente biológico, já que continua sendo imbuído de significados sociais atribuídos inclusive por quem o “tem”. bell hooks (1989) também compreende que assumir os cabelos crespos e cacheados pode ser um ato político, de resistência ao racismo e ao sexismo amplamente difundidos, inclusive, pelos meios de comunicação, como visto no capítulo anterior desta dissertação. No caso em análise, fica perceptível que após compreender que seu cabelo era parte da construção da negritude e aprender a apreciar suas características fenotípicas, a fonte Juliana Bernardino passou a manipular o cabelo no sentido de torná-lo ainda mais volumoso, ressaltando uma característica de cabelos crespos e cacheados. Assim, Bernardino adotou outras formas de explorar o cabelo de acordo com os sentidos que ela mesma aprendia a elaborar acerca de seu próprio corpo.

Se as relações familiares contribuíram no incentivo de algumas fontes ao alisamento capilar, em outros casos as relações de parentesco foram um fator relevante para a passagem pela transição. A fonte Tallita Craveiro iniciou o alisamento capilar aos cinco anos de idade e só passou pela transição cerca de dezesseis anos depois ao perceber que Bárbara Araújo, sua prima, à época com seis anos de idade, começava a “achar o [próprio] cabelo cacheado feio por causa das amigas que tem (*sic*) as madeixas lisas” (MELO, 2015b, online). Dinâmica semelhante ocorreu com a fonte Quele Oliveira que, aos quatorze anos de idade, “iniciou o processo de alisamento nos cabelos também como uma forma de ser aceita no ciclo de amizades” (BARBOSA, 2016, online). Pelo modo como a vivência da cabeleireira está representada na notícia, a relação da fonte com uma pessoa da família influenciou sua decisão de abandonar a química capilar: “Minha filha tinha vontade de usar o cabelo armado e não tinha influência. Sendo cabeleireira, já ouvimos todo tipo de comentário de clientes sobre o motivo de estarem alisando. Então, decidi dar um basta” (BARBOSA, 2016, online).

Tanto no caso de Tallita Craveiro quanto no de Quele Oliveira, a relação com uma familiar mais jovem teve repercussão no modo como as fontes encaravam suas características capilares. Os relatos lançam luz a um processo de influência intergeracional inverso, pois,

geralmente, a criança é influenciada pela percepção que as/os adultas/os têm dos cabelos crespos e cacheados e também pelo modo como as pessoas mais velhas lidam com os próprios cabelos e com os das crianças, enquanto, nos casos representados nas matérias jornalísticas ora estudadas, as adultas foram impactadas ao perceberem que a lógica de rejeição e desvalorização dos cabelos crespos e cacheados poderia afetar as crianças de suas famílias.

No caso da fonte Quele Oliveira houve ainda um segundo fator de influência: seu trabalho como cabeleireira. Ao “ouvir todo tipo de comentário sobre o motivo dos clientes decidirem alisar os cabelos”, a fonte estava imersa em um ambiente que dava a ver tensões e complexidades da construção da subjetividade de pessoas negras. Ao estudar o ambiente e as relações estabelecidas em salões de beleza étnicos, a antropóloga Nilma Lino Gomes (2020 [2006]) observou que esses ambientes evidenciam as dinâmicas familiares que funcionam como uma pedagogia para crianças, sobretudo meninas negras, quando se trata da construção de uma imagem distorcida acerca de si mesmas. Embora o texto jornalístico que representa o relato de Quele Oliveira não nos permita compreender em que tipo de ambiente ela desenvolvia sua atividade profissional como cabeleireira, o relato da fonte dá a entender que as falas proferidas por clientes a influenciaram na decisão de passar pela transição capilar.

Considerando a subcategoria analítica “Grupos de apoio durante a transição capilar”, observa-se que as matérias *No AC, cacheadas criam grupo para enfrentar preconceito e amar cachos*” (MELO, 2015b, online) e *“Manicure diz que já perdeu vaga de emprego por ter cabelo cacheado”* (BARBOSA, 2016, online) citam, respectivamente, o grupo de *WhatsApp* “Cacheadas AC” e o projeto “Meu cabelo, minha identidade”. O primeiro teria como objetivo “reunir mulheres com cabelos cacheados e crespos para troca de informações, dicas e apoio em situações de preconceito”, sendo procurado por quem buscava “apoio para enfrentar a temida transição capilar” (MELO, 2015b, online); o segundo, semelhantemente, objetivava “passar dicas e informações sobre os cuidados com os cabelos cacheados e também lutar contra o preconceito que ainda existe” (BARBOSA, 2016, online).

Enquanto a primeira notícia foi escrita tendo como ponto de partida a existência do grupo de *WhatsApp*, à época com 53 mulheres integrantes, ou seja, uma abordagem não factual, a segunda, ao que parece, foi escrita em razão da realização do evento “16 dias de Ativismo Contra a Violência Contra a Mulher” realizado na cidade de Cruzeiro do Sul, com o intuito de “promover ações de combate a todo e qualquer tipo de violência” (BARBOSA, 2016, online). Segundo o texto, um dos temas debatidos na abertura do evento foi “o cabelo

cacheado ou crespo como identidade” (BARBOSA, 2016, online). Nesse encontro as histórias da fonte Jaqueline Silva — de ter tido seu cabelo amarrado a uma cadeira a ponto de ser necessário cortá-lo e de ter sido desclassificada de uma vaga de emprego por estar em processo de transição capilar — foram à tona.

Assim, os sentidos atribuídos ao grupo e ao projeto se voltam para a ideia de enfrentamento “ao preconceito” e para a circulação de informações quanto aos cuidados com cabelos crespos e cacheados. Isso pode ser novamente percebido a seguir, nas falas referentes ao grupo de *WhatsApp* “Cacheadas AC”: “No grupo te incentivam, te ajudam e apoiam” (MELO, 2015b, online) — fonte Camila Oliveira; “Consegui dicas de hidratações entre outras (*sic*). Sempre damos apoio às meninas que sofrem preconceito. O mercado para cachos ainda é pequeno e caro, com as outras meninas descobri produtos baratos e que dão um ótimo resultado” (MELO, 2015b, online) — fonte Elimara Santos.

O apoio mútuo e a experiência compartilhada são aspectos ressaltados pelas fontes no que tange ao papel desempenhado pelo grupo e pelo projeto. Nesse diapasão, o conceito de “espaços seguros” possibilita uma leitura profícua de ambos. Os espaços seguros são “locais privilegiados de resistência à objetificação como o Outro” (COLLINS, 2019, p. 185) nos quais o empoderamento de mulheres negras se dá por meio da autodefinição, de modo que elas conseguem elaborar estratégias para resistir à ideologia hegemônica que circula na esfera da sociedade civil e na das instituições afro-americanas.

A autodefinição é cara para Collins (2019) porque a autora compreende que uma das questões-chave do pensamento feminista negro é resistir às imagens de controle, à construção da mulher negra como o “Outro”. O poder é entendido como articulado entre opressão e ativismo, de modo que nas redes familiares e instituições da comunidade negra mulheres negras resistem às imagens de controle disseminadas em instituições, inclusive governamentais, e na mídia em geral. Nas palavras da autora,

Ao persistir na busca por autodefinição, nós nos transformamos como indivíduos. Nossas lutas individuais, quando interligadas a ações em grupo, ganham novo significado. Dado que nossas ações como indivíduos fazem com que deixemos de simplesmente existir no mundo e passemos a ter algum controle sobre ele, elas nos permitem ver a vida cotidiana como um processo e, portanto, como algo passível de mudança. (COLLINS, 2019, p. 215)

As relações entre mulheres negras são apontadas pela autora como um espaço seguro historicamente importante nas vidas das afro-americanas. Além de mães e figuras maternas,

que transmitem conhecimento cotidiano para sua sobrevivência, “No conforto das conversas cotidianas, em momentos mais sérios e nos bem-humorados, as afro-americanas, como irmãs e amigas, reafirmam a humanidade, o caráter singular e o direito de existir umas das outras.” (COLLINS, 2019, p. 188). Desse modo, as relações entre mulheres negras são espaços para reconhecimento e acolhimento das dores por elas vivenciadas bem como lugares profícuos para a articulação de estratégias de autodefinição e resistência.

Nesse sentido, o conceito é útil para pensar as representações sobre o grupo de *WhatsApp* “Cacheadas AC” e o projeto “Meu cabelo, minha identidade” — embora apenas uma entre as oito fontes-personagens dos três textos jornalísticos analisados nesta categoria temática se defina no texto como negra de forma explícita —, uma vez que as fontes Tallita Craveiro e Quele Oliveira demarcam a centralidade de ambos para a troca de informações sobre os cuidados com os cabelos e ao mesmo tempo como espaços de fortalecimento e apoio mútuo para as mulheres que porventura sofressem “preconceito” por conta da transição capilar.

Além disso, é possível indiciar por meio das matérias jornalísticas aqui estudadas que tomar conhecimento de que há outras mulheres vivenciando o mesmo processo e construir espaços de formação de redes de apoio é fundamental para a passagem de mulheres negras pela transição capilar, visto que, como mostram os exemplos representados nos textos, o processo afeta diversas instâncias das vidas dessas mulheres, desde a autoestima até o modo como elas são percebidas e tratadas no mercado de trabalho. Tanto o projeto quanto o grupo são espaços de encorajamento e aumento de repertório dessas mulheres para lidar com essa etapa de mudanças e autoaceitação, que também é atravessada pela produção de sentidos que marca e produz os corpos negros ou aqueles que se distanciam da norma branca em alguma medida. Ademais, como detalhado nos relatos, as relações familiares também serviam como espaço para reflexão e tomada de decisão por parte das mulheres negras, especialmente em contextos nos quais as mulheres encontravam nos indícios de rejeição/aceitação de cabelos latentes em crianças o incentivo para começar o processo de transição capilar.

3.3 Categoria temática 2 — Questões corporais

A segunda categoria temática inclui apenas o texto “*No AC, ensaio fotográfico valoriza empoderamento da mulher negra e aceitação do próprio corpo*”, assinado por

Quésia Melo e publicado no *site GI Acre* em 20 de novembro de 2018. A matéria noticia a realização de um ensaio fotográfico em outubro daquele ano com dez mulheres negras no Horto Florestal de Rio Branco e é iniciada da seguinte forma:

No AC, ensaio fotográfico valoriza empoderamento da mulher negra e aceitação do próprio corpo

Objetivo era quebrar padrões e destacar a identidade da mulher negra para que ela reconheça a própria autoestima.

Dez mulheres posaram para as fotos no Horto Florestal, em Rio Branco.

Com o objetivo de exaltar o empoderamento feminino negro e destacar a aceitação do próprio corpo, um grupo de mulheres decidiu fazer um ensaio fotográfico sobre o tema em Rio Branco.

Ao todo, dez jovens de biotipos diferentes participaram do ensaio que focou também em partes e características do corpo que as mulheres muitas vezes ignoram, como a barriga e estrias. (MELO, 2018a, online)

De saída, considerando a subcategoria analítica “Estética como dimensão para o empoderamento”, nota-se que o texto faz referência explícita à valorização do empoderamento da mulher negra e da autoaceitação de seu corpo, além de afirmar, logo no subtítulo, que o ensaio objetivava “quebrar padrões e destacar a identidade da mulher negra para que ela reconheça a própria autoestima”. Conforme discutido nos capítulos anteriores deste trabalho, o corpo é uma dimensão central no que diz respeito ao modo como a identidade racial é construída ou destruída socialmente (GOMES, 2020 [2006]; MUNANGA, 2009 [1988]; CARNEIRO, 2011 [2002]).

O corpo é o alvo preferencial do embranquecimento fabricado, da injúria racial e do preconceito que informa toda sorte de práticas discriminatórias. Isso não significa dizer que seja um elemento pré-dado, com sentidos e interpretações fixas. Afinal, “um corpo nunca existe em si mesmo, nem quando está nu. Corpo é sempre um estado provisório da coleção de informações que o constitui como corpo. Esse estado vincula-se aos acordos que vão sendo estabelecidos com os ambientes em que vive.” (KATZ, 2008, p. 69).

No entanto, por meio de representações que circulam socialmente, os corpos recebem atribuição de valores vinculados a um código racista que, no Brasil, ora minimiza os termos das relações raciais, sob o manto da democracia racial, ora explicita todo o ódio e recusa contra pessoas negras. No caso dos corpos de mulheres negras, como já discutimos, esses valores tendem a ser negativos, em razão do modo como as imagens de controle, isto é, a dimensão ideológica do racismo e do sexismo, são articuladas a depender dos interesses em questão (COLLINS, 2019; BUENO, 2020).

Nesse sentido, a abertura do *site GI Acre* para a publicação de uma notícia sobre a realização de um ensaio fotográfico cujo objetivo era valorizar o empoderamento dessas sujeitas a partir da valorização de seus corpos é significativa, uma vez que “Eleger o negro e a negra como belos é dar a eles o estatuto de humanidade que lhes foi roubado pelo racismo” (GOMES, 2020 [2006], p. 356). A argumentação da antropóloga é adequada nesse contexto porque, como vimos até aqui, para pessoas negras, o conhecimento acerca de si mesmas muitas vezes é iniciado por um processo de negação/rejeição influenciado por diferentes estímulos, como pudemos perceber a partir das dinâmicas referentes à relação de mulheres com seus cabelos crespos e cacheados representadas nas matérias jornalísticas estudadas na categoria temática anterior. Logo, ao se enxergarem como belas, essas pessoas atribuem a si mesmas sentidos que vão além de uma simples questão de ordem estética. É uma forma de rejeitar a condição de “Outro” da sociedade.

Teoricamente, o conceito de “empoderamento”, evocado no título da matéria jornalística ora em análise, pode ser relacionado à dimensão estética, embora não se limite a ela. Para a arquiteta e urbanista Joice Berth (2019), o fortalecimento da autoestima é pré-requisito para o início de um processo consciente de empoderamento. A pesquisadora negra que negras/os sempre resistiram, por meio de movimentos de reafirmação da beleza negra — ponto também observado anteriormente a partir de Gomes (2020 [2006]) e hooks (1989) —, aos quais nomeia como movimentos de resistência. Collins (2019) compreende que a adesão a padrões de beleza que desqualificam as características fenotípicas negras resulta de um processo de internalização de uma ideologia dominante. No mesmo sentido, como visto no capítulo anterior, hooks (1989) advoga que a forma como pessoas negras lidam com sua estética pode significar tanto o fortalecimento de uma política racista e sexista de dominação quanto um ato de resistência a essa política e uma relação de celebração e respeito à negritude.

Ancorada na fala de uma das organizadoras do ensaio fotográfico, a matéria jornalística aqui estudada além de focar no empoderamento de mulheres negras e na autoaceitação de seus corpos e de características físicas tidas como imperfeições, se opõe ao estabelecimento de novos padrões de beleza:

“Decidimos fazer o ensaio mais sensual para destacar a aceitação do corpo. O ensaio foi mais para nós mesmas e foi muito bacana, pois são várias mulheres diferentes, não há biotipos, não há padrões a serem seguidos”, destaca a acadêmica de nutrição Isna Fernanda, que convidou as outras mulheres para o ensaio.

A estudante conta que outra ideia do ensaio é quebrar os padrões determinados pela sociedade. Porém, o objetivo não é exaltar a beleza da mulher negra, mas a identidade e a força dessa mulher para que ela reconheça a própria autoestima.

“Quando a gente diz que quer quebrar um padrão de beleza, que é o eurocêntrico, mas ao mesmo tempo pega uma modelo negra e coloca ela como referência você está instituindo outro padrão de beleza que é o de uma mulher negra, magra, alta e toda aquela estética. Sabemos que somos múltiplas, somos muito diferentes e foi daí que fomos construindo o ensaio”, destaca. (MELO, 2018a, online)

A fala da fonte ressalta a importância da aceitação do corpo das dez mulheres negras que participaram do ensaio, lança luz ao objetivo de quebrar padrões de beleza vigentes socialmente e sublinha a relevância de chamar atenção à identidade e à força das mulheres negras, a fim de fomentar a autoestima do grupo. O pensamento binário pode ser percebido na discussão presente no excerto jornalístico ora em análise quando a fonte Isna Fernanda critica a fixação de um padrão de beleza que substitui uma mulher branca magra e alta por uma mulher negra magra e alta, já que, ao se fazer esse movimento de substituição, dá-se prosseguimento à mesma lógica padronizadora da beleza que hierarquiza corpos, só que sob a ilusão de uma inclusão que, na verdade, apenas reproduz modelos já conhecidos.

O incômodo da fonte quanto a essa lógica também pode ser percebido em outro excerto da notícia, no qual ela narra vivências pessoais: “Quando sou convidada para ensaios com mulheres negras, mesmo sendo modelo, me sinto objeto, e até um objeto de referência para um novo padrão, o que não gosto.” (MELO, 2018a, online). Nesse sentido, a fonte reconhece que, apesar de haver certa guinada na direção de promover as belezas negras, o intuito de fazer a manutenção de um padrão estético ainda se faz presente em seu ambiente profissional, passando ela a ser a modelo-padrão a ser seguido. Diante desse cenário, a fonte Isna Fernanda afirma: “É necessário se afirmar como indivíduo e ter uma postura, não de intimidadora, mas de quem sabe o que faz e é segura disso” (MELO, 2018a, online).

Berth (2019) explica que a definição de padrões estéticos é uma das formas de pautar e fazer a manutenção das hierarquizações de raça e gênero, construindo, ao mesmo tempo, dois grupos: o das/os que são aceitas/os e o das/os que não o são. O campo da estética dá a ver as imbricações do racismo e do sexismo, uma vez que, como já discutido a partir de Collins (2019), mulheres brancas são construídas como sinônimo de beleza em oposição às negras, consideradas a representação da feiura e da inadequação. Os homens negros, por sua vez, embora penalizados pelos sentidos atribuídos à negritude, não têm uma autoestima excessivamente dependente do quanto são atraentes fisicamente. Ao mesmo tempo, uma parcela da objetificação imposta às mulheres decorre da valoração de sua aparência e isso

confere vantagens às mulheres brancas em relação às negras, justamente por terem certas características fenotípicas, a exemplo da pele clara e dos cabelos lisos. Textura capilar, cor da pele e formatos do nariz e da boca são alvos constantes de injúria, muitas vezes disfarçada de humor (BERTH, 2019; MOREIRA, 2019).

A afirmação de que “o objetivo [do ensaio fotográfico] não é exaltar a beleza da mulher negra, mas a identidade e a força dessa mulher para que ela reconheça a própria autoestima”, nos remete à noção de empoderamento explicada por Berth (2019), uma vez que a autora frisa que a dimensão estética é apenas um dos pilares do empoderamento, processo que envolve fazer o caminho inverso à alienação à qual pessoas negras têm sido historicamente submetidas. Trata-se, no pensar da autora, de um mergulho em busca de raízes das ordens cultural, emocional, artística e afetiva; tem a ver com um resgate lento e gradual do que fomos e do que podemos retomar.

Para Collins (2019), se empoderar exige mais do que transformar a consciência individual das mulheres negras, embora a autora compreenda a consciência como esfera de liberdade. O empoderamento demanda mudar as instituições sociais, partindo da compreensão de que toda matriz de dominação articula-se com base em quatro domínios de poder que se inter-relacionam: o estrutural, o disciplinar, o hegemônico e o interpessoal. “O domínio estrutural organiza a opressão, enquanto o disciplinar a administra. O domínio hegemônico justifica a opressão, e o interpessoal influencia a experiência cotidiana e a consciência individual dela decorrente.” (COLLINS, 2019, p. 437). Nesse sentido, o empoderamento pleno de mulheres negras depende de um contexto amplo de justiça social que conjugue mudanças nas esferas macro e micro da vida em sociedade.

Retomando a discussão sobre estética como dimensão para o empoderamento, nas palavras de Berth (2019),

Não é possível passar por um processo de empoderamento produtivo se não nos fortalecermos e nos encontrarmos dentro da nossa própria pele. Sem um trabalho contínuo para erradicar do lugar naturalizado na sociedade a crença de que pessoas negras são inadequadas, desprovidas de harmonia e beleza física, fica extremamente difícil para esses sujeitos, atingidos diretamente por essa ideologia do padrão branco como única forma aceitável, criar mecanismos interiores de autoamor e autovalorização. Principalmente quando consideramos que nas culturas ocidentais o belo/bonito é sinônimo de superioridade, ou seja, ultrapassa o campo da estética, uma vez que o senso comum aponta que tudo que é bonito só pode ser bom. (BERTH, 2019, p. 74)

A explicação da autora quanto à extrapolação de sentidos que reverbera a partir do que é considerado belo ou feio nos remete novamente ao pensamento binário. É graças a ele e com vistas à dominação racial e sexista que a construção negativa da imagem das pessoas negras é possível e justificável, garantindo a exploração dessas/es sujeitas/os, por um lado, e o acúmulo de privilégios para as/os brancas/os, por outro. Como explica Adilson Moreira (2019), a negritude é colocada como a antítese da branquitude. Se a última é sinônimo de prestígio em diversos âmbitos da vida social, a primeira recebe atribuições de sentido o mais negativas possível. Em última análise, quando pessoas negras são desqualificadas por motivações racistas, a mensagem que se passa é a de que elas não são dignas de respeito, tampouco entendidas como capazes de atuar como agentes sociais, de modo que, mais uma vez, pessoas brancas são beneficiadas.

Nesse diapasão, a subcategoria analítica “O empoderamento para além da estética” me permite fazer, a partir de excertos da matéria jornalística aqui explorada, considerações mais amplas a respeito de algumas categorias do pensamento colliniano. A fonte Isna Fernanda ressalta que “O ensaio não é para mostrar como a mulher negra é bonita, mas nos reafirmar, mostrar como somos fortes, nosso poder e, ao mesmo tempo, a fragilidade. Além de tudo, devemos ser valorizadas na sociedade como somos” (MELO, 2018a, online). O argumento, paradoxalmente, imprime à realização do ensaio com protagonistas negras a ideia de que essas sujeitas são mais do que seus corpos. Quer dizer, embora a notícia se refira à realização do ensaio fotográfico e embora o ensaio tenha sido feito, conforme o relato da fonte, como um convite à autoaceitação e ao empoderamento dessas sujeitas, o foco na relação com o corpo não era tudo, mas a porta de entrada para uma reflexão sobre a valorização dessas mulheres, tanto para consigo mesmas quanto pela sociedade da qual fazem parte.

Ao afirmar que o ensaio visava também mostrar como mulheres negras são fortes e ao mesmo tempo frágeis, a fonte constrói sentidos que humanizam esse grupo de mulheres por vezes tão socialmente desumanizado em razão dos efeitos de diferentes sistemas de dominação, a exemplo do racismo, do heterossexismo, do classismo e assim por diante. Como exposto por Collins (2019) e Bueno (2020), as imagens de controle, pertencentes ao domínio hegemônico do poder, tentam fixar mulheres negras sob determinados estereótipos e, assim, justificam as opressões às quais o grupo é submetido sistematicamente. Grosso modo, a imagem da matriarca é a mais comum quando se trata de vincular mulheres negras aos estereótipos de raivosas, castradoras, violentas; enquanto a da *mammy* aponta justamente para

uma tendência de colocar mulheres negras em um lugar de submissão ao trabalho que eclipsa todas as demais dimensões da vida dessas mulheres.

Nesse sentido, quando a fonte Isna Fernanda afirma a ambivalência nos modos como mulheres negras se veem e se colocam socialmente entre serem fortes e ao mesmo tempo frágeis, ela constrói representações das mulheres negras como sujeitas complexas, que resistem às definições externas historicamente vinculadas a seus corpos e comportamentos por meio da autodefinição. Isto é, a fala da fonte pode ser compreendida como a afirmação de que mulheres negras são humanas, se cansam, precisam de ajuda, cuidado etc. Para Collins (2019), embora mulheres negras sejam vítimas de opressões interseccionais, retratá-las exclusivamente como alvos passivos e desafortunados suprime sua capacidade de trabalhar de modo ativo para transformar a realidade experimentada por elas. Do mesmo modo, apresentá-las como “figuras heroicas que se envolvem na resistência à opressão em todas as frentes minimiza os verdadeiros custos da opressão, além de estimular a percepção de que nós, mulheres negras, não precisamos de ajuda, porque ‘damos conta’ das dificuldades.” (COLLINS, 2019, p. 452).

A fala da fonte Isna Fernanda, ao realçar que o ensaio fotográfico sobre o qual a notícia versa estava voltado à identidade e à força da mulher negra a fim de que essa sujeita reconhecesse sua própria autoestima, dialoga, a meu ver, com os conceitos elaborados por Collins (2019), uma vez que a socióloga estadunidense explica que os espaços seguros são um mecanismo mobilizado para a promoção do empoderamento de mulheres negras a partir da rejeição das imagens de controle. Ao se autodefinirem, mulheres negras rejeitam as imagens de controle e transformam a si mesmas. Conseqüentemente, a união dessas mulheres com consciência transformada colabora com o empoderamento coletivo das mulheres negras que pode desembocar no encorajamento dessas pessoas rumo à transformação de suas condições de vida.

Além disso, a fala “A gente traz muito a nossa força, nossa perspicácia e luta, pois, embora a gente reafirme que somos mulheres, que somos humanas, a gente tem que combater o tempo todo. A sociedade marginaliza, criminaliza, hipersexualiza e temos que resistir a isso” (MELO, 2018a, online) lança luz ao que a filósofa Sueli Carneiro (2020 [1985]) chama de tríplice militância. Como o feminismo negro nos alerta, só é possível superar os problemas que atingem as mulheres negras quando se enfrentam todos os sistemas de dominação de forma integrada e dinâmica. Ao reclamar que “a sociedade marginaliza, criminaliza,

hipersexualiza e temos que resistir a isso”, a fonte Isna Fernanda lança mão de verbos que podem ser aproximados de três dos quatro domínios de poder⁵² explicados por Collins (2019).

O verbo “marginalizar” pode ser associado ao domínio estrutural, já que tal domínio diz respeito à forma como instituições sociais se organizam a fim de perpetuar a subordinação de mulheres negras historicamente. A partir de marcadores de raça, classe e gênero, por exemplo, mulheres negras são submetidas a resultados injustos reproduzidos de forma sistemática. O verbo “criminalizar” pode ser relacionado ao domínio disciplinar do poder, cujo objetivo é “formar populações de mulheres negras pacíficas, organizadas, dóceis e disciplinadas” (COLLINS, 2019, p. 443) por meio de aparatos burocráticos e técnicas de vigilância que regulam suas existências.

Por fim, o verbo “hipersexualizar” pode ser relacionado ao domínio hegemônico do poder, por sua vez, relacionado com a ideologia, a cultura e a consciência. Enquanto os dois primeiros domínios citados são mobilizados em políticas sociais sistêmicas gerenciadas principalmente por burocracias, o domínio hegemônico tem a função de justificar as práticas exercidas nos domínios de poder estrutural e disciplinar. “Ao manipular a ideologia e a cultura, o domínio hegemônico atua como um elo entre as instituições sociais (o domínio estrutural), suas práticas organizacionais (o domínio disciplinar) e a interação social cotidiana (o domínio interpessoal)” (COLLINS, 2019, p. 448). As imagens de controle se situam nesse domínio.

3.4 Categoria temática 3 — Insultos racistas

Os textos analisados nos subtópicos a seguir dizem respeito a ofensas racistas dirigidas por meio de redes sociais digitais a três mulheres negras: a goleira da seleção brasileira de futebol, Bárbara Micheline; a estudante e miss beleza negra Acre 2016, Ediane Caetano; e a então estudante de psicologia e participante do *reality show Big Brother Brasil*, Gleici

52 Como assevera a fonte, mulheres negras têm que resistir. Embora o texto jornalístico não explore possíveis formas de resistência, pensar sobre os modos de resistência de mulheres negras aos arranjos de poder que as oprimem é uma preocupação central do pensamento feminista negro. Para Collins (2019), no âmbito do domínio de poder estrutural, a resistência se dá por meio de movimentos sociais, guerras e revoluções, além de reformas graduais; quanto ao domínio disciplinar, a estratégia é resistir de dentro das burocracias, como *outsiders* internas, ocupando posições de autoridades estratégicas nas instituições sociais, com vistas ao cumprimento de normas de forma justa e à alteração de políticas, caso necessário; a resistência ao domínio hegemônico reside na rejeição às imagens de controle por meio da autodefinição e na criação de novos conhecimentos que partam dos grupos subordinados; por fim, a resistência relativa ao domínio interpessoal do poder está relacionada às estratégias elaboradas por cada pessoa para transformar as relações cotidianas umas com as outras, tendo em vista que os múltiplos sistemas de opressão manifestam-se nas vidas de todas/os.

Damasceno. Por prezar pela organização das ideias no presente texto, optei por analisar caso a caso, mas todos os textos fazem parte da categoria temática “Insultos racistas” e serão analisados a partir das subcategorias analíticas “Alvo do insulto racista” e “Reação ao insulto racista”. Além disso, os textos referentes ao caso Gleici Damasceno terão a subcategoria analítica “Definição da injúria racial”, uma vez que são os únicos que classificam os insultos raciais como injúria racial.

3.4.1 Caso Bárbara Micheline

Integram o *corpus* da presente análise do caso em questão três notícias publicadas no site *GI Acre*: “Membro do CFA faz post racista com goleira da seleção e gera polêmica”, assinada por Iryá Rodrigues e publicada no dia 13 de agosto de 2016; “‘Tolerância zero’, diz CFA sobre post racista de um de seus membros”, sem assinatura, publicada dois dias depois; e “Após comentário racista, membro do CFA se retrata com goleira da seleção”, assinada por Aline Nascimento e publicada no dia 19 de agosto de 2016.

Trata-se de um caso de ampla repercussão, provavelmente em razão de que Bárbara Micheline do Monte Barbosa, goleira da seleção brasileira feminina de futebol, estava em evidência nacional e internacional devido ao seu trabalho publicizado por ocasião dos Jogos Olímpicos realizados na cidade do Rio de Janeiro. Marcos Clay, homem branco integrante do Conselho Federal de Administração (CFA) no Acre, fez a publicação à esquerda da Figura 1 em sua conta na rede social digital *Facebook*:

Figura 1 — Posts do caso Bárbara Micheline



Fonte: *GI Acre*

O episódio foi noticiado em portais de notícias de outros estados, a exemplo dos *sites RedeTV esportes*, cujo *site-suporte* é o *Uol*, *ClickPB*, *Buzzfeed* e *Globo Esporte* (RJ). Posteriormente à repercussão do caso, Clay fez o post da direita. As três matérias agrupadas neste subtópico analítico representam os fatos, desde a primeira publicação até o pedido de desculpas de Marcos Clay.

As notícias dão a ver o modo de funcionamento do mito da democracia racial — discutido neste trabalho a partir de Gonzalez (2020 [1983, 1979]) Carneiro (2011, online, 2011 [2000]), Nascimento (2016 [1977]), Nascimento (2003), entre outras/os — em razão do qual pessoas negras são responsabilizadas pelos efeitos do racismo em termos estruturais ao mesmo tempo em que, curiosamente, quando tentam pautar a discussão racial são logo tachadas de racistas. No Brasil, o racismo, que na maior parte do tempo supostamente inexistente, num passe de mágica vem à tona quando a suposta vítima é uma pessoa branca. Assim, negras/os que reclamam das iniquidades raciais vigentes no país são logo questionados, afinal, “Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus” (GONZALEZ, 2020 [1983], p. 78).

O mito da democracia racial e a defesa da ideia de que o povo brasileiro é tão miscigenado a ponto de não ser possível definir sua identidade racial são mobilizados como álibis comumente quando uma pessoa é flagrada cometendo ato ou proferindo falas racistas. Geralmente essa pessoa: 1) diz que não é racista, 2) que tem amigas/os negras/os, 3) que há maldade nos olhos de quem a chama de racista. Caso haja repercussão midiática, 4) (às vezes) faz um pedido de desculpas.

Essa sequência de acontecimentos pode ser percebida no caso das falas do personagem das notícias aqui exploradas. Como se pode perceber na Figura 1, a postagem de Marcos Clay, membro do Conselho Federal de Administração no Acre, em sua conta na rede social digital *Facebook* tinha o seguinte texto: “Eu odeio preto, mas essa goleira do Brasil tinha chance!” (RODRIGUES, 2016, online). De saída, considerando a subcategoria analítica “Alvo do insulto racista”, já na primeira notícia que se refere à feitura do post — “*Membro do CFA faz post racista com goleira da seleção e gera polêmica*” (RODRIGUES, 2016, online) — notam-se dois movimentos: a declaração explícita de ódio a pessoas pretas e a contraparte, ao dar a entender que, excepcionalmente, aceitaria ter algum tipo de relação com Bárbara Micheline.

O uso da palavra “preto” ao se referir às pessoas negras nesse contexto, isto é, afirmando que as odeia deliberadamente pode ser compreendida por si só como insulto racial. Isso ocorre porque, como explicam Machado, Lima e Neris (2016), às vezes, a menção da cor ou raça pode por si só ser mobilizada como insulto, quando o/a agressor/a parte do entendimento de que sua simples evocação já carrega o conteúdo negativo, ofensivo e racista que pretende expressar.

O trecho “mas essa goleira do Brasil tinha chance”, por sua vez, nos conduz de volta à argumentação teórica desenvolvida no primeiro capítulo deste trabalho a partir do conceito de imagens de controle (COLLINS, 2019; BUENO, 2020) e das atribuições de sentido lançadas sobre mulheres negras brasileiras, sobretudo com relação à noção de “mulata” (GONZALEZ, 2020 [1983]). Conforme discutido, as imagens de controle estão intimamente relacionadas ao controle da sexualidade e da fecundidade de mulheres negras. O post deixa evidente que o ódio contra pessoas pretas pode ser facilmente superado quando se considera a possibilidade de “dar uma chance” a uma mulher negra que, em certo sentido, é tida como disponível.

Com a repercussão do post, ainda na primeira notícia, Marcos Clay se justificou:

“Foi uma brincadeira de mau gosto, até já tirei o post. Uma brincadeira que infelizmente algumas pessoas se ofenderam, mas não era minha intenção. Tanto é que minha esposa é negra, todo mundo sabe disso. Quem me conhece sabe que eu não sou racista, tenho vários amigos que são negros, não tenho problema com isso”, afirmou Clay. (RODRIGUES, 2016, online)

No excerto podem ser observados os passos 1 e 2 apontados anteriormente referentes ao discurso de defesa utilizado por pessoas flagradas sendo racistas no país da democracia racial: 1) dizem que não o são, 2) que têm amigos negros. No caso analisado, a pessoa ainda completa afirmando que “não tem problema com isso”. A negação de existência de racismo no Brasil vai desde a fala do vice-presidente da República, Hamilton Mourão, evocando comparações com os Estados Unidos, até a defesa elaborada pelos demais brasileiros, que se apoiam em suas relações interpessoais para provar seu não-racismo.

A fala seguinte de Clay materializa o aspecto de silenciamento das discussões raciais brasileiras garantido pelo mito da democracia racial apontado por Nascimento (2003): “O povo de hoje está muito melindrado, ninguém pode mais falar nada nas redes sociais que vira polêmica. Não ofendi ninguém diretamente, não citei o nome de ninguém” (RODRIGUES, 2016, online). O pronunciamento do membro do CFA revela o incômodo sentido por ele quando o post feito repercutiu, gerando críticas e apontamentos do racismo ali presente, além

de efetivar o terceiro passo das justificativas geralmente utilizadas por quem é criticada/o por ser racista: dizer que há maldade nos olhos de quem aponta o problema.

Fica evidente que, para Marcos Clay, seria desejável que pessoas negras não pudessem denunciar o racismo presente em sua fala. Seria mais agradável se as/os “melindrosas/os” mantivessem o silêncio diante do post racista. Seria ideal, portanto, que o mito da democracia racial fosse levado à última instância, garantindo silenciamento e a manutenção da violência racista lançada sobre pessoas negras, e, em específico, sobre Bárbara Micheline. Nota-se o medo branco de ouvir o que sujeitas/os negras/os têm a dizer, sendo mais confortável para o branco mantê-las/os em silêncio, protegendo a si mesmo da obrigação de reconhecer o conhecimento da/o “Outra/o” (KILOMBA, 2019).

O conselheiro do CFA refere-se à sua própria fala como uma “polêmica”. Ou melhor, dá a entender que a reação das pessoas à fala tornou-se uma “polêmica”. Ademais, apesar de ter colocado uma fotografia de Bárbara Micheline no post e escrito referindo-se especificamente à “goleira do Brasil”, em um contexto em que Bárbara Micheline estava em evidência em razão de seu trabalho, Clay argumenta não ter ofendido ninguém diretamente, tampouco ter citado o nome de alguém. Em minha leitura, o episódio representado demonstra didaticamente que o mito da democracia racial garante também o sucesso do cinismo do racismo brasileiro.

O segundo texto que representa o caso aqui analisado — “*Tolerância zero, diz CFA sobre post racista de um de seus membros*” (G1 ACRE, 2016, online) — tem poucas diferenças em relação ao primeiro e é uma “suíte”, isto é, apresenta desdobramentos de um texto publicado anteriormente. O foco do segundo texto é apresentar fragmentos da nota de repúdio publicizada pelo Conselho Federal de Administração após a repercussão do post de Clay.

A nota de repúdio do CFA classifica o episódio como “abominável” e “lamentável”. A autarquia diz ainda que “O direito constitucional de Marcos Clay à livre expressão não pode ofuscar ou suprimir outros direitos coletivos e individuais, também constitucionais. Tolerância zero com tal atitude é o clamor da sociedade e a posição do CFA” (G1 ACRE, 2016, online). A nota dá a entender que foi escrita como resposta às cobranças feitas pela sociedade civil diante do ocorrido, o que nos leva à subcategoria analítica “Reação ao insulto racista”. Pensando a partir de Moreira (2019), o posicionamento apresentado na nota vai contra o equívoco de adotar uma perspectiva liberal ao olhar para o conceito de liberdade de

expressão.

Em diálogo com Alan Freeman, o autor observa que, quando adotada a partir de uma perspectiva liberal, a ideia de liberdade de expressão representa exclusivamente a perspectiva do opressor. Moreira (2019) argumenta que o sistema democrático não deve dar vazão a todo tipo de discurso porque, sobretudo em uma sociedade como a brasileira, que alimenta há décadas a ideia de uma neutralidade racial, essa postura permitiria que o discurso de ódio fosse classificado como mera grosseria, prejudicando as vidas de minorias raciais em diferentes níveis sem nenhum tipo de questionamento ou responsabilização de quem é racista.

A nota do Conselho Federal de Administração é finalizada da seguinte forma:

Além de nos posicionarmos contra o ódio, a discriminação e a desvalorização da mulher e do negro, em face de uma conduta pessoal e isolada de um de nossos membros, adotaremos imediatas providências internas jurídicas e administrativas para apurar as reais circunstâncias do abominável episódio. (G1 ACRE, 2016, online)

A afirmação de posicionamento contrário ao ódio, à discriminação e à desvalorização da mulher e do negro realça o lugar específico ocupado por mulheres negras, aquele de “Outra” da alteridade, nos termos de Kilomba (2019). Apesar da explicitação de tal posicionamento, a frase seguinte faz questão de negritar que o caso diz respeito a uma “conduta pessoal e isolada” de um membro do Conselho, isto é, o registro busca ratificar que o CFA não teria nenhum tipo de responsabilidade sobre o ocorrido. Já a sentença “adotaremos imediatas providências internas jurídicas e administrativas para apurar as reais circunstâncias do abominável episódio” parece insinuar que existiriam motivações plausíveis para a feitura do post.

A terceira e última notícia publicada no *Gl Acre* sobre o caso — “*Após comentário racista, membro do CFA se retrata com goleira da seleção*” (NASCIMENTO, 2016, online) — fala sobre a leitura de uma nota de retratação feita por Marcos Clay em um evento do Conselho Federal de Administração realizado em Salvador (BA). A primeira parte do texto jornalístico diz:

Após comentário racista, membro do CFA se retrata com goleira da seleção
Marcos Clay fez postagem racista usando nome da goleira Bárbara Micheline. Nota foi lida durante Convenção do Sistema CFA/CRAs, em Salvador.

Após o membro do Conselho Federal de Administração (CFA) Marcos Clay usar a foto da goleira da seleção brasileira feminina de futebol, Bárbara Barbosa, e comentar: “Eu odeio preto, mas essa goleira do Brasil tinha chance”, ele fez uma retratação durante um evento do CFA/CRAs em Salvador (BA), na quinta (18).

Em entrevista ao GloboEsporte.com, nesta quinta-feira (19), Bárbara disse que chegou a chorar quando soube da postagem. A goleira falou que conversou com a família e que nada iria atrapalhar seus sonhos e objetivos.

O comentário gerou uma repercussão negativa e fez com que o CFA emitisse uma nota, no último dia 14, para repudiar o episódio envolvendo o membro do Acre.

Em seu discurso no evento, o conselheiro afirmou que reconheceu o comentário como injustificável, falho e de cunho racista. Clay relata que percebeu que tinha ofendido várias pessoas e decidiu se retratar. Além da goleira, a nota é direcionada a todos homens e mulheres negras do Brasil.

“Vocês devem me conhecer através das redes sociais recentemente devido a um post reconhecidamente de cunho racista, que só percebi a profundidade e as consequências depois de perceber a quantidade de pessoas que magoei”, detalha.

Clay disse ainda que está disposto a aceitar todas as consequências jurídicas e legais do ato. A CFA instaurou uma comissão de ética para apurar o caso e durante o período, de aproximadamente três meses, o conselheiro deve ser afastado do cargo de diretor.

“Tenham certeza que se antes existia em mim alguma ideia preconceituosa construída no dia a dia e transmutada em pseudo-brincadeiras, que agora vejo as consequências na vida real das pessoas, hoje tenho consciência do preconceito e do racismo no nosso país e no nosso Estado do Acre”, disse. (NASCIMENTO, 2016, online, grifos da autora)

Nota-se, portanto, uma mudança no tom adotado por Clay, executando o último movimento geralmente feito por quem é flagrado sendo racista no Brasil: em caso de repercussão midiática, (às vezes) pede desculpas. Se no primeiro texto analisado, ele se mostrou extremamente incomodado com as reclamações das/os “melindradas/os” e reclamou da “polêmica” gerada pelas pessoas em relação à sua fala — sem entender o porquê de tamanha repercussão, já que, segundo ele, não teria se referido a ninguém em específico e não poderia ser racista por ter amigos negros e ser casado com uma mulher negra —, na terceira notícia, Marcos Clay assumiu postura contrária, a ponto de admitir, pelo menos em tese, o racismo presente em sua postagem e se desculpar pela fala que reconhece ter atingido não apenas Bárbara Micheline, mas “todos homens e mulheres negras do Brasil” (NASCIMENTO, 2016, online).

É sintomático e revelador que Clay tenha dito que só percebeu a “profundidade” — lê-se gravidade — do conteúdo do post após perceber a quantidade de pessoas que “magoou”. Assim, é possível afirmar que, se o caso não tivesse repercutido nacionalmente e, principalmente, gerado reações críticas e cobranças impulsionando o pronunciamento do Conselho Federal de Administração, Marcos Clay (que afirma ter recebido ameaças de morte após a repercussão da postagem racista) prosseguiria afirmando não haver nada de problemático naquilo que ele mesmo classificou tardiamente como “um post reconhecidamente de cunho racista” (NASCIMENTO, 2016, online).

Além disso, a escolha do verbo “magoar” revela o modo como o conselheiro do CFA

entende as questões de denúncias de casos de racismo. Parece tratar-se, para ele, exclusivamente de uma questão de cunho sentimentalista, ligado ao modo como as pessoas negras se sentem diante de insultos raciais. Conforme o raciocínio de Clay, portanto, em um primeiro momento, não há, por parte das vítimas, a capacidade interpretativa para entender uma simples e inocente brincadeira; essas mesmas pessoas são “melindradas” por reclamarem; e, por fim, são facilmente magoáveis, sensíveis demais. A atribuição de caráter emocional às denúncias presentes nas falas de excluídas/os é um mecanismo de defesa e silenciamento do modo paternalista de reação (GONZALEZ, (2020 [1979]).

Sob essa ótica, o racismo é apenas uma questão pessoal, um problema exclusivo das vítimas, ligado aos seus sentimentos — ora exagerados, ora equivocados, nunca legítimos. Não é um sistema de dominação que organiza e estrutura toda a vida em sociedade e que, inclusive, garante benesses para as/os lidas/os socialmente como brancas/os. A ideia de que o racismo se limita a falas ou atos isolados ou ainda a “melindres” das vítimas desvia propositalmente a atenção do que o racismo realmente é: sistema de poder que estrutura instituições e relações sociais (ALMEIDA, 2018), sintomática da neurose da cultura brasileira (GONZALEZ, 2020 [1983]) que informa os modos como se dão as relações de gênero em sociedades multirraciais (CARNEIRO, 2011, online); e dos efeitos que ele produz no cotidiano de pessoas negras historicamente: influência negativa nos modos como especialmente crianças e mulheres se veem e são percebidas e tratadas socialmente (GOMES, 2020 [2006]; COLLINS, 2019; BUENO, 2020; SOUZA, 2019 [1983]). O texto jornalístico menciona ainda uma entrevista concedida por Bárbara Micheline ao *Globo Esporte* (RJ) na qual afirmava ter chorado ao tomar conhecimento da postagem racista escrita a seu respeito, mas que nada atrapalharia seus sonhos e objetivos.

3.4.2 Caso Ediane Caetano

O segundo caso de insulto racista foi noticiado em dois textos que integram o *corpus* desta pesquisa: “*Após divulgação de ensaio fotográfico nu, miss sofre ataques racistas e presta queixa no Acre: 'cabelos de bucha'*”, publicado dia 18 de setembro de 2017 no site *GI Acre* e assinado por Luan Cesar, e “*‘Cabelo de bucha’: acreana faz ensaio sensual e sofre ataques racistas*”, assinado por Ton Lindoso e publicado dia 19 de setembro de 2017 no site *ContilNet Notícias*. As notícias foram escritas após a divulgação do resultado do ensaio fotográfico protagonizado pela miss beleza negra 2016 Ediane Caetano na rede social digital

Facebook.

O início do texto publicado no *GI Acre* é o seguinte:

Após divulgação de ensaio fotográfico nu, miss sofre ataques racistas e presta queixa no Acre: ‘cabelos de bucha’

Ediane participou de ensaio fotográfico para retratar beleza e sensualidade da mulher grávida.

Após ser hostilizada na internet, jovem prestou queixa e ingressou com ação cível.

Após participar de um ensaio fotográfico nu, realizado no início deste mês, e divulgar o resultado nas redes sociais, a estudante e Miss Beleza Negra 2016, Ediane Caetano, de 21 anos, sofreu ataques racistas de internautas no Acre. As ofensas, feitas por meio de comentários na publicação da jovem, começaram pouco depois de o trabalho ser divulgado na mídia.

“Sou obrigado a achar negra dos cabelos de bucha uma lindeza!!”; “Que mulher horrível”. Essas foram algumas das frases pejorativas destinada a jovem (*sic*) em uma página no Facebook. Após saber das ofensas, a estudante registrou um boletim de ocorrência na Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (Deam) e ingressou com uma ação cível contra o internauta. (CESAR, 2017, online)

Já o texto publicado no *site ContilNet Notícias*, integralmente reproduzido abaixo, é uma espécie de resumo da notícia do *GI Acre*:

“Cabelo de bucha”: acreana faz ensaio sensual e sofre ataques racistas

Horrível, ‘cabelo de bucha’. Esses foram alguns dos termos que a estudante e Miss Beleza Negra 2016, Ediane Caetano, de 21 anos, recebeu na Internet após divulgar fotos suas oriundas de um ensaio sensual.

O trabalho, que tem como objetivo mostrar a beleza de uma gestante negra, foi alvo de reações intolerantes. “Sou obrigado a achar negra dos cabelos de bucha uma lindeza?”; “Que mulher horrível” foram algumas das frases encontradas nos comentários.

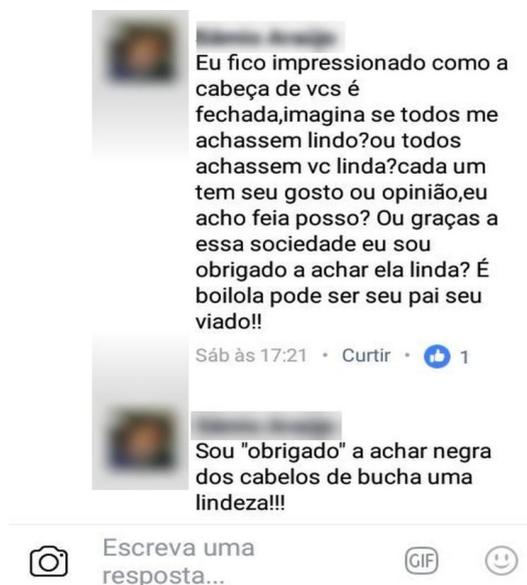
Ao G1, ela comentou os ataques. “Me agrediram de forma brutal. Nunca fui atrás de confusão com ninguém, jamais humilhei ninguém para conseguir o que quis. Fiquei chocada. [...] É inadmissível lidar com essa intolerância no século XXI”.

Ediane registrou um boletim de ocorrência na Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (Deam) e acionou o responsável pelo comentário judicialmente.

Veja comentários: (LINDOSO, 2017, online)

Ambas as notícias denunciam o caráter racista dos comentários presentes na publicação feita na rede social digital *Facebook*. Um dos prints apresentados nas duas notícias é o que segue abaixo:

Figura 2 — Comentários do caso Ediane Caetano



Fonte: *ContilNet Notícias e G1 Acre*

Nota-se, pela imagem acima, que a pessoa que escreveu as falas racistas considera seus comentários uma questão de liberdade de opinião, de achar ou não uma pessoa com determinado fenótipo bela ou feia. No entanto, como se pode perceber no segundo comentário, a atribuição do sentido de feiura à aparência de Ediane Caetano está estritamente vinculada a dois elementos: a cor da pele e a textura capilar. Nesse sentido, considerando a subcategoria analítica “Alvo do insulto racista”, o comentário “Sou ‘obrigado’ a achar negra dos cabelos de bucha uma lindeza!!!” (CESAR, 2017, online; LINDOSO, 2017, online) denuncia que a pele negra e o cabelo crespo distanciam a modelo do ideal de beleza adotado pela pessoa que escreveu o comentário. A marcação das duas características fenotípicas no comentário não deixa dúvidas quanto ao seu teor racista.

Conforme Moreira (2019), a associação dos cabelos crespos a produtos de limpeza, a exemplo das buchas utilizadas para lavar louças, é comum quando há intenção racista de ofender pessoas negras. No pensar do autor, a estética é um dos principais alvos do racismo recreativo, de modo que essas/es sujeitas/os permanecem sendo vítimas de micro-insultos cujas denúncias são desqualificadas socialmente, afinal, “é só uma brincadeira”. Na mesma direção, Machado, Lima e Neris (2016) ressaltam que, na pesquisa feita pelas autoras em processos judiciais, atributos estéticos, principalmente capilares, eram alvos comuns das agressões racistas. Além disso, como já apontado, a própria referência à cor/raça da vítima é

por vezes usada como suficiente para ofendê-la. No comentário reproduzido nas matérias jornalísticas aqui analisadas — “Sou ‘obrigado’ a achar negra dos cabelos de bucha uma lindeza!!!” —, os dois mecanismos estão presentes, uma vez que o autor do comentário tanto menciona a palavra “negra” quanto a expressão “cabelo de bucha” ao negar a existência de beleza na vítima.

Já pensando na subcategoria analítica “Reação ao insulto racista”, a fala de Ediane Caetano revela o choque sentido por ela ao vivenciar a situação representada nos textos:

“Recebi muitos comentários positivos, mas também vieram os negativos, quando fui hostilizada. Me agrediram de forma brutal. Nunca fui atrás de confusão com ninguém, jamais humilhei ninguém para conseguir o que quis. Fiquei chocada. Mesmo após 130 anos de abolição da escravatura, ainda existe gente com pensamento racista. É inadmissível lidar com essa intolerância no século XXI”, lamenta Ediane. (CESAR, 2017, online)

Ao G1, ela comentou os ataques. “Me agrediram de forma brutal. Nunca fui atrás de confusão com ninguém, jamais humilhei ninguém para conseguir o que quis. Fiquei chocada. [...] É inadmissível lidar com essa intolerância no século XXI”. (LINDOSO, 2017, online)

Ao dizer “Mesmo após 130 anos de abolição da escravatura, ainda existe gente com pensamento racista. É inadmissível lidar com essa intolerância no século XXI”, a fonte identifica na vivência da violência racista lançada sobre si a continuidade do sistema de dominação que é o racismo. Como visto nos capítulos teóricos deste trabalho, a abolição da escravatura não implicou o fim de tal sistema (GONZALEZ, 2020 [1979; 1982; 1983]); CARNEIRO, (2011 [2000; 2002]; 2011, online; 2020 [1985; 2002; 2003]); BUENO, 2020; SOUZA (2019 [1983]); NASCIMENTO, 2016 [1978]; NASCIMENTO, 2003).

Ainda mais em um país como o Brasil, que não se admite racista, a despeito dos indicadores socioeconômicos e das vivências de pessoas negras mostrarem o oposto, as dinâmicas raciais não estão livres “do pensamento racista” em que se ancoram e pelo qual são legitimadas as relações de poder. O texto jornalístico publicado no *G1 Acre* relata que, mesmo com o apoio de outras pessoas que condenaram os ataques racistas, um dos internautas continuou insultando-a: “Mesmo advertido por outra pessoa de que estava praticando preconceito, o rapaz afirmou: ‘preconceito não, pós-conceito! É feia igual a você’” (CESAR, 2017, online).

O choque relatado pela fonte nos leva de volta à explicação de Kilomba (2019) quanto aos impactos do racismo cotidiano nas vidas de pessoas negras. Segundo a autora, o racismo cotidiano reatualiza o trauma do colonialismo no plano individual e coletivo, sendo o acúmulo

de eventos violentos que revelam um padrão histórico de abuso racial relacionado à violência racista e às memórias coletivas do trauma colonial. A sensação de choque e imprevisibilidade é o primeiro aspecto que caracteriza o racismo como um trauma clássico para pessoas negras, pois mesmo que a violência racista seja esperada é comum que a vítima não consiga assimilá-la a depender da intensidade, de modo que o choque é a única resposta que consegue elaborar na hora.

O choque provoca o segundo aspecto que faz do racismo cotidiano um trauma para pessoas negras: sentimento de ruptura, corte e perda, porque o choque inesperado e quase sempre paralisante rompe as conexões da vítima com a sociedade. A fala de Ediane aponta para isso quando a fonte afirma “Me agrediram de forma brutal. Nunca fui atrás de confusão com ninguém, jamais humilhei ninguém para conseguir o que quis. Fiquei chocada” (CESAR, 2017, online). Por fim, outro aspecto que pode ser percebido é o da atemporalidade. Ele diz respeito ao modo como o racismo (elemento do presente) coincide com o colonialismo (elemento do passado). Na fala da fonte Ediane Caetano representada na matéria jornalística é possível perceber essa relação quando ela recupera a abolição da escravatura como um momento de transição entre dois momentos históricos distintos, mas ao mesmo tempo observa que a lógica racista prevalece em ambos.

O autor do texto ressalta ainda: “Ediane enfatiza que mesmo com a dignidade ferida, ela não deixou com que as agressões tirassem a coragem de enfrentar a situação constrangedora” (CESAR, 2017, online). Tanto na fala da fonte quanto na representação construída pelo jornalista com base na entrevista de Ediane Caetano, a denúncia é apontada como reação necessária ao enfrentamento do “preconceito”:

“[...] Não vou baixar a cabeça, é por isso que existe preconceito hoje, porque as pessoas não lutam pelos seus direitos, mas vou lutar pelo meu. Como mulher, mãe e negra me senti ofendida, justamente pelo momento que estou passando [a gravidez]”, enfatiza a universitária.

Ediane conta ainda que ficou abalada com a situação que classifica como inadmissível. Ela lembra que o racismo ainda é recorrente na sociedade, mas que casos como o dela não são solucionados por falta de denúncia.

“Essa questão é pouco discutida, mas muito séria. Espero que se faça justiça. Não sei se, por meio da minha denúncia, vou mudar alguma coisa, mas vou confiar nas instituições”, finaliza. (CESAR, 2017, online)

Um ponto que chama atenção no caso representado nas duas notícias aqui analisadas é que, conforme a matéria publicada no *GI Acre*, Ediane Caetano entrou com uma ação cível contra o agressor, isto é, ela não o denunciou por injúria racial (ação penal) que, como visto

anteriormente, é um tipo de crime previsto no Código Penal e cuja punição é reclusão de um a três anos e multa. Isto significa que as ofensas direcionadas a ela não foram denunciadas/tratadas judicialmente como crimes com motivação e finalidade racistas. Os textos jornalísticos, por sua vez, não explicam o porquê, se por uma decisão da vítima, da/o delegada/o que recebeu a denúncia, se por falta de conhecimento dos instrumentos legais.

Além disso, denunciar crimes de racismo e injúria racial é fundamental no sentido de buscar responsabilização de suas/seus autoras/es. Porém, a punição não é solução única e efetiva para o problema (MACHADO, LIMA, NERIS, 2016; ALMEIDA, 2018), uma vez que há formas diversificadas de se cometer racismo que não são especificadas nos dispositivos legais e, conseqüentemente, não são compreendidas nem tratadas como tal. Como mostram Machado, Lima e Neris (2016), nem mesmo os tipos penais relativos a crimes resultantes de preconceito de raça/cor nem os que dizem respeito a crimes de injúria qualificada têm garantido punição para quem os pratica.

A criminalização dos atos também não é capaz de, sozinha, modificar radicalmente os modos como pessoas negras são vistas e tratadas socialmente, já que, como nos lembram Almeida (2018), Borges (2012), Bueno (2020), Collins (2019), Hall (2016), hooks (2019b), Moreira (2019), entre outras/os, há uma ampla rede de representações partilhadas socialmente sobre as/os integrantes desse grupo como moral e intelectualmente inferiores, propensos à criminalidade, excessivamente sexuais e assim por diante.

Nesse sentido, considero que o episódio vivenciado por Ediane Caetano aponta sim para uma experiência de racismo antinegro, mas seu modo de pensar a relação denúncia/solução dos casos de racismo não condiz com a realidade brasileira, uma vez que desconsidera que esse sistema de dominação informa inclusive o modo como os instrumentos legais serão operados, mesmo que teoricamente, em favor das minorias.

3.4.3 Caso Gleici Damasceno

O terceiro caso analisado diz respeito a ofensas racistas dirigidas a Gleici Damasceno, enquanto ela participava da décima oitava edição do *reality show* Big Brother Brasil. O assunto foi noticiado em dois textos: “*Após ataque, ativistas vão ao MPF e pedem punição a comentários racistas contra Gleici*”, publicado dia 20 de fevereiro de 2018 no site *ContilNet Notícias* e assinado por Astorige Carneiro; e “*Comissão pede que MPF-AC apure injúria racial contra Gleici, do BBB 18, após sister ser chamada de ‘macaca’*”, assinado por Quésia

Melo e publicado dia 21 de fevereiro de 2018 no *site GI Acre*.

Considerando a subcategoria analítica “Alvo do insulto racista”, os textos destacam: “Na rede social Twitter, um usuário criou o perfil @GleiciMacaca, onde na biografia era possível ler que ‘Ana Paula saiu, mais (*sic*) essa preta petista não ganha’” (CARNEIRO, 2018, online, grifo do autor); “Os grupos de movimentos sociais decidiram procurar os órgãos competentes após Gleici ser chamada de ‘macaca acreana’ em um perfil criado no twitter” (MELO, 2018b, online). A Figura 3 foi publicada na matéria do segundo *site*:

Figura 3 — Perfil do caso Gleici Damasceno



Fonte: *GI Acre*

A descrição apresentada no texto do *site ContilNet Notícias* e visualmente na matéria do *GI Acre* (por meio do print) explicita que a ofensa racista dirigida a Gleici Damasceno tinha como alvo a cor de sua pele, descrita como preta, além de aproximar a vítima à condição animal, dois mecanismos recorrentes em casos de injúria racial (MACHADO, LIMA, NERIS, 2016; MOREIRA, 2019). Ofender pessoas negras comparando-as a macacos é uma forma de atacar sua humanidade. Esse tipo de ofensa reforça a ideia de que elas não são aptas a participar da vida social tal qual pessoas brancas, uma vez que, sob a égide racista, são entendidas como inferiores às/aos brancas/os, verdadeiros seres humanos. Assim sendo, negras/os são entendidas/os como indignas/os de ter o mesmo nível de direitos e atuação social que brancas/os (MOREIRA, 2019).

Mesmo na construção de personagens de programas televisivos humorísticos, observa o autor, os trejeitos daqueles interpretados por pessoas negras por vezes são marcados por gestos e expressões que remetem a esse animal. Em seus termos,

Imanente à comparação de negros a animais está a pressuposição de que eles são seres destituídos de racionalidade. O humor racista se manifesta em muitos casos de injúria envolvendo piadas para expressar a ideia de que negros não são capazes de se

comportar de forma racional, requisito para que indivíduos possam ser reconhecidos como pessoas capazes de comportamento moral adequado. Obviamente, comparar um grupo de pessoas a animais, negar que elas possam ser vistas como seres racionais, significa negar a própria humanidade desses indivíduos, implica não serem agentes sociais capazes. Esse substrato cultural emerge em várias piadas contadas no espaço público e no ambiente laboral, ocasiões nas quais alguém utiliza o humor racistas para reproduzir a ideia da inferioridade moral constitutiva de pessoas negras em relação a pessoas brancas. (MOREIRA, 2019, posição 1105-1109)

A explicação elaborada pelo autor tem proximidade com as elaborações teóricas de Collins (2019), Bueno (2020), Hall (1997; 2016), entre outras/os, ao sublinhar que a construção de representações ora estereotipadas, ora fetichizadas sobre pessoas negras colaboram para a construção dessas/es sujeitas/os como o “Outro” da sociedade, situação ainda mais agravada quando se trata de mulheres negras, em razão da interconexão entre os sistemas de dominação de raça, gênero, sexualidade, classe etc. Comparar pessoas negras a animais em um país onde pessoas negras foram escravizadas graças a concepções de mundo racistas jamais será um ato livre dos sentidos relacionados a esse histórico.

Com relação à subcategoria analítica “Reação ao insulto racista”, os textos jornalísticos me permitem inferir que sua escrita foi motivada justamente pela resposta ante a postagem racista:

Diante destas e de outras manifestações claramente racistas, representantes da promoção da igualdade racial no Acre se uniram para tentar trazer à Justiça os autores destes comentários e perfil. Nesta terça (20), Almerinda Cunha (do Departamento de Igualdade Racial da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos – Sejudh) e Elza Lopes (titular da Secretaria Adjunta de Promoção da Igualdade Racial – Seadpir) compareceram à sede do Ministério Público Federal (MPF) para juntar forças nessa missão.

[...]

Recebidas na Procuradora (*sic*) Regional dos Direitos do Cidadão do MPF, Elza e Almerinda também entregaram à procuradora Luciana Cardoso Bogo um documento redigido e aprovado pelo Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial do Acre sobre o assunto, além de evidências como os prints das ofensas direcionadas à Gleici. (CARNEIRO, 2018, online, grifo meu)

Uma comissão pediu que o Ministério Público do Acre (MP-AC) e o Ministério Público Federal (MPF-AC) apurem o crime de injúria racial contra a acreana Gleici Damasceno que está confinada na casa do Big Brother Brasil.

Os grupos de movimentos sociais decidiram procurar os órgãos competentes após Gleici ser chamada de “macaca acreana” em um perfil criado no twitter. Ao G1, o MPF-AC informou que a representação foi entregue na terça-feira (20) na Promotoria Regional dos Direitos do Cidadão e o caso deve ser analisado.

O documento foi assinado por representantes da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh), Secretaria Adjunta de Políticas de Promoção da Igualdade

Racial (Seadpir) e Departamento de Promoção de Igualdade Racial (Dpir). (MELO, 2018b, online)

Em ambos os textos, as fontes ressaltam que Gleici Damasceno era presidente do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial. No texto publicado no *site ContilNet Notícias*, Almerinda Cunha aponta para o racismo presente na postagem, enquanto, na matéria do *GI Acre*, Elza Lopes negrita outros aspectos das vivências de Gleici Damasceno no *reality show*:

“Gleici é presidente do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial. Ela está sendo atacada, os direitos humanos dela estão sendo violados. Essa ida da acreana ao BBB tem mostrado como o racismo ainda está forte na sociedade. E isso é um reflexo de tudo que nós, mulheres negras, sofremos cotidianamente. Essa rejeição, esses ataques, tudo isso infelizmente é uma realidade”, destacou Almerinda. (CARNEIRO, 2018, online)

“Desde que a Gleici entrou no BBB ela vem sofrendo. A gente percebe que ela sofre alguns ataques de racismo e menosprezo tanto na casa como fora e nas redes sociais. Ela foi chamada de ‘macaca’ e há ainda internamente os comentários de ‘será que o Acre existe’ que destrói a autoestima das pessoas e o direito humano dela está sendo violado”, afirma Elza Lopes, secretária de Promoção de Igualdade Racial de Rio Branco. (MELO, 2018b, online)

A fala de Almerinda Cunha aproxima-se do que Kilomba (2019) define como racismo cotidiano. Como discutido anteriormente, a definição diz respeito à reatualização constante do trauma do colonialismo imposto a pessoas negras, tanto individual quanto coletivamente; trata-se do acúmulo de acontecimentos violentos que revelam um padrão histórico de abuso racial combinando violência racista e trauma colonial. Ao afirmar que a violação dos direitos humanos de Gleici Damasceno reflete as vivências cotidianas de mulheres negras em relação a rejeições e ataques, a fonte Almerinda Cunha amplia a discussão apresentada na matéria jornalística, dando a ver que o post racista materializa dinâmicas sociais recorrentes, naturalizadas e invisibilizadas e que, portanto, não são casos isolados.

Já a fala de Elza Lopes frisa que os “ataques de racismo e menosprezo” direcionados a Gleici Damasceno partem tanto de dentro quanto de fora da casa na qual o *Big Brother Brasil* é gravado. Ao denunciar a perversidade da comparação da participante do *reality show* a uma macaca, a fonte do texto jornalístico chama atenção aos prejuízos que essas atitudes impõem à construção de uma autoestima positiva por parte das pessoas negras. Conforme já apontado a partir de Neusa Souza (2019 [1983]), as investidas de uma sociedade ideologicamente branca

sujeitam pessoas negras ao chamado “mito negro”, que consiste na construção da/o negra/o como oposta/o à/ao branca/o, ser de referência.

O exotismo e a feiura são duas das principais características relacionadas ao mito negro. Nesse sentido, o mito também se ancora na lógica de pensamento binário que produz mulheres negras como o “Outro” da sociedade, na medida em que a marcação dessas sujeitas como oposto das pessoas brancas garante que essas últimas permaneçam tendo a exclusividade quanto à humanidade plena, o ideal de beleza, inteligência, aptidão para participação social, alcance de direitos e assim por diante. A introjeção do mito negro afeta a organização psíquica de pessoas negras que, ao buscarem negar toda “mancha negra” (SOUZA, 2019 [1983]), se colocam em uma dinâmica de retraimento, autodesvalorização e ansiedade fóbica. Por isso, a vida de pessoas negras com seus corpos e seus cabelos aponta para o devir entre rejeição/aceitação apontado por Gomes (2020 [2006]).

Ainda nessa direção, outro excerto do texto publicado no *site ContilNet Notícias* se destaca:

“A Secretaria de Promoção da Igualdade Racial se preocupa extremamente com estes casos. Não podemos aceitar que ninguém seja comparado a um animal. Isso constitui violação de direitos, e isso apenas integra o longo histórico de comparações feitas entre negros e coisas tidas como ‘feias’ pela sociedade. Quem cometeu esse ato precisa ser encontrado para responder pelo seu crime. Se deixarmos este caso passar, isso só irá criar um precedente para que outras pessoas façam a mesma coisa achando que não vai haver algum tipo de punição”, afirmou Elza. (CARNEIRO, 2018, online)

A insistência de Elza Lopes em denunciar e problematizar a comparação de pessoas negras a macacos e a associá-las à feiura reitera o exposto por Souza (2019 [1983]) quanto ao mito negro, amplamente difundido por meio de representações e discursos. Nesse diapasão, Moreira (2019) explica que a negritude é construída como antítese da branquitude, de modo que “Se esta é associada a traços socialmente prestigiados, a negritude representa aquilo que não pode ser moral e esteticamente apreciado.” (MOREIRA, 2019, posição 1115). Novamente é possível associar a fala da fonte ao pensamento binário e às imagens de controle, por meio das quais a mulher negra é colocada em oposição a tudo o que é considerado adequado (COLLINS, 2019; BUENO, 2020).

Quanto à subcategoria analítica “Definição da injúria racial”, os textos dizem:

“A conduta praticada configura o crime de injúria racial. Sendo assim, será instaurado um procedimento investigatório criminal para apurar a conduta. Ou seja,

para identificar o autor das postagens. Esse crime é previsto no Art. 140 (parágrafo 3º) do Código Penal. É importante destacar também que isto vai muito além de um ataque individual. Isso integra uma longa lista de ofensas não só na internet, e o Ministério é parceiro das ações que lutam pela promoção da igualdade racial e de gênero”, explicou Luciana à equipe da ContilNet.

A pena prevista para injúria racial é de reclusão (de 1 a 3 anos) e pagamento de multa. (CARNEIRO, 2018, online)

“Como ela está confinada não sabe o que está acontecendo aqui fora e isso nos motivou a procurar a Justiça. Também queremos que as pessoas vejam que o racismo e a injúria racial são crimes previstos em lei e inafiançável (*sic*)”, destaca. (MELO, 2018b, online)

A definição feita no texto publicado no *site ContilNet Notícias* localiza o tipo penal na lei e faz um movimento importante: por meio da fala da procuradora Luciana Bogo, fonte oficial da matéria, negrita que os casos de injúria racial não dizem respeito a ataques individuais. A interpretação da fonte, no entanto, não é tão comum nas cortes judiciais brasileiras, uma vez que os juristas afastam de forma significativa a injúria racial do racismo, partindo do entendimento de que um tipo penal se refere a crimes cometidos contra um indivíduo, com prejuízos à honra, à subjetividade da pessoa atingida, enquanto o outro tipo penal seria referente a crimes que atingissem todas as pessoas negras (MACHADO, LIMA, NERIS, 2016; MOREIRA, 2019).

O fato do texto jornalístico ora analisado apresentar o entendimento da procuradora da República no sentido de ressaltar que o insulto racista, ainda que dirigido a uma única pessoa, tem implicações sociais mais amplas é significativo. Do mesmo modo, ao dizer ao *GI Acre* “[...] quando a pessoa do perfil chama a Gleici de ‘macaca’ ela está ofendendo toda a população negra, sou negra e me sinto ofendida” (MELO, 2018b, online), a fonte Elza Lopes fortalece o entendimento apresentado pela fonte Luciana Bogo no outro texto. Quer dizer, as fontes partem de lugares diferentes, mas as suas falas representadas nos textos jornalísticos ajudam a construir sentidos da injúria racial como um crime que afeta toda a população negra, não apenas a pessoa à qual o insulto racista foi originalmente destinado.

3.5 Categoria temática 4 — Racismo

O único texto que integra a última categoria temática é “*No Acre, onde mais de 70% da população é negra, reconhecer – e abraçar – a própria negritude tornou-se ato de resistência*”, assinado por Astorige Carneiro e Márcia Parfan e publicado no *site ContilNet Notícias* dia 27 de novembro de 2018. Dentre todos os textos analisados nesta dissertação,

este é o maior, com seis sub-retrancas. Alguns elementos da matéria sugerem que sua escrita foi possibilitada por uma espécie de parceria entre a assessoria de comunicação do Ministério Público do Estado do Acre e o veículo aqui estudado. A primeira característica que me permite inferir isso é a frase “Com informações da assessoria de comunicação do MPAC”, escrita ao final do texto. Em se tratando de uma apuração feita espontaneamente pelos jornalistas do *site ContilNet Notícias*, a referida frase seria desnecessária. A segunda característica que me permite inferir a relação de parceria entre o *site* jornalístico e a assessoria do MPAC é a sub-retranca “Tolerância e democracia”, que foca nas ações do Ministério Público do Acre, semelhantemente a um *release*.

No que diz respeito à subcategoria analítica “Lugar de fala”, o texto apresenta, logo no primeiro parágrafo, uma construção de raciocínio que se irmana ao conceito:

No Acre, onde mais de 70% da população é negra, reconhecer – e abraçar – a própria negritude tornou-se ato de resistência

A escuta da pluralidade de falas se tornou essencial para dialogar sobre raça e preconceito no Brasil

Quais histórias não são contadas? Mesmo com a criação do Dia Nacional da Consciência Negra em 20 de novembro, ainda vivemos em um país onde o racismo e o preconceito se fazem presentes. Uma grande parte da população não recebe um lugar adequado de fala e menos ainda uma voz, seja ela por meio da mídia, órgãos públicos e diversas estruturas sociais para debater problemas tão urgentes como a perpetuação do racismo. (CARNEIRO, PARFAN, 2018, online)

A relação com o conceito de lugar de fala pode ser percebida porque o conceito diz respeito ao *locus* social ocupado por determinados grupos de pessoas. A filósofa Djamila Ribeiro (2017) explica, com base em Collins (1997), que se trata de pensar nos pontos de partida dos grupos. Isto é, pensar lugar de fala é pensar em um debate sobretudo estrutural, com foco nas condições sociais que permitem ou interditam o acesso de determinados grupos à cidadania. Nos termos da autora,

Não se trataria de afirmar as experiências individuais, mas de entender como o lugar social que certos grupos ocupam restringem oportunidades.

Ao ter como objetivo a diversidade de experiências, há a consequente quebra de uma visão universal. Uma mulher negra terá experiências distintas de uma mulher branca por conta de sua localização social, vai experienciar gênero de uma outra forma. (RIBEIRO, 2017, p. 63)

Ribeiro (2017) negrita que lugar de fala não diz respeito à fala em si, ao ato de emitir palavras, mas à possibilidade de existir, de problematizar os modos como os lugares

destinados socialmente a determinados grupos os aprisionam em espaços de subalternidade, de silenciamento. Porém, a última parte do excerto do texto jornalístico se refere ao escasso recebimento de lugar de fala e voz por grande parte da população. Essa concepção incorre em equívoco, pois dá a entender que a mídia e os órgãos públicos deveriam “dar voz” e “dar lugar de fala” aos grupos marginalizados. Como aponta Ribeiro (2017), todos temos lugar de fala, resta saber se somos ouvidos, inclusive pelas instâncias citadas no texto jornalístico ora analisado.

Pessoas negras, por exemplo, não precisam que o jornalismo dê voz a elas. Elas já têm vozes plurais que, por sua vez, necessitam ser ouvidas pelo jornalismo. Mulheres negras precisam ser enxergadas como sujeitas de histórias diversas que merecem ser representadas, como fontes que podem ocupar nas matérias jornalísticas o lugar de especialistas, pesquisadoras, intelectuais dentro ou fora da Academia, personagens de textos sobre os mais variados assuntos. Partindo da perspectiva apresentada por Collins (2019) e Bueno (2020) compreendemos que mulheres negras falam em seu nome por meio do processo de autodefinição; assumir ideia contrária seria encerrá-las mais uma vez em um lugar de não agência.

Parafraseando Kilomba (2019), grupos subordinados não são nem vítimas passivas nem cúmplices voluntários da dominação. Nesse sentido, perguntas como “Quem pode falar?”, “O que acontece quando nós falamos?” e “Sobre o que é nos permitido falar?”, feitas por Kilomba (2019) e retomadas por Ribeiro (2017), são mais profícuas no sentido de permitir que as discussões sobre lugar de fala avancem de modo efetivo, uma vez que discutir lugar de fala é pensar os modos como diferentes sistemas de dominação se articulam gerando interdição de determinados grupos em detrimento de outros.

Além da abertura do texto jornalístico, a primeira sub-retranca dele também pode ser aproximada ao conceito de lugar de fala:

“PROBLEMA DOS NEGROS”

Em entrevista ao Huffpost nacional, o ator e ativista Lázaro Ramos reafirmou a importância de saber ouvir as diferentes experiências de vida em um país tão miscigenado como o Brasil. A escuta da pluralidade das falas, de acordo com o artista, é importante para a construção de uma sociedade onde não se minimiza o preconceito enfrentado diariamente por pessoas negras de diferentes condições socioeconômicas.

“Acredito que a escuta é um lugar muito importante dos não negros para entender os outros lugares. (...) A questão da discriminação não deve ser um problema apenas dos negros. Essa é uma questão que faz parte da construção de país, da construção

das nossas humanidades, da potencialização das nossas relações políticas e culturais”, destacou Lázaro na entrevista. (CARNEIRO, PARFAN, 2018, online)

A fala de Lázaro Ramos, retirada de uma entrevista concedida a um veículo de circulação nacional, explicita a discussão que desenvolvi nos parágrafos anteriores. O ator negrita a importância de se ouvir as vozes das pessoas pertencentes aos grupos marginalizados ao mesmo tempo que ressalta que a luta contra o racismo não deve ser responsabilidade exclusiva de pessoas negras. Esse ponto é muito caro a meu ver. Considerando, por exemplo, a falta de diversidade racial nas redações jornalísticas do Brasil, sobretudo no que tange à ocupação de cargos de chefia, o engajamento de pessoas brancas com o antirracismo é imprescindível para mudanças efetivas em termos estruturais e de produção de conteúdo. Nesse sentido, considerar outros lugares de fala que não apenas endossem o confortável modo de pensar da hegemonia branca que estruturalmente se beneficia da engrenagem racista vigente no país da democracia racial é tarefa fundamental e árdua.

O excerto chama atenção ao fato de que falar pressupõe escuta. Quando alguém fala e outro alguém escuta, essa segunda pessoa demonstra um ato de autorização em direção à primeira de modo que “Alguém pode falar (somente) quando sua voz é ouvida. Nessa dialética, aquelas/es que são ouvidas/os são também aquelas/es que ‘pertencem’. E aquelas/es que não são ouvidas/os se tornam aquelas/es que ‘não pertencem’” (KILOMBA, 2019, p. 42-43). No que tange às relações raciais brasileiras, há muito tempo pessoas negras vêm falando do quanto o racismo afeta suas vidas cotidianamente, no entanto, o ouvido das pessoas brancas, beneficiárias do racismo, segue indisponível.

Kilomba (2019) articula o medo branco de ouvir o que a/o sujeita/o negra/o tem para revelar à noção de repressão elaborada por Sigmund Freud (1923), pois, por meio da repressão, ideias e verdades indesejáveis são tornadas inconscientes em razão da ansiedade, vergonha ou culpa que provocam na/o sujeita/o. Todavia, tais ideias e verdades permanecem latentes, podendo ser reveladas a qualquer momento. Nesse sentido, manter a/o sujeita/o negra/o em silêncio é estar protegido da obrigação de reconhecer o conhecimento da/o “Outra/o”, conforme a autora.

No que tange à subcategoria analítica “Racismo estrutural e institucional”, o texto traz as seguintes informações:

Entre estes conflitos, está o número alarmante da violência contra a população negra brasileira. De acordo com o Atlas da Violência 2018, que traz dados do Ministério

da Saúde, a taxa de homicídios envolvendo negros no Brasil passa por um crescimento exponencial, enquanto os assassinatos de não negros (brancos, amarelos e indígenas) seguiu na contramão e apresentou um menor número de ocorrências. De 2006 a 2016, último ano com dados disponíveis para o levantamento, a taxa de homicídios de indivíduos não negros diminuiu 6,8%. Neste mesmo período, a taxa entre a população negra saltou 23,1% e foi a maior registrada desde 2006, quando foi iniciada a pesquisa. Somando todas as raças, a taxa de homicídios cresceu 13,9% no mesmo período. (CARNEIRO, PARFAN, 2018, online)

A inserção dos dados logo após o parágrafo inicial do texto demonstra a tentativa de mostrar ao/à leitor/a da matéria jornalística os impactos sistemáticos gerados quando do silenciamento das demandas apresentadas pela população negra. Como aponta Moraes (2015), os dados são elementos vitais para o exercício jornalístico. Levantamentos relacionados à segurança pública, encarceramento e violência — como o Atlas da Violência, fonte dos dados utilizados na matéria — demonstram com bastante nitidez o abismo existente entre população negra (preta e parda) e branca no contexto brasileiro.

Há diferentes formas de se classificar o racismo para fins explicativos, didáticos e analíticos. No entanto, minha preocupação central é entender como esse sistema de dominação se articula em conjunto com outros afetando a vida de pessoas negras nas mais diversas instâncias, partindo da premissa de que ele é a principal sintomática da neurose da cultura brasileira (GONZALEZ, 2020 [1983]), de modo que as definições conceituais adquirem caráter didático e explicativo. A leitura do excerto do texto jornalístico acima me conduz à concepção estrutural do racismo. Afirmar que o Brasil é um país marcado por um racismo que é estrutural significa admitir de saída a hostilidade ostensiva sob a qual pessoas negras são colocadas cotidianamente. Implica admitir ainda que a responsabilização jurídica de pessoas que cometem atos racistas não é o bastante para que “a sociedade deixe de ser uma máquina produtora de desigualdade racial” (ALMEIDA, 2018, p. 39).

Silvio Almeida (2018) argumenta que as instituições materializam a estrutura social ou o modo de socialização do qual o racismo faz parte de forma orgânica, se retroalimentando. As instituições, nesse sentido, são racistas porque a sociedade da qual fazem parte também o é. Tomar o racismo como fenômeno estrutural é admitir que ele faz parte da ordem social, não sendo, portanto, criado pelas instituições, mas reproduzido por elas. Nos termos do autor,

Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são

derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. (ALMEIDA, 2018, p. 38)

Assim, para que práticas racistas não sigam sendo executadas dentro das instituições são necessárias ações antirracistas efetivas de enfrentamento. Além disso, a representatividade não é suficiente para resolver o problema do racismo, na visão de Almeida (2018), pois colocar poucas pessoas negras em espaços de poder e decisão não implica no fim do racismo praticado nas instituições. “Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas.” (ALMEIDA, 2018, p. 39). A lente ofertada pelo conceito de racismo estrutural nos ajuda a entender dados tão alarmantes como os apresentados na matéria jornalística aqui analisada, pois eles mostram como a violência se abate de forma diferente sobre negras/os e brancas/os.

A sub-retranca posterior continua a discussão focada em um viés sistemático do racismo abordando a realidade rio-branquense:

FALHA COLETIVA

Criada em 2013, a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Seadpir) surgiu para expandir a conscientização e o enfrentamento ao racismo em Rio Branco, no Estado do Acre. Junto com o órgão, também vieram a campanha “Rio Branco Sem Racismo” e o Disk Racismo, onde qualquer pessoa pode receber orientações sobre como proceder quando um crime dessa natureza ocorre.

Entretanto, logo se constatou que não bastava ter a campanha e o centro de apoio público para lidar com estas situações. Elza Lopes, de 56 anos e atual gestora da Seadpir, explicou que, durante estas atividades propostas, a consciência sobre a própria negritude de diversos participantes foi despertada: “De acordo com dados do IBGE, 72% da população de Rio Branco é negra, porém várias pessoas não se veem dessa forma”. (CARNEIRO, PARFAN, 2018, online)

O fragmento textual copiado anteriormente pode ser relacionado ao conceito de racismo institucional. O desenvolvimento do conceito representou um avanço para as relações raciais por evidenciar que o racismo transpõe a esfera da ação individual e por demonstrar que as relações raciais são relações de poder de um grupo sobre outro, o que só é possível quando o primeiro possui domínio do aparato institucional. O racismo institucional resulta do funcionamento das instituições, isto é, de práticas discriminatórias que conferem privilégios a determinados grupos em detrimento de outros. As instituições são instrumentalizadas por grupos raciais que as utilizam para impor seus interesses econômicos e políticos por meio de regras e padrões sociais (ALMEIDA, 2018).

A já mencionada exigência da “boa aparência” para concorrer a vagas de emprego, a

violência obstétrica lançada sobre mulheres negras ancorada em imagens de controle que as definem como capazes de suportar mais dor do que mulheres brancas, o tratamento diferenciado imposto a crianças negras e brancas ainda nos primeiros anos de vida escolar e a violência policial que tem como pele alvo a de pretos e pardos são alguns exemplos de como o racismo institucional se manifesta cotidianamente, pois colocam em destaque práticas discriminatórias baseadas na raça.

Voltando ao excerto do texto jornalístico em análise, o relato da fonte Elza Lopes explicita que a criação da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Seadpir) para conscientizar as pessoas e lidar com casos de racismo, a realização de uma campanha antirracista e a criação de um centro de apoio às vítimas não foram suficientes para lidar com o problema na capital do Acre. Esse movimento institucional pode ser compreendido como uma concessão do grupo que estava no poder, pois, conforme explica Almeida (2018),

Os conflitos intra e interinstitucionais podem levar a alterações no modo de funcionamento da instituição, que, para continuar estável, precisa contemplar as demandas e os interesses dos grupos sociais que não estão no controle. Desse modo, os conflitos e os antagonismos que afetam a instituição podem resultar em uma reforma que provocará a alteração das regras, dos padrões de funcionamento e da atuação institucional. (ALMEIDA, 2018, p. 32)

Nesse sentido, a criação da Seadpir e dos demais mecanismos pode ser entendida como estratégica na direção de, pelo menos, tensionar o padrão racista que permeava as relações na prefeitura da cidade de Rio Branco. Contudo, isso não significa a extinção do racismo na referida instituição, antes aponta para a lógica de funcionamento das instituições, dando a ver que sua coesão depende do quanto são capazes de absorver conflitos e que precisam constantemente passar por reformas para conseguir lidar com as demandas sociais, o que influencia na alteração de regras, padrões e formas de intervenção (ALMEIDA, 2018).

O texto jornalístico aqui estudado prossegue, discutindo os modos como o racismo estrutura as instituições sociais:

O racismo também se mostrou presente nos mais diversos locais de trabalho, onde as “posições de poder” – como chefias e cargos de confiança – geralmente são preenchidos por pessoas não negras. “Mas como trabalharíamos a questão do racismo se nem os próprios gestores tinham entendimento do que era racismo? Sendo que, por vezes, eles mesmos eram racistas sem saber? Muitas situações de racismo eram praticadas ‘sem que eles percebessem’. Quando a gente perguntava: ‘Você é racista?’, a maioria dizia que não. Esse é o grande problema do racismo no Brasil: as pessoas não admitem que são racistas e nem que o racismo existe”.

Sobre este ponto do trabalho realizado pela secretaria, Elza enfatizou à reportagem que este é o retrato do racismo institucional: quando os negros são privados de cargos e tomadas de decisões em locais de trabalho públicos ou privados.

“Nada mais é do que a falha coletiva das instituições. Quando a instituição pública tem uma falha coletiva que não permite que o cidadão acesse os serviços públicos oferecidos pela atual gestão. Quando uma mulher grávida e negra morre no parto por negligência, ou quando a polícia mata um jovem negro por racismo. Em Rio Branco, já houve muitos registros de casos assim: o Estado praticando racismo sem saber. Esse diagnóstico saiu da própria boca dos gestores que participaram das nossas oficinas”, disse Lopes. (CARNEIRO, PARFAN, 2018, online)

O diagnóstico representado no texto jornalístico a partir da fala da fonte Elza Lopes revela as dinâmicas do racismo brasileiro. O relato da fonte lança luz à necessidade de ofertar letramento racial às/aos gestoras/es, uma vez que para se combater o racismo é necessário primeiramente compreender seus modos de funcionamento e manutenção. Ao afirmar que “o grande problema do racismo no Brasil: [é que] as pessoas não admitem que são racistas e nem que o racismo existe”, a fonte toca um ponto central do funcionamento do racismo brasileiro, pois, como explica Elisa Nascimento (2003), a negação da existência do racismo e o silenciamento das denúncias de sua existência são efeitos do mito da democracia racial.

Os exemplos dados pela fonte no que tange à operação institucional do racismo — interdição de acesso de cidadãos a serviços públicos, morte de mulheres negras durante parto em razão de negligência médica, assassinato de jovens negros cometidos por policiais — são adequados na medida em que permitem ao/à leitor/a pensar em acontecimentos infelizmente comuns e até mesmo noticiados pelo jornalismo de forma constante e banal. Ao ofertar aos/às leitores/as exemplos bastante conhecidos de acontecimentos sociais informados pelo racismo em sua face institucional, o texto jornalístico ora analisado faz uso das estratégias didáticas que caracterizam esse tipo de conhecimento social (SILVA, 2014), retirando a discussão de um plano conceitual/abstrato e relacionando-a com o cotidiano da cidade.

Ainda nessa direção, o trecho abaixo, retirado da sub-retranca “Resgate da juventude negra”, aponta saídas para a violência que recai sobre jovens negros com idade entre 15 e 29 anos:

Além da conscientização, das oficinas e do trabalho realizado nos órgãos públicos, Elza voltou a destacar a importância do olhar voltado para a juventude periférica: “O esporte e a cultura recuperam muita gente, existem vários relatos de jovens resgatados da criminalidade. Se existir um olhar mais preciso para isso, com ações envolvendo os bairros de maior vulnerabilidade social, é possível ter um resultado maravilhoso. Colocar os jovens pra estudar, fazer pré-Enem... Ou seja, dar oportunidade para que eles conquistem seus próprios locais de fala e posições de poder”. (CARNEIRO, PARFAN, 2018, online)

Assim, a fala da fonte não se limita a apresentar um diagnóstico do que o racismo

produz nas vidas de pessoas negras, em especial os homens jovens, mas propõe exemplos de ações que precisam ser efetivadas no sentido de ofertar, aos jovens negros, outras possibilidades de caminhos por meio da educação, do esporte e da cultura. O texto traz ainda a sub-retranca “Tolerância e democracia”, a qual é dedicada basicamente a enfatizar a atuação do Ministério Público do Acre no que diz respeito à prevenção e ao enfrentamento do preconceito e da discriminação racial:

Estimulando o debate sobre oportunidades voltadas para a juventude negra do Estado, o Ministério Público do Acre (MPAC) vem desenvolvendo ações em favor da defesa dos direitos humanos, promovendo a prevenção e o enfrentamento ao preconceito e à discriminação racial.

Em outubro deste ano, quando foram celebrados os 50 anos da morte de Martin Luther King e os 130 anos da abolição formal da escravidão – tendo sido o Brasil o último país a abolir a escravidão –, o MPAC integrou uma iniciativa interinstitucional com foco, sobretudo, na promoção da igualdade étnico-racial.

Através da parceria entre Ministério Público do Estado do Acre (MPAC), por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), Universidade Federal do Acre (Ufac) e da Defensoria Pública do Estado, foi convidada para falar ao público acreano sobre o tema a ativista e conferencista internacional Djamila Ribeiro. (CARNEIRO, PARFAN, 2018, online)

Apesar de dizer que o MPAC tem desenvolvido ações pró-direitos humanos e contra o preconceito e a discriminação racial, o texto não explicita ações para além da promoção da palestra de Djamila Ribeiro, para a qual a matéria se volta:

Autora do livro “Quem tem medo do feminismo negro?” e mestra em Filosofia Política pela Universidade Federal de São Paulo, Djamila falou durante sua palestra na Ufac sobre assuntos ligados ao racismo e ao feminismo negro.

“É nosso papel contribuir para promover a mobilidade social, aumentando a liberdade de decidir sobre os destinos coletivos”, afirmou a ativista e escritora. Durante a fala, Djamila também destacou o problema da violência contra a população negra, e como isso destrói ainda mais as chances de sobrevivência no país.

“A relevância dessa problemática deve ser encarada como uma oportunidade e um desafio para pensarmos sobre as políticas públicas de promoção da igualdade em nossas sociedades”, disse.

Em uma época onde a intolerância tem tomado grandes proporções, o procurador-geral em exercício do MPAC, Sammy Barbosa Lopes, destacou a importância de ações como esta para incentivar a reflexão da sociedade sobre assuntos tão relevantes, que buscam formas de garantir o exercício pleno dos direitos. “Vivemos tempos de crises agudas, amplas, mas também de profundas contradições. Nos falta, porém, substituímos, em nosso dia a dia, a tolerância pela democracia”, disse Sammy. (CARNEIRO, PARFAN, 2018, online)

A representação construída no texto jornalístico acerca da palestra de Djamila Ribeiro, portanto, focou também em uma compreensão do racismo como sistema de dominação estrutural da sociedade, uma vez que as aspas colocadas no texto apontam para a necessidade

de aumento da mobilidade social que possibilite liberdade quanto aos destinos coletivos, bem como ao fomentar a importância da elaboração de políticas públicas para a promoção de igualdade racial. No mesmo sentido, as aspas atribuídas ao procurador-geral em exercício no MPAC à época, Sammy Lopes, negritam a importância de um ambiente social não apenas tolerante, mas democrático. Se, como explica Nascimento (2016 [1978]), a democracia brasileira se desenha conferindo exclusivamente ao elemento branco poder nos níveis social, político e econômico, pode-se afirmar categoricamente que com racismo não há democracia. Sueli Carneiro vai além ao afirmar que “com racismo e com sexismo não haverá democracia” (ESCOLA DO PARLAMENTO, 2020, online).

Considerando a subcategoria analítica “Negritudes acreanas e a categoria parda”, ao dizer que as atividades realizadas ajudaram muitos participantes a reconhecerem sua própria negritude, a fonte Elza Lopes toca em um ponto importante no que tange à construção identitária de pessoas negras no Brasil. No país em que vigora o mito da democracia racial combinado à ideologia do branqueamento, paira a ideia de que somos miscigenadas/os a ponto de ser impossível definir quem é negra/o e quem é branca/o (CARNEIRO, 2011 [2002]). Contraditoriamente, as representações partilhadas socialmente sobre pessoas negras são as piores possíveis, desde os sentidos atribuídos aos traços fenotípicos (GOMES, 2020 [2006]; MUNANGA, 2009 [1988]) até as definições externas lançadas sobre essas pessoas quanto às demais dimensões da vida (COLLINS, 2019; BUENO, 2020). Assim, a população deste país tem enorme dificuldade para descobrir-se (SANTANA, 2015) e tornar-se (SOUZA, 2019 [1983]) negra.

Além dos contornos nacionais quanto à lida com a questão racial, pesa o fato de que, como ressaltado pela fonte, a população acreana é majoritariamente negra, conforme o critério do IBGE, que considera negras todas as pessoas autodeclaradas pretas e pardas. Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua feita em 2019, a população residente no Acre é formada por 80% de pessoas negras – sendo 74,1% pardas e 5,9% pretas. Esse dado faz do Acre o segundo estado mais pardo do país, ficando atrás somente do Amazonas, que tem 78,7% de sua população autodeclarada assim.

O alto índice de autodeclaração de pessoas como pardas pode nos ajudar a compreender o diagnóstico feito pela fonte Elza Lopes ao dizer que a despeito da alta taxa de pertencentes à população negra, “várias pessoas não se veem dessa forma”. A categoria “parda” está longe de ter algum tipo de consenso. Nascimento (2016 [1978]) argumenta que a

miscigenação no Brasil deu origem aos “produtos de sangue misto: o mulato, o pardo, o moreno, o parda-vasco, o homem-de-cor, o fusco” (NASCIMENTO, 2016 [1978], posição 889), de modo que, na lógica da miscigenação, o “mulato” encarna o primeiro passo em direção ao embranquecimento da população brasileira, tendo sido erigido como símbolo da democracia racial, na década de 1930.

A doutora em sociologia Verônica Daflon (2017) observa que, embora 43,1% das/os brasileiras/os tenham se autodeclarado pardas/os no censo demográfico feito em 2010, a categoria segue sendo um enigma. Muitas pessoas não se sentem confortáveis com a nomenclatura “parda/o”, reclamando, por vezes, o uso de termos como “morena/o”, “morena/o clara/o”, “morena/o escura/o”, “clara/o” etc, de acordo com Daflon. Contudo, dialogando com Edward Telles (1995), a autora considera a adoção da categoria “morena” imprópria, tendo em vista que a nomenclatura pode se referir a qualquer pessoa com cabelos escuros, não permitindo, portanto, nenhuma reflexão quanto à condição racial das/os autodeclaradas/os e suas implicações nos indicadores estudados. Ademais, a autora adota visão semelhante à de Kilomba (2019) ao sustentar que os termos “mulata/o” e “mestiça/o” carregam sentidos ambíguos, referências à raça e a animais. Isso explicaria em parte a preferência dos brasileiros pelo termo “moreno/a”: seria uma tentativa de desracializar a autodeclaração.

Diante disso, a alternativa de unir pretas/os e pardas/os na mesma categoria passou a ser sugerida pelos movimentos negros, a partir de um projeto político de valorização da identidade negra, especialmente a partir da década de 1980. Entretanto, a atualização seria problemática visto que, ao depararem com a possibilidade de escolher entre as categorias “negra” e “branca”, muitas pessoas que se viam como pardas optariam pela segunda opção, o que reduziria consideravelmente a proporção de população não-branca mensurada no levantamento censitário. Além disso, a alteração também agravaria as dificuldades existentes para entender como se dão as dinâmicas raciais no Brasil de forma mais minuciosa, entre os diferentes grupos de cor.

Nessa esteira, reconheço as problemáticas que envolvem o termo “parda/o”, sobretudo no que diz respeito aos motivos de sua origem em território brasileiro, o apagamento de povos indígenas e negros, a eugenia programada diante do violento processo de miscigenação engendrado no país. Contudo, na atual conjuntura, sustento que seu uso é fundamental, pois permite o diagnóstico das diferenças entre negras/os de pele clara e escura. Destaco o

pensamento de Verônica Daflon (2017) ao afirmar que a identidade “mestiça” ou parda não diz respeito à ausência de raça, mas designa a um tipo de identidade racializada específica.

Por outro lado, compreendo que a adoção da categoria, se acompanhada de letramento racial da sociedade brasileira pode assegurar que negras/os de pele clara sejam entendidas/os como negras/os, ou seja, como sujeitas/os racializadas/os, já que são submetidas/os a processos discriminatórios em razão da operação do marcador racial. Desse modo, tais sujeitas/os também podem ser alcançadas/os pelas políticas públicas que visam à equidade racial. Quanto a isso, pesquisas de indicadores socioeconômicos são fundamentais, pois evidenciam que o abismo no Brasil separa pretas/os e pardas/os de brancas/os, enquanto une os dois primeiros grupos.

Já no que se refere à subcategoria analítica “Vivências pessoais”, Elza Lopes ainda foi fonte de outra sub-retranca da matéria aqui analisada:

“AQUELA PRETA ERA EU”

Falando sobre a própria trajetória, Elza reconheceu a presença do racismo em suas cinco décadas de vida, inclusive no próprio âmbito de trabalho. “Eu mesma já sofri isso dentro da prefeitura, mas não vou dizer que foi ‘por maldade’ ou coisa do tipo. É culpa da cultura racista na qual crescemos. Negro no Brasil é um elemento suspeito até que se prove o contrário. Essa é uma premissa que não esquecemos nunca”, disse a secretária.

Além do preconceito enfrentado na vida adulta, Elza lembrou, com outro olhar, a vivência na juventude. No seio familiar, a presença de uma avó que não escondia a rejeição contra negros também marcou muito a formação da servidora pública.

“Em casa, a situação não contribuiu para o entendimento da minha própria negritude. Minha avó, uma mulher nordestina que se dizia branca, falava pra minha mãe: ‘Maria das Neves, não sei como você tem coragem de sair com essas três macacas’. No caso, as macacas eram eu e minhas duas irmãs”, revelou.

“Minha mãe sempre me dizia que eu era moreninha, e eu aceitava isso, não achava que era uma negação da minha identidade. Hoje, minha mãe e eu entendemos o que era aquilo: uma forma de defesa para que não sofrêssemos tanto. Tudo mudou quando eu me descobri negra”, disse a gestora.

Sobre a descoberta da própria negritude, Elza relatou que tudo aconteceu durante uma viagem a São Paulo, em um encontro que celebrou os 300 anos de imortalidade do Zumbi dos Palmares: “Fui por acaso, a convite de um amigo. Não imaginava que essa experiência mudaria toda a minha vida. Antes desse encontro, eu não acreditava que o racismo existia, e tudo que eu aprendi ali mudou a minha visão. Voltei para Rio Branco com outro entendimento do que era ser negro. Quando me olhei no espelho, percebi que aquela preta era eu. Era a Elza depois de ter absorvido a importância de lutar contra esse problema”. (CARNEIRO, PARFAN, 2018, online)

A sub-retranca é focada na vida da fonte, ou melhor, em relatos pessoais de como o racismo impactou diferentes etapas de suas vivências. O trecho “Eu mesma já sofri isso dentro da prefeitura, mas não vou dizer que foi ‘por maldade’ ou coisa do tipo. É culpa da cultura racista na qual crescemos” chama atenção para duas características do racismo enquanto

sistema de dominação que alcança a vida cotidiana de pessoas negras.

A primeira é que a adoção de posturas racistas às vezes independe de intenção, já que, como sistema de dominação que afeta cotidianamente as vidas de pessoas negras enquanto produz benesses para as brancas, o racismo está presente em todas as dimensões da vida em sociedade, nas instituições, nas relações interpessoais. Sendo o racismo entendido como estrutural, o comprometimento exigido quanto ao seu enfrentamento deve ser ainda mais acentuado, uma vez que se parte do princípio de que ele está em todo lugar (ALMEIDA, 2018). A segunda característica do racismo para a qual o excerto aponta é o entranhamento do racismo na cultura brasileira. Como nos lembra Lélia Gonzalez (2020 [1983]), ele é a sintomática da neurose cultural brasileira; sempre presente e sempre sendo alvo de tentativas de ocultamento por meio do mito da democracia racial.

A continuação da fala da fonte, “Negro no Brasil é um elemento suspeito até que se prove o contrário. Essa é uma premissa que não esquecemos nunca”, reflete que os sentidos sobre pessoas negras partilhados socialmente no Brasil reforçam a todo momento o lugar de suspeição destinado às/aos que integram esse grupo racial. O conteúdo da frase atribuída a Elza Lopes se aproxima do conceito de imagens de controle (COLLINS, 2019; BUENO, 2020), uma vez que, como dimensão ideológica do racismo e do sexismo, tais imagens informam representações problemáticas sobre pessoas que em alguma medida ameaçam os interesses dos grupos hegemônicos.

As imagens de controle fazem com que as iniquidades sociorraciais que vigoram socialmente sejam justificadas e construídas como legítimas. Assim, a violência policial contra jovens negros é justificada, uma vez que eles são construídos como ameaça, a negligência médica com mulheres negras grávidas é legitimada, pois elas são lidas como mais fortes e resistentes a dores físicas, a interrupção de programas de redistribuição de renda é amparada, já que famílias negras são vistas como onerosas para o Estado e assim por diante.

Os trechos seguintes do texto jornalístico, no entanto, dão a ver que as experiências de violência racial foram vividas por Elza Lopes não somente no âmbito profissional. Conforme o relato, a avó da fonte, mulher autodeclarada branca, se referia a ela e às suas duas irmãs como macacas. Como já discutido na categoria temática “Insultos racistas”, a comparação de pessoas negras a animais é uma forma contundente de marcar a negação de sua humanidade, o que, em última análise, aponta para a desqualificação dessas pessoas enquanto sujeitas de direitos e com possibilidade de atuação social (MOREIRA, 2019). O texto não explicita se a

história narrada refere-se à infância de Lopes, mas, de todo modo, o relato demonstra como muitas vezes pessoas negras são ensinadas a se odiar dentro de casa.

O fato de Elza Lopes só se descobrir negra anos depois em evento de celebração a Zumbi dos Palmares, símbolo da resistência negra no Brasil, diz muito a respeito dos modos como a identidade racial de pessoas negras é construída ou destruída socialmente (CARNEIRO, 2011 [2002]). Se no âmbito familiar Lopes era chamada de “moreninha” pela mãe sem conseguir identificar que se tratava de uma negação de sua negritude, no compartilhamento de discussões com outras pessoas mais inteiradas nos conflitos raciais brasileiros ela conseguiu entender que o racismo existia, o que mudou sua percepção acerca de si mesma: “Quando me olhei no espelho, percebi que aquela preta era eu. Era a Elza depois de ter absorvido a importância de lutar contra esse problema” (CARNEIRO, PARFAN, 2018, online).

A última sub-retranca do texto traz falas de outra fonte:

“MEU LUGAR NO MUNDO É DE RESISTÊNCIA”

Isna Fernanda, 19, é militante e feminista negra, e também prestigiou a vinda de Djamila Ribeiro ao Acre. “Existem muitas ações para construir o novo imaginário social. Hoje, a consciência negra é celebrada e a Djamila fala justamente sobre isso: pluralidade”, explicou a jovem.

Este ano, Isna, que também é acadêmica de Nutrição na Ufac, integrou a comissão acreana que participou da IV Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR). “Me envolvi muito estudando com grupos de oficina para debater os textos e elaborar as propostas. Uma proposta minha foi sobre o combate à violência obstétrica contra a mulher negra”, destacou a representante.

Entretanto, a trajetória de Isna é marcada, como a de muitos negros no Brasil, pela violência. Aos 16 anos de idade, ela foi ameaçada através das redes sociais: “Disseram que iam queimar meu cabelo na escola. Foi a partir dali, com aquela violência, que eu entendi: sou negra. Sou uma mulher negra”.

Apesar de ter procurado a direção da escola na qual estudava na época, Isna encontrou o descaso. “Compreendi o que tinha acontecido comigo: o racismo. Eu fui transferida de escola, nunca descobri quem foram as pessoas que tramaram contra mim. Mas ficou claro que era mais fácil me transferir de instituição do que lidar com o problema maior, que era o absurdo de ameaçar a integridade física e moral de outro estudante. A gestão da escola e a Secretaria de Educação lavaram as mãos sobre o caso. Eu fui discriminada, mas eu fui a prejudicada na história toda, pois tive que mudar minha rotina completamente”, relatou à reportagem.

Sobre a reflexão da violência na construção de sua militância, Isna afirmou que foi deixada com apenas uma escolha: resistir.

“Mulher, negra, pobre, periférica e discriminada. Eu era discriminada antes, mas foi a partir dessa ameaça direta contra mim que eu pude entender o quanto o racismo me afeta. Você ser assassinada por conta do seu fenótipo é uma realidade muito louca. A arma sempre esteve apontada para a periferia, isso é um fato. O sangue negro nunca parou de jorrar. Foi aí que eu pensei: ‘Isso não pode acontecer’. Meu lugar no mundo é esse, é de resistência. Não tenho escolha, só posso me fortalecer”, declarou. Com informações da assessoria de comunicação do MPAC (CARNEIRO, PARFAN, 2018, online)

A sub-retranca baseada na entrevista da fonte Isna Fernanda também é marcada pela dialética opressão-ativismo acerca da qual Collins (2019) discorre. Conforme a autora, essa é uma das formas de compreender o poder: onde há opressão, há resistência. A celebração da consciência negra é apontada pela fonte como um modo de construir um novo imaginário social. Sua fala negrita, nesse sentido, a necessidade de pensarmos as relações raciais de outra forma.

Ao representar a trajetória de Isna Fernanda, o texto jornalístico enfoca uma situação de violência vivida pela fonte em sua trajetória escolar que a levou à militância. Aos dezesseis anos de idade, ela foi ameaçada: “Disseram que iam queimar meu cabelo na escola. Foi a partir dali, com aquela violência, que eu entendi: sou negra. Sou uma mulher negra” (CARNEIRO, PARFAN, 2018, online). O acontecimento representado evidencia a dialética opressão-ativismo, na medida em que foi a partir de uma situação de violência racista contra Isna Fernanda que ela se compreendeu enquanto mulher negra e assumiu a responsabilidade de se posicionar contra o racismo. O fato dela ressaltar em sua fala tanto o marcador racial quanto o de gênero e em outro trecho mencionar “a periferia” como local para onde “a arma sempre esteve apontada” evidencia compreensão das imbricações de raça, gênero e classe em suas vivências.

A representação feita na sub-retranca ilustra ainda o quanto a identidade racial de pessoas negras é minada socialmente, de modo que em alguns casos o resultado é negação e introjeção das representações negativas (o “mito negro”, nos termos de Neusa Souza) e em outros casos, como o de Isna Fernanda, o resultado é fortalecimento para resistir à opressão. Entretanto, ao ler a frase “Meu lugar no mundo é esse, é de resistência. Não tenho escolha, só posso me fortalecer” não a enxergo com nenhum tipo de romantização, visto que cobrar que pessoas negras se fortaleçam e resistam permanentemente é também uma forma de desumanizá-las e de naturalizar as múltiplas violências causadas pelo racismo.

Ao mesmo tempo, o relato representado na matéria jornalística aponta para o despreparo da direção escolar para lidar com as ameaças racistas sofridas pela então aluna. Novamente a discussão sobre o enfrentamento efetivo ao racismo em todas as instâncias se faz cara, pois se a escola, uma das primeiras instituições nas quais crianças negras são expostas ao convívio e às contradições sociais, decide deliberadamente não elaborar políticas antirracistas tanto no sentido de desconstruir preconceitos quanto no sentido de prevenir

práticas discriminatórias, ela opta por continuar fazendo parte da maquinaria de reprodução de desigualdade racial já estabelecida.

Tanto no relato das vivências pessoais de Elza Lopes quanto no de Isna Fernanda, a compreensão da existência e do funcionamento do racismo foram o estopim para a elaboração da identidade racial das fontes, o que me leva a, novamente, recuperar Souza (2019 [1983]) que explica: ser negra é tornar-se, é um vir a ser. Ser negra é tomar consciência do processo ideológico que constrói uma imagem alienada de si mesma. A partir desse processo de tomada de consciência ou do desenvolvimento de uma consciência crítica, nos termos de hooks (1989), a pessoa negra elabora uma nova consciência capaz de garantir o respeito às diferenças e reafirmadora da dignidade alheia a todos os níveis de exploração.

Nos relatos de ambas as fontes é possível perceber o movimento de em um primeiro momento identificar o sistema de dominação racista para depois construir uma identidade que permita articulação e resistência a ele. Collins (2019) negrita que o domínio hegemônico do poder — relacionado à ideologia, à consciência e à cultura — pode ser enfrentado quando mulheres negras reivindicam o poder do livre pensamento a partir de um ponto de vista autodefinido. A consciência, para a autora, é uma esfera de liberdade fundamental e deve ser entendida como em constante evolução e negociação.

3.6 O lugar das mulheres negras nas matérias

Para atuar como instância pedagógica cultural, o jornalismo precisa lançar mão de diferentes estratégias que fazem parte da rotina de produção das notícias, conforme visto a partir de Marcia Veiga da Silva (2014). Linguagem lúdica, didática e até apelo emocional são formas de construir conteúdos que sejam atrativos para o grande público. Ao produzir “verdades” e compartilhá-las, o jornalismo ajuda a construir consensos, embora não sem conflitos, uma vez que suas rotinas de produção são muitas vezes influenciadas pelos definidores primários (HALL *et al.*, 2016), embora esses não sejam os únicos atores da vida social. Uma das etapas fundamentais para a produção jornalística é a escolha das fontes.

O tipo de conhecimento produzido pelo jornalismo traduz o que é dito pelas fontes em linguagem que possa ser compreendida por um público amplo. O uso de “personagens reais”, com seus dramas pessoais, é uma forma recorrente de ilustrar os acontecimentos representados pelo jornalismo, principalmente por conferir a sensação de existência real dos

fatos noticiados/reportados (SILVA, 2014). Nos doze textos analisados na presente dissertação, esse recurso foi bastante utilizado.

Aldo Schmitz (2011) elaborou um estudo no qual definiu as fontes de notícias como

peçoas, organizações, grupos sociais ou referências; envolvidas direta ou indiretamente a fatos e eventos; que agem de forma proativa, ativa, passiva ou reativa; sendo confiáveis, fidedignas ou duvidosas; de quem os jornalistas obtêm informações de modo explícito ou confidencial para transmitir ao público, por meio de uma mídia. (SCHMITZ, 2011, p. 09)

O autor explica que as fontes podem ser classificadas de acordo com: 1) categoria (primária ou secundária); 2) grupo (oficial, empresarial, institucional, popular, notável, testemunhal, especializada ou referencial); 3) ação (proativa, ativa, passiva ou reativa); 4) crédito (identificada ou anônima); e 5) qualificação (confiável, fidedigna ou duvidosa). As matérias jornalísticas agrupadas na categoria temática “Questões capilares” foram construídas com base em relatos de oito fontes-personagens (Quadro 5). Isto é, as representações construídas nos textos derivam-se exclusivamente das visões e das experiências dessas oito mulheres.

Conforme os grupos classificatórios organizados por Schmitz (2011), as oito mulheres entrevistadas nas matérias analisadas na primeira categoria temática são fontes primárias, pois tal classificação refere-se às fontes que fornecem “diretamente a essência de uma matéria, como fatos, versões e números, por estar próxima ou na origem da informação” (SCHMITZ, 2011, p. 24); populares, uma vez que se manifestam em nome de si mesmas, como pessoas comuns, não representando organização ou grupo social; de ação passiva, porque a representação presente nos textos dá a entender que elas se manifestaram apenas quando consultadas pelas repórteres, fornecendo as informações solicitadas; identificadas; e confiáveis, pois mantiveram uma relação estável com as jornalistas baseada em interesses mútuos.

No último texto da categoria, “*Manicure diz que já perdeu vaga de emprego por ter cabelo cacheado*” (BARBOSA, 2016, online), há menção à coordenadora do Centro de Referência Especializado em Atendimento à Mulher (Rede Reviver), Rosalina Souza, única fonte oficial dos textos que compõem o *corpus* analisado na primeira categoria temática desta dissertação. Todavia, a matéria não explica qual a função desempenhada pela Rede e apresenta apenas uma fala genérica de Souza sobre o evento “16 dias de Ativismo Contra a Violência Contra a Mulher”, realizado em Cruzeiro do Sul: “A abertura se dá desde a

consciência negra até o Dia Internacional dos Direitos Humanos. Nessas datas, nós organizamos ações e atividades voltadas para esse tema” (BARBOSA, 2016, online).

Nesse sentido, as oito mulheres entrevistadas como personagens nos textos jornalísticos explorados na primeira categoria de análise deram o tom das representações construídas, ocupando lugar central no que tange às histórias contadas, aos sentidos atribuídos ao alisamento e à transição capilar. Apesar disso, importa salientar que apenas uma das fontes, Juliana Bernardino, se autotaxinou explicitamente como negra.

Não é possível identificar por meio do último texto da primeira categoria temática se a fonte Rosalina Souza, coordenadora do Centro de Referência Especializado em Atendimento à Mulher (Rede Reviver), é uma mulher negra. Seguindo a categorização proposta por Schmitz (2011), essa fonte pode ser classificada como primária, oficial (atua em cargo público e se pronuncia por órgãos mantidos pelo Estado e preservam poderes constituídos ou organizações agregadas; pode falsear a realidade a fim de preservar interesses seus ou do grupo político), ativa (cria canais de rotina e mantém relacionamento regular com a mídia), identificada e confiável. A classificação difere da direcionada às fontes Quele Oliveira e Jaqueline Silva, também ouvidas no texto, pois essas fontes manifestam-se em nome de si mesmas, enquanto Souza representa uma instituição ligada ao Estado, com interesses específicos voltados à divulgação do evento realizado pelo órgão no qual trabalhava.

Ainda considerando as fontes adotadas nos três textos, compreendo, a partir de Schmitz (2011), que a utilização de fontes especializadas (pessoas ou instituições com notório saber específico sobre determinado tema) ou referenciais (materiais bibliográficos documentais ou midiáticos que fundamentam o conteúdo discutido nas notícias e reportagens) poderia ter conferido às matérias uma contextualização melhor elaborada. Há vasta literatura sobre a transição capilar, há fontes capacitadas para falar desse assunto a partir de um ponto de vista histórico, enfatizando as dimensões racial, cultural e política que o constitui. As representações feitas nas matérias analisadas perdem ao deixar essas perspectivas de lado.

As mulheres fontes das matérias da primeira categoria temática são retratadas como vítimas do “preconceito” (como veremos adiante, os textos jornalísticos da primeira categoria não usam a palavra “racismo”), mas ao mesmo tempo são sujeitas com agência, que se fortalecem conjuntamente ao passar pelo processo de transição capilar e entender que a assunção dos cabelos crespos e cacheados tem sentidos para além da estética.

Porém, o debate proposto nos textos jornalísticos ora explorados poderia ser melhor desenvolvido a partir das próprias fontes. As autoras dos textos jornalísticos poderiam ter provocado as fontes na direção de entender e registrar como essas mulheres se classificavam racialmente, já que as matérias se propuseram a discutir efeitos que, como busquei demonstrar, são produtos do racismo.

Considerando a categoria temática “Questões corporais”, que inclui uma única notícia, as mulheres negras são personagens mencionadas e apresentadas nas fotografias. No entanto, apenas uma das dez mulheres que participaram do ensaio fotográfico foi ouvida, desempenhando o papel de fonte na matéria; nenhuma das outras nove mulheres foi nomeada. Apesar disso, a fonte Isna Fernanda desenvolve reflexões que se aproximam de temas de interesse às mulheres negras, ampliando a ideia de autoestima e compreendendo-a como articulada ao empoderamento e ao enfrentamento da criação de novos padrões de beleza que deem continuidade às hierarquizações em voga.

Nesse sentido, o fato das dez participantes do ensaio fotográfico serem classificadas no texto como mulheres negras é significativo, uma vez que, como observa Gonzalez, “a gente nasce preta, mulata, parda, marrom, roxinha etc., mas se tornar negra é uma conquista” (2020 [1988], p. 269). Considerando a classificação proposta por Schmitz (2011), a fonte Isna Fernanda pode ser definida como primária, popular, de ação passiva, identificada e confiável.

A segunda categoria temática dá a ver a representação de mulheres negras como questionadoras de um padrão de beleza notadamente racista e excludente, como sujeitas que resistem, encontrando na estética uma forma de empoderar-se e chamar atenção para outras dimensões da vida das integrantes desse grupo. A partir da fala da fonte Isna Fernanda, o texto que compõe a categoria também humaniza mulheres negras, ao negritar que elas são, ao mesmo tempo, fortes e frágeis, e problematiza os sistemas de dominação que as marginaliza, criminaliza e hipersexualiza.

Semelhantemente ao estudo da categoria temática “Questões capilares”, a categoria “Questões corporais” revela que a matéria jornalística publicada no *site GI Acre* se ancora e é guiada exclusivamente pela fala da fonte, neste caso, única. Novamente não são identificados movimentos na direção de buscar ampliar a compreensão apresentada na matéria sobre os sentidos relacionados ao modo como mulheres negras lidam com seus corpos, o que difere o modo como uma mulher negra lida com seu corpo da forma como uma branca o faz, quais os atravessamentos presentes nessa relação, que efeitos produzem na autoestima dessas sujeitas e

assim por diante. O diálogo com fontes de outras áreas do conhecimento — fossem especializadas, fossem referenciais (SCHMITZ, 2011) —, mais uma vez, fez falta no que se refere ao aprofundamento necessário.

Nas matérias agrupadas na categoria temática “Insultos racistas”, as mulheres negras Bárbara Micheline, Ediane Caetano e Gleici Damasceno ocupam o lugar de vítimas de insultos racistas. No entanto, Ediane Caetano, única delas a ser ouvida diretamente pelo *GI Acre*, apesar de apresentar a sensação de choque tão comum às vítimas de racismo, não se furtou em fazer uma denúncia buscando responsabilizar o agressor. Além disso, as fontes Almerinda Cunha e Elza Lopes (representando Gleici Damasceno, que estava confinada), ouvidas, respectivamente, pela *ContilNet Notícias* e pelo *GI Acre*, também desempenharam o papel de sujeitas combativas ao racismo por meio dos mecanismos legais, entendendo que as ofensas dirigidas a Gleici Damasceno na verdade ecoam sobre toda a população negra.

Bárbara Micheline, alvo do insulto racista do primeiro caso registrado no *corpus*, não foi ouvida pelo *site GI Acre*, que apenas fez uma menção a um texto jornalístico de outro veículo que afirmava que a reação de Bárbara ao saber das ofensas teria sido chorar. Já a vítima do segundo caso de insulto racista agrupado na terceira categoria temática, Ediane Caetano, foi fonte única da matéria publicada no *GI Acre* e reproduzida de modo resumido no *ContilNet Notícias*.

Não restam dúvidas quanto à importância de ouvir seu relato, compreender e dar a ver seu ponto de vista quanto ao ocorrido; porém, isso não é o suficiente. Por mais que seja fundamental reforçar a importância das denúncias por parte de pessoas que sofrem qualquer forma de racismo, não é interessante que isso seja feito de forma ingênua, sem considerar todos os atravessamentos que o racismo impõe até mesmo ao cumprimento da lei.

Nesse sentido, teria sido útil ao *GI Acre* ouvir fontes especializadas, pesquisadoras que tivessem conhecimento sobre esses mecanismos, de modo que o texto apresentasse ao/à leitor/a um panorama mais amplo do modo como as relações raciais e o tão propalado mito da democracia racial perverte até mesmo as instituições judiciais. Em suma, ao apresentar uma leitura não pautada exclusivamente nos relatos da fonte vítima do insulto racista, conferiria à representação construída na matéria uma abordagem menos pautada em uma realidade lida como dada, fixa, singular, e nos ajudaria a enxergá-la como um efeito, manifestação de um sistema de dominação maior.

Nas matérias sobre o caso de injúria racial contra Gleici Damasceno, as mulheres

negras Elza Lopes e Almerinda Cunha, fontes das matérias do *site GI Acre e ContilNet Notícias*, respectivamente, foram as norteadoras das representações construídas nos dois textos. Suas falas conferem às notícias um olhar crítico e contextualizado sócio-historicamente às ofensas racistas proferidas à então estudante.

É possível afirmar que as notícias representam o direcionamento das ofensas racistas e a reação de Lopes e Cunha (enquanto representantes de órgãos institucionais locais que lutam pelo enfrentamento ao racismo) de modo complexo, tratando os acontecimentos como parte de um sistema de dominação que atinge de forma rotineira e violenta as existências de pessoas negras. Conforme a classificação de Schmitz (2011), Elza Lopes e Almerinda Cunha são fontes primárias, oficiais, ativas, identificadas e confiáveis.

Considerando que o jornalismo e a cultura se influenciam mutuamente e influenciam a normatização social, compreendo-o como um instrumento importante na produção de sentidos, por meio das representações, que circulam na cultura organizando e regulando práticas sociais, influenciando condutas e a formulação de convenções e normas sociais (SILVA, 2014). Nesse sentido, ter mulheres negras como fontes dos textos ganha relevância, pois o olhar delas influencia a representação feita nas matérias, isto é, é a partir dos sentidos elaborados por essas sujeitas que a representação jornalística é elaborada. Não tenho uma visão essencialista que defende que todas as mulheres negras naturalmente tenham consciência crítica para entender os efeitos do racismo, mas as mulheres negras ouvidas nas notícias da categoria temática “Insultos racistas” demonstraram ter essa consciência, apesar de nas falas delas nas notícias haver algumas inconsistências discutidas posteriormente no subtópico *A problematização nos textos jornalísticos*.

Por fim, no texto que integra a categoria temática “Racismo”, as mulheres negras são representadas como vítimas desse sistema de dominação, mas que, graças ao envolvimento com pessoas e movimentos sociais ancorados na luta contra o racismo, construíram sua identidade racial de maneira positiva e, a partir disso, passaram a também enfrentá-lo. Elza Lopes ocupa tanto o lugar de fonte popular (ao falar de sua trajetória pessoal) quanto o de fonte oficial (ao se pronunciar em nome da Secretaria Adjunta de Políticas de Promoção da Igualdade Racial de Rio Branco). Já Isna Fernanda assume lugar de fonte popular, articulando suas vivências pessoais de sofrimento e enfrentamento ao racismo. Ambas as fontes são primárias, ativas, identificadas e confiáveis, conforme a classificação proposta por Schmitz (2011).

Além das duas, o texto apresenta aspas atribuídas à filósofa Djamila Ribeiro, que parecem ter sido copiadas de suas falas durante a palestra proferida por ela, mas isso não compromete a matéria, tendo em vista que o texto consegue apresentá-la como uma mulher negra que ocupa o espaço de produção de conhecimento, de disputa de narrativas no ambiente acadêmico. Com as representações das falas dessas três mulheres negras (Elza Lopes, cargo institucional; Isna Fernanda, militância em movimentos sociais; e Djamila Ribeiro, espaço acadêmico), o texto jornalístico possibilita que leitoras/es percebam que mulheres negras podem ocupar diferentes espaços da vida social e atuar em resistência ao racismo e ao sexismo em cada um deles. No entanto, a oitiva de diferentes fontes, das mulheres que assistiram à palestra de Djamila Ribeiro e/ou de servidoras/es que trabalhassem na mesma instituição que Elza Lopes seria um ganho para a representação construída no texto, pois traria a pluralidade necessária para evidenciar as várias nuances das questões raciais.

Além disso, na sub-retranca “Meu lugar no mundo é de resistência”, dedicada a representar as vivências da fonte Isna Fernanda, seria fundamental ouvir a direção da escola ou ao menos a Secretaria Estadual de Educação sobre a ameaça racista vivida por ela, menos para buscar uma resposta ao caso em si e mais para entender se essas instituições têm agido com vistas ao enfrentamento do racismo. Como observa Moraes (2015), em reportagens que assumem a dimensão subjetiva, as fontes oficiais também devem ser ouvidas, tendo perguntas adequadas dirigidas a elas.

Feito esse panorama, nota-se que, em regra, nos doze textos mulheres negras não são ouvidas como fontes secundárias, aquelas que cumprem a função de interpretar, contextualizar, analisar e comentar as matérias jornalísticas produzidas a partir de uma fonte primária; nem como especializadas, que têm saber acerca de área específica, podendo analisar possíveis consequências de ações e acontecimentos (SCHMITZ, 2011). Quanto ao grupo de que fazem parte, a maior parte das fontes mulheres negras ouvidas nos textos analisados enquadra-se na categoria “popular”, pois falam em nome de si mesmas, como cidadãs ou vítimas.

As exceções são Elza Lopes e Almerinda Cunha – fontes dos textos sobre o caso Gleici Damasceno e da matéria pertencente à categoria temática “Racismo” – que, como busquei demonstrar, conseguem articular interpretações e problematizações sobre os acontecimentos noticiados/reportados falando tanto em nome de si próprias quanto em nome das instituições que representam (Secretaria de Promoção de Igualdade Racial de Rio Branco

e Departamento de Igualdade Racial da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, respectivamente).

As representações produzidas nos textos jornalísticos das três primeiras categorias temáticas — “Questões capilares”, “Questões corporais” e “Insultos racistas” —, via de regra, não abrem espaço para ouvir mulheres negras estudiosas e/ou militantes que poderiam, inclusive, enriquecer a cobertura dos casos ao lançar sobre os acontecimentos representados um olhar crítico, questionador, “opositor”, para usar um termo de hooks (2019b). Já o único texto agrupado na categoria temática “Racismo” consegue conjugar discussões sobre as formas institucionais e estruturais do racismo às suas formas de manifestação no plano individual a partir de relatos de duas mulheres negras de diferentes gerações (Elza Lopes e Isna Fernanda), dando a ver que ao longo dos anos o racismo segue sendo um problema presente inclusive no Acre, segundo estado mais pardo do Brasil.

3.7 A problematização nos textos jornalísticos

No que tange à categoria temática “Questões capilares”, os relatos das oito fontes são férteis no sentido de permitir discussões sobre as dinâmicas e implicações presentes na lida com cabelos crespos e cacheados. Porém, com a construção das matérias baseada exclusivamente nos relatos dessas “personagens reais” (SILVA, 2014, p. 66), a politização do debate resta comprometida. Uma vez que as decisões de alisar o cabelo e, posteriormente, retomar a textura capilar natural são construídas socialmente, embebidas das dinâmicas raciais vividas no Brasil (GOMES, 2020 [2006]), o jornalismo que aborda tais questões não pode se furtar da tessitura de uma discussão mais aprofundada e, conseqüentemente, racial e política.

Chama atenção a ausência de elementos que relacionem os sentidos negativos atribuídos aos cabelos crespos e cacheados ao sistema de dominação em que tais sentidos se ancoram: o racismo. A palavra “preconceito” é utilizada onze vezes nos três textos jornalísticos da primeira categoria temática (2 vezes no primeiro texto; 4 no segundo; e 5 no terceiro), sendo 4 delas menções nos títulos e subtítulos das duas primeiras matérias, enquanto o termo “racismo” não é mencionado nenhuma vez.

O contexto representado nas matérias dá a entender que o uso da palavra “preconceito” refere-se ao sentido racial, já que os textos dizem respeito a processos de rejeição/aceitação dos cabelos crespos e cacheados, um dos principais elementos aos quais se atribuem sentidos

relacionados à negritude, tanto por parte das fontes quanto pelas comunidades escolares e familiares das quais elas faziam parte. No entanto, a expressão “preconceito racial” não aparece nos textos.

O advogado Silvio Almeida explica que preconceito “é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias.” (ALMEIDA, 2018, p. 25). Já o racismo é a “forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam.” (ALMEIDA, 2018, p. 25). Nesse sentido, o preconceito pode ser compreendido como a base para o racismo, de modo que quando alimentado de um arcabouço rico em representações estereotipadas e fetichizadas sobre pessoas negras, sujeitas/os sociais justificam os modos como as/os integrantes do primeiro grupo são sistematicamente discriminadas/os em razão da raça.

As vivências representadas nas matérias da categoria nos levam a entendê-las como consequências diretas e concretas do racismo enquanto sistema de discriminação e dominação, uma vez que se uma pessoa teve o alisamento de seu cabelo como condição exigida para ocupar uma vaga de emprego, caso da fonte Jaqueline Silva, ela não foi submetida apenas ao preconceito racial, mas à discriminação racial — definida como “atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados” (ALMEIDA, 2018, p. 25) — e ao racismo — até mesmo a partir de uma leitura à luz da Lei Caó (Lei nº 7.716/89), que define como crimes resultantes de preconceito de raça/cor diversas ações de impedimento, proibição e negação baseadas nas características fenotípicas das pessoas.

Se meninas negras vivem experiências em casa e no ambiente escolar que as marcam o tempo inteiro como detentoras de um fenótipo inaceitável e feio porque oposto às características físicas de pessoas brancas, sendo levadas a crer que a única possibilidade de terem aceitação e respeito é alisando os cabelos, isso não é “apenas” preconceito, a discriminação sistemática que caracteriza o racismo está em curso, pois não há somente um determinado modo de ver pessoas negras socialmente, há um modo de tratá-las, de conceder ou não possibilidades de acesso a direitos, ao desenvolvimento de uma autoestima saudável, ao crescimento intelectual etc. Quando uma ação baseada na classificação racial de outrem se materializa já não se trata “apenas” de preconceito. Considerando a diferenciação entre os

conceitos de “racismo” e “preconceito” (ALMEIDA, 2018), o emprego da segunda palavra em textos que relatam diversas situações concretas em que as fontes foram tratadas de formas violentas em razão da assunção de seus cabelos crespos e cacheados é inadequado.

Nesse sentido, ao não nomear adequadamente os fenômenos de que tratam e ao não relacionar a transição capilar a um contexto sócio-histórico em que a categoria raça é utilizada como pretexto para estruturar lógicas de dominação baseadas em uma organização de sentidos binária (COLLINS, 2019; BUENO, 2020), os textos jornalísticos aqui estudados deixam de lado a possibilidade de problematizar tais fenômenos sociais por meio da construção de representações que menos repitam o que já é dado como natural e mais façam um exercício de deslocamento dessas ideias, convidando o público leitor à reflexão crítica.

A leitura dos referidos textos jornalísticos nos conduz a um lugar de acomodação quanto ao que é relatado, como se “apenas narrar” (as aspas se devem ao reconhecimento da impossibilidade da assepsia pretendida) as vivências das oito fontes personagens fosse o suficiente. Os diálogos com Gonzalez (2020 [1983]), Carneiro (2011, online), Nascimento (2016 [1978]) e Souza (2019 [1983]) nos lembram a todo momento que o racismo brasileiro tem suas artimanhas, dentre as quais o mito da democracia racial é a principal. Nesse sentido, dar visibilidade às vivências de mulheres negras quanto a situações decorrentes do racismo antinegro que atinge sua psique e seu corpo é importante, mas não basta.

Compreendo que as ferramentas oferecidas pelo jornalismo de subjetividade (MORAES, 2018; MORAES, GOUVEIA, 2018; MORAES, SILVA, 2019) seriam úteis para a guinada necessária no que tange à abordagem da temática da transição capilar, uma vez que o conceito aponta para um jornalismo que não temeria classificar a vida de mulheres negras com seus cabelos e as violências sofridas por essas mulheres ao longo da vida como produtos do racismo combinado ao sexismo nem dialogar com outras áreas do conhecimento que o ajudassem a explicar por que as coisas são como são. A adoção do jornalismo de subjetividade, nesse sentido, seria útil para construir representações que demonstrassem as cargas históricas e sociais que informam os sentidos atribuídos aos corpos negros e brancos na sociedade brasileira e no Acre, em específico, e questionassem a naturalização do tratamento racista concedido a pessoas negras que assumem seus cabelos crespos e cacheados, no sentido de contribuir para a fissura da ideia de que vivemos em uma democracia racial.

Quanto à categoria temática “Questões corporais”, embora as falas da fonte Isna Fernanda nos permitam elaborar uma série de reflexões retomando conceitos do pensamento

feminista negro, sobretudo com base em Collins (2019), o texto jornalístico fica preso à realização do ensaio fotográfico em si. Isto é, as falas da fonte da matéria questionam os padrões de beleza, as opressões que alcançam mulheres negras e ressaltam a importância de resistir à desumanização imposta a essas sujeitas, todavia, o texto jornalístico não amplia a discussão.

É como se, novamente, a representação feita na matéria descolasse a relação de mulheres negras com sua autoestima — apreendida a partir da estética, mas não limitada a ela —, da realidade histórica e social vivida no país cuja sintomática da neurose cultural é o racismo (GONZALEZ, 2020 [1983]) que, combinado ao sexismo, produz efeitos específicos sobre mulheres negras, no sentido de que são constantemente interpeladas a negarem os sinais diacríticos associados à negritude e relegadas socialmente a duas principais figuras: a da “mulata” e a da mucama, ambas faces diferentes da mesma moeda.

A partir de Fabiana Moraes (2015), compreendo que mesmo a notícia, esse produto geralmente resultante de um trabalho apressado da/o jornalista, tem ou deveria ter condições de ir além da informação. A prática do jornalismo de subjetividade poderia ser útil no sentido de evitar lugares comuns que direcionam o olhar jornalístico a partir do senso comum, segundo a autora. Novamente, a pergunta “por que as coisas são como elas são?” seria uma boa forma de ampliar a lente lançada sobre o assunto representado no texto.

Trincar preconceitos e inverdades por meio da prática jornalística requer um contínuo combate à simplificação, uma vez que “Ao agir de forma apressada e instrumental com o próximo, o repórter termina não trazendo visibilidade a questões que precisam ser discutidas constantemente para serem, então, ultrapassadas, tais como racismo, classismo, homofobia, machismo.” (MORAES, 2015, p. 124). A publicação do texto no dia da consciência negra me impele a observar que a visibilidade das discussões raciais é importante, mas não é suficiente. Faz-se necessário sair da superfície para de fato conseguir alcançar rigor não apenas informativo, mas analítico e reflexivo sobre os fenômenos que o jornalismo representa cotidianamente.

A palavra “racismo” também não é mencionada no texto, embora haja indícios, ao longo da matéria, de que se desenha ali uma problematização que parte das relações raciais e seus impactos nos padrões de beleza. Além disso, a referência aos conceitos de “autoestima” e “empoderamento” sem aprofundamento pode colaborar com sua limitação à dimensão estética. Subentende-se que a repórter, autorizada pelo veículo que a empregava, viu no ensaio

fotográfico uma possibilidade de pauta justamente pelo fato de mulheres negras serem as protagonistas. No entanto, o texto não consegue sair da simplificação calcada exclusivamente na fala de sua fonte única.

Por exemplo, quando Isna Fernanda fala de marginalização, criminalização e hipersexualização das mulheres negras, o texto poderia explorar dados referentes às dimensões da vida em sociedade que dão a ver esses processos. Assim, a matéria teria mais êxito no sentido de demonstrar que tanto as opressões quanto o empoderamento têm a ver com questões de poder presentes nas diversas instâncias da vida social e, portanto, não se limitam à questão da estética que, como apontei, também tem sua relevância.

Considerando a categoria temática “Insultos racistas”, o que mais chama atenção na construção das três notícias sobre o caso Bárbara Micheline é a rara problematização do fato representado. Aparentemente envolto pelo manto da objetividade, o jornalismo encarnado nos textos se propõe a “simplesmente narrar os fatos” — como se isso fosse possível, como se o objeto não dependesse da análise de um/a sujeito/a localizado/a em determinado espaço e tempo e, principalmente, como se isso fosse o bastante —, partindo exclusivamente dos depoimentos de Marcos Clay, autor do post racista, e da nota feita pela autarquia da qual ele era membro.

A problematização apresentada nos textos é quase nula, com o caso sendo, inclusive, classificado como gerador de uma “polêmica”. À exceção da classificação da postagem como “racista” nos títulos dos textos, a representação feita nas matérias não qualifica o debate relacionado à discussão racial que atravessa todas as dimensões na vida no Brasil — inclusive o próprio jornalismo e seu tão arraigado apreço pela objetividade.

Diante da representação do caso, construída cronologicamente ao longo das três notícias, questiono: se a autarquia da qual Marcos Clay era membro não tivesse repudiado o ato, o jornalismo do *GI Acre* se limitaria a ecoar as falas defensivas do membro do Conselho Federal de Administração? Não haveria nenhum tipo de problematização da fala? Não seriam ouvidas outras fontes secundárias — as que cumprem a função de interpretar, contextualizar, analisar e comentar as matérias jornalísticas produzidas a partir de uma fonte primária (SCHMITZ, 2011) — para debater, problematizar e desestabilizar o assunto?

Conforme apontei na análise da categoria temática “Insultos racistas”, as falas de Clay dão a ver os contornos do mito da democracia racial e suas jogadas. Entretanto, pensando na construção jornalística, apenas relatá-las não cumpre o papel do jornalismo no que diz

respeito à problematização do fato representado, atende apenas ao objetivo de informar e, como aponta Moraes (2015), somente pautar os assuntos e informar acerca deles não é suficiente — especialmente quando se trata do mito da democracia racial, mecanismo tão útil à manutenção do racismo brasileiro (GONZALEZ, 2020 [1979; 1982; 1983]; CARNEIRO 2020 [2011 [2000; 2002]; 2011, online; 2020 [1985; 2002; 2003]; NASCIMENTO (2016 [1978]); NASCIMENTO, 2003; SOUZA (2019 [1983])). Para construir conteúdos que deem conta de questioná-lo é necessário bem mais do que simplesmente descrever falas e atos racistas.

Como já dito por Hall (2016), o “mundo real” não significa por si próprio. Logo, o jornalismo ganha ainda mais centralidade nas disputas sociais. No caso da discussão racial, por exemplo, as representações construídas em notícias e reportagens podem colaborar com o questionamento de determinadas falas reiteradas no senso comum informadas pela ideologia dominante que tem relação tanto com o mito da democracia racial quanto com a ideia de branqueamento que marcam o Brasil historicamente. Pode-se optar por adotar a noção de democracia racial como uma verdade ou questioná-la, complexificando o debate. Para isso, seria preciso ouvir outras fontes que oferecessem ao texto uma perspectiva tanto problematizadora quanto explicativa sobre as implicações da ideia de democracia racial e de sua aparição ao longo das falas de Marcos Clay.

Ante uma sociedade racista que não se assume como tal, o jornalismo, como mediador dos debates públicos e como uma forma de conhecimento social, deve tomar para si a responsabilidade de problematizar determinadas narrativas, entendendo que silenciar ante o racismo ou “apenas narrar os fatos” de uma denúncia de insulto racista, colabora para a manutenção das hierarquias sociais experimentadas no Brasil. A objetividade jornalística não só tem raça e gênero (MORAES; SILVA, 2019), como é insuficiente para o exercício de um jornalismo mais íntegro que dê conta de complexificar as dinâmicas sociais e entender as ideologias que as permeiam e que permeiam, inclusive, a própria noção de objetividade. Portanto, ser “neutra/o” diante de uma sociedade marcadamente racista, sexista e classista é ser conivente com tais sistemas de dominação.

Observando a construção do texto jornalístico “*Membro do CFA faz post racista com goleira da seleção e gera polêmica*” (RODRIGUES, 2016, online), nota-se que a palavra “polêmica” é colocada no título e no *lead*⁵³ da notícia, o que me leva a inferir que a jornalista

53 O *lead* consiste no primeiro parágrafo das notícias, onde, geralmente, se busca responder a seis perguntas básicas: o quê? Quem? Como? Onde? Quando? Por quê?.

que assina a matéria se baseou, conscientemente ou não, na fala de Marcos Clay para escrever o título do texto e adotar sem reservas a palavra “polêmica”, uma vez que ele se defendeu dizendo que “ninguém pode mais falar nada nas redes sociais que vira polêmica”.

Considerando que cada escolha feita nas diferentes etapas do trabalho jornalístico influencia o modo como determinado assunto, sujeita/o, território, cultura etc será representada/o, ou seja, a criação de sentidos atribuídos a eles (SILVA, 2014; MORAES, 2015), o uso da palavra “polêmica” nesse caso chama atenção, especialmente por estar inserida no título e no *lead*, partes do texto que introduzem e sintetizam o assunto noticiado, guiando o olhar do/a leitor/a. Como observa Moraes (2019), a nível nacional, a palavra “polêmica” vem sendo bastante empregada pela imprensa com o fim de suavizar discursos de discriminação, violência e preconceito, a exemplo das falas misóginas e racistas de Jair Bolsonaro, quase nunca nomeadas como tal pela imprensa.

Ao classificar o acontecimento noticiado como “polêmica”, despolitiza-se o debate, retira-se toda a carga histórica em que a frase “Eu odeio preto, mas essa goleira do Brasil tinha chance”, escrita no post, está ancorada. Como nos lembra Hall (2016), para que as representações façam sentido socialmente, aqueles que as consomem devem ter acesso a um mapa conceitual comum. Dizer que apesar de odiar pretos daria uma chance a uma mulher negra só faz sentido porque vivemos em um contexto em que as relações sociais são atravessadas por racismo e sexismo, de modo que o autor do post pode, inclusive, defender-se classificando a postagem como uma piada.

O texto jornalístico não problematiza as falas de Clay, nem se propõe a construir uma reflexão mais elaborada sobre o conteúdo da nota do CFA. O veículo parece perseguir o ideal de “apenas relatar os fatos”, abraçando a busca da objetividade, de uma narrativa neutra, imparcial, isenta, sem contaminação — como se isso fosse possível, como se a perseguição desses ideais livrasse as/os jornalistas de erros e, principalmente, como se essa postura não colaborasse com a manutenção de violências.

Moraes (2019) explica que privilegiar o jornalismo declaratório em nome da ideia de “apenas reportar os fatos” endossa o que é dito pelas fontes. Isto é, ao apenas reproduzir o que a fonte diz, o jornal reitera as ideias apresentadas na versão entre aspas, o que é bem perigoso. Para a autora, frente aos impactos que o pretense afastamento do ativismo da imprensa, que causou danos à democracia brasileira e ao mesmo tempo fomentou o questionamento da “isenção” jornalística, demonstram ser necessário “reivindicar o que é jornalismo,

complexificar sua deontologia, não simplificá-la. Mostrar procedimentos, limites, resgatar o sujeito cognoscente, não se entender como neutro, assumir as interpretações.” (MORAES, 2019, p. 14).

Com relação ao caso Ediane Caetano, os textos analisados nomeiam já no título as ofensas como “ataques racistas”. O texto “*Após divulgação de ensaio fotográfico nu, miss sofre ataques racistas e presta queixa no Acre: ‘cabelos de bucha’*” (CESAR, 2017, online), publicado no *GI Acre*, traz ainda no subtítulo a informação de que a vítima prestou queixa e ingressou com ação cível contra o internauta que fez os comentários em sua publicação no *Facebook*.

O segundo texto analisado, publicado no *site ContilNet Notícias*, foi copiado do *GI Acre*, reformulado e resumido, sem nenhum tipo de apuração ou atualização. A esse respeito, é necessário observar que copiar conteúdos de outros *sites* é uma prática problemática, pois essa ação deixa de lado um dos pilares do jornalismo: a apuração. Se a *ContilNet Notícias* pretendia repercutir o acontecimento, a despeito da já veiculação da notícia no *site* jornalístico *GI Acre*, teria sido mais produtivo construir uma nova pauta que ofertasse ao/à leitor/a contextualização, problematização e discussão do tema de forma mais aprofundada, reflexiva. Isto é, seria mais interessante explorar o potencial analítico e interpretativo do jornalismo, indo além da dimensão informativa.

A menção ao texto publicado no dia anterior no *GI Acre* poderia ter sido feita sem problema algum, desde que o texto da *ContilNet Notícias* não se limitasse a reordenar as informações representadas pelo primeiro *site* a noticiar os insultos racistas lançados sobre Ediane Caetano. A cópia se tornou ainda mais problemática porque além de não fazer nova apuração, o *site ContilNet Notícias* (matéria assinada por Ton Lindoso) fez uma edição no texto do *GI Acre* (assinado por Luan Cesar) retirando a única fala da fonte da matéria que fazia menção explícita ao racismo:

“Recebi muitos comentários positivos, mas também vieram os negativos, quando fui hostilizada. Me agrediram de forma brutal. Nunca fui atrás de confusão com ninguém, jamais humilhei ninguém para conseguir o que quis. Fiquei chocada. Mesmo após 130 anos de abolição da escravatura, ainda existe gente com pensamento racista. É inadmissível lidar com essa intolerância no século XXI”, lamenta Ediane. (CESAR, 2017, online)

Ao *GI*, ela comentou os ataques. “Me agrediram de forma brutal. Nunca fui atrás de confusão com ninguém, jamais humilhei ninguém para conseguir o que quis. Fiquei chocada. [...] É inadmissível lidar com essa intolerância no século XXI”. (LINDOSO, 2017, online)

Considerando que cada etapa do trabalho jornalístico é constituída por escolhas, decidir copiar um texto de outro *site* e suprimir a discussão racial que está obviamente no cerne do insulto direcionado à vítima e, conseqüentemente, a todas as pessoas com características fenotípicas semelhantes às dela não é coincidência; aponta para o silenciamento de qualquer reflexão crítica ao racismo. Quer dizer, a forma como o texto foi copiado e editado demonstra que o *site ContilNet Notícias* estava preocupado exclusivamente em publicar a notícia, isto é, ter um texto a mais publicado naquele dia. O cuidado com a apuração, etapa básica do jornalismo, foi deixado de lado, bem como o esforço no sentido de ir além da capacidade informativa.

Ao refletir sobre as mudanças nas rotinas de produção do jornalismo, Igor Waltz (2015) trabalha o conceito de “jornalista sentado”, do sociólogo francês Érik Neveu, e observa um empobrecimento no papel desempenhado pelas/os jornalistas que de mediadoras/es têm sido convertidas/os em meras/os redatoras/es, despojadas/os de senso crítico em detrimento de habilidades técnicas para produção em larga escala. A presente pesquisa não consegue verificar se essa hipótese se confirma no caso da rotina de produção do *site ContilNet Notícias*, uma vez que as/os profissionais do veículo não foram consultadas/os. Porém, a cópia e edição do conteúdo de outro veículo, neste caso, é inegável.

Moraes (2015) afirma que o público tem sido cada vez mais crítico a conteúdos feitos com pressa, má apuração e preconceito. Assim, é fundamental que o jornalismo seja capaz de repensar suas rotinas de produção e consiga observar esses e outros aspectos de forma mais responsável. A autora defende que a apuração é um cuidado óbvio que deve ser imprescindível na produção de notícias, ou seja, o rigor nessa etapa não deve estar restrito às reportagens, trabalhos de maior fôlego.

Quanto ao caso Gleici Damasceno, as duas notícias são bem construídas e articuladas. As fontes Elza Lopes (secretária de Promoção de Igualdade Racial de Rio Branco, ouvida tanto pela *ContilNet Notícias* quanto pelo *GI Acre*) e Luciana Bogo (procuradora da República, ouvida pela *ContilNet Notícias*) negritam que a injúria racial é crime, enquanto Elza Lopes e Almerinda Cunha (integrante do Departamento de Igualdade Racial da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, ouvida pela *ContilNet Notícias*) demonstram consciência crítica quanto aos impactos que insultos racistas, especialmente a comparação de uma pessoa negra a um animal, têm na vida da população negra. Nomear o problema e frisar

suas consequências é um passo fundamental na direção de demarcar sua existência e formular meios de enfrentá-lo.

No entanto, considerando a data de publicação do texto, a afirmação “o racismo e a injúria racial são crimes previstos em lei e inafiançável (*sic*)”, feita pela fonte Elza Lopes no texto do *GI Acre*, é incorreta, pois, como visto no capítulo anterior deste trabalho, a injúria racial só passou a ser compreendida como uma espécie de racismo, sendo considerada inafiançável, em 28 de outubro de 2021, após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), 24 anos após a alteração do § 3º do art. 20 do Código Penal, que tipificou o crime de injúria racial. Neste sentido, faltou ao jornalismo do *GI Acre* checar a afirmação feita pela fonte.

Checar as informações presentes nas falas das fontes é tão importante quanto ouvi-las. Se não há jornalismo sem fontes, também não há jornalismo sem checagem, uma vez que, como argumenta Rogério Christofolletti, “não é possível fazer jornalismo sem sujar as mãos, isto é, sem deixar a redação e cair no mundo. Não se faz omelete sem quebrar ovos” (2008, p. 41). O autor observa que é fundamental que jornalistas duvidem constantemente das informações passadas pelas fontes, que têm seus interesses próprios; caso contrário, corre-se o risco de aceitar passivamente tais informações, limitando-se a transmitir determinadas versões.

Às vezes, como no caso ora analisado, a fonte sequer tem a intenção de agir com má-fé, mas ainda assim a checagem é imprescindível, tendo em vista a formulação e difusão de representações jornalísticas. Ao checar, a/o jornalista admite suas próprias limitações profissionais, uma vez que é humanamente impossível dominar todas as nuances dos diversos assuntos noticiados e reportados diariamente. Isso lhe permite acionar outras áreas do conhecimento, utilizá-las de modo a conferir mais qualidade ao conteúdo jornalístico, assim como propõe o jornalismo de subjetividade apresentado por Moraes (2015).

Por fim, considerando a categoria temática “Racismo”, o único texto que a integra apresenta uma discussão qualificada acerca do racismo enquanto sistema de dominação com implicações institucionais, estruturais e nas relações interpessoais. Os autores do texto aproveitam a cobertura de um evento factual (a palestra de Djamila Ribeiro) para ampliar a discussão sobre o racismo e suas implicações. Em termos de aprofundamento, o texto se diferencia dos demais abordados até aqui, pois consegue discutir de modo mais cuidadoso os efeitos do racismo na organização da sociedade brasileira e em Rio Branco, capital do Acre. A matéria chama racismo de racismo, o que é importante, pois, como já discutido, um

jornalismo que lança mão de eufemismos para lidar com os problemas sociais colabora com uma visibilidade que suaviza os impactos dos sistemas de dominação sobre os grupos subordinados, podendo colaborar com a alienação do público quanto à dimensão do problema.

Entretanto, o título do texto — “*No Acre, onde mais de 70% da população é negra, reconhecer – e abraçar – a própria negritude tornou-se ato de resistência*” (CARNEIRO, PARFAN, 2018, online) — aponta para um tópico que poderia ter sido melhor explorado na matéria. O texto se ancora exclusivamente na fala da fonte Elza Lopes para indicar o alto índice de população negra no estado, mas não apresenta nenhuma possível interpretação/explicação que discuta se as pessoas que se autodeclaram pardas (conforme dados da *PNAD Contínua 2018*, 72,3% da população), responsáveis pelo alto índice de presença negra no Acre, têm consciência de que ao se autodeclararem dessa forma são incluídas no grupo negro. Nesse sentido, mais uma vez a consulta a fontes especializadas ou referenciais fez falta, pois seria útil tanto para contextualizar a discussão quanto para enfatizar que mesmo no segundo estado mais pardo do país o racismo é um problema presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando a pergunta norteadora “Quais temáticas se sobressaem nas matérias coletadas?”, concluo que entre os textos analisados a temática que mais se destaca são os insultos racistas (58,33% do *corpus*), em seguida estão as matérias sobre a relação de mulheres com seus cabelos crespos e cacheados, processos de alisamento e transição capilar (25%) e, por fim, há a mesma quantidade de textos que tratam do corpo das mulheres negras de forma mais integral (8,33%) e do racismo (8,33%).

Quanto à questão “Como as mulheres negras são descritas e que lugar elas ocupam nos textos?”, concluo que mulheres negras são representadas como sujeitas que vivenciam a dialética opressão-ativismo apresentada por Patricia Hill Collins (2019), pois estão sempre entre a violência racista sofrida e a resistência ao racismo e aos demais sistemas de dominação. Embora sejam ouvidas como fontes em nove dos 12 textos analisados, o lugar ocupado pelas mulheres negras nos textos é, na maioria dos casos, o de personagem, de fonte popular, no dizer de Aldo Schmitz (2011), a que fala em seu próprio nome. Mulheres negras não são fontes secundárias, isto é, não desempenham nas matérias as funções de interpretar, contextualizar, analisar e comentar as matérias jornalísticas produzidas a partir de uma fonte primária.

Como busquei demonstrar na análise de conteúdo e nas reflexões nela baseadas, todas as matérias jornalísticas que compõem o *corpus* tangenciam as tensões raciais vividas no Acre. A pesquisa demonstra que os conflitos raciais e suas imbricações com o gênero se fazem presentes no segundo estado mais pardo do Brasil, ratificando que o alto índice de miscigenação não torna uma sociedade menos racista. Nesse sentido, considero que a consulta de mulheres negras como fontes especializadas (sujeitas com notório saber específico ou organização que detém conhecimento reconhecido) ou referências (produções bibliográficas, tecnológicas ou culturais) poderia ter sido mobilizada para melhor contextualizar os assuntos tratados nas notícias e na reportagem. Construir representações que deem a ver mulheres negras ocupando lugares de saber, como pesquisadoras e especialistas, é uma das muitas formas de trazer à rotina de produção jornalística uma prática antirracista e antissexista.

É necessário que o jornalismo faça uma guinada no sentido de pautar sua produção de conhecimento não apenas nos definidores primários discutidos por Stuart Hall *et al.* (2016). Do mesmo modo, é importante que as histórias de pessoas pertencentes aos grupos subordinados, a exemplo das mulheres negras, sejam representadas de um jeito que os

complexifique. Não basta apenas visibilizar essas histórias e relatos, é preciso ir além da informação, explorando as dimensões interpretativa e reflexiva do jornalismo. Afinal, fazer jornalismo não é só informar.

Com relação à pergunta norteadora “Em que medida as matérias jornalísticas constroem problematizações acerca dos temas discutidos lançando um olhar crítico sobre eles?”, pude perceber que, de modo geral, os textos analisados apresentam lacunas no que diz respeito ao aprofundamento das discussões propostas. Construindo representações pautadas majoritariamente nas falas de fontes populares, os textos conseguem expor os problemas decorrentes do racismo e, em menor grau, do sexismo, mas não dão conta de qualificar a discussão, limitando-se a noticiar acontecimentos. Essa característica dos textos, a meu ver, tem estreita relação com o modo como o jornalismo dos sites *ContilNet Notícias* e *GI Acre* escolhem suas fontes e exploram suas falas.

Apenas um dos doze textos analisados pode ser classificado como reportagem: “*No Acre, onde mais de 70% da população é negra, reconhecer – e abraçar – a própria negritude tornou-se ato de resistência*” (CARNEIRO, PARFAN, 2018, online). Dos onze textos classificados como notícias, três tratam de assuntos não-factuais: “*Preconceito levou mulheres a alisarem cabelo ainda crianças: ‘ouvia apelidos’*” (MELO, 2015a, online), “*No AC, cacheadas criam grupo para enfrentar preconceito e amar cachos*” (MELO, 2015b, online) e “*No AC, ensaio fotográfico valoriza empoderamento da mulher negra e aceitação do próprio corpo*” (MELO, 2018a, online).

Além de não estarem centralizados no factual, os quatro textos têm em comum o fato de terem sido publicados em novembro. Essas duas características me permitem inferir que as pautas podem ter sido elaboradas com vistas ao mês da consciência negra. Nesse sentido, entendo que, principalmente as três últimas matérias citadas acima poderiam ter sido melhor elaboradas, isto é, já que a ideia era produzir textos que colaborassem com as discussões raciais, as pautas poderiam ter incluído outras fontes, que contextualizassem os conflitos raciais que interferem no modo como mulheres negras se veem e são vistas socialmente. Quando isso não é feito, a representação produzida pelo jornalismo resta superficial e alienante, uma vez que, por mais que narrem as experiências das fontes populares, os textos não nomeiam, tampouco problematizam o sistema de dominação que dá origem a essas violências físicas e psicológicas.

Compreendo que as limitações impostas pelas rotinas de produção podem ter influenciado de maneira significativa o não acesso a outras fontes, especialmente as secundárias. Entretanto, o diagnóstico que se apresenta, a não presença de fontes secundárias em nenhuma das matérias, é preocupante, uma vez que demonstra que o jornalismo encarnado nos textos estudados se baseia exclusivamente nas declarações de fontes primárias. Esse tipo de abordagem pode ter o efeito contrário que pretende: ao tentar dar visibilidade a temas como racismo, sexismo, LGBTQIA+fobia, classismo, capacitismo etc sem tratá-los como problemas complexos, o jornalismo esvazia a discussão construindo representações que se limitam a casos apresentados como isolados, o que pode, inclusive, ajudar a naturalizar situações e contextos de violência e/ou desigualdade.

Considerando o objetivo geral da pesquisa, verificar como o jornalismo aborda questões de raça e gênero em textos sobre mulheres negras no Acre, um olhar rápido mostra que a discussão racial se sobressaiu nos textos quando comparada à abordagem de questões de gênero. No entanto, ao refletir sobre as temáticas centrais dos textos, percebo que o gênero é um fator determinante para os assuntos trabalhados. A discussão sobre corpo e cabelo, por exemplo, muito pautada em uma crítica aos padrões de beleza racistas, está intimamente atrelada aos sentidos socialmente atribuídos ao ser mulher.

Isso reforça a argumentação de Patricia Hill Collins (2019) e Winnie Bueno (2020) no que se refere a como a dimensão da estética, do corpo, da beleza em si é atravessada pelos sentidos racistas que constroem mulheres negras como a “Outra”, o que tem impactos não só na autoestima dessas mulheres (de modo negativo) e na das mulheres brancas (de modo positivo) como também no acesso ao lugar do que é socialmente entendido como belo e digno de ocupar determinados espaços, posições no mercado de trabalho etc. A questão dos padrões de beleza é uma questão de gênero, uma vez que a valoração da autoestima de homens negros não é tão dependente da sua atratividade física se comparado ao que ocorre com mulheres negras, como aponta a socióloga estadunidense.

A partir das leituras das intelectuais feministas negras — a saber, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Winnie Bueno, bell hooks, Patricia Hill Collins — e das reflexões sobre o jornalismo e as questões raciais, entendo que a proposta do jornalismo de subjetividade, elaborada por Fabiana Moraes (2015), é muito potente por seu caráter duplo de, por um lado, exigir que o jornalismo se repense e admita suas limitações e, por outro, abrir espaço para a subjetividade, para a complexidade, sem negligenciar as etapas básicas da profissão. A

proposta evidencia que pensar o jornalismo aliando teoria e prática não só é possível como traz ganhos em termos da qualidade imprimida nessa forma de dar sentido às realidades sociais.

Entendendo o racismo como a sintomática da neurose da cultura brasileira, conforme aponta Lélia Gonzalez (2020 [1983]), compreendo que o jornalismo precisa fazer um movimento que até hoje o Brasil como um todo não fez: admitir que o racismo está presente em cada esfera da vida social. Não é mais possível se agarrar aos ideais de objetividade, imparcialidade e neutralidade para não nomear o problema adequadamente, para não se responsabilizar e, sobretudo, para não entender o jornalismo como parte que retroalimenta cotidianamente o problema.

A partir de Abdias Nascimento (2016 [1978]), Elisa Nascimento (2003) e Neusa Souza (2019 [1983]), noto a nocividade do mito da democracia racial. Nesse sentido, é urgente que o jornalismo saia da superfície quanto às discussões raciais, caso contrário, o resultado será a repetição do que já está posto: uma lógica racista secular que se reatualiza sob o manto cínico da harmonia racial. Embora essa pesquisa não se volte às rotinas de produção e ao perfil de jornalistas brasileiras/os, é importante frisar que também é urgente que haja políticas de inclusão e diversidade de equipe pautadas na proporcionalidade populacional do país.

Não adianta colocar pessoas não-brancas somente em cargos com poder mínimo nas estruturas das redações jornalísticas se as decisões editoriais e de alocação de recursos continuam nas mãos de pessoas brancas pouco ou nada comprometidas com o enfrentamento ao racismo, ao sexismo, ao classismo e assim por diante. Do mesmo modo, é fundamental que a construção de coberturas antirracistas, isto é, que se proponham ativa e cotidianamente a enfrentar o racismo, não se limitando a datas ou a eventos específicos, seja uma responsabilidade de toda a equipe, independentemente da raça/cor de suas/seus integrantes.

Quanto a possíveis críticas direcionadas à ideia de ativismo no jornalismo, novamente retomo o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (FENAJ, 2007), lembrando que é dever de jornalistas defender os direitos de cidadãos/cidadãs, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas de minorias, e combater a discriminação por motivos de raça, orientação sexual, condição física ou mental, entre outras motivações. Só se faz isso desnaturalizando os problemas sociais, questionando por que as coisas são como são e efetivando políticas a nível estrutural tanto nas rotinas de produção quanto na formação (epistemológica e em termos de pessoal) das equipes jornalísticas.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. Documento disponível para Kindle.

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ARAÚJO, Jaine; LEBRE, Victor. Cabelos cacheados tornam-se símbolo de empoderamento; mulheres acreanas criam páginas nas redes sociais para discutir tema. **Página 20**, Rio Branco, 17 maio 2016. Disponível em: <https://t.co/x81tBCXIea?amp=1>. Acesso em: 15 nov. 2018.

BARBOSA, Anny. Manicure diz que já perdeu vaga de emprego por ter cabelo cacheado. *In: G1 Acre*, Rio Branco, 22 nov. 2016. Disponível em: <https://glo.bo/3IfDEUH>. Acesso em: 27 nov. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016 [1977].

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Pólen, 2019.

BHABHA, Homi K. A outra questão: o estereótipo, a discriminação e o discurso do colonialismo. *In: BHABHA, Homi K. O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. p. 105-128.

BORGES, Rosane da Silva. Mídia, racismos e representações do outro: Ligeiras reflexões em torno da imagem da mulher negra. *In: SILVA, Roberto Carlos da; BORGES, Rosane da Silva (orgs.). Mídia e racismo*. Petrópolis: DP et Alii; Brasília: ABPN, 2012. p. 179-203.

_____. **Sueli Carneiro**. São Paulo: Selo Negro, 2009. Documento disponível para Kindle.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <https://bit.ly/3GI5ngm>. Acesso em: 04 nov. 2021.

_____. **Lei nº 1.390, de 03 de julho de 1951**. Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor. Brasília, DF: Presidência da República, 1951. Disponível em: <https://bit.ly/33vXtIL>. Acesso em: 04 nov. 2021.

_____. **Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/3fEi28l>. Acesso em: 20 out. 2021.

_____. **Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004**. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/3JVW4vw>. Acesso em: 05 jan. 2021.

_____. **Lei nº 12.033, de 29 de setembro de 2009**. Altera a redação do parágrafo único do art. 145 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, tornando

pública condicionada a ação penal em razão da injúria que especifica. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3Igsorf>. Acesso em: 04 nov. 2021.

_____. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3GIhWiv>. Acesso em: 20 out. 2021.

_____. **Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021.** Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil; define metas para taxas de pobreza; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dispositivos das Leis nos 10.696, de 2 de julho de 2003, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 12.722, de 3 de outubro de 2012; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3zkwJC7>. Acesso em: 05 jan. 2021.

_____. **Lei nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989.** Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Brasília, DF: Presidência da República, 1989. Disponível em: <https://bit.ly/3FDrKCf>. Acesso em: 04 nov. 2021.

_____. **Lei nº 9.459, de 13 de maio de 1997.** Altera os arts. 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e acrescenta parágrafo ao art. 140 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Brasília, DF: Presidência da República, 1997. Disponível em: <https://bit.ly/3qC7CMM>. Acesso em: 04 nov. 2021.

BONIN, Robson. Jornalistas da Folha assinam carta contra artigo sobre racismo reverso. *In: Veja*, [S. l.], 19 jan. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/37yebsF>. Acesso em 15 mar. 2022.

BUENO, Winnie. **Imagens de controle: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins.** Porto Alegre: Zouk, 2020.

CAFÉ DA MANHÃ: como a justiça lida com crimes racistas. Entrevistado: Samuel Vida. Entrevistadores: Bruno Boghossian e Maurício Meireles. Folha de São Paulo, 01 nov. 2021. Podcast. Disponível em: <https://spoti.fi/3fxwyPf>. Acesso em: 09 nov. 2021.

CAMARGO, Camila Fracaro; CURRALERO, Claudia Regina Baddini; Elaine Cristina LICIO; MOSTAFA, Joana. Perfil socioeconômico dos beneficiários do programa bolsa família: o que o cadastro único revela. *In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (orgs.). Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania.* Brasília: Ipea, 2013. p. 157-177. Disponível em: <https://bit.ly/3F3Cytp>. Acesso em: 06 jan. 2022.

CAMPELLO, Tereza. Uma década derrubando mitos e superando expectativas. *In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (orgs.). Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania.* Brasília: Ipea, 2013. p. 15-24. Disponível em: <https://bit.ly/3F3Cytp>. Acesso em: 06 jan. 2022.

CÂNDIDO, Marcia Rangel; VIEIRA, Lidiane. Negros nos jornais brasileiros. *In: Gemaa*, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3qAR1sG>. Acesso em 01 jul. 2021.

CARNEIRO, Astorige. Após ataque, ativistas vão ao MPF e pedem punição a comentários racistas contra Gleici. *In: ContilNet Notícias*, Rio Branco, 20 ago. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3Ijsi1Q>. Acesso em: 02 dez. 2021.

CARNEIRO, Astorige; PARFAN, Márcia. No Acre, onde mais de 70% da população é negra, reconhecer — e abraçar — a própria negritude tornou-se ato de resistência. *In: ContilNet Notícias*, Rio Branco, 27 nov. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/34SciFK>. Acesso em: 02 dez. 2021.

CARNEIRO, Sueli. A dor da cor. *In: CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011 [2002]. p. 52-53.

_____. A miscigenação racial no Brasil. *In: CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011 [2000]. p. 55-57.

_____. Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In: Geledés*, 06 mar. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2D8W8oP>. Acesso em: 06 jul. 2019.

_____. Gênero e raça na sociedade brasileira. *In: CARNEIRO, Sueli. Escritos de uma vida*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020 [2002]. p. 150-184.

_____. Mulheres em movimento. *In: CARNEIRO, Sueli. Escritos de uma vida*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020 [2003]. p. 185-194.

_____. Mulher negra. *In: CARNEIRO, Sueli. Escritos de uma vida*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020 [1985]. p. 13-59.

CARTA Aberta de Apoio a Antonio Risério e Oposição ao Identitarismo. *In: Xibolete*. [S. l.], jan. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/34NhVWe>. Acesso em: 15 mar. 2022.

CESAR, Luan. Após divulgação de ensaio fotográfico nu, miss sofre ataques racistas e presta queixa no Acre: ‘cabelos de bucha’. *In: G1 Acre*, Rio Branco, 18 set. 2017. Disponível em: <https://glo.bo/3IhLSeW>. Acesso em: 09 nov. 2021.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. *Ética no jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2008.

CNN Brasil. Mourão: “No Brasil não existe racismo” | Visão CNN, 20 nov. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3FA3Asl>. Acesso em: 14 jan 2021.

COLLINS, Patricia Hill. Mammies, matriarcas e outras imagens de controle. *In: COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. 1. ed. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 135-177.

_____. O poder da autodefinição. *In*: COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. 1. ed. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 179-215.

_____. Por uma política de empoderamento. *In*: COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. 1. ed. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 433-456.

COLOMBO, Nayra Claudinne Guedes Menezes. **Corpos negros x falas brancas**: as representações do negro na literatura de expressão Amazônica, Brasil. 2009. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade, Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2009.

DAFLON, Verônica Tosten. **Tão longe, tão perto**: identidades, discriminação e estereótipos de pretos e pardos no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

D'AGOSTINO, Rosanne. Supremo decide que injúria racial é imprescritível e pode ser equiparada ao crime de racismo. *In*: **G1**, Brasília, 28 out. 2021. Disponível em: <https://glo.bo/33M7W2q>. Acesso em: 09 nov. 2021.

D'ANGELO, Helô. As origens do Dia da Mulher Negra Latina e Caribenha. *In*: **Geledés**, 24 jul. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2LSC1lo>. Acesso em: 07 out. 2019.

ESCOLA DO PARLAMENTO. **O legado da escravidão sobre a democracia existente no Brasil**. São Paulo, 20 set. 2020. Facebook @eparlamento. Disponível em: <https://bit.ly/3sZpEbD>. Acesso em: 23 fev. 2022.

EVARISTO, Conceição. Vozes-mulheres. *In*: **Poemas da recordação e outros movimentos**. Rio de Janeiro: Malê, 2017. p. 24-25

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARIAS, Amanda; ARAÚJO, Jaine. Nova divisão de cotas levanta dúvidas. **Zero**, Florianópolis, ano 36, n. 5, nov. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3fEjnvT>. Acesso em: 29 nov. 2021.

FENAJ. **Código de ética dos jornalistas brasileiros**. Disponível em: <https://bit.ly/3FMaivK>. Acesso em 25 mar. 2021.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. Análise do conteúdo. *In*: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005, p. 280-304.

GOMES, Lisânia Ghisi. **Representações no jornal Página 20**: um estudo sobre mulheres negras na coluna Cultura 20, Brasil. 2020. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade, Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2020.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. 3. ed. rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020 [2006].

GONZALEZ, Lélia. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. *In: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Organização de Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020 [1988]. p. 267-270.*

_____. A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica. *In: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Organização de Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020 [1982]. p. 49-64.*

_____. Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. *In: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Organização de Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020 [1979]. p. 25-44.*

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Organização de Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020 [1983]. p. 75-93.*

GURGEL, Luciana. Instituto Reuters mostra Brasil entre países onde editores dos principais veículos são brancos. *In: Uol*, 20 mar. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3qB0Ghq>. Acesso em: 24 mar. 2021.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Apicuri, 2016.

_____. Identidade cultural e diáspora. *In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)**, n. 24, 1996. Disponível em: <https://bit.ly/3boRfbm>. Acesso em: 11 maio 2020.*

HALL, Stuart *et al.* A produção social das notícias: os mugging nos media. *In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo, questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Insular, 2016. p. 309-341.*

HERSCOVITZ, Heloiza. Análise de conteúdo em jornalismo *In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (orgs.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 123-142.*

HOOKS, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. Tradução de Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019a.

_____. **Olhares negros: raça e representação**. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019b.

_____. Straightening our hair. *In: **Talking back: thinking feminist, thinking black**. New York: South End Press, 1989.*

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <https://bit.ly/3zB0cw0>. Acesso em: 07 jan. 2022.

_____. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3Ie4z3l>. Acesso em: 25 out. 2021.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018 (dados do Acre)**. Disponível em: <https://bit.ly/3vKYPLm>. Acesso em 07 mar. 2021.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019 (dados do Acre)**. Disponível em: <https://bit.ly/3ryrP5v>. Acesso em 30 nov. 2021.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019 (dados do Brasil)**. Disponível em: <https://bit.ly/3GVNdrT>. Acesso em: 30 nov. 2021.

_____. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3nCtaXF>. Acesso em: 22 out. 2020.

_____. **Tabela 3175 — População residente por cor ou raça, segundo a situação do domicílio, o sexo e a idade**. Disponível em: <https://bit.ly/3rx9pBQ>. Acesso em: 28 mar. 2021.

KATZ, Helena. Por uma teoria crítica do corpo. *In*: OLIVEIRA, Ana Claudia de; CASTILHO, Kathia (orgs.). **Corpo e moda: por uma compreensão do contemporâneo**. Barueri: Estação das Letras e Cores Editora, 2008. p. 69-74.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LIMA, Lilian. 'Era esperto, brincalhão', diz amigo de infância sobre homem negro morto espancado em supermercado no RS. *In*: **G1 Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 20 nov. 2020. Disponível em: <https://glo.bo/3fyzURW>. Acesso em: 16 abr. 2021.

LINDOSO, Ton. “Cabelo de bucha”: acreana faz ensaio sensual e sofre ataques racistas. *In*: **ContilNet Notícias**, Rio Branco, 19 set. 2019. Disponível: <https://bit.ly/3Kpu834>. Acesso em: 02 dez. 2021.

MACHADO, Marta Rodriguez de Assis; LIMA, Márcia; NERIS, Natália. Racismo e insulto racial na sociedade brasileira: dinâmicas de reconhecimento e invisibilização a partir do direito. **Revista Novos Estudos**. Cebrap. São Paulo, v. 35, n. 03, nov. 2016, p. 11-28. Disponível em: <https://bit.ly/3KniXbu>. Acesso: 04 nov. 2021.

MAIA, Flávia. Crime de injúria racial é imprescritível, decide STF. *In*: **Jota**, [S. l.], 28 out. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3nD4Ch3>. Acesso em: 09 nov. 2021.

MAIS pessoas negras e menos mulheres no mesmo trabalho exaustivo: o Perfil de jornalistas no Brasil em 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3GH4a9a>. Acesso em: 17 jan. 2021.

MEDITSCH, Eduardo. **O jornalismo é uma forma de conhecimento?** *In:* Biblioteca Online de Ciências da Comunicação – BOCC, 1997. Disponível em: <https://bit.ly/2ZeLOGh>. Acesso em: 17 out. 2019.

MELO, Quésia. Comissão pede que MPF-AC apure injúria racial contra Gleici, do BBB 18, após sister ser chamada de 'macaca'. *In:* **G1 Acre**, Rio Branco, 21 fev. 2018b. Disponível em: <https://glo.bo/33pAFdM>. Acesso em: 09 nov. 2021.

_____. No AC, cacheadas criam grupo para enfrentar preconceito e amar cachos. *In:* **G1 Acre**, Rio Branco, 20 nov. 2015b. Disponível em: <https://glo.bo/3fyXYUT>. Acesso em: 27 nov. 2021.

_____. No AC, ensaio fotográfico valoriza empoderamento da mulher negra e aceitação do próprio corpo. *In:* **G1 Acre**, Rio Branco, 20 nov. 2018a. Disponível em: <https://glo.bo/3o3QLkh>. Acesso em: 27 jan. 2022.

_____. Preconceito levou mulheres a alisarem cabelo ainda crianças: 'ouvia apelidos'. *In:* **G1 Acre**, Rio Branco, 13 nov. 2015a. Disponível em: <https://glo.bo/3nBBVRP>. Acesso em: 27 nov. 2021.

MORAES, Fabiana. A subjetividade como uma proposta de decolonização do jornalismo brasileiro. *In:* MAIA, Marta R.; PASSOS, Mateus Yuri. **Narrativas midiáticas contemporâneas: epistemologias dissidentes**. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2020. p. 65-80.

MORAES, Fabiana; GOUVEIA, Diego. Para além do robô, a reportagem: pavimentando uma metodologia do jornalismo de subjetividade. *In:* MAIA, Marta R.; MARTINEZ, Monica. (org.). **Narrativas midiáticas contemporâneas: perspectivas metodológicas**. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2018. p. 99-114.

MORAES, Fabiana. **O nascimento de Joicy**: Transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2015.

_____. Para que serve um jornalismo de subjetividade? *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 16., 2018, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...]. São Paulo: Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, 2018, p. 01-15. Disponível em: <https://bit.ly/3G2plSP>. Acesso em: 27 set. 2021.

MORAES, Fabiana; SILVA, Marcia Veiga da. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. *In:* ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (COMPOS), 28., 2019, Porto Alegre. **Anais eletrônicos** [...]. Porto Alegre: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2019, p. 01-21. Disponível em: <https://bit.ly/3eV09lk>. Acesso em: 28 set. 2021.

_____. Onde está Ruanda no mapa? Decolonialidade, subjetividade e o racismo epistêmico no jornalismo. *In:* MENDES, Francielle Maria Modesto; QUEIRÓS, Francisco Aquinei Timóteo; SILVA, Wagner da Costa (orgs.). **Pesquisa em comunicação: jornalismo, raça e gênero**. Rio Branco: Nepan, 2021. p. 94-109.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Pólen, 2019. Documento disponível para Kindle.

MUNANGA, Kabengele. **Negritudes: usos e sentidos**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009 [1988].

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 1. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016 [1978]. Documento disponível para Kindle.

NASCIMENTO, Aline. Após comentário racista, membro do CFA se retrata com goleira da seleção. *In: G1 Acre*, Rio Branco, 19 ago. 2016. Disponível em: <https://glo.bo/34e8tKK>. Acesso em: 27 jan. 2022.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2003.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RISÉRIO, Antônio. Racismo de negros contra brancos ganha força com identitarismo. *In: Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15 jan. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/37z1UnO>. Acesso em: 15 mar. 2022.

ROCHA, Flávia Rodrigues Lima da. **Inaudíveis e invisíveis: Representações de negros na historiografia acreana, Brasil**. 2011. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade, Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2011.

RODRIGUES, Denise Carvalho dos Santos. **Experiências de injúria racial e preconceito/discriminação em novos contextos sociais: Um estudo sobre os Boletins de Ocorrência e os relatos de crimes raciais registrados na 2ª Delegacia de Polícia de Repressão aos Crimes Raciais e de Delitos de Intolerâncias (DECRADI/SP)**. 2018. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

RODRIGUES, Iryá. Membro do CFA faz post racista com goleira da seleção e gera polêmica. *In: G1 Acre*, Rio Branco, 13 ago. 2016. Disponível em: <https://glo.bo/3o4unr7>. Acesso em: 27 jan. 2022.

SANTANA, Bianca. Nossa negritude de pele clara não será negociada. *In: Uol*, [S. l.], 28 jul. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3qAuM65>. Acesso em: 29 nov. 2021.

SANTANA, Bianca. **Quando me descobri negra**. São Paulo: SESI-SP editora, 2015.

SANTOS, Armstrong da Silva. **Haitianos na Amazônia Sul-Ocidental: identidades e narrativas em trânsito, Brasil**. 2014. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-

Graduação em Letras: Linguagem e Identidade, Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2014.

SCARDOELLI, Anderson. Para diretor da Folha, carta contra “textos racistas” é “parcial”. *In: Portal Comunique-se*. [S. l.], 20 jan. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3Jeu41S>. Acesso em: 15 mar. 2022.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de notícias: ações e estratégicas das fontes no jornalismo**. Florianópolis: Combook, 2011.

SILVA, Italva Miranda da. **Terreiros de candomblé na Amazônia acreana: lutas e solidariedades na construção de territórios e identidades**, Brasil. 2009. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade, Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2009.

SILVA, Jaine Araújo da; DANTAS, Roseane; VERAS, Nina Maria de Sousa. **Negritudes acreanas: da negação à autoidentificação racial**. Rio Branco, 01 abr. 2020. 1 vídeo (17 min, 15 s). Publicado pelo canal Nina Veras. Disponível em: <https://bit.ly/3FyRj7G>. Acesso em: 29 nov. 2021.

SILVA, Jaine Araújo da; MENDES, Francielle Maria Modesto. Um estudo sobre a cobertura da Quinzena da Mulher Negra no site Notícias do Acre. *In: MENDES, Francielle Maria Modesto; QUEIRÓS, Francisco Aquinei Timóteo; SILVA, Wagner da Costa (orgs.). Pesquisa em comunicação: jornalismo, raça e gênero*. Rio Branco: Nepan, 2021. p. 77-93.

SILVA, Jaine Araújo da; ROSA, Amanda Regina; VERAS, Nina Maria de Sousa. **Cabelo como forma de empoderamento**. Florianópolis, 06 jun. 2017. 1 vídeo (3 min, 33 s). Publicado pelo canal Nina Veras. Disponível em: <https://bit.ly/3FFqYEQ>. Acesso em: 29 nov. 2021.

SILVA, Jaine Araújo da. **“Pretinho básico”**: uma análise de textos dos veículos Estadão, Folha de São Paulo, Elle e Vogue sobre o negro na marca LAB no SPFV. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social/Jornalismo) – Universidade Federal do Acre, 2019.

SILVA, Marcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias**. Florianópolis: Insular, 2014.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. *In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 31-42. Disponível em: <https://bit.ly/334uINQ>. Acesso em: 28 set. 2019.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. LeBooks: 2019 [1983].

‘TOLERÂNCIA zero’, diz CFA sobre post racista de um de seus membros. *In: G1 Acre*, Rio Branco, 15 ago. 2016. Disponível em: <https://glo.bo/3o3AE6a>. Acesso em: 27 jan. 2022.

TV BOITEMPO. **Patricia Hill Collins explica Pensamento Feminista Negro | #1 Imagens de controle.** [S. l.: s. n.], 08 mar. 2019. 1 vídeo (8 min 23 s). Publicado pelo canal TV Boitempo. Disponível em: <https://bit.ly/323yL1B>. Acesso em: 03 dez. 2021.

WALTZ, Igor. O jornalista sentado e as condições de produção: considerações sobre práticas profissionais na comunicação em rede. *In: Leituras do Jornalismo*. Ano 2, v. 2, n. 4, p. 116-133, Julho-Dezembro de 2015. Disponível em: <https://bit.ly/37aEhSl>. Acesso em 07. mar. 2022.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**: mass media; contexto e paradigmas, novas tendências, efeitos a longo prazo, o newsmaking. 8. Ed. Lisboa, Presença, 1999.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In: SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p. 07-72.

APÊNDICE — LISTA DE MATÉRIAS COLETADAS INICIALMENTE

Título	Autoria e veículo	Publicação
1. Estudo revela que 100% das presas no estado do Acre são negras	Ton Lindoso (ContilNet)	07/11/15
2. Rio Branco é uma das capitais com maior taxa de homicídios contra mulheres	Ton Lindoso (ContilNet)	09/11/15
3. Acreanas se unem à manifestação mundial e fazem paralisação no Dia das Mulheres	Nany Damasceno (ContilNet)	08/03/17
4. Femicídio: crimes contra a vida das mulheres cresce de forma alarmante no Acre	Everton Damasceno (ContilNet)	23/05/17
5. Em 10 anos, número de mortes entre mulheres cresceu 46% no Acre	Nany Damasceno (ContilNet)	08/06/17
6. Espetáculo “Sete Ventos” chega ao Teatro de Arena do Sesc neste sábado	Nany Damasceno (ContilNet)	05/08/17
7. Espetáculo “Sete Ventos” é apresentado no teatro de Arena do Sesc	Nany Damasceno (ContilNet)	19/08/17
8. “Cabelo de bucha”: acreana faz ensaio sensual e sofre ataques racistas	Ton Lindoso (ContilNet)	19/09/17
9. Após ataque, ativistas vão ao MPF e pedem punição a comentários racistas contra Gleici	Astorige Carneiro (ContilNet)	20/02/18
10. Representantes acreanos promovem evento para participação em conferência nacional	Astorige Carneiro (ContilNet)	07/05/18
11. Violência contra a mulher aumenta na Capital e mais de 1000 casos são contabilizados no 1º semestre	Everton Damasceno (ContilNet)	01/07/18
12. Debate de encerramento da Quinzena da Mulher Negra ocorre no Sesc centro	Redação ContilNet	31/07/18
13. No Acre, onde mais de 70% da população é negra, reconhecer – e abraçar – a própria negritude tornou-se ato de resistência	Astorige Carneiro e Márcia Parfan (ContilNet)	27/11/18
14. Em combate ao racismo, III Quinzena da Mulher Negra é realizada na capital	Caio Fulgêncio (G1 Acre)	16/07/15
15. Acre é um dos estados com maior taxa de homicídios de negras	Tácita Muniz (G1 Acre)	09/11/15

16. Preconceito levou mulheres a alisarem cabelo ainda crianças: 'ouvia apelidos'	Quésia Melo (G1 Acre)	13/11/15
17. No AC, ativistas protestam contra discriminação racial e Eduardo Cunha	Quésia Melo e Yuri Marcel (G1 Acre)	18/11/15
18. No AC, cacheadas criam grupo para enfrentar preconceito e amar cachos	Quésia Melo (G1 Acre)	20/11/15
19. Show 'Boca de Mulher' vai homenagear a mulher negra	G1 Acre	22/07/16
20. Fimoteca exhibe filmes em homenagem ao Dia da Mulher Negra	G1 Acre	25/07/16
21. Membro do CFA faz post racista com goleira da seleção e gera polêmica	Iryá Rodrigues (G1 Acre)	13/08/16
22. 'Tolerância zero', diz CFA sobre post racista de um de seus membros	G1 Acre	15/08/16
23. Após comentário racista, membro do CFA se retrata com goleira da seleção	Aline Nascimento (G1 Acre)	19/08/16
24. Manicure diz que já perdeu vaga de emprego por ter cabelo cacheado	Anny Barbosa (G1 Acre)	22/11/16
25. No Dia da Mulher, ativistas paralisam em praça e pedem fim da violência	Aline Nascimento (G1 Acre)	08/03/17
26. Conferência reúne mulheres para debater acesso à saúde em Rio Branco	Jornal do Acre (G1 Acre)	23/05/17
27. Taxa de homicídios de negros aumenta 70% no Acre em uma década, aponta Ipea	Caio Fulgêncio (G1 Acre)	08/06/17
28. Miss mostra sensualidade da gravidez em ensaio fotográfico nu em Rio Branco	Caio Fulgêncio (G1 Acre)	08/09/17
29. Após divulgação de ensaio fotográfico nu, miss sofre ataques racistas e presta queixa no Acre: 'cabelos de bucha'	Luan Cesar (G1 Acre)	18/09/17
30. No AC, mulheres negras têm duas vezes mais chances de serem mortas do que brancas	Ana Paula Cunha, Jornal do AC, 1ª Edição (G1 Acre)	12/12/17
31. Para participar de festival internacional, grafiteiros do Acre fazem rifas para comprar	Aline Nascimento (G1 Acre)	19/02/18

passagens e viajar para BA		
32. Comissão pede que MPF-AC apure injúria racial contra Gleici, do BBB 18, após sister ser chamada de 'macaca'	Quésia Melo (G1 Acre)	21/02/18
33. População carcerária feminina no Acre é formada por 97% de mulheres negras, aponta estudo	Quésia Melo (G1 Acre)	29/05/18
34. No AC, ensaio fotográfico valoriza empoderamento da mulher negra e aceitação do próprio corpo	Quésia Melo (G1 Acre)	20/11/18
35. Estudo revela que AC teve 516 assassinatos em 2017; n° é menor que o divulgado pela Segurança	Iryá Rodrigues (G1 Acre)	06/06/19
36. Departamento de igualdade racial defende cotas para negros no serviço público em Rio Branco	G1 Acre (G1 Acre)	15/07/19
37. Secretaria dialoga com Movimento de Mulheres Negras	Maria Meirelles (Notícias do Acre)	28/01/15
38. Acre se prepara para 3ª Quinzena da Mulher Negra	Concita Cardoso (Notícias do Acre)	02/06/15
39. Governo promove jornada para mulheres em gênero e raça	Concita Cardoso (Notícias do Acre)	23/06/15
40. Terceira Quinzena da Mulher Negra começa dia 16 de julho	Concita Cardoso (Notícias do Acre)	06/07/15
41. Quinzena da Mulher Negra discute políticas afirmativas para a população negra	Concita Cardoso (Notícias do Acre)	16/07/15
42. Governo realiza I Encontro da Mulher Negra em Sena Madureira	Concita Cardoso (Notícias do Acre)	23/07/15
43. Primeira-dama Marlúcia Cândida participa do Encontro de Mulheres Negras	Concita Cardoso (Notícias do Acre)	24/07/15
44. Associação das Mulheres Negras será criada no Acre	Concita Cardoso (Notícias do Acre)	17/08/15
45. Mulheres Negras se reúnem e criam associação	Concita Cardoso (Notícias do Acre)	18/08/15
46. Mulheres de Sena Madureira e Manoel Urbano participam de conferência	Concita Cardoso (Notícias do Acre)	04/09/15

47. Acre se prepara para a Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres	da Redação (Notícias do Acre)	14/11/15
48. Mulheres marcham pelo fim do preconceito no país	da Redação (Notícias do Acre)	19/11/15
49. Debate marca o Dia Nacional da Mulher Negra no Acre	da Redação (Notícias do Acre)	25/07/16
50. Saúde da mulher negra é tema de roda de conversa em Rio Branco	da Redação (Notícias do Acre)	29/07/16
51. SEPMulheres inicia oficina de maracatu para acreanas	da Redação (Notícias do Acre)	02/02/17
52. No mês da mulher, SEPMulheres expande atividades	da Redação (Notícias do Acre)	07/03/17
53. Governo busca mulheres negras e indígenas para cursos profissionalizantes	da Redação (Notícias do Acre)	13/04/17
54. Começam os preparativos para a 5ª Quinzena da Mulher Negra	da Redação (Notícias do Acre)	15/06/17
55. Abertura da 5ª Quinzena da Mulher Negra é realizada na Baixada do Sol	da Redação (Notícias do Acre)	18/07/17
56. Debates da 5ª Quinzena da Mulher Negra são promovidos no interior	da Redação (Notícias do Acre)	28/07/17
57. Sarau Feminista destaca protagonismo das mulheres na sociedade	da Redação (Notícias do Acre)	11/12/17
58. Associação de Mulheres Negras realiza eleição para escolha do novo Conselho Diretor	da Redação (Notícias do Acre)	12/03/18
59. Artistas celebram cultura urbana em 2º Encontro Internacional de Graffiti	da Redação (Notícias do Acre)	11/06/18
60. Quinzena da Mulher Negra será realizada em Rio Branco	da Redação (Notícias do Acre)	13/07/18
61. VI Quinzena da Mulher Negra promove conscientização da população	da Redação (Notícias do Acre)	16/07/18
62. Quinzena da Mulher Negra discute o enfrentamento ao racismo	Luana Lima (Notícias do Acre)	04/07/19
63. Estado participa da 7ª Quinzena da Mulher Negra	Luana Lima (Notícias do Acre)	11/07/19

ANEXO — MATÉRIAS ANALISADAS

1. Preconceito levou mulheres a alisarem cabelo ainda crianças: ‘ouvia apelidos’

Quésia Melo (G1 Acre), 13 de novembro de 2015

Acreanas vencem preconceito e dão adeus à química para assumir cachos.

‘Meus amigos não gostavam de mim’, diz Juliana Bernardino.



Juliana Bernardino começou a alisar o cabelo com apenas 9 anos e teve corte químico (Foto: Juliana Bernardino/Arquivo Pessoal)

“Eu alisava porque meus amigos não gostavam de mim. Eu ouvia apelidos ruins por causa do meu cabelo e da minha cor”, lembra a funcionária pública federal, Juliana Bernardino, de 32 anos. A solução encontrada pela jovem, que tinha apenas 9 anos na época, foi alisar o cabelo para tentar se encaixar. Dezoito anos depois, entretanto, ela resolveu romper com a química e assumir de vez os cachos.

Abandonar a química e assumir o cabelo crespo não é decisão fácil para muitas mulheres. É que algumas delas, como Juliana, carregam nos fios dos cabelos traumas de infância e na tentativa de serem aceitas em grupos sociais acabam recorrendo aos processos de alisamento. É o caso da estudante Laila Oliveira Assad, de 20 anos. As ‘brincadeiras’ feitas pelos coleguinhas da escola fizeram com que ela tivesse o cabelo alisado também aos 9 anos.

“Todos ficavam falando, tirando o sarro. Eu achava a franja bem ressecada, e minha mãe não sabia mexer com meu cabelo. Resolveu alisar para ver como ficaria, foi assim que começou”, conta.

‘Dois meses sem ir ao trabalho por sentir vergonha’

Para resgatar o cabelo original, muitas mulheres enfrentam a chamada transição capilar. Processo longo, que exige paciência e força de vontade. Nesse processo, deixa-se a raiz crescer natural e os fios que passaram por química vão sendo cortados aos poucos. Outras, mais radicais, se submetem ao ‘big chop’, ou grande corte, quando se retira toda a química do cabelo de uma só vez para assumir os fios curtos.

No caso de Juliana Bernardino não houve chance de escolher entre as duas opções. Após um corte químico, ela ficou com poucos centímetros de cabelo e decidiu valorizar os cachos. Porém mesmo após cinco anos sem química, ela ainda lembra do trauma vivido.

“Fiquei com cabelo 4 a 5 centímetros de cabelo após o corte químico. Fazia primeiro escova e depois chapinha sempre duas vezes na semana. Quando não estava com ele liso eu fazia coque”, lembra.

Após a quebra do cabelo, Juliana conta que chegou a ficar dois meses sem ir ao trabalho por sentir vergonha. “Quando o cabelo caiu e fui vendo ele crescendo, me apaixonei por mim. Mas, era muito difícil me olhar com o cabelo curtíssimo. Depois pus o rastafári e uso até hoje. Amo meus cachos, me amo por me assumir negra, cacheada, pixaim ou sarará. Sou muito camaleoa, e o cabelo natural dá essa liberdade”, destaca.



Elimara conta que alisava o cabelo porque se sentia diferente (Foto: Elimara dos Santos/Arquivo Pessoal)

A jovem Elimara dos Santos, de 22 anos, conta que alisava porque não queria ser diferente e chegou a pedir o alisamento como presente de aniversário. Ela começou a alisar o cabelo aos 16 anos. “Ninguém nunca me falou nada, mas eu me sentia diferente. Minha mãe não queria deixar, eu via todo mundo com o cabelo liso e solto, tinha vergonha do meu volume”, lembra. A decisão de parar com as químicas veio três anos depois, após ela encontrar uma amiga cacheada. “Ela me deu várias dicas, aí parei. Comecei a fazer natação e uma coisa sacrificava a outra. Foi um sofrimento. Nunca tinha usado cabelo curto. Tive vergonha no início. Chegaram a me perguntar se eu estava sem dinheiro para fazer a raiz, levei na esportiva. Sou apaixonada pelo meu cabelo, me senti livre quando tirei o liso”, destaca.



As brincadeiras dos coleguinhas levaram Laila Assad a procurar o alisamento aos 9 anos (Foto: Laila Assad/Arquivo Pessoal)

A intenção da estudante Ana Luiza, 19 anos, era apenas ‘soltar os cachos’, mas acabou alisando os fios por seis anos. Ela tinha 12 anos e queria um cabelo liso pois achava mais bonito. “Achava meu cabelo feio e difícil de cuidar. Passei dois anos planejando tirar o liso. Em 2014 fiz um alisamento, mas não pegou direito e gastei R\$ 300. Vi como era loucura ficar alisando o cabelo. Comecei a pesquisar na internet, foi o que me deu ânimo”, explica. Ana destaca que é preciso desapego, mas a experiência é libertadora. “Assumir o cabelo natural não é moda. Como falam. É revolução, autonomia e resistência. Manter os cachos em

uma sociedade que prega que mesmo o cacheado mais bonito deveria ser alisado não é fácil”, ressalta.



‘Achava meu cabelo feio e difícil de cuidar. Passei dois anos planejando tirar o liso’, conta Ana Luiza (Foto: Ana Luiza/Arquivo Pessoal)

Dicas de cuidados

Após passar pela transição e fazer o grande corte, muitas meninas precisam aprender a lidar com uma nova textura capilar. O novo cabelo pede um processo de finalização totalmente diferente e o uso de cremes para pentear e até óleos capilares. Entre os cuidados necessários estão a fitagem, uso de plopping e umectação com óleos vegetais.

A fitagem é uma técnica de texturização que ajuda a definir os cachos, no processo o cabelo é dividido em 'fitas' e o creme de pentear é passado em mechas que depois são separadas cacho a cacho. O plopping é uma forma de secar o cabelo que ajuda a definir os cachos e diminuir o frizz. A umectação, hidratação com óleos vegetais, ajuda a nutrir os fios, deixando eles mais definidos.

Ana é adepta da técnica ‘low poo’, ou pouco xampu, quando são usados apenas produtos que não contenham parafinas, parabenos ou petrolatos que agridem os fios. Ela também segue o cronograma capilar com uma rotina de hidratação, nutrição e reconstrução dos fios.

“Se você pesquisar direitinho acha produtos maravilhosos e bem em conta. Sinto que meu cabelo está muito melhor com o low poo, mesmo usando tintura. Quando alisava não podia usar as cores que queria no cabelo, pois era muito sensível”, disse.

Elimara aposta nas receitas caseiras. “Tento não molhar todos os dias e sempre hidratar os cabelos de acordo com as necessidades que eles apresentam. Também uso leite de coco, creme de leite, azeite, cenoura e aveia nas minhas hidratações”, explica.

Já Juliana reforça a importância de manter o corte em dia. “Eu uso babosa batida com o creme de hidratação. Faço banho de creme com óleos capilares de abacate, babosa, côco e uso xampu sem sal. Mantenho sempre o corte em camadas para dar mais volume”, destaca.

2. No AC, cacheadas criam grupo para enfrentar preconceito e amar cachos

Quésia Melo (G1 Acre), 20 de novembro de 2015

Em grupo, cacheadas e crespas trocam dicas de cuidados capilares.

Mulheres também dão apoio em casos de preconceito por causa do cabelo.



Talita parou de alisar o cabelo para incentivar a prima de apenas seis anos a amar seus cachos (Foto: Walcimar Junior/Arquivo Pessoal)

Aos cinco anos de idade, a servidora pública Tallita Craveiro começou a alisar os cabelos. Hoje com 21 anos, ela conta que nem mesmo lembrava da estrutura original dos fios.

Tallita faz parte do grupo ‘Cacheadas AC’, criado com o objetivo de reunir mulheres com cabelos cacheados e crespos para troca de informações, dicas e apoio em situações de preconceito.

Atualmente, o grupo reúne ao menos 53 mulheres. Muitas buscam apoio para enfrentar a temida transição capilar, quando abandonam os alisamentos químicos para assumir o cabelo natural.

Tallita conta que decidiu parar de alisar os fios por causa da prima Bárbara Araújo, de apenas seis anos, que passou a achar o cabelo cacheado feio por causa das amigas que tem as madeixas lisas.

“Parei de alisar para ela ver que não era feio. Mostrei muitas fotos e vídeos de meninas cacheadas para ela. Acho que por conhecer outras pessoas que também passam por isso, nos sentimos menos sozinhas. Depois disso, ela passou a amar mais o cabelo dela”, conta.

A servidora pública lembra que conheceu o grupo através de uma amiga que também usava processos químicos de alisamento no cabelo. Por não lembrar como é o seu cabelo natural, o ‘Cacheadas AC’ a ajuda com dicas de texturização e cuidados diários.

“Acho que o mais importante no grupo é saber que tem outras pessoas passando pela mesma coisa. A transição capilar é muito difícil. Tem muita gente no grupo que sabe muito mais do que eu, se tenho dúvidas pergunto para elas, sejam produtos, dicas de corte ou texturização”, explica.

‘Conheci o grupo quando mais precisei’, diz cacheada

Após usar um produto para cachear ainda mais os fios, a estudante Elimara dos Santos, 22 anos, obteve um resultado totalmente oposto. “Conheci o grupo quando mais precisei de ajuda. Esse produto alisou meu cabelo. No momento de desespero falei com uma amiga, ela falou sobre o grupo e pedi para me adicionarem”, conta.

Em conversas com outras integrantes, a estudante afirma que recebeu muitas dicas de cuidados com os fios.

“Consegui dicas de hidratações entre outras. Sempre damos apoio às meninas que sofrem preconceito. O mercado para cachos ainda é pequeno e caro, com as outras meninas descobri produtos baratos e que dão um ótimo resultado”, destaca.

‘Querida ser bonita’, diz estudante sobre alisar cabelo aos nove anos

Somente aos 23 anos, a jovem Camila Oliveira decidiu parar de alisar o cabelo. Os processos químicos começaram quando ainda tinha apenas nove anos. “Me sentia feia. Achava que o bonito era o liso e grande. Querida ser bonita”, conta.

Incentivada por outras garotas do grupo, a acadêmica de Educação Física segue na transição capilar e aos poucos vai aprendendo a cuidar do novo cabelo. “Cansei de pranchar e alisar o cabelo. Não lembrava nem como ele era. Aos poucos fui descobrindo como cuidar dos fios, antes eu só vivia com ele preso. No grupo te incentivam, te ajudam e apóiam”, destaca.



Paula Braga, Camila Oliveira, Elimara dos Santos e Talita Craveiro fazem parte do grupo Cacheadas AC (Foto: Walcimar Junior/Arquivo Pessoal)

3. Manicure diz que já perdeu vaga de emprego por ter cabelo cacheado

Anny Barbosa (G1 Acre), 22 de novembro de 2016

Grupo luta contra preconceito e troca dicas de cabelos cacheados. ‘Não poderia ocupar a vaga a não ser que eu alisasse’, diz mulher.



Jaqueline Silva conta que decidiu assumir os cachos e lutar contra o preconceito após perder vaga de emprego (Foto: Anny Barbosa/G1)

Em Cruzeiro do Sul, a Secretaria Estadual de Educação (SEE) promoveu, nesta terça-feira (22), a abertura dos 16 dias de Ativismo Contra a Violência Contra a Mulher na cidade. O objetivo é promover ações de combate a todo e qualquer tipo de violência.

Na abertura, várias pessoas se reuniram para debater o tema. Um deles foi o cabelo cacheado ou crespo como identidade. E uma das histórias que chamou atenção no evento foi a da manicure Jaqueline Silva, de 27 anos. Ela contou que já perdeu uma vaga de emprego durante a transição capilar para aceitar seu cabelo cacheado.

“A moça me disse que eu tinha ido muito bem na entrevista, mas, como estava no processo de transição capilar, não poderia ocupar a vaga. A não ser que alisasse o cabelo. Foi naquele dia que decidi que ninguém mais iria colocar regras no meu cabelo”, conta.

Esse, segundo a manicure, foi apenas um dos tantos episódios que sofreu por conta do cabelo cacheado. Por pressão, ela conta que teve que aderir á prática do alisamento. “Quando eu era criança sofria muito preconceito das meninas de cabelos lisos e não fazia parte do padrão do grupo. Uma vez, uma colega chegou a amarrar meu cabelo em uma cadeira e tiveram que cortar. Foi o fim para mim”, relembra.

‘Meu cabelo, minha identidade’

Aos 14 anos, a cabeleireira Quele Cristina Oliveira iniciou o processo de alisamento nos cabelos também como uma forma de ser aceita no ciclo de amizades. Hoje, aos 38 anos, ela se livrou da química e decidiu também assumir os cachos.

Há cerca de dois anos, Quele iniciou o projeto "Meu cabelo, minha identidade" com o objetivo de passar dicas e informações sobre os cuidados com os cabelos cacheados e também lutar contra o preconceito que ainda existe.

“Minha filha tinha vontade de usar o cabelo armado e não tinha influência. Sendo cabeleireira, já ouvimos todo tipo de comentário de clientes sobre o motivo de estarem alisando. Então, decidi dar um basta”, conta.



Grupo luta contra preconceito e defende cabelo cacheado como identidade (Foto: Anny Barbosa/G1)

16 dias de ativismo

A coordenadora do Centro de Referência Especializado em Atendimento à Mulher (Rede Reviver), Rosalina Souza, explica que os encontros pretendem abranger não só a questão da consciência negra, mas também dos direitos humanos. “A abertura se dá desde a consciência negra até o Dia Internacional dos Direitos Humanos. Nessas datas, nós organizamos ações e atividades voltadas para esse tema”, finaliza.

4. No AC, ensaio fotográfico valoriza empoderamento da mulher negra e aceitação do próprio corpo

Quésia Melo (G1 Acre), 20 de novembro de 2018

Objetivo era quebrar padrões e destacar a identidade da mulher negra para que ela reconheça a própria autoestima.

Dez mulheres posaram para as fotos no Horto Florestal, em Rio Branco.



Empoderamento feminino e aceitação do próprio corpo são temas de ensaio fotográfico em Rio Branco — Foto: Aquele Casal Fotógrafo/Divulgação

Com o objetivo de exaltar o empoderamento feminino negro e destacar a aceitação do próprio corpo, um grupo de mulheres decidiu fazer um ensaio fotográfico sobre o tema em Rio Branco.

Ao todo, dez jovens de biotipos diferentes participaram do ensaio que focou também em partes e características do corpo que as mulheres muitas vezes ignoram, como a barriga e estrias.

“Decidimos fazer o ensaio mais sensual para destacar a aceitação do corpo. O ensaio foi mais para nós mesmas e foi muito bacana, pois são várias mulheres diferentes, não há biotipos, não há padrões a serem seguidos”, destaca a acadêmica de nutrição Isna Fernanda, que convidou as outras mulheres para o ensaio.



Ensaio foi feito no Horto Florestal, em Rio Branco — Foto: Aquele Casal Fotógrafo/Divulgação

A estudante conta que outra ideia do ensaio é quebrar os padrões determinados pela sociedade. Porém, o objetivo não é exaltar a beleza da mulher negra, mas a identidade e a força dessa mulher para que ela reconheça a própria autoestima.

“Quando a gente diz que quer quebrar um padrão de beleza, que é o eurocêntrico, mas ao mesmo tempo pega uma modelo negra e coloca ela como referência você está instituindo outro padrão de beleza que é o de uma mulher negra, magra, alta e toda aquela estética. Sabemos que somos múltiplas, somos muito diferentes e foi daí que fomos construindo o ensaio”, destaca.



Objetivo do ensaio é quebrar padrões e destacar a identidade da mulher negra — Foto: Aquele Casal Fotógrafo/Divulgação

O ensaio durou cerca de cinco horas e foi feito no Horto Florestal, em Rio Branco. Apesar de ter sido feito em outubro, as fotos foram divulgadas pelos fotógrafos Deyse Noronha e Alexandre Noronha somente neste mês de novembro, em que no dia 20 é celebrado o Dia da Nacional da Consciência Negra.

“O ensaio não foi específico para a data, mas com tudo que a gente representa como símbolo mulher negra, acabou se encaixando e acabou sendo super necessário nesse momento. O ensaio não é para mostrar como a mulher negra é bonita, mas nos reafirmar, mostrar como somos fortes, nosso poder e, ao mesmo tempo, a fragilidade. Além de tudo, devemos ser valorizadas na sociedade como somos”, ressalta a estudante.



Organizadora diz que ensaio foi feito para destacar a força da mulher para que ela reconheça a própria autoestima — Foto: Aquele Casal Fotógrafo/Divulgação

A ideia não foi fazer o ensaio para celebrar a data, mas Isna destacou que foi importante para que houvesse discussão sobre a força e reconhecimento da identidade da mulher negra.

“O objetivo central do ensaio foi justamente essa quebra de paradigmas e preconceitos. A gente traz muito a nossa força, nossa perspicácia e luta, pois, embora a gente reafirme que somos mulheres, que somos humanas, a gente tem que combater o tempo todo. A sociedade marginaliza, criminaliza, hipersexualiza e temos que resistir a isso”, afirma.



Ensaio destacou partes do corpo que muitas vezes as mulheres ignoram ou não gostam como a barriga. Aceitação do corpo é um dos principais objetivos das fotos — Foto: Aquele Casal Fotógrafo/Divulgação

Isna afirma que se sentiu realizada em poder fazer o ensaio com mulheres negras tão diferentes. Ela destaca que é necessário que as pessoas aprendam a se valorizar e ter amor próprio, pois esse é o estopim para a construção de uma boa autoestima.

“Quando sou convidada para ensaios com mulheres negras, mesmo sendo modelo, me sinto objeto, e até um objeto de referência para um novo padrão, o que não gosto. É necessário se afirmar como indivíduo e ter uma postura, não de intimidadora, mas de quem sabe o que faz e é segura disso”, finaliza.



Ensaio, segundo uma das organizadoras, foi feito para destacar que as mulheres são diferentes e lindas do jeito que são — Foto: Aquele Casal Fotógrafo/Divulgação

5. Membro do CFA faz post racista com goleira da seleção e gera polêmica

Iryá Rodrigues (G1 Acre), 13 de agosto de 2016

'Eu odeio preto, mas essa goleira do Brasil tinha chance', diz post.

Conselheiro se defendeu e disse que foi brincadeira de mau gosto.



Após polêmica, Marcos Clay se posicionou novamente e depois apagou posts (Foto: Reprodução/Facebook)

A postagem do membro do Conselho Federal de Administração (CFA) Marcos Clay em uma rede social gerou polêmica no Acre. Ele usou uma foto da goleira da seleção brasileira feminina de futebol, Bárbara Michelina do Monte Barbosa, e comentou: “Eu odeio preto, mas essa goleira do Brasil tinha chance”. Ao G1, Clay, que é conselheiro federal, se defendeu e disse que tudo “não passou de uma brincadeira”.

“Foi uma brincadeira de mau gosto, até já tirei o post. Uma brincadeira que infelizmente algumas pessoas se ofenderam, mas não era minha intenção. Tanto é que minha esposa é negra, todo mundo sabe disso. Quem me conhece sabe que eu não sou racista, tenho vários amigos que são negros, não tenho problema com isso”, afirmou Clay.

A publicação do conselheiro, nesta sexta-feira (12), causou reação imediata de internautas que repudiaram o teor da mensagem. Clay excluiu a publicação ainda na sexta, e afirmou que preferiu retirar o post a pedido da mulher, por conta da grande repercussão.

“Uma pessoa pegou meu post e republicou dando uma conotação de racismo. Deve ter alguma coisa contra mim. Já fiz uma retratação dizendo que era uma brincadeira. O povo de hoje está muito melindrado, ninguém pode mais falar nada nas redes sociais que vira polêmica. Não ofendi ninguém diretamente, não citei o nome de ninguém. Tudo bem que foi um comentário infeliz”, finaliza Clay.

O Conselho Federal de Administração (CFA) divulgou nota, neste domingo (14), para repudiar o episódio envolvendo um de seus membros no Acre, Marcos Clay.

Veja a nota na íntegra:

O Conselho Federal de Administração (CFA) vem manifestar seu veemente repúdio pelo lamentável episódio protagonizado por um de seus conselheiros federais na última sexta-feira.

De forma inaceitável e até agora inexplicável, o conselheiro federal pelo Acre, Adm. Marcos Clay, emitiu em seu perfil pessoal no facebook declarações que, de acordo com a lei e o senso comum, ofendem não apenas a goleira da seleção brasileira de futebol feminino, Bárbara, mas a todas as mulheres e negros. Tal declaração não reflete o pensamento e ações da Autarquia.

O direito constitucional de Marcos Clay à livre expressão não pode ofuscar ou suprimir outros direitos coletivos e individuais, também constitucionais. Tolerância zero com tal atitude é o clamor da sociedade e a posição do CFA.

Além de nos posicionarmos contra o ódio, a discriminação e a desvalorização da mulher e do negro, em face de uma conduta pessoal e isolada de um de nossos membros, adotaremos imediatas providências internas jurídicas e administrativas para apurar as reais circunstâncias do abominável episódio.

O que é o CFA

Conselho Federal de Administração (CFA) é uma entidade máxima com relação a profissão de Administrador no Brasil. Junto com os Conselhos Regionais de ADM (CRAs), regulamenta a atuação e incentiva o aperfeiçoamento profissionais (*sic*) de administração, em defesa da sociedade Brasileira.

6. ‘Tolerância zero’, diz CFA sobre post racista de um de seus membros

Do G1 AC, 15 de agosto de 2016

Conselho Federal afirma em nota que deve tomar providências internas.

‘Abominável episódio’, diz órgão em nota publicada neste domingo (14).



Após polêmica, Marcos Clay se posicionou novamente e depois apagou posts (Foto: Reprodução/Facebook)

O Conselho Federal de Administração (CFA) divulgou nota, neste domingo (14), para repudiar o episódio envolvendo um de seus membros no Acre, Marcos Clay. Em um postagem na sua página pessoal, Clay usou uma foto da goleira da seleção brasileira feminina de futebol, Bárbara Barbosa, e comentou: “Eu odeio preto, mas essa goleira do Brasil tinha chance”.

Ao G1, Clay, que é conselheiro federal, se defendeu e disse que tudo “não passou de uma brincadeira”.

Em nota, o conselho diz que as declarações, “de acordo com a lei e o senso comum, ofendem não apenas a goleira da Seleção Brasileira de futebol feminino, Bárbara, mas a todas as mulheres e negros”.

Destaca ainda que o posicionamento de Clay não reflete a postura do CFA. Ainda no fim da nota, o conselho federal garante que deve adotar providências internas jurídicas e administrativas. “Tolerância zero com tal atitude é o clamor da sociedade e a posição do CFA”, resalta (*sic*).

O Conselho Federal de Administração (CFA) é uma entidade máxima com relação a profissão de Administrador no Brasil. Junto com os Conselhos Regionais de ADM (CRAs), regulamenta a atuação e incentiva o aperfeiçoamento profissionais (*sic*) de administração, em defesa da sociedade Brasileira.

Entenda o caso

Logo após o jogo da seleção feminina contra a Austrália, na sexta-feira (12), o membro do CFA publicou em sua página no Facebook uma postagem racista usando o nome da goleira. "Eu odeio preto, mas essa goleira tinha chance". O comentário gerou reação imediata dos internautas, que repudiaram a afirmação de Marcos Clay.

Procurado pelo G1, no sábado (13), o conselheiro se defendeu e disse que tudo não passou de uma "brincadeira de mau gosto". Uma brincadeira que infelizmente algumas pessoas se ofenderam, mas não era minha intenção. Tanto é que minha esposa é negra, todo mundo sabe disso. Quem me conhece sabe que eu não sou racista, tenho vários amigos que são negros, não tenho problema com isso", disse.

Veja a nota na íntegra:

O Conselho Federal de Administração (CFA) vem manifestar seu veemente repúdio pelo lamentável episódio protagonizado por um de seus conselheiros federais na última sexta-feira.

De forma inaceitável e até agora inexplicável, o conselheiro federal pelo Acre, Adm. Marcos Clay, emitiu em seu perfil pessoal no facebook declarações que, de acordo com a lei e o senso comum, ofendem não apenas a goleira da seleção brasileira de futebol feminino, Bárbara, mas a todas as mulheres e negros. Tal declaração não reflete o pensamento e ações da Autarquia.

O direito constitucional de Marcos Clay à livre expressão não pode ofuscar ou suprimir outros direitos coletivos e individuais, também constitucionais. Tolerância zero com tal atitude é o clamor da sociedade e a posição do CFA.

Além de nos posicionarmos contra o ódio, a discriminação e a desvalorização da mulher e do negro, em face de uma conduta pessoal e isolada de um de nossos membros, adotaremos imediatas providências internas jurídicas e administrativas para apurar as reais circunstâncias do abominável episódio.

7. Após comentário racista, membro do CFA se retrata com goleira da seleção

Aline Nascimento (G1 Acre), 19 de agosto de 2016

Marcos Clay fez postagem racista usando nome da goleira Bárbara Micheline. Nota foi lida durante Convenção do Sistema CFA/CRAs, em Salvador.



Após polêmica, Marcos Clay se posicionou novamente e depois apagou posts (Foto: Reprodução/Facebook)

Após o membro do Conselho Federal de Administração (CFA) Marcos Clay usar a foto da goleira da seleção brasileira feminina de futebol, Bárbara Barbosa, e comentar: “Eu odeio preto, mas essa goleira do Brasil tinha chance”, ele fez uma retratação durante um evento do CFA/CRAs em Salvador (BA), na quinta (18).

Em entrevista ao GloboEsporte.com, nesta quinta-feira (19), Bárbara disse que chegou a chorar quando soube da postagem. A goleira falou que conversou com a família e que nada iria atrapalhar seus sonhos e objetivos.

O comentário gerou uma repercussão negativa e fez com que o CFA emitisse uma nota, no último dia 14, para repudiar o episódio envolvendo o membro do Acre.

Em seu discurso no evento, o conselheiro afirmou que reconheceu o comentário como injustificável, falho e de cunho racista. Clay relata que percebeu que tinha ofendido várias pessoas e decidiu se retratar. Além da goleira, a nota é direcionada a todos homens e mulheres negras do Brasil.

“Vocês devem me conhecer através das redes sociais recentemente devido a um post reconhecidamente de cunho racista, que só percebi a profundidade e as consequências depois de perceber a quantidade de pessoas que magoei”, detalha.

Clay disse ainda que está disposto a aceitar todas as consequências jurídicas e legais do ato. A CFA instaurou uma comissão de ética para apurar o caso e durante o período, de aproximadamente três meses, o conselheiro deve ser afastado do cargo de diretor.

“Tenham certeza que se antes existia em mim alguma ideia preconceituosa construída no dia a dia e transmutada em pseudo-brincadeiras, que agora vejo as consequências na vida real das pessoas, hoje tenho consciência do preconceito e do racismo no nosso país e no nosso Estado do Acre”, disse.

Ameaças de morte

O conselheiro afirmou (*sic*) que chegou a receber ameaças de mortes, contra ele e a família, após o comentário. Clay explica que não conseguiu dormir durante os dias posteriores ao post. As ameaças teriam sido enviadas por SMS e e-mail.

“Esses últimos dias foram difíceis. As pessoas que me conhecem sabem que era uma brincadeira, mas quem não me conhece me crucificou e quis me punir de alguma forma.

Também sofri ataques de ódio e raiva. Se não fosse a família não sabia o que teria acontecido”, justificou.



Marcos Clay mandou mensagem para goleira Bárbara (Foto: Reprodução/Facebook)

Mensagem em rede social da goleira

Além da nota de retratação, o conselheiro diz que mandou uma mensagem em uma rede social da goleira com um pedido. A mensagem foi postada um dia após o post racista. Ela ainda não visualizou. Perdi perdão e mandei forças para seleção”, conclui.

Leia a retratação na íntegra:

Aos homens e mulheres negros e negras desse Estado e de nosso país em geral, meu nome é Marcos Clay, e vocês devem me conhecer através das redes sociais recentemente devido a um post reconhecidamente de cunho racista, que só percebi a profundidade e as consequências depois de perceber a quantidade de pessoas que magoei.

Não estou vindo aqui me justificar, pois depois de perceber meu erro e me aprofundar no assunto, reconheço meu erro como injustificável e falho.

Cresci herdando alguns valores, mas por uma ação errada deixei a desejar a mim mesmo a aplicação dos mesmos, porém um deles eu mantenho; reconhecer o erro e tentar de alguma forma, com a penitência que a mim mesmo me impus, corrigir esse curso da minha vida.

Sou ciente das consequências jurídicas e legais do meu ato e sou ciente também das representações contra mim e meus atos, porém não quero deixar de dizer a todos que independente de qualquer processo e de resultados, minha intenção é reparar minha atitude errada e insensata.

E tenham certeza que se antes existia em mim alguma idéia preconceituosa construída no dia a dia e transmutada em pseudo- brincadeiras, que agora vejo as consequências na vida real das pessoas, hoje tenho consciência do preconceito e do racismo no nosso País e no nosso Estado do Acre.

Creiam que minha missão será virar essa página da minha vida mas contudo nunca apagar a lição valiosa que aprendi. Reforço que sou ciente das sanções legais a mim possivelmente impostas, mas aqui tem um homem, que como qualquer outro cometeu um erro e está

buscando reparar o mesmo. Que me atirem a primeira, até aceito, mas que dessas pedras todos aprendamos a lição e construamos um mundo sem preconceitos e nem racismo. Só tenho a lamentar e pedir sincero perdão à Bárbara Micheline, ao Conselho Federal de Administração e à sociedade em geral!

8. Após divulgação de ensaio fotográfico nu, miss sofre ataques racistas e presta queixa no Acre: ‘cabelos de bucha’

Luan Cesar (G1 Acre), 18 de setembro de 2017

Ediane participou de ensaio fotográfico para retratar beleza e sensualidade da mulher grávida.

Após ser hostilizada na internet, jovem prestou queixa e ingressou com ação cível.



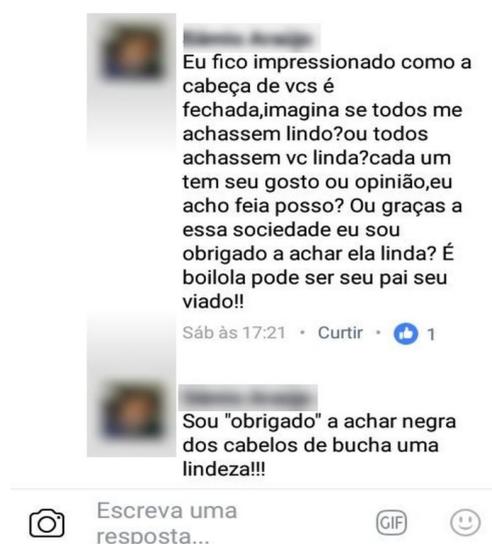
Ediane Caetano, de 21 anos, foi fotografada aos 8 meses de gravidez — Foto: Assis Lima/Arquivo Pessoal

Após participar de um ensaio fotográfico nu, realizado no início deste mês, e divulgar o resultado nas redes sociais, a estudante e Miss Beleza Negra 2016, Ediane Caetano, de 21 anos, sofreu ataques racistas de internautas no Acre. As ofensas, feitas por meio de comentários na publicação da jovem, começaram pouco depois de o trabalho ser divulgado na mídia.

“Sou obrigado a achar negra dos cabelos de bucha uma lindeza!!”; “Que mulher horrível”. Essas foram algumas das frases pejorativas destinada a jovem em uma página no Facebook. Após saber das ofensas, a estudante registrou um boletim de ocorrência na Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (Deam) e ingressou com uma ação cível contra o internauta.

Ela soube dos ataques somente no dia 11 deste mês, mas eles vinham sendo feitos em dias anteriores. Nas imagens, é possível ver que outros internautas defendem a miss.

“Recebi muitos comentários positivos, mas também vieram os negativos, quando fui hostilizada. Me agrediram de forma brutal. Nunca fui atrás de confusão com ninguém, jamais humilhei ninguém para conseguir o que quis. Fiquei chocada. Mesmo após 130 anos de abolição da escravatura, ainda existe gente com pensamento racista. É inadmissível lidar com essa intolerância no século XXI”, lamenta Ediane.



Internauta fez comentários preconceituosos contra a estudante no Facebook — Foto: Reprodução/Facebook

A miss conta que recebeu apoio de diversas pessoas que condenaram os ataques racistas. Mas, mesmo assim, um dos internautas que desferiram as ofensas continuou com os insultos.

Mesmo advertido por outra pessoa de que estava praticando preconceito, o rapaz afirmou: “preconceito não, pós-conceito! É feia igual a você”. Ediane enfatiza que mesmo com a dignidade ferida, ela não deixou com que as agressões tirassem a coragem de enfrentar a situação constrangedora.

“Fiz esse ensaio para quebrar qualquer tipo de preconceito. Para que as pessoas se aceitem do jeito que são. Não vou baixar a cabeça, é por isso que existe preconceito hoje, porque as pessoas não lutam pelos seus direitos, mas vou lutar pelo meu. Como mulher, mãe e negra me senti ofendida, justamente pelo momento que estou passando [a gravidez]”, enfatiza a universitária.

Ediane conta ainda que ficou abalada com a situação que classifica como inadmissível. Ela lembra que o racismo ainda é recorrente na sociedade, mas que casos como o dela não são solucionados por falta de denúncia.

“Essa questão é pouco discutida, mas muito séria. Espero que se faça justiça. Não sei se, por meio da minha denúncia, vou mudar alguma coisa, mas vou confiar nas instituições”, finaliza.



Internautas chegaram a advertir homem sobre os comentários — Foto: Reprodução/Facebook

9. “Cabelo de bucha”: acreana faz ensaio sensual e sofre ataques racistas

Ton Lindoso (ContilNet Notícias), 19 de setembro de 2017



Após ser hostilizada em redes sociais, miss prestou queixa e ingressou com ação cível

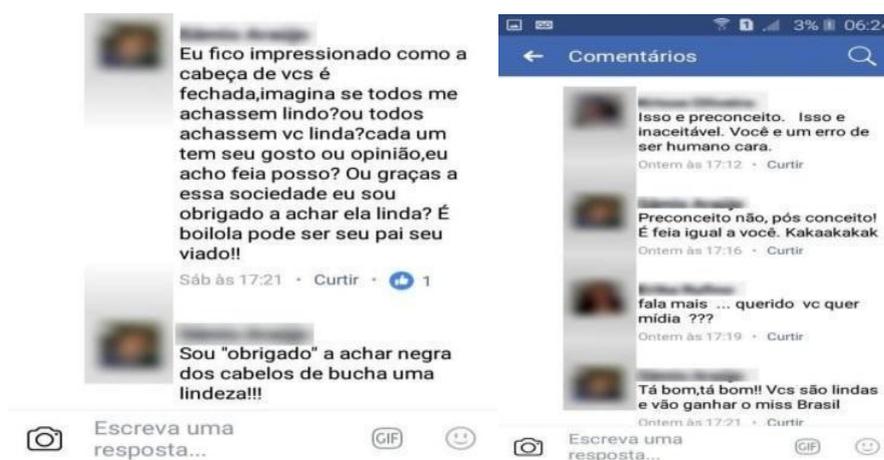
Horrível, ‘cabelo de bucha’. Esses foram alguns dos termos que a estudante e Miss Beleza Negra 2016, Ediane Caetano, de 21 anos, recebeu na Internet após divulgar fotos suas oriundas de um ensaio sensual.

O trabalho, que tem como objetivo mostrar a beleza de uma gestante negra, foi alvo de reações intolerantes. “Sou obrigado a achar negra dos cabelos de bucha uma lindeza?”; “Que mulher horrível” foram algumas das frases encontradas nos comentários.

Ao G1, ela comentou os ataques. “Me agrediram de forma brutal. Nunca fui atrás de confusão com ninguém, jamais humilhei ninguém para conseguir o que quis. Fiquei chocada. [...] É inadmissível lidar com essa intolerância no século XXI”.

Ediane registrou um boletim de ocorrência na Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (Deam) e acionou o responsável pelo comentário judicialmente.

Veja comentários:



10. Após ataque, ativistas vão ao MPF e pedem punição a comentários racistas contra Gleici

Astorige Carneiro (ContilNet Notícias), 20 de fevereiro de 2018

Enfrentando seu segundo paredão no Big Brother Brasil (BBB) nesta terça-feira (20), a estudante e militante Gleici Damasceno, de 22 anos de idade, representante do Acre no programa, segue conquistando vários seguidores fora da casa. Entretanto, nem todos acompanham Gleici para torcer pela sua vitória.

Na rede social Twitter, um usuário criou o perfil @GleiciMacaca, onde na biografia era possível ler que “Ana Paula saiu, mais (*sic*) essa preta petista não ganha”.

Diante destas e de outras manifestações claramente racistas, representantes da promoção da igualdade racial no Acre se uniram para tentar trazer à Justiça os autores destes comentários e perfil. Nesta terça (20), Almerinda Cunha (do Departamento de Igualdade Racial da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos – Sejudh) e Elza Lopes (titular da Secretaria Adjunta de Promoção da Igualdade Racial – Seadpir) compareceram à sede do Ministério Público Federal (MPF) para juntar forças nessa missão.

“Gleici é presidente do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial. Ela está sendo atacada, os direitos humanos dela estão sendo violados. Essa ida da acreana ao BBB tem mostrado como o racismo ainda está forte na sociedade. E isso é um reflexo de tudo que nós, mulheres negras, sofremos cotidianamente. Essa rejeição, esses ataques, tudo isso infelizmente é uma realidade”, destacou Almerinda.

Recebidas na Procuradora (*sic*) Regional dos Direitos do Cidadão do MPF, Elza e Almerinda também entregaram à procuradora Luciana Cardoso Bogo um documento redigido e aprovado pelo Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial do Acre sobre o assunto, além de evidências como os prints das ofensas direcionadas à Gleici.



Elza Lopes, Almerinda Cunha e Luciana Bogo na sede do MPF em Rio Branco. Foto: ContilNet

“A Secretaria de Promoção da Igualdade Racial se preocupa extremamente com estes casos. Não podemos aceitar que ninguém seja comparado a um animal. Isso constitui violação de direitos, e isso apenas integra o longo histórico de comparações feitas entre negros e coisas tidas como ‘feias’ pela sociedade. Quem cometeu esse ato precisa ser encontrado para responder pelo seu crime. Se deixarmos este caso passar, isso só irá criar um precedente para que outras pessoas façam a mesma coisa achando que não vai haver algum tipo de punição”, afirmou Elza.

“A conduta praticada configura o crime de injúria racial. Sendo assim, será instaurado um procedimento investigatório criminal para apurar a conduta. Ou seja, para identificar o autor das postagens. Esse crime é previsto no Art. 140 (parágrafo 3º) do Código Penal. É importante destacar também que isto vai muito além de um ataque individual. Isso integra

uma longa lista de ofensas não só na internet, e o Ministério é parceiro das ações que lutam pela promoção da igualdade racial e de gênero”, explicou Luciana à equipe da ContilNet. A pena prevista para injúria racial é de reclusão (de 1 a 3 anos) e pagamento de multa.

11. Comissão pede que MPF-AC apure injúria racial contra Gleici, do BBB 18, após sister ser chamada de 'macaca'

Quésia Melo (G1 Acre), 21 de fevereiro de 2018

Grupos sociais querem a quebra de sigilo telemático para descobrir de onde partiu o ataque. Documento foi entregue na Promotoria Regional dos Direitos do Cidadão e deve ser analisado.



Gleici é participante do BBB18 e foi chamada de ‘macaca acreana’ em perfil no Twitter — Foto: Divulgação

Uma comissão pediu que o Ministério Público do Acre (MP-AC) e o Ministério Público Federal (MPF-AC) apurem o crime de injúria racial contra a acreana Gleici Damasceno que está confinada na casa do Big Brother Brasil.

Os grupos de movimentos sociais decidiram procurar os órgãos competentes após Gleici ser chamada de “macaca acreana” em um perfil criado no twitter. Ao G1, o MPF-AC informou que a representação foi entregue na terça-feira (20) na Promotoria Regional dos Direitos do Cidadão e o caso deve ser analisado.

O documento foi assinado por representantes da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh), Secretaria Adjunta de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seadpir) e Departamento de Promoção de Igualdade Racial (Dpir).

“Desde que a Gleici entrou no BBB ela vem sofrendo. A gente percebe que ela sofre alguns ataques de racismo e menosprezo tanto na casa como fora e nas redes sociais. Ela foi chamada de ‘macaca’ e há ainda internamente os comentários de ‘será que o Acre existe’ que destrói a autoestima das pessoas e o direito humano dela está sendo violado”, afirma Elza Lopes, secretária de Promoção de Igualdade Racial de Rio Branco.



Acreana sofreu ataques racistas na internet — Foto: Reprodução/Twitter

Elza destaca que Gleici é presidente do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial e integrante do movimento negro. A secretária explica que o MPF-AC deve ingressar com um pedido da quebra do sigilo telemático de dados para descobrir de quais computadores saíram as ofensas contra a acreana.

“Como ela está confinada não sabe o que está acontecendo aqui fora e isso nos motivou a procurar a Justiça. Também queremos que as pessoas vejam que o racismo e a injúria racial são crimes previstos em lei e inafiançável”, destaca.

A secretária faz um alerta sobre o uso das redes sociais e diz que as pessoas não podem acreditar que a internet é um local sem leis. Elza destaca que os internautas devem ficar atentos aos comentários que fazem e responder pelos atos deles.

“É preciso ter um limite do que é comentado nas redes sociais. As pessoas não podem achar que é normal entrar na vida das pessoas e desrespeitar o individual e também o coletivo. Pois quando a pessoa do perfil chama a Gleici de ‘macaca’ ela está ofendendo toda a população negra, sou negra e me sinto ofendida”, finaliza.

12. No Acre, onde mais de 70% da população é negra, reconhecer – e abraçar – a própria negritude tornou-se ato de resistência

Astorige Carneiro e Márcia Parfan (ContilNet Notícias), 27 de novembro de 2018

A escuta da pluralidade de falas se tornou essencial para dialogar sobre raça e preconceito no Brasil

Quais histórias não são contadas? Mesmo com a criação do Dia Nacional da Consciência Negra em 20 de novembro, ainda vivemos em um país onde o racismo e o preconceito se fazem presentes. Uma grande parte da população não recebe um lugar adequado de fala e menos ainda uma voz, seja ela por meio da mídia, órgãos públicos e diversas estruturas sociais para debater problemas tão urgentes como a perpetuação do racismo.



Entre estes conflitos, está o número alarmante da violência contra a população negra brasileira. De acordo com o Atlas da Violência 2018, que traz dados do Ministério da Saúde, a taxa de homicídios envolvendo negros no Brasil passa por um crescimento exponencial, enquanto os assassinatos de não negros (brancos, amarelos e indígenas) seguiu na contramão e apresentou um menor número de ocorrências.

De 2006 a 2016, último ano com dados disponíveis para o levantamento, a taxa de homicídios de indivíduos não negros diminuiu 6,8%. Neste mesmo período, a taxa entre a população negra saltou 23,1% e foi a maior registrada desde 2006, quando foi iniciada a pesquisa. Somando todas as raças, a taxa de homicídios cresceu 13,9% no mesmo período.

“PROBLEMA DOS NEGROS”

Em entrevista ao Huffpost nacional, o ator e ativista Lázaro Ramos reafirmou a importância de saber ouvir as diferentes experiências de vida em um país tão miscigenado como o Brasil. A escuta da pluralidade das falas, de acordo com o artista, é importante para a construção de uma sociedade onde não se minimiza o preconceito enfrentado diariamente por pessoas negras de diferentes condições socioeconômicas.

“Acredito que a escuta é um lugar muito importante dos não negros para entender os outros lugares. (...) A questão da discriminação não deve ser um problema apenas dos negros. Essa é uma questão que faz parte da construção de país, da construção das nossas humanidades, da potencialização das nossas relações políticas e culturais”, destacou Lázaro na entrevista.

FALHA COLETIVA

Criada em 2013, a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Seadpir) surgiu para expandir a conscientização e o enfrentamento ao racismo em Rio Branco, no Estado do Acre. Junto com o órgão, também vieram a campanha “Rio Branco Sem Racismo” e o Disk Racismo, onde qualquer pessoa pode receber orientações sobre como proceder quando um crime dessa natureza ocorre.



“Eu mesma já sofri preconceito dentro da prefeitura, mas não vou dizer que foi ‘por maldade’ ou coisa do tipo. É culpa da cultura racista na qual crescemos”, declarou a secretária da Seadpir.

Entretanto, logo se constatou que não bastava ter a campanha e o centro de apoio público para lidar com estas situações. Elza Lopes, de 56 anos e atual gestora da Seadpir, explicou que, durante estas atividades propostas, a consciência sobre a própria negritude de diversos participantes foi despertada: “De acordo com dados do IBGE, 72% da população de Rio Branco é negra, porém várias pessoas não se veem dessa forma”.

O racismo também se mostrou presente nos mais diversos locais de trabalho, onde as “posições de poder” – como chefias e cargos de confiança – geralmente são preenchidos por pessoas não negras.

“Mas como trabalharíamos a questão do racismo se nem os próprios gestores tinham entendimento do que era racismo? Sendo que, por vezes, eles mesmos eram racistas sem saber? Muitas situações de racismo eram praticadas ‘sem que eles percebessem’. Quando a gente perguntava: ‘Você é racista?’, a maioria dizia que não. Esse é o grande problema do racismo no Brasil: as pessoas não admitem que são racistas e nem que o racismo existe”.

Sobre este ponto do trabalho realizado pela secretaria, Elza enfatizou à reportagem que este é o retrato do racismo institucional: quando os negros são privados de cargos e tomadas de decisões em locais de trabalho públicos ou privados.

“Nada mais é do que a falha coletiva das instituições. Quando a instituição pública tem uma falha coletiva que não permite que o cidadão acesse os serviços públicos oferecidos pela atual gestão. Quando uma mulher grávida e negra morre no parto por negligência, ou quando a polícia mata um jovem negro por racismo. Em Rio Branco, já houve muitos registros de casos assim: o Estado praticando racismo sem saber. Esse diagnóstico saiu da própria boca dos gestores que participaram das nossas oficinas”, disse Lopes.

“AQUELA PRETA ERA EU”

Falando sobre a própria trajetória, Elza reconheceu a presença do racismo em suas cinco décadas de vida, inclusive no próprio âmbito de trabalho. “Eu mesma já sofri isso dentro da prefeitura, mas não vou dizer que foi ‘por maldade’ ou coisa do tipo. É culpa da cultura racista na qual crescemos. Negro no Brasil é um elemento suspeito até que se prove o contrário. Essa é uma premissa que não esquecemos nunca”, disse a secretária.

Além do preconceito enfrentado na vida adulta, Elza lembrou, com outro olhar, a vivência na juventude. No seio familiar, a presença de uma avó que não escondia a rejeição contra negros também marcou muito a formação da servidora pública.

“Em casa, a situação não contribuiu para o entendimento da minha própria negritude. Minha avó, uma mulher nordestina que se dizia branca, falava pra minha mãe: ‘Maria das Neves, não

sei como você tem coragem de sair com essas três macacas’. No caso, as macacas eram eu e minhas duas irmãs”, revelou.

“Minha mãe sempre me dizia que eu era moreninha, e eu aceitava isso, não achava que era uma negação da minha identidade. Hoje, minha mãe e eu entendemos o que era aquilo: uma forma de defesa para que não sofrêssemos tanto. Tudo mudou quando eu me descobri negra”, disse a gestora.

Sobre a descoberta da própria negritude, Elza relatou que tudo aconteceu durante uma viagem a São Paulo, em um encontro que celebrou os 300 anos de imortalidade do Zumbi dos Palmares: “Fui por acaso, a convite de um amigo. Não imaginava que essa experiência mudaria toda a minha vida. Antes desse encontro, eu não acreditava que o racismo existia, e tudo que eu aprendi ali mudou a minha visão. Voltei para Rio Branco com outro entendimento do que era ser negro. Quando me olhei no espelho, percebi que aquela preta era eu. Era a Elza depois de ter absorvido a importância de lutar contra esse problema”.

RESGATE DA JUVENTUDE NEGRA

A questão da violência contra os negros, principalmente contra a parcela jovem (com idade abaixo de 30 anos), também foi abordada pela representante da Seadpir. “Está mais do que comprovado que a cultura e o esporte salvam. Eles mexem com o subjetivismo desses jovens e os traz de volta ao caminho correto. Temos também o mapeamento da juventude negra, que se tornou necessário em consequência ao genocídio que acontece no Brasil, onde a maioria das vítimas da violência são jovens negros, com idade entre 15 e 29 anos”, afirmou.



Apresentação do Mapeamento da Juventude Negra em 2018/Foto: Ascom Prefeitura

Além da conscientização, das oficinas e do trabalho realizado nos órgãos públicos, Elza voltou a destacar a importância do olhar voltado para a juventude periférica: “O esporte e a cultura recuperam muita gente, existem vários relatos de jovens resgatados da criminalidade. Se existir um olhar mais preciso para isso, com ações envolvendo os bairros de maior vulnerabilidade social, é possível ter um resultado maravilhoso. Colocar os jovens pra estudar, fazer pré-Enem... Ou seja, dar oportunidade para que eles conquistem seus próprios locais de fala e posições de poder”.

TOLERÂNCIA E DEMOCRACIA

Estimulando o debate sobre oportunidades voltadas para a juventude negra do Estado, o Ministério Público do Acre (MPAC) vem desenvolvendo ações em favor da defesa dos direitos humanos, promovendo a prevenção e o enfrentamento ao preconceito e à discriminação racial.

Em outubro deste ano, quando foram celebrados os 50 anos da morte de Martin Luther King e os 130 anos da abolição formal da escravatura – tendo sido o Brasil o último país a abolir a

escravidão –, o MPAC integrou uma iniciativa interinstitucional com foco, sobretudo, na promoção da igualdade étnico-racial.

Através da parceria entre Ministério Público do Estado do Acre (MPAC), por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), Universidade Federal do Acre (Ufac) e da Defensoria Pública do Estado, foi convidada para falar ao público acreano sobre o tema a ativista e conferencista internacional Djamila Ribeiro.

Autora do livro “Quem tem medo do feminismo negro?” e mestra em Filosofia Política pela Universidade Federal de São Paulo, Djamila falou durante sua palestra na Ufac sobre assuntos ligados ao racismo e ao feminismo negro.

“É nosso papel contribuir para promover a mobilidade social, aumentando a liberdade de decidir sobre os destinos coletivos”, afirmou a ativista e escritora. Durante a fala, Djamila também destacou o problema da violência contra a população negra, e como isso destrói ainda mais as chances de sobrevivência no país.

“A relevância dessa problemática deve ser encarada como uma oportunidade e um desafio para pensarmos sobre as políticas públicas de promoção da igualdade em nossas sociedades”, disse.

Em uma época onde a intolerância tem tomado grandes proporções, o procurador-geral em exercício do MPAC, Sammy Barbosa Lopes, destacou a importância de ações como esta para incentivar a reflexão da sociedade sobre assuntos tão relevantes, que buscam formas de garantir o exercício pleno dos direitos. “Vivemos tempos de crises agudas, amplas, mas também de profundas contradições. Nos falta, porém, substituímos, em nosso dia a dia, a tolerância pela democracia”, disse Sammy.

“MEU LUGAR NO MUNDO É DE RESISTÊNCIA”

Isna Fernanda, 19, é militante e feminista negra, e também prestigiou a vinda de Djamila Ribeiro ao Acre. “Existem muitas ações para construir o novo imaginário social. Hoje, a consciência negra é celebrada e a Djamila fala justamente sobre isso: pluralidade”, explicou a jovem.



“Meu lugar no mundo é esse, é de resistência. Não tenho escolha, só posso me fortalecer”, ressaltou Isna Fernandes.

Este ano, Isna, que também é acadêmica de Nutrição na Ufac, integrou a comissão acreana que participou da IV Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR).

“Me envolvi muito estudando com grupos de oficina para debater os textos e elaborar as

propostas. Uma proposta minha foi sobre o combate à violência obstétrica contra a mulher negra”, destacou a representante.

Entretanto, a trajetória de Isna é marcada, como a de muitos negros no Brasil, pela violência. Aos 16 anos de idade, ela foi ameaçada através das redes sociais: “Disseram que iam queimar meu cabelo na escola. Foi a partir dali, com aquela violência, que eu entendi: sou negra. Sou uma mulher negra”.

Apesar de ter procurado a direção da escola na qual estudava na época, Isna encontrou o descaso. “Compreendi o que tinha acontecido comigo: o racismo. Eu fui transferida de escola, nunca descobri quem foram as pessoas que tramaram contra mim. Mas ficou claro que era mais fácil me transferir de instituição do que lidar com o problema maior, que era o absurdo de ameaçar a integridade física e moral de outro estudante. A gestão da escola e a Secretaria de Educação lavaram as mãos sobre o caso. Eu fui a discriminada, mas eu fui a prejudicada na história toda, pois tive que mudar minha rotina completamente”, relatou à reportagem.

Sobre a reflexão da violência na construção de sua militância, Isna afirmou que foi deixada com apenas uma escolha: resistir.

“Mulher, negra, pobre, periférica e discriminada. Eu era discriminada antes, mas foi a partir dessa ameaça direta contra mim que eu pude entender o quanto o racismo me afeta. Você ser assassinada por conta do seu fenótipo é uma realidade muito louca. A arma sempre esteve apontada para a periferia, isso é um fato. O sangue negro nunca parou de jorrar. Foi aí que eu pensei: ‘Isso não pode acontecer’. Meu lugar no mundo é esse, é de resistência. Não tenho escolha, só posso me fortalecer”, declarou.

Com informações da assessoria de comunicação do MPAC